



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FANNY SILVA VALDEZ

**SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO DE RIO BRILHANTE (MT/MS):
Educação e Missão (1959-1994)**

**DOURADOS – MS
2017**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

FANNY SILVA VALDEZ

**SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO DE RIO BRILHANTE (MT/MS):
Educação e Missão (1959-1994)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de Mestre em Educação, junto à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brazil.

**DOURADOS – MS
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

V145s Valdez, Fanny Silva

Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994) / Fanny Silva Valdez -- Dourados: UFGD, 2017.

254f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Maria do Carmo Brazil

Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados.

Inclui bibliografia

1. Educação confessional. 2. Seminário franciscano. 3. Rio Brilhante. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

FANNY SILVA VALDEZ

**SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO DE RIO BRILHANTE (MT/MS): EDUCAÇÃO
E MISSÃO (1959-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História da Educação, Memória e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brazil – orientadora
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof^a. Dr^a. Alessandra Cristina Furtado
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Gomes Machado
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dourados/MS, 10 de maio de 2017.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos Franciscanos que aqui chegaram e fizeram morada, os quais trabalharam e evangelizaram com amor fraterno, desbravando o cerrado em nome de um amor maior, o amor divino. A vocês, a quem devemos parte do desenvolvimento da “Terra de Missões”, o meu muito obrigada.

Esperança, Paz e Bem!

AGRADECIMENTOS

Eternamente grata...

A Deus por me dar forças, sustentar e permitir a oportunidade de chegar até aqui, através de uma fé convicta que também é um dom. Sinto-me privilegiada.

A instituição

Grata à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), à Faculdade de Educação (FAED), à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) e à Comissão de Arguição da FAED (processo seletivo 2015), as quais me deram um voto de confiança ao permitir o meu ingresso nesta instituição. Espero ter cumprido com a minha palavra e contribuído para o crescimento do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFGD). Agradeço igualmente aos professores deste curso que partilharam seus conhecimentos. Saio desta experiência com a certeza de que tive excelentes mestres.

Aos franciscanos

Que possibilitaram esta pesquisa, dando-me acesso aos mais variados documentos da Ordem, bem como, pela presteza ao orientar locais e pessoas a procurar.

Aos depoentes

Que narraram com prontidão detalhes da história acerca do Seminário Santo Antônio.

Agradecimento especial

A minha passagem por este Programa de Pós-Graduação ganhou especial significado ao conhecer a Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado, que é um ser

iluminado. A ela agradeço o carinho, a humildade e os direcionamentos tanto acadêmicos quanto pessoais.

Espero ter cumprido a minha palavra de não a desapontar, como a prometi, nos corredores da FAED/UFGD, logo ao chegar. Muito obrigada.

Aos amigos (as) de Mestrado

Agradeço aos vinte e quatro colegas que entraram junto comigo no Programa de Pós-Graduação, no ano de 2015. Formamos uma excelente turma. Especialmente, agradeço aos caríssimos amigos: Aline Pereira de Holanda, Eglem de Oliveira Passone Rodrigues, Genivaldo Antônio Alves, Joice Camila dos Santos Kochi, Lucas Gabriel dos Santos Sayão e Marielle Duarte Cravalho. Conhecê-los, certamente, foi um presente nesta jornada.

Aos amigos (as)

Aos amigos que não desistiram da minha amizade, mesmo com tantas ausências e abnegações que me impediam de compartilhar das suas companhias. Obrigada igualmente às orações de intercessão para que o equilíbrio mental e espiritual me fizessem chegar até aqui.

As médicas

Em função do episódio que passei com uma gravidez de risco durante o período em que cursei o mestrado, foi necessário o acompanhamento de uma junta médica composta por oito profissionais com especialidades distintas. Por isso, agradeço-os.

Em especial, agradeço a duas profissionais: a primeira delas é a minha obstetra e ginecologista, Ethiene Hindo, a qual confiou mais em mim do que eu mesma e soube, com excelência, tomar as devidas providências em cada percalço; a segunda, é a minha psicóloga, Doutora Juliana Pelegrinelli, a qual, com seriedade, profissionalismo, amizade e amor ao próximo, ajudou-me a prosseguir quando o único pensamento era desistir. Agradeço a esta profissional, principalmente, pelas visitas feitas no hospital quando tanto precisei, pelas mensagens e telefonemas com respaldos acerca da

situação enfrentada. Vejo-a como a mão amiga que Deus colocou em meu caminho para que me tirasse de um poço escuro onde eu insistia em ficar. Obrigada por me fazer ver a luz novamente.

Agradecimento especial (dois)

No rol de pessoas que considero da minha família, encontra-se a minha orientadora Maria do Carmo Brazil. Além de nortear o meu processo acadêmico, a professora Maria foi responsável por lapidar a pesquisadora que há em mim. A sua paciência, o seu instinto de professora, de mãe e de amiga foram condições necessárias para que tudo desse certo no final.

Esta relação de amizade que conquistamos vai além das instâncias educacionais e, com certeza, dará mais frutos posteriormente.

Maria, pode contar comigo sempre. Muito obrigada. A você dedico minha eterna gratidão.

Agradeço aos meus amigos Marcel dos Santos Borba, Eliane Maria Amaro e Elizângela Maria Pacheco pelo apoio técnico. Vocês foram além do necessário, foram excepcionais! Muito obrigada.

A minha família

Quão grande foi a paciência que vocês, meus pais, foram obrigados a ter, não só pela ausência, mas também pelo alto nível de estresse por vezes desencadeado no seio familiar. Obrigada pelo pronto perdão, afinal, isto é família.

Agradeço, especialmente, à minha mãe, Ione da Silva Rocha, e aos meus irmãos Fauzer Valdez, Yasmin e Yuri Ribeiro pelo incentivo, pelo apoio e pelas muitas vezes em que me subsidiaram.

Também agradeço ao meu esposo Emerson Luiz do Nascimento, que na fase final da minha pesquisa teve paciência e dedicou horas ao cuidado da nossa pequena Ana Mel. Amo todos vocês.

RESUMO

Esta pesquisa se fundamenta no conjunto de investigações que são voltadas para a História das Instituições Educacionais (HIE), as quais pertencem ao campo da História da Educação. Dessa forma, tomou-se como proposta discutir os escritos e percursos de pesquisas sobre as instituições franciscanas; a expansão educacional e a missão na região; a gênese, o perfil e o funcionamento da instituição confessional católica na cidade de Rio Brillante - MS; a conformação sociocultural e o processo educativo do Seminário/Escola. O recorte temporal feito corresponde ao período de 1959 a 1994 e as análises sobre o Seminário, por sua vez, fazem referência ao movimento da Ordem Franciscana, oriundo da Província de Turíngia, na Alemanha, rumo ao Estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1938. Ancorada em fontes históricas (memórias, documentos e impressos), objetivou-se construir parte da história da educação na região. Para tanto, o trabalho realizado tomou como base teórica o viés da História Cultural, a luz de nomes como os de Chartier (1982), Certeau (1982), Le Goff (1990), Bourdieu (2007), entre outros. Nas análises sobre instituições educativas, seguiu-se basicamente o referencial teórico de Justino Magalhães (2004). Ao traçar a história da região, buscou-se Knob (1988), Marin (2012) e Doerzbacher (1991), entre outros. As fontes históricas utilizadas para subsidiar este trabalho pertencem às instituições de pesquisas regionais, como o acervo documental institucional da Arquidiocese de Campo Grande (MS) e da Diocese de Rio Brillante (MS). Recorreu-se também às matérias publicadas no jornal *O Progresso*, trabalho este que exigiu uma relativização do material, em função do tipo de fonte utilizada, conforme Luca (2008). Os resultados apontam para o árduo investimento feito por alemães na “Região de Missões”, em especial, no que tange à educação. Isto favoreceu sua extensão e atuação, que visou não apenas a chamada “promoção vocacional”, mas também o exercício e a oferta educacional. Compreendeu-se igualmente que, se por um lado o Seminário apresentou limitações enquanto promotor sacerdotal, por outro, obteve sucesso enquanto escola e promotora de uma educação de qualidade.

Palavras-chave: Educação confessional. Seminário franciscano. Rio Brillante.

ABSTRACT

This research is based on a set of investigations focused on the History of Educational Institutions (HIE), field of History of Education, whose proposal was to discuss the writings and research courses on the Franciscan institutions; Educational expansion and mission in the region; Genesis, profile and functioning of the Catholic confessional institution in Rio Brilhante; The socio-cultural conformation and the educational process of the Seminar / School. The analysis of the seminar involves the movement of the Franciscan Order, from the Province of Thuringia, Alemanha, to the State from 1938. It is anchored in historical sources (memoirs, Printed) I tried to build part of the history of education in the region. I sought to trace the bias of Cultural History (Chartier, 1982, Certeau, 1982, Le Goff, 1990, Bourdieu, 2007). For the analysis on educational institutions I followed basically the theoretical reference of Justino Magalhães. To trace the history of the region, I sought Knob (1988), Marin (2012) and Sirley and Doerzbacher (1991), among others. Historical sources were sought in regional research institutions such as the institutional documentary collection of the Archdiocese of Campo Grande (MS) and the Diocese of Rio Brilhante (MS), whose data subsidized the work. I also reviewed the articles published by the newspaper "O Progresso", relativizing this type of source from the considerations of Luca (2008).

The results point to the strenuous German investment in the "Region of Missions", especially in education, which favored its extension and performance, which aimed not only at the so-called "vocational promotion", but also at the exercise and educational offer. It was also understood that if, on the one hand, the Seminary presented limitations as a priestly promoter, on the other hand it succeeded as a school and promoted a quality education.

Keywords: Confessional education. Franciscan Seminary. Rio Brilhante.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| FIGURA 1. Foto da capa do livro do Frei Pedro Knob (1988)..... | 65 |
| FIGURA 2. Foto da página 3 do livro <i>A missão franciscana no Mato Grosso</i> (1988) | 66 |
| FIGURA 3. Foto da capa do livro <i>Rio Brilhante: sua terra, sua gente</i> | 68 |
| FIGURA 4. Jornal <i>O Progresso</i> , nº 538, 19/09/1964, p.1..... | 76 |
| FIGURA 5. Jornal <i>O Progresso</i> , nº 538, 19/09/1964, p.6..... | 78 |
| FIGURA 6. Jornal <i>O Progresso</i> , nº 1150, 20/06/1970, p.4..... | 79 |
| FIGURA 7. Jornal <i>O Progresso</i> , nº 1217, 27/02/1971, p. 4..... | 80 |
| FIGURA 8. Foto dos primeiros missionários a chegar na “Terra de Missões”..... | 86 |
| FIGURA 9. Foto do início da construção do Seminário Santo Antônio, no final da década de 1960..... | 87 |
| FIGURA 10. Foto da fachada do Seminário Santo Antônio..... | 88 |
| FIGURA 11. Foto da ala direita do Seminário Santo Antônio..... | 88 |
| FIGURA 12. Foto “Classe da segunda série ginásial” (1968) - - autenticada no Cartório do 1º Ofício de Rio Brilhante, em 24/08/1970..... | 90 |
| FIGURA 13. Caixa de “Arquivo Morto”, de Rio Brilhante – MS..... | 93 |
| FIGURA 14. Livro de controle de fluxo de caixa..... | 94 |
| FIGURA 15. Livro de Capítulo Conventual, Rio Brilhante (1987-94)..... | 94 |
| FIGURA 16. Livro de empregados, Rio Brilhante..... | 95 |
| FIGURA 17. Foto da capa do Livro de Tombo, vol. 3..... | 100 |
| FIGURA 18. Foto da capa do Livro de Tombo, vol. 1..... | 101 |
| FIGURA 19. Foto lateral da capa do Livro de Crônicas do Seminário Rio Brilhante (1975-1988)..... | 105 |
| FIGURA 20. Foto da capa do Livro de Crônicas do Seminário Rio Brilhante (1975- 1988)..... | 105 |
| FIGURA 21. Foto da contracapa do Livro de Crônicas do Seminário Rio Brilhante (1975-1988)..... | 106 |

| | |
|---|-----|
| FIGURA 22. Símbolo do Sagrado Coração de Jesus..... | 107 |
| FIGURA 23. Símbolo da Custódia Franciscana..... | 107 |
| FIGURA 24. Símbolo de Santa Isabel da Turíngia..... | 109 |
| FIGURA 25. Símbolo do Comissariado Mato-grossense..... | 110 |
| FIGURA 26. Semanários de Classes do Seminário Santo Antônio..... | 112 |
| FIGURA 27. Símbolo do Seminário Santo Antônio..... | 114 |
| FIGURA 28. Mapa da presença franciscana..... | 122 |
| FIGURA 29. Abrangência da CAND, em MS..... | 130 |
| FIGURA 30. Municípios pertencentes à CAND, em MS..... | 131 |
| FIGURA 31. Primeira Igreja Matriz de Entre Rios, MT (atual Rio Brillhante, MS)..... | 141 |
| FIGURA 32. Segunda Igreja Matriz de Rio Brillhante, MS..... | 142 |
| FIGURA 33. Convento franciscano que comportou os primeiros alunos do Seminário Santo Antônio..... | 142 |
| FIGURA 34. Prédio do Seminário Santo Antônio em construção. Do lado esquerdo, o Convento franciscano que abrigava aos primeiros alunos..... | 143 |
| FIGURA 35. Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante ao final de sua construção..... | 143 |
| FIGURA 36. Distribuição de aulas do Curso de Admissão – Ano escolar/1968..... | 180 |
| FIGURA 37. Livro didático usado no Curso de Admissão no Seminário de Rio Brillhante..... | 181 |
| FIGURA 38. Encontro de Promotores Vocacionais da Diocese, 1979..... | 205 |
| FIGURA 39. Planta baixa do Seminário Santo Antônio..... | 211 |
| FIGURA 40. Localização contemporânea do Seminário Santo Antônio (Atualmente Fazenda Esperança)..... | 212 |
| FIGURA 41. Planta detalhada do Seminário Santo Antônio..... | 213 |
| FIGURA 42. Desenho da planta detalhada do Seminário Santo Antônio..... | 213 |
| FIGURA 43. Construção do Seminário Santo Antônio, na década de 1960..... | 216 |
| FIGURA 44. Prédio do Seminário Santo Antônio. Possivelmente, no final da década de 1960..... | 217 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 45. “Colégio Santo Antônio”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 217 |
| FIGURA 46. “Sala de ciências”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 219 |
| FIGURA 47. “Laboratório”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 220 |
| FIGURA 48. “Farmácia”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 220 |
| FIGURA 49. “Sala de trabalhos manuais”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 221 |
| FIGURA 50. “Biblioteca”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 221 |
| FIGURA 51. “Enfermaria”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 222 |
| FIGURA 52. “Sala de recreio”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 222 |
| FIGURA 53. Mosaicos no chão do Seminário Santo Antônio..... | 223 |
| FIGURA 54. Planta da “Sala da I série ginásial”. Foto autenticada em 19/08/1970..... | 224 |
| FIGURA 55. Planta da “Sala de ciências”. Foto autenticada em 19/08/1970..... | 225 |
| FIGURA 56. “Sala da I série ginásial”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 226 |
| FIGURA 57. Antiga sala de aula do Seminário Santo Antônio..... | 226 |
| FIGURA 58. Entrada da horta pertencente ao Seminário Santo Antônio, atualmente sob os cuidados da Fazenda Esperança..... | 228 |
| FIGURA 59. “Colégio Santo Antônio e seus campos de futebol”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 230 |
| FIGURA 60. Seminaristas rumo a mais uma partida de futebol, entre 1964 e 1967..... | 230 |
| FIGURA 61. “Piscina do Colégio”. Foto autenticada em 24/08/1970..... | 231 |
| FIGURA 62. Visão vertical da Fazenda Esperança, antigo Seminário Santo Antônio..... | 233 |
| FIGURA 63. Alunos da Banda do Seminário Santo Antônio (entre 1964 e 1967)..... | 236 |
| FIGURA 64. Alunos do Seminário Santo Antônio caracterizados para apresentação teatral (entre 1964 e 1967)..... | 237 |
| FIGURA 65. Alunos do Seminário Santo Antônio jogando (entre 1964 e 1967)..... | 238 |
| FIGURA 66. Alunos do Seminário Santo Antônio tomando banho de rio (entre 1964 e | |

1967).....238

FIGURA 67. Alunos do Seminário Santo Antônio em um piquenique (entre 1964 e 1967).....239

FIGURA 68. Alunos do Seminário Santo Antônio em um passeio na fazenda.....239

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| QUADRO 1. Revista Brasileira História da Educação (RBHE) e História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), 2011-2014..... | 51 |
| QUADRO 2. Principais Teses e Dissertações da CAPES (2005-2015)..... | 56 |
| QUADRO 3. O Seminário nas páginas do Jornal <i>O Progresso</i> (1959-1995)..... | 82 |
| QUADRO 4. Acervos regionais/Fontes históricas disponíveis..... | 116 |
| QUADRO 5. Instituições escolares instaladas em Rio Brilhante entre as décadas de 1920 e 1990..... | 159 |
| QUADRO 6. Ano escolar do Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante(1968). Diretora de Classe: Vem. Irm. Higinia/Ir. Rosalina Rodrigues..... | 179 |
| QUADRO 7. Corpo docente do Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (1976 a 1988)..... | 198 |
| QUADRO 8. Lista de nomes de alunos da 1ª série, ingressante no Seminário (1970/1971)..... | 206 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1. Procedência dos seminaristas de Rio Brilhante por Paróquia (1978)..... | 204 |
|--|-----|

SIGLAS

APE/MS – Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CFE – Conselho Federal de Educação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDR – Centro de Documentação Regional

CLC – Curso de Liderança Cristã

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EDEM – Educação Extensiva Monitorada

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

HIE – História das Instituições Educacionais

HISTEDBR – Revista História, Educação e Sociedade no Brasil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

O.F.M. – Ordem dos Frades Menores

OFE – Organização Fazenda Esperança

PDES – Paróquia Divino Espírito Santo

PSFA – Paróquia São Francisco de Assis

PE. - Padre

PR - Paraná

RBHE – Revista Brasileira da História da Educação

RS – Rio Grande do Sul

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SMT – Sul de Mato Grosso

SP – São Paulo

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------|----|
| RESUMO..... | 9 |
| ABSTRACT..... | 10 |
| LISTA DE FIGURAS..... | 11 |
| LISTA DE QUADROS..... | 15 |
| LISTA DE TABELAS..... | 16 |
| SIGLAS..... | 17 |
| NOTAS SOBRE A AUTORA..... | 21 |
| INTRODUÇÃO | 31 |

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS FRANCISCANAS: ESCRITOS E PERCURSOS DE PESQUISA HISTÓRICA

| | |
|---|----|
| 1.1 Ações pastorais no Brasil: História e historiografia..... | 46 |
| 1.1.2 A missão franciscana em revistas. | 50 |
| 1.1.3 Teses e Dissertações | 54 |
| 1.2 Fontes históricas..... | 59 |
| 1.2.1 Documentos oficiais..... | 60 |
| 1.3 Relatos memorialísticos..... | 62 |
| 1.3.1 A missão franciscana em Knob..... | 63 |
| 1.3.2 A cidade e a missão em Facholli e Doerzbacher..... | 67 |
| 1.4 Impresses periódicos como fonte..... | 70 |
| 1.4.1 Imprensa regional..... | 73 |
| 1.4.2 Jornal <i>O Progresso</i> | 74 |
| 1.5. Iconografia | 84 |
| 1.6 Materiais produzidos pela Igreja e pela Instituição Educativa | 92 |

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 1.6.1 Livro de Tombo..... | 96 |
| 1.6.2 Livro de Crônicas | 104 |
| 1.6.3 Livro Semanário de Classe | 112 |
| 1.7 Depoimentos orais | 117 |

CAPÍTULO II

NOS MAIS REMOTOS RINCÕES... A PRESENÇA FRANCISCANA

| | |
|--|-----|
| 2. Franciscanos no Brasil | 121 |
| 2.1 A presença franciscana em Mato Grosso | 124 |
| 2.2 Franciscanos na região da Grande Dourados | 129 |
| 2.3 O passado oitocentista de Rio Brilhante | 133 |
| 2.4 Início do século XX: 1900 a 1930 | 136 |
| 2.5 Rio Brilhante: retomada do processo de ocupação..... | 139 |
| 2.6 Os franciscanos em Rio Brilhante e o surgimento do Seminário Santo Antônio | 140 |
| 2.7 “Luzes” na cidade (1938-1960)..... | 144 |
| 2.7.1 Primeiras providências..... | 146 |
| 2.7.2 Escola Paroquial..... | 150 |
| 2.7.3 Estratégias de fortalecimento da missão..... | 153 |
| 2.7.4 Tradições institucionalizadas..... | 154 |
| 2.8 Antigos espaços escolares..... | 156 |
| 2.8.1 Cenário educacional a partir da década de 1960..... | 160 |

CAPÍTULO III

O SEMINÁRIO FRANCISCANO DE RIO BRILHANTE: CRIAÇÃO, PERFIL DE FUNCIONAMENTO E PROCESSO EDUCATIVO

| | |
|--|-----|
| 3.1 Vivências cotidianas em “Entre Rios” | 167 |
| 3.2 Colégio Santo Antônio, um seminário-escola | 173 |
| 3.2.1 Organização da instituição educativa | 174 |
| 3.2.2 Tempo escolar | 177 |

| | |
|---|-----|
| 3.2.3 Curso de Admissão | 178 |
| 3.2.4 Sobre matrículas e regime escolar | 182 |
| 3.2.5 Acerca das Notas, Médias e Vida Escolar | 183 |
| 3.3 A propósito da organização administrativa | 185 |
| 3.3.1 Direção | 186 |
| 3.3.2 Secretaria, tesouraria e biblioteca | 190 |
| 3.3.3 Corpo docente | 192 |
| 3.3.4 Corpo discente | 199 |
| 3.3.4.1 Procedência | 202 |

CAPÍTULO IV

O SEMINÁRIO FRANCISCANO DE RIO BRILHANTE: EDIFICAÇÕES E VIVÊNCIAS COTIDIANAS

| | |
|---|-----|
| 4.1 O prédio do Seminário Franciscano de Rio Brilhante | 210 |
| 4.1.1 Arquitetura escolar: história e poder | 215 |
| 4.2 Compartimentos interiores: praticidade e funcionalidade | 218 |
| 4.3 Área externa: trabalho e lazer | 228 |
| 4.4 Rotinas seminaristas: trabalho, disciplina e lazer | 234 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 241 |
| REFERÊNCIAS | 246 |

NOTAS SOBRE A AUTORA

Esta parte do Relatório se destina a praticar um breve exercício de “ego-história”. Tal atividade se mostra importante à medida em que o ato de retomar as recordações de alguns fatos ligados à família, à juventude, à trajetória escolar e acadêmica é uma forma de anunciar e, por conseguinte, explicar o engajamento desempenhado no campo da História da Educação. Ademais, mostra-se um ato de suma importância visto que possibilita apontar traços do convívio entre pessoas e delinear as características econômicas vivenciadas, marcadas por carências materiais, como também, é responsável por indicar traços sociais, os quais são identificados pelos contatos na família e na comunidade; ou ainda, mostra-se uma importante forma de se observar o nível de participação, o estilo de vida, as preferências, os hábitos, as vivências daquele que escreve sobre determinado objeto de pesquisa.

Na sequência, será discorrido sobre parte da participação da autora no cenário sociocultural, de forma a apontar razões, significados e decisões tomadas durante o processo de penetração no campo da pesquisa.

Nascer e Renascer

Nasci às vésperas de um novo ano, no dia 30 de dezembro de 1988, em Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Era a filha primogênita de um casal sul-mato-grossense humilde. A mãe, Ione da Silva Rocha e Silva, dona de casa, e o pai, Fausto do Carmo Valdez, operário de uma fábrica, foram para aquela cidade em busca de uma vida melhor.

Em 1988, trouxe o novo ano uma nova vida e com ela, um grande desafio. A criança nascera com um problema de saúde, para o qual os médicos e a tecnologia da época não encontraram explicação. Os profissionais apenas informaram que minha pele fora acometida por uma bactéria corrosiva. Situação a qual até hoje ficou sem uma explicação lógica, capaz de esclarecer todas as dúvidas. Em decorrência deste caso, fiquei um longo período internada e, durante meses, a rotina de meus pais e fan se transformaram em rezas e incansáveis roteiros de visitas hospitalares.

Graças à uma junta médica estadunidense que visitou o Rio de Janeiro em 1989, que se interessou pelo meu caso, foram “testadas” inúmeras possibilidades de tratamentos. Inclusive, em uma dessas tentativas desesperadas, chegaram a hipótese de uma intervenção à base de ácido, antes de recorrerem, em último caso, à amputação do

braço esquerdo - procedimento o qual já havia sido autorizado por meus pais, visto que não sabiam mais o que fazer. A intervenção audaciosa foi um sucesso! Ficaram sequelas, mas a amputação cirúrgica fora dispensada. Meus pais me levaram para casa com mais de um ano de vida. Fui recepcionada com uma festa de aniversário, pois “nascera de novo” e assim, finalmente, pude conhecer meu lar.

Infância... Trabalho e recomeços

Pouco tempo depois da minha recuperação, meus pais se mudaram para a cidade de Ponta Porã, localizada em Mato Grosso do Sul. No ano seguinte, nasceu meu irmão Fauzer. A crise no casamento dos meus pais levou-os ao divórcio dois anos mais tarde. Esse episódio fez com que minha mãe ingressasse no mercado de trabalho.

Em 1992, uma nova configuração familiar foi vivenciada por nós, minha mãe se casou com Valdir Eloi Ribeiro. Esta relação foi mantida por quinze anos e tiveram mais dois filhos: Yasmim e Yuri Silva Ribeiro.

Assim, formamos uma família de quatro irmãos. A mim, como primogênita, restou, quando não estava na escola, a incumbência de zelar pelos três menores enquanto os adultos trabalhavam. Nesta época, tinha por volta de 8 anos de idade.

Queria brincar. Como queria! E, por vezes, escapava das “responsabilidades” para me esbaldar com as crianças da rua. A maioria das brincadeiras ocorria no quintal de casa, pois não podíamos sair. Assim foi a infância, cercada por tarefas domésticas, cuidados com crianças e dificuldades econômicas.

Apesar daquela rotina familiar típica da maioria dos brasileiros, minha mãe sempre fez questão que continuássemos estudando. Os mais velhos na escola, os mais novos na creche. Acredito que isto a tranquilizava em saber que, ao menos parte do dia, estávamos seguros. A minha mãe sempre teve um espírito livre, o qual a impedia de ficar muito tempo no mesmo local, seja no bairro seja na cidade. Assim, nossa infância foi de muitas mudanças, muitas cidades, muitas escolas, muitos professores e muitos recomeços.

Anos de escolarização.... Ou tempo de chocolate

O filme “Chocolate” (2001), do romance homônimo de Joanne Harris (1999), traz fortes lembranças da minha fase de escolarização. Trata-se da história de uma mãe

solteira e sua filha Maya, de seis anos, que se muda para uma cidade rural, na França, para abrir uma loja de chocolate. A iguaria cobiçada e desejada pela comunidade serviu de mote para discutir valores como tradição, relações humanas e morais e, sobretudo, a tolerância. A mulher, interpretada por Juliette Binoche, possuía um segredo de família que permitia cozinhar chocolates com propriedades mágicas. Aos poucos, esta personagem resolve problemas em casamentos, brigas de vizinhos e enfrenta a fúria de alguns moradores presos à tradição local.

Todavia, mesmo com o desempenho desta arte de pacificar as situações ao seu redor, não parecia ser motivo o suficiente para que ali permanecesse. Seu espírito aventureiro e cigano levou a mulher a viver em constantes migrações. Dessa forma, de lugarejo em lugarejo, a pequena família construiu relações efêmeras. Estas mudanças se mostraram verdadeiros entraves para que Maya construísse plenamente sua identidade e a submeteram a uma escolarização precária.

No meu caso, a dinâmica quase nômade de minha mãe impediu que eu tivesse um registro memorialístico significativo quanto aos anos de escolarização. Mas, lembro-me de que, por vezes, à noite, meus pais me ajudaram a estudar, principalmente na fase de alfabetização, na qual costumava ficar um longo tempo decorando as sílabas das antigas cartilhas.

Ingressar no quinto ano do ensino básico, naquela época, era sinônimo de início de uma nova fase dos estudos, o qual era considerado o mais difícil e que exigia maiores responsabilidades. Lembro-me que fiquei orgulhosa de mim por chegar nesta série.

Não sei em que tempo, o momento exato e o porquê, mas um *insight* me foi dado na juventude, o qual não me permitiu jamais abandonar os estudos, mesmo quando saí de casa aos quinze anos para morar sozinha. Nessa época, a minha família e eu residíamos em Paranatinga, no Estado de Mato Grosso e eu regresssei a Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Além das malas de roupas, trouxe comigo alguns livros do Ensino Médio. Pesava muito, mas de alguma forma eu sabia que apenas assim mudaria minha vida.

Uma certeza eu tinha: havia chegado o tempo de fazer algo por mim, pois na casa de meus pais ainda estava amarrada às rotinas domésticas e de cuidados com as crianças. Isso fez com que eu crescesse muito e ansiasse por uma “tal liberdade”. Era de uma responsabilidade e consciência à frente dos colegas de minha idade.

Aos 17 anos terminei o Ensino Médio na Escola Estadual Joaquim Murinho, em Campo Grande. Foi uma etapa que encerrei com êxito, pois jamais obtive a palavra “reprovação” no Histórico Escolar. Neste mesmo ano, prestei o meu primeiro vestibular.

Anos de formação

A decisão de fazer uma faculdade pública e gratuita me pesou aos ombros, pois não sabia ao certo qual carreira seguir. Naquela época, ainda acreditava que esta decisão era perpétua. Esta indecisão me levou a quatro vestibulares fracassados e, enquanto isso, trabalhava no comércio de Campo Grande.

Aos 18 anos fiz uma visita à minha família, que nesta época morava em Rio Brillhante, no Mato Grosso do Sul; e me encantei com a cidadezinha, a qual parecia ser tranquila, pacata, diferente do ritmo de vida acelerado ao qual estava vivendo na capital. Era maravilhoso ir ao “centro da cidade” a pé ou de bicicleta. E, assim, decidi me mudar para a casa da minha mãe. Nesta época, o meu padrasto foi à Espanha, em busca de melhores oportunidades de vida, tendo como objetivo, posteriormente, levar a sua família para aquele lugar. Entretanto, isto foi apenas uma utopia, pois esta situação contribuiu somente para acabar com o seu casamento.

Ao trabalhar no comércio de Rio Brillhante, conheci o homem com quem casei em 2007. Em 2009, iniciei um curso preparatório para vestibular, ofertado pelo governo estadual, em uma das escolas da cidade e, dessa forma, percebi que havia dado um novo rumo profissional à minha vida. Neste período, um grupo de amigas me convenceu a prestar vestibular na Universidade Luterana do Brasil, com polo nesta cidade. Ainda no início do curso, devido a carência profissional local, em menos de seis meses assumi uma sala de aula de 4º e 5º ano, com disciplinas diferentes. Esta situação me serviu como um choque de realidade, no entanto, foi neste momento que descobri a profissão que pretendia exercer: o magistério.

Convicta desta decisão, resolvi me dedicar ainda mais aos estudos, a fim de ingressar em um curso de faculdade presencial, fosse ela pública ou privada, através de bolsa. Consegui passar em primeiro lugar na seleção do curso de Pedagogia, no ano de 2010, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Assim, ingressei no Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), recomecei os meus estudos e não optei por eliminação de matérias. Mergulhei no que tinha posto como objetivo para mim.

No segundo semestre de faculdade, a minha sala de aula teve uma disciplina com a professora Doutora Terezinha Bazé de Lima, a qual nos pediu para fazer um seminário de pesquisa. Estávamos envolvidos em tudo: organização, decoração, cerimonial, além do próprio ato investigativo. Este foi um evento interno que me abriu novos horizontes em dois aspectos: o primeiro, foi o ato de “ser pesquisadora”, nasceu ou despertou algo em mim que eu não conhecia. E assim, me “encontrei” mais uma vez. O segundo, foi em observar a maestria, a humildade e a tranquilidade com que a Professora Bazé lecionava.

Esta professora jamais, tratou ao próximo com indiferença, apesar de todo mérito acadêmico e funções que possuía na instituição. Sua humildade esteve sempre em primeiro lugar. Ela nos acalmava, visto que sofríamos com a ânsia de sermos apenas novatas na busca por fazer o melhor trabalho. Sua didática é ímpar e impressionante, por isso eu a admiro e a tomo como espelho, afinal, desde cedo aprendi que os bons exemplos devem ser seguidos. Almejo um dia ser tão tranquila, serena e excelente professora como a estimada Bazé. Deixo registrado os meus singelos agradecimentos por tudo.

Com o passar do tempo, outros seminários e simpósios vieram, nos quais comecei a participar e produzir pequenos artigos junto com as professoras Lucia Eugênia Pittas Martini e Elizabete Velter Borges, as quais foram igualmente mestres na minha vida acadêmica. A elas também devo muito. Apesar de a instituição não ofertar grupos de iniciação científica, sempre houve professores dispostos a apoiar os alunos nesta jornada.

No último ano acadêmico, em 2013, surgiram novos projetos, como a vontade de ser professora universitária, para tanto, era preciso galgar alguns degraus, por isso, coloquei o mestrado como um meio para alcançar o meu objetivo.

Caminho para a pós-graduação

Em 2013 conclui a graduação e pleiteei uma vaga no curso de Pós-Graduação *lato sensu*, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Assim, em 2014, iniciei o curso de especialização em “Educação Especial: atendimento educacional especializado”. Em meio a escrita do meu trabalho de conclusão de curso, sob a orientação da Professora Doutora Sônia Maria Borges; empenhei esforços no sentido de enfrentar um novo processo seletivo para ingresso no mestrado, em uma instituição no

Estado de Mato Grosso do Sul. Fiz três tentativas frustradas, uma na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), outra na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e, por último, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), todas localizadas em Campo Grande. Inquietava-me o fato de passar nas etapas anteriores de seleção, propostas pelas instituições, e reprovar na etapa de avaliação do projeto de pesquisa. Dessa forma, compreendi que precisava enfrentar o desafio e buscar subsídios para conectar nexos, ideias e conceitos no processo de escolha do meu objeto de pesquisa. Assim, superar minhas limitações significava identificar, analisar e interpretar fatos em seus contextos conjunturais e/ou estruturais.

Em 2014 fui selecionada como aluna especial para a disciplina “História da Educação, Memória e Sociedade”, do Programa de Mestrado em Educação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), ministrada pelo Professor Doutor Ademir Gebara, com participações da Professora Doutora Alessandra Cristina Furtado. Considero que este foi o primeiro passo rumo à concretização dos meus planos. Nessa disciplina fui inserida em um percurso crescente de possibilidades, complexidades, definições conceituais básicas, de modo a passar por discussões teóricas atuais e por etapas de pesquisas históricas, com destaque para o campo da História da Educação.

No final daquele mesmo ano, participei do processo seletivo para o curso de mestrado. Foi um percurso doloroso. Estava concentrada no meu objetivo de realização acadêmica e, ao mesmo tempo, enfrentava o fim do meu casamento. Tive que recomeçar a vida no âmbito pessoal, sem dar um fôlego para tudo que estava ocorrendo ao meu redor na vida profissional.

No momento em que me preparava para a seleção, tinha consciência de que as aulas de inglês das escolas públicas que frequentei não seriam suficientes para a prova de proficiência e, assim, matriculei-me no curso de inglês oferecido pelo Centro de Línguas da UFGD.

Com isso, aos poucos fui me envolvendo em uma teia de atividades, que correspondiam às aulas ministradas no ensino fundamental, às aulas no curso de pós-graduação com especialidade em Educação Especial, e à preparação para as et seletivas em nível de mestrado.

Diante deste cenário e com o desenvolvimento de uma maturidade, que me possibilitou tornar mais ciente dos meus limites, percebi que provavelmente não conseguiria realizar com êxito o processo seletivo, caso optasse pela língua inglesa. Este

foi o motivo pelo qual escolhi tentar a prova de proficiência em língua espanhola e, conseqüentemente, cessar as aulas de inglês.

Assim, passei a estudar o idioma independentemente. Adotei como didática a seleção de vinte artigos na língua espanhola, na área de Educação. Nesta perspectiva, procurei aperfeiçoar e exercitar os termos típicos da área através de traduções orais e escritas. Foi laborioso, mas um grande aprendizado. Recordo-me que no dia da prova, foi a Elizabete Velter Borges, com a qual estreitei laços de amizade, quem me emprestou o dicionário de língua espanhola para a prova.

Felizmente, no final de 2014 fui aprovada nas etapas do processo. Iniciei o curso de Mestrado em Educação no ano de 2015, na Universidade Federal da Grande Dourados. Deixei para trás as lembranças dos momentos difíceis enfrentados na vida pessoal e decidi me mudar para Dourados, marcando uma nova fase na minha caminhada.

Fui, então, tecendo conversas com minha nova orientadora, a professora Doutora Maria do Carmo Brazil, e decidimos por eleger o Seminário Santo Antônio de Rio Brillante como objeto de pesquisa, objeto de pesquisa este que prontamente decidi abraçar. Estudar uma instituição de ensino erguida na cidade que escolhi morar e a qual me acolheu, remeteu-me ao reencontro com amigos que me ajudaram durante os meus primeiros voos profissionais. Considero que aquela cidade me trouxe boas amizades e possibilitou o meu impulso profissional.

Em 2016 terminei minha pós-graduação *lato sensu* na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), o que exigiu paciência de minha orientadora de mestrado, pois estava envolvida com duas pesquisas de suma importância. Essa experiência me rendeu frutos de orgulho.

A trajetória do curso de mestrado me levou a Congressos, Simpósios e Eventos que foram muito significativos para ampliar meu conhecimento e crescimento na área. Foram realizadas pesquisas no Centro de Documentação (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados, seleção dos jornais *O Progresso* e pesquisa nos arquivos da coleção da Delegacia Regional de Ensino de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (DRE).

Durante o percurso de pesquisa tive acesso, junto à Paróquia de Rio Brillante, ao Livro de Tombo, documento precioso para esta investigação. Além disso, os administradores do Seminário Santo Antônio me abriram as portas e permitiram organizar um acervo iconográfico da instituição, contendo mais 200 fotos para seleção e

análise. O acesso às demais documentações, também de importância ímpar para esta pesquisa, estão sob custódia da Igreja; estas dizem respeito, especificamente, ao Seminário Santo Antônio e foram gentilmente cedidas pelo Frei Roberto Miguel do Nascimento.

Mergulhada no processo investigatório, tive a primeira aproximação com o referencial do teórico Pierre Bourdieu (2007), com o qual, não de forma coincidente, pude me identificar em suas premissas. Afinal, fui, a exemplo de muitos brasileiros, uma vítima da segregação escolar. Aprendi, a partir da leitura feita em Bourdieu, a refletir sobre situações e condições de vida específicas das diferentes classes e tais leituras me possibilitaram compreender o conceito de capital cultural como recurso de poder. A este conceito de capital cultural, incorporaram-se outros conhecimentos sobre diferentes formas básicas de capital: o capital econômico, o capital social (os contatos) e o capital simbólico (o prestígio). Este conjunto de capitais constitui as classes sociais ou o espaço de poder.

Entendo hoje que a realidade da minha infância e juventude me forçou a um esforço sobrenatural, comumente denominado “fracassos”, tanto nos vestibulares, quanto nos processos seletivos que me candidatei. Trata-se de um reflexo do sistema educacional e econômico de classes ao qual vivenciamos no país, conforme tão bem explicou Bourdieu:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (BOURDIEU, 1998, p. 53).

Todavia, acredito que o importante, ao tomar como referência a esta trajetória de vida, é evitar que se apoie no papel de “vítima”, em detrimento de uma atitude que vislumbre se sobressair a estas situações impostas, visto que não se tratam de condições perpétuas. Assim, cabe a cada um o compromisso de tomar para si as rédeas e se guiar por rumos mais satisfatórios em suas vidas. Como diz o meu irmão Fauzer: “Você vai chegar aonde nenhum Silva chegou”. Creio que a minha história de vida seja um fato de orgulho para toda nossa família, o qual se refletiu em algumas pessoas.

Hoje, os meus familiares entendem que é através da educação que podemos abrir horizontes. Isto se manifesta na prática, porque alguns concluíram cursos técnicos e outros almejam adentrar em uma Universidade.

O percurso que sigo não é fácil. Foi um caminho dolorido, que me exigiu sacrifícios, no entanto, sinto-me realizada em afirmar que sou a primeira pessoa desta família a me graduar, a ter uma pós-graduação *lato sensu* e, em breve, conquistar uma pós-graduação *stricto sensu*.

Meu presente

Durante muitos anos mantive vivo o desejo da maternidade, apenas concretizado no período em que cursava o mestrado, em 2016. Vivenciei momentos ímpares, os quais se dividiam em susto, surpresa, alegria e preocupações. No começo, surgiu o susto e um pensamento insistente: “Agora tudo acabou!”. Quando, na verdade, uma nova vida é apenas o começo. De fato, eis que uma vida nova, foi sinônimo de sonhos novos.

O susto demorou a passar, embora pudesse contar com a dedicação de amigos ao alentar minhas preocupações em relação ao futuro. Por ser uma pessoa ansiosa, minha gestação foi acometida por um alto nível de estresse. A culminação deste estresse se deu no dia em que realizei a etapa de exame de qualificação para o curso de mestrado, em dezembro de 2016, com a chegada adiantada em dois meses do meu bebê.

Sem perceber, em plena sessão de defesa de qualificação, iniciou-se um trabalho de parto prematuro. Naquela noite fui internada, na tentativa de adiar a chegada da criança. Foram cinco dias nesta esperança, mas a bolsa rompeu e o parto foi realizado às pressas. Não era possível mais esperar, pois já não havia líquido amniótico e o bebê estava sucumbindo no meu ventre.

Em 19 de dezembro de 2016, dia do aniversário da estimada professora Dr^a. Alessandra C. Furtado, veio ao mundo a Ana Mel. Trata-se de uma brava menina que, assim como a mãe, teve que lutar pela vida ao nascer. Foram vinte e seis dias no Hospital Evangélico, na cidade de Dourados, período em que ficou na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) neonatal e, depois, no quarto hospitalar. Meu presente nasceu prematuro prematura, com apenas trinta e uma semanas e com graves problemas respiratórios. Foram dias que pareciam anos e, sem sombra de dúvidas, os mais angustiantes de minha vida.

A Ana Mel nasceu com 1 quilo e 695 gramas. Quando foi para casa, seu peso era de 1 quilo e 800 gramas. Tão pequenina e tão frágil e, ao mesmo tempo, tão guerreira. Ela nos ensinou muito com tão poucos dias de existência. Concedo às orações e a Deus o milagre dessa vida, pois como me foi dito naquele hospital, tínhamos chances de perdê-la, mas creio que a misericórdia e a graça tenham sido maiores.

Uma vez em casa, dediquei meu dezembro e janeiro para mimá-la e cuidá-la. Retomei minha investigação acadêmica em fevereiro do ano de 2017. Assim, a reta final desta pesquisa foi permeada por grandes marcos, os quais podem ser resumidos no nascimento de um bebê e de uma mãe em 2017.

Novos sonhos...

O curso de mestrado está quase concluído. No entanto, sei que há muito o que fazer, pesquisar e aprender. Trata-se de uma etapa a ser cumprida para que seja alcançado um objetivo maior, como já mencionado. Fico satisfeita e realizada com os feitos conquistados até o momento. Hoje já existem planos em potencial. Como sempre fiz, galguei um degrau de cada vez, sempre buscando calma e sabedoria para alcançá-los. Novos sonhos já chegaram; novos rumos, novas realizações e novas conquistas me esperam.

O ano de 2017, com certeza, trouxe uma vida nova. Ele me deu a Ana Mel; um namoro, que depois, transformou-se em casamento; uma família; a posse em um concurso público; a aprovação de um trabalho acadêmico no IX Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE), que acontecerá em agosto deste ano, em João Pessoa; e logo mais, poderei somar a essas conquistas o término da pós-graduação *stricto sensu*, o qual será coroado de grandes alegrias.

INTRODUÇÃO

É preciso ler Marc Bloch com atenção... Pois os ciosos guardiões de sua memória, ainda mais ciosos na medida em que não são os verdadeiros discípulos, consideram “traição” quando um historiador que invoca, com todos os motivos, a autoridades dos *Annales* em lugar da história “global” ou “total” recorta na história um objeto particular. Ora, Marc Bloch escreve: Nada mais legítimo, nada mais constantemente salutar do que centrar o estudo de uma sociedade em um dos seus aspectos particulares, ou, melhor ainda, em um dos problemas precisos que levantam este ou aquele desses aspectos: crença, economia, estrutura das classes ou dos grupos, crises políticas (LE GOFF, 2001, p. 30).

Esta pesquisa se insere no conjunto de investigações voltadas para a História das Instituições Educacionais (HIE), pertencente ao campo da História da Educação, realizada por meio da Faculdade de Educação (FAED), da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); e faz parte de um rol de pesquisas realizadas pelo Grupo de História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES), desta mesma instituição. Grupo de pesquisa este que nos últimos anos têm se esforçado para fomentar estudos acerca da temática em Mato Grosso do Sul, abrangendo, por vezes, Mato Grosso (uno).

O propósito deste trabalho foi trazer à lume a criação, a instalação, o perfil de funcionamento, ou ainda, a história da Instituição Educativa conhecida como Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante, localizado na cidade de Rio Brillhante, no Estado de Mato Grosso (uno).

O ano de 1959, precisamente no dia 1º de setembro, marca o momento em que o Frei Proto Shurr e seu servente iniciaram os trabalhos de construção da primeira ala do Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante. Antes dessa data, as atividades missionárias se desenvolviam em uma antiga chácara, comprada do Sr. Marcos Ortega, a 300 metros da Paróquia Divino Espírito Santo. Sobre este fato, Frei Pedro Knob, em uma obra dedicada à missão franciscana em Mato Grosso, ofereceu as seguintes informações:

Lá havia uma casa velha de madeira para o qual logo se mudaram os Irmãos Frei Valfrido e o Frei Nicéforo Storch, que chegara da Alemanha em outubro de 1938. Eles começaram a construir uma nova residência para a comunidade franciscana. Em julho de 1939, também os padres se transferiram para a casa de madeira da chácara. No dia 22 de agosto do mesmo ano, foi lançada a pedra fundamental da nova casa. Ficou pronta em março de 1941, realizando-se no dia 25 de abril a benção e inauguração oficial. Mais tarde, em 1959, a residência foi adaptada para nela funcionar um seminário franciscano, começando-se ao mesmo tempo a construção do novo Seminário Santo Antônio (KNOB, 1988, p. 225).

O Seminário foi erigido em decorrência da expansão do comissariado franciscano, iniciado no final da década de 1930. Dos templos, das instituições educacionais e das sacerdotais, emergiram duas fundações: uma em Rosário do Oeste e outra em Entre Rios (atual Rio Brillhante), esta vista como “nova terra de missão”. Ambas tinham o desígnio de ampliar a influência católica e representar o Definitório da Província da Turíngia (Congregação) na região, através da fundação de um Comissariado Provincial em Mato Grosso, em 15 de outubro de 1938. Munido de procurações e documentos necessários, logo o Frei Eucário Schmitt foi nomeado o

primeiro superior da Missão Franciscana de Mato Grosso, o qual administrou a congregação em dois períodos: de 1938 a 1943 e de 1949 a 1958.

Havia pressa para o início das atividades do Comissariado, pois no cenário europeu se iniciava os primeiros sinais de um conflito de ordem mundial, conforme salientou Knob (1988, p. 61): “Em parte se explica essa expansão pela ideia de refúgio para os confrades, com a finalidade de garantir a sobrevivência da Província da Turíngia por causa da perseguição nazista e da previsão de uma guerra iminente”.

Os primeiros anos da existência do Comissariado de Mato Grosso foram marcados por rápido e visível sucesso, não só com o aumento do número de religiosos, como também, percebido no crescente número de residências, paróquias e escolas na região.

O caráter funcional desse Seminário católico se assentava nos seguintes preceitos básicos nas áreas humanas e religiosas: esporte e lazer, ensino, trabalho e práticas comunitárias cotidianas. Estas práticas comunitárias eram pautadas nos princípios da ordem franciscana como fraternidade e cultivo espiritual.

A ideia deste trabalho de pesquisa foi responder uma questão central: qual a contribuição da Ordem franciscana, através do Seminário, no processo educacional e de construção da identidade histórica da cidade, no período de 1959 a 1994?

O ano de 1959 foi escolhido como limite mínimo do estudo, pois marca o início da construção física do Seminário e também o momento em que foram realizadas as primeiras matrículas para posterior desenvolvimento das atividades educacionais no ano seguinte. O arco temporal de estudo alcançou o ano de 1994, data em que a instituição educacional encerrou suas atividades administrativas, enquanto seminário.

Importa registrar para uma maior compreensão da história/trajetória do Seminário Santo Antônio, que, conforme Knob (1988), a instituição educacional ficou marcada pela denominada “Primeira fase” do Seminário (1959-1972). Entre os anos de 1972 e 1974, o Seminário teve uma breve interrupção em suas atividades, a qual foi explicada como resultado de uma falta de pessoal qualificado para dirigi-lo, somado a isto, avaliaram que não houve um atendimento à proposta da chamada “promoção vocacional”, tão almejada pela Ordem e considerada como objetivo maior para a construção do Seminário, como bem destacou o autor: “[...] Nós todos sentimos o fechamento do colégio [...] como golpe na vivência da Custódia. Resta para nós a necessidade de rezar fervorosamente a Deus para que nos mande vocações boas em

número suficiente” (KNOB, 1988, p. 427). Isto também se confirma pelos relatos do Livro de Tombo da Paróquia de Rio Brilhante, uma de nossas principais fontes:

[...] o Seminário não funcionará mais enquanto não se encontrar uma equipe satisfatória para dirigi-lo. Na Carta Circular de 02-01, o bispo dirigiu um apelo insistente ao seu clero a favor do Seminário e a pastoral vocacional (LIVRO DE TOMBO, 1973, p. 192-193).

Para que o prédio não ficasse sem utilidade durante dois anos de estagnação das atividades educacionais, os frades destinaram-no para servir à comunidade católica. Além de, conforme Knob (1988, p. 427), atender às atividades dos alunos da cristandade (catequese) e funcionamento do Curso de Liderança Cristã da Diocese de Dourados (CLC).

Em 1975, os franciscanos retomaram as atividades com novo fôlego. Iniciava-se, assim, a “Segunda fase” da história do Seminário (1975-1994), de acordo com os registros de Knob (1988), fase que marca o tempo em que as ações educativas se mantiveram ativas. Este fato consta no portal da Organização Fazenda Esperança (OFE), em matéria publicada no ano de 2014, quando, em sessão solene em homenagem aos 15 anos de funcionamento da OFE em Rio Brilhante, a vereadora Maria Isabel de Alvarenga Madureira Barbosa fez um pronunciamento sobre a “desativação” do prédio no ano de 1994.

Portanto, é em virtude desta sequência de fatos que se considera a “Segunda fase” da instituição como o período que vai de 1975 a 1994. E desta data em diante, observa-se que a história dessa instituição entra em sua fase final, que corresponde ao seu processo de esgotamento, enquanto seminário.

As análises sobre o Seminário envolvem o movimento da Ordem Franciscana, que é oriunda da Província de Turíngia, na Alemanha, rumo ao Estado de Mato Grosso, a partir do ano de 1938 – embora se deva ressaltar que os primeiros pensamentos sobre este deslocamento datam de 1936. A chegada da Ordem na região trouxe para a cidade de Rio Brilhante (ainda denominada “Entre Rios”, na época), além da escola confessional católica, possibilidades de alterações no perfil socioeconômico de Mato Grosso (uno), sendo este um aspecto importante para esta investigação.

Como o recorte temático, temporal e espacial pretendido neste trabalho envolve uma questão ampla, decidiu-se por desdobrá-lo em alguns questionamentos pontuais, entre os quais: de que maneira o Seminário se inseriu na cidade? Por que a Ordem Franciscana decidiu abrir um Seminário em Rio Brilhante? A instituição contou

com apoio de que segmento da sociedade? Quais foram as forças políticas envolvidas na dinamização dessa instituição católica na região? Em um Estado tão grande, quais foram as motivações e os critérios adotados pelo governo para legitimar a instalação de instituições católicas, em especial, na sua parte sulina? Qual o significado da implantação do ensino confessional católico em uma cidade praticamente rural a partir dos anos 50, como foi o caso da criação do Seminário? Como foi a efetiva participação de políticos locais nesse processo?

Ainda na sequência, caberia questionar: qual o sentido de investigar as práticas escolares e a cultura escolar da instituição, convertida em objeto de pesquisa, voltada praticamente para o antigo ensino ginasial, até a década de 1990? Como essa instituição se relacionou socialmente com a comunidade local? Qual foi sua influência no sistema educacional local? Como operavam os agentes envolvidos? Era uma instituição com acesso gratuito? Que etapas do ensino eram ofertadas? As vagas oferecidas eram suficientes? Que outras instituições educacionais existiam na cidade? Quem eram os agentes sociais que ali se movimentaram (alunos, professores, familiares, entre outros)? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão dos alunos? Qual a origem, o provável destino e/ou formação dos educandos que ali frequentavam? Quem foram os primeiros professores (incluindo recrutamento e formação) e como eram suas atuações didático-pedagógicas?

Formulou-se a hipótese de que o ideário educativo da missão franciscana, mantido durante praticamente quatro décadas e atuante até a contemporaneidade – com outro caráter socioeducativo –, sedimentou-se e ganhou credibilidade na comunidade local, além da expansão da Igreja Católica, graças ao propósito da Missão em incluir disciplinarização, educação para o trabalho e “civilização” pelo exemplo. Ou seja, a Missão Franciscana na região vislumbrou a formação educacional, pessoal e cultivo vocacional com atividades e premissas pautadas na disseminação do ensino confessional e vida fraterna, considerando assim, a educação como um viés privilegiado e eficaz de evangelização, de forma a garantir a presença católica na sociedade.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e analisar a história, o perfil de funcionamento e, por conseguinte, a relação do Seminário Santo Antônio, enquanto instituição educacional, com a cidade de Rio Brillante entre as décadas de 1960 e 1990. Outro propósito visado neste trabalho é abordar essa temática no âmbito educativo, a partir do diálogo entre a esfera macro (nacional) e a micro (regional). Nesse sentido, procurou-se destacar os principais agentes sociais dessa construção histórica, na

tentativa de identificar as contribuições da Ordem Franciscana no processo de expansão do atendimento educacional na região sul do Estado, bem como, averiguar o papel do Seminário enquanto agente de desenvolvimento urbano. Além disso, tomou-se como objetivo a feitura de uma análise das características da cultura escolar da instituição.

No campo da História da Educação, pesquisadores das mais distintas instituições de ensino superior, sobretudo aquelas que dispõem de programas de pós-graduação *stricto sensu*, têm se esforçado para promover o alargamento qualitativo das produções historiográficas, com destaque para os estudos das instituições educativas. A esse respeito, Brazil e Furtado (2010) destacaram o crescente número de pesquisas defendidas em Programas de Pós-Graduação na linha de pesquisa em Educação e História.

No Brasil, este movimento científico cresceu a partir de 1990, embora estudos historiográficos esporádicos desta vertente já tivessem sido feitos, a exemplo os desenvolvidos por Carrato (1961; 1968) e Bauab (1972). Grande parte das pesquisas dedicadas à história de instituições educativas implica em explicar a dinâmica de suas ações, os reflexos ou as possíveis transformações ocorridas ao longo do tempo pela sociedade na qual dada instituição se insere. A partir dessas investigações, é possível entrever as relações entre os agentes sociais de determinada instituição, o processo de ensino, a cultura material, as origens e o funcionamento da instituição.

Brazil e Furtado (2010), ao analisar a produção historiográfica educacional realizada por Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, registraram a reduzida quantidade de dissertações e teses dedicadas à História das Instituições Educacionais. Dessa forma, esta carência de estudos científicos e o silenciamento em torno do tema serviram como elementos essenciais para que fosse despertado o interesse pessoal em eleger o Seminário Santo Antônio, assentado no município de Rio Brilhante, como objeto de pesquisa.

A heurística abarcou fontes de natureza administrativa (Documentos da Secretaria de Educação de MT/MS, Regimento Interno do Seminário, legislação educacional, plantas e projetos arquitetônicos da Capela e do Seminário Santo Antônio, entre outros censos diversos de população); de ordem eclesiástica (Livro de Crônicas do Seminário (1975-1988), Livros Semanários contendo o programa de atividades escolares desenvolvidos na série “Admissão” e nas 4 séries ginásiais (1967-1988), entre outros documentos). De caráter oficial (relatórios, correspondências, estatísticas).

Enfim, foram utilizadas nesta pesquisa as mais diversas fontes “descobertas” pela Nova História Cultural, tais como a literatura, as memórias, as narrativas, as crônicas, os impressos de jornais e revistas, a iconografia, as biografias, as genealogias, entre outras. Os dados foram interpretados a partir das categorias de análises explicitadas, com a consideração, em especial, das relações reflexivas entre o particular (a presença da Igreja através do Seminário Santo Antonio de Rio Brilhante) e o geral (o contexto histórico-agrário-social do país), entre os anos de 1959-1994.

Portanto, como ponto de partida metodológico, lançou-se mãos de memórias, relatos, crônicas, entre outros escritos, sobre a cidade e a instituição educativa, de forma a considerar a cultura, o tempo, o espaço, as crenças e os valores estabelecidos na época pela sociedade. Certeau (2006) contribui a esse respeito:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 2006, p. 8).

Com esta dinâmica, elegeu-se, em primeira instância, a crônica ou o material memorialístico, organizado por Facholli e Doerzbacher (1991) e outro por Knob (1988). Nessas obras, as autoras apresentam um levantamento da história local, do ponto de vista político e social.

No livro *Rio Brilhante: sua terra, sua gente*, de Facholli e Doerzbacher (1991), as autoras trazem relatos pontuais sobre a vida material dos agentes sociais e políticos da cidade de Rio Brilhante desde o período oitocentista, com destaque para as famílias dos ditos pioneiros ou “desbravadores” da região “Entre Rios”, bem como de autoridades e órgãos públicos e privados. O livro do Frei Knob (1988), *A missão franciscana do Mato Grosso*, oferece riquíssimas informações sobre a chegada e realizações na Missão Franciscana em terras mato-grossenses, sendo este um importante material de referência para a presente investigação.

O passo seguinte para o andamento desta pesquisa foi o de levantamento das matérias jornalísticas sobre a atuação franciscana no Seminário Santo Antônio, bem como na região da Grande Dourados. Para tanto, utilizou-se os impressos do Jornal *O Progresso*, que circula na região (ainda Mato Grosso, na época) desde o ano de 1951 e que é veiculado até os dias atuais. Esta ação foi realizada a partir de um levantamento prévio feito junto ao Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados (CDR), no qual é possível ter acesso a algumas informações importantes sobre a ação franciscana na região. A referida instituição de pesquisa possui parceria com o Jornal pesquisado, a fim de digitalizar suas edições. Atividade a qual tem facilitado o trabalho investigativo de inúmeros estudiosos da história regional.

No entanto, em análises feitas, foi constatada uma lacuna no trabalho de informatização envolvendo o ano de 1961 e alternadas edições dos demais anos. Inúmeros exemplares do periódico foram dados como extraviados, razão pela qual não se encontra à disposição no Centro de Documentação.

Para dar conta das análises desse material recorri, então, às orientações de Tania Regina de Luca (2008). Trata-se de uma experiente historiadora que toma, entre outros materiais, os impressos como fonte histórica. Um aspecto que Luca chama a atenção se refere a questão da objetividade, da subjetividade, da neutralidade e da fidedignidade ao se recorrer a este tipo de fonte. Assim, cabe ao historiador e/ou pesquisador o olhar atento às relações de poderes, muitas vezes, imbricadas sorrateiramente nesta materialidade. Entretanto, cabe dizer que, ainda assim, é necessário permanecer com esta fonte, pois os jornais são um reflexo da sociedade da época. Através da imprensa, tem-se parte de um acontecimento, embora se saiba dos jogos de poder e dos silenciamentos que, por vezes, “gritam” versões distintas sobre um determinado fato.

Além desse aporte de fontes e de teóricos, buscou-se subsidiar e organizar o presente trabalho a partir da reflexão encontrada em algumas teses, dissertações, livros e publicações, com destaque para os estudos de Baldin (1998), Amaral (2005), Pereira (2006), Queiroz (2008), Santini e Brazil (2009) e Marin (2012). Tais pesquisadores se dedicam à história e trajetória da Ordem Franciscana em Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, dentre outros.

Tendo em vista a dinâmica das relações sociais ocorridas na instituição em estudo, tomou-se como base os referenciais de Bourdieu (1970), Le Goff (1990), Michel de Certeau (1982), Chartier (2002) e Justino Magalhães (2004), cujas contribuições são

consideradas indispensáveis para a compreensão dos nexos culturais de uma dada sociedade, na perspectiva da História Cultural.

Ainda neste trabalho, fez-se necessário o referencial cartográfico para trabalhar o recorte espacial no Estado de Mato Grosso, a região da Grande Dourados, a cidade de Rio Brilhante e o Seminário Santo Antônio. Assim, como suporte para este referencial, foi utilizado Moraes (2006), a qual ofereceu significativas contribuições. Em busca de um agregamento qualitativo, lançou-se mãos de Viñao (1996) e Gonçalves (2012) para abordar sobre o espaço e a arquitetura do Seminário.

Para discutir as questões culturais que envolveram o Seminário, foi utilizado as considerações teóricas de Pierre Bourdieu, sobretudo os três conceitos básicos e interdependentes de sua obra: capital, campo e *habitus*.

Os pressupostos delineados por Bourdieu são de suma importância para a compreensão dos “jogos de poder” estabelecidos entre a sociedade e a Igreja, de forma que uma atua na outra. Isto nos leva a compreender as dinâmicas dos campos que se estabeleceram, o *habitus* assimilado e os capitais que comandavam essas relações.

Nessa perspectiva, é possível também entender como se deu a disputa de poder entre instituições, bem como, constata-se a presença, no campo da evangelização, das referidas instituições envolvidas em todo processo. Além disso, é possível compreender como as ações imbricadas em determinado campo faz a sustentação e reprodução de outros campos de poderes sociais. Observa-se, assim, que o campo social é para além de um reproduzidor, estão neles postas ideologias particulares, as quais interferem em toda a dinâmica estabelecida, ainda que veladamente. É o caso, por exemplo, da atuação legítima do campo religioso a favor, em muitos casos, do campo político.

Assim, foram esses os motivos que levaram a utilização de Bourdieu para a compreensão desta dinâmica no campo, bem como, suas interdependências, inclusive dos agentes envolvidos no fenômeno. A partir deste caminho foi possível identificar parte das relações de sentido e de força que se manifestaram na diáspora franciscana.

Com esta pesquisa proposta, esperou-se desvelar a história do Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante, percorrendo vestígios de sua trajetória, de modo a buscar os principais atores desta construção histórica da região e a relação da Ordem Franciscana nas atividades educacionais regionais.

Décio Gatti Junior (2002) nos leva a entender que as pesquisas com instituições escolares:

“[...] são a ponta-de-lança da possibilidade de escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e singularidades locais e institucionais” (GATTI JR, 2002, p. 22).

Para alcançar os objetivos desta investigação, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro deles foi destinado tanto para abordar os aspectos historiográficos, quanto para produções sobre a atuação dos missionários franciscanos em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, bem como, fazer o arrolamento das fontes que contribuíram na investigação. Neste capítulo foram feitos apontamentos qualitativos e quantitativos.

O segundo capítulo tem como função relatar fatos que denotam a presença franciscana em nível macro e micro, de forma a atenuar informações e apresentar discussões analíticas sobre a cidade de Rio Brillante, bem como, sobre a sua história, as suas características e o impacto da chegada da Missão Franciscana na cidade. No terceiro capítulo, abordou-se a gênese, as características administrativas de funcionamento e do processo educativo exercido no Seminário Santo Antônio.

Já no último capítulo, visou-se explorar questões tangenciais à arquitetura escolar, bem como, à distribuição física das dependências do Seminário Santo Antônio. Para cumprir este objetivo, foram frequentados os seguintes ambientes de pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS, Paróquia São Francisco de Assis - PSFA, Paróquia Divino Espírito Santo - PDES, Centro de Documentação Regional - CDR, Revista Brasileira da História da Educação - RBHE, Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul - APE/MS, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD, Revista História, Educação e Sociedade no Brasil - HISTEDBR, Organização Fazenda Esperança, Unidade Rio Brillante - OFE/RB e a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior - CAPES.

Este trabalho é resultado de um ambicioso projeto, que busca contribuir para a construção e divulgação da história do Seminário, enquanto patrimônio sul-mato-grossense, além de promover o engajamento ao movimento de construção e valorização da cultura e da participação da instituição educativa na história da cidade.

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS FRANCISCANAS: Escritos e percursos de pesquisa histórica

[...] o itinerário seguido pelos pesquisadores que se preocupam em construir interpretações a respeito das instituições educativas se pauta em apreender elementos que possam conferir às mesmas, um sentido histórico no contexto social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias. [...] implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores. Este é o dilema de quem, ao mesmo tempo, precisa definir os contornos gerais da floresta, mas também, para não torná-la abstrata e genérica, precisa conhecer a especificidade de suas árvores (OLIVEIRA; GATTI JUNIOR, 2002, p.73-74).

Paolo Nosella e Ester Buffa (2005) dão conta de que as pesquisas sobre instituições escolares foram impulsionadas fortemente a partir de 1990, apesar de muitos estudos acadêmicos terem sido desenvolvidos bem antes desse marco.

Os referidos pesquisadores pontuaram três momentos importantes da História da Educação no Brasil a partir dos anos 1950. No primeiro momento, situado nas décadas de 1950 e 1960 (portanto, em um período anterior à criação dos programas de pós-graduação), há um destaque para os nomes de pesquisadores como o de Laerte Ramos de Carvalho – que é líder do grupo, Roque Spencer Maciel de Barros, José Mário Pires Azanha, Heládio César Gonçalves Antunha, João Eduardo Rodrigues Villalobos, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Casimiro dos Reis Filho, Rivadávia Marques Júnior, Jorge Nagle e Tírsa Regazzini Peres.

Entre as décadas de 1950-1960 são inúmeros os estudos que foram realizados no campo da História da Educação, na tradicional seção de Pedagogia, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), da Universidade de São Paulo (USP). O grande tema das pesquisas pertencentes a este primeiro período foi “educação e sociedade” e, conforme Leonor Tanuri (2005), alguns estudos sobre “instituições de ensino” foram realizados por José Ferreira Carrato (1961) e Maria Aparecida Rocha Bauab (1968), os quais já incluíam o referencial da história cultural e educacional. .

O segundo momento dos estudos históricos da educação se deu com a criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação, durante os governos militares, nas décadas de 1970 e 1980. Tais programas possuíam uma característica em comum: a escolarização da pesquisa, que era determinada pela institucionalização da Pós-Graduação, associada às atividades de ensino. No entanto, segundo os autores mencionados no parágrafo anterior, ocorreu a priorização de títulos e diplomas, mas com desenvolvimento de algumas pesquisas de qualidade. Nestes anos, a temática “instituições educativas” era apenas utilizada para tangenciar aspectos gerais da História da Educação Brasileira, conforme observaram Brazil e Furtado (2010, p. 288), a luz das reflexões de Nosella e Buffa: “[...] prevalecia na produção historiográfica a quase ausência de produções vinculadas ao tema instituições escolares”.

Nesse período, registrou-se o fortalecimento do pensamento crítico a partir de leituras de autores como Marx, Gramsci, Althusser, Foucault, Adorno, Bourdieu, entre outros. No entanto, Nosella e Buffa (2005) fazem algumas considerações sobre a forma como esses estudos críticos eram realizados:

[...] a linha de sombra desses estudos críticos é representada pelas visões genéricas e paradigmáticas que secundarizamos objetos específicos da educação brasileira. Temas como sociedade de classes, base material da sociedade, atividade ideológica, compromisso político e competência técnica, formação de professores, democratização da escola, reprodução simbólica, organização escolar, eram os mais legítimos. O tema instituições escolares, senão ausente, era um mero pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 03).

O terceiro momento do desenvolvimento dos estudos históricos da educação se iniciou nos anos 1990. Nesta década, as investigações se acentuaram e expandiram no campo da história. Todavia, segundo Nosella e Buffa (2005), tais investigações foram marcadas pela crise dos paradigmas, pelo pluralismo epistemológico, pela inovação temática (estudo de objetos singulares), pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pelas variadas fontes de pesquisa. Nessa perspectiva, os estudos acerca das instituições educativas se intensificaram, sobretudo em função do fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação, da diversificação epistemológica e da influência da Nova História Cultural:

O aspecto positivo dessa fase, que perdura ainda hoje, é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa [...] A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constitui as matrizes ou a tela de fundo teórico das pesquisas realizadas (NOSELLA; BUFFA, 2005, p. 03).

A crise dos paradigmas teria ensejado grande movimento contra o marxismo tradicional e garantiu espaço ao avanço da perspectiva da Nova História, além de ampliar os estudos assentados no referencial da Nova História Cultural, da sociologia francesa. Assim, a comunidade historiadora passou a privilegiar temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, é claro, instituições escolares.

A partir de então, a escola passou a ser vista como *locus* das relações sociais, ampliando estudos sobre a escola em suas singularidades (NOSELLA; BUFFA, 2008, p. 16). Produções acerca da história das instituições educativas se multiplicaram e se materializaram em revistas de História da Educação, com destaque para a Revista Brasileira da História da Educação (RBHE) e para a Revista História, Educação e Sociedade no Brasil (HISTEDBR), como também, foi tema desenvolvido em dissertações e teses, as quais se encontram disponíveis no acervo da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Visualizou-se, portanto, a relevância dos estudos sobre as instituições no âmbito acadêmico, apontando o alcance sociocultural da temática.

No que diz respeito a pesquisa em Educação, Magalhães (2006) ressaltou a importância de se desenvolver estudos das instituições com objetivo de caracterizar a História da Educação no Brasil.

O levantamento aqui empreendido foi desenvolvido, portanto, em torno da produção da ação franciscana e a História da Educação do Estado de Mato Grosso (antes e depois da divisão política, ocorrida no ano de 1977) e gerou o título “Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante (MT/MS): Educação e Missão (1959-1994)”.

Importa destacar que as investigações arroladas não representam a totalidade das produções realizadas na região ou no país. Trata-se apenas de uma representação daquilo que vem sendo produzido nos Programas de Pós-Graduação, acerca das instituições educativas, Igreja e Escola, ações católicas em regiões internas do país, cidades e escola, entre outros temas.

Para desenvolver esta proposta de investigação, foi necessário partir de alguns apontamentos metodológicos desenvolvidos na História da Educação, especificamente voltados para a história das instituições educativas, com destaque para pesquisadores como Buffa (1996), Nosella (1996), Gatti (2008), Magalhães (1996), para citar alguns nomes. Importa dizer que dos inúmeros estudos realizados nas últimas duas décadas (1990-2010) no campo da História da Educação, em oposição aos escritos tradicionais, procuraram abarcar os vários agentes do processo educativo; preocuparam-se com o conceito de história institucional e pensaram as instituições no plano multidimensional, articuladas à comunidade e às singularidades locais e regionais. Vejamos as reflexões de Oliveira e Gatti Junior (2002):

[...] entender a história regional significa inseri-la num contexto mais amplo, no qual as mudanças em âmbito local ocorrem. Assim, historiar uma instituição educativa carece não perder de vista sua especificidade, mas, ao mesmo tempo, compreender sua totalidade (OLIVEIRA; GATTI JUNIOR, 2002, p. 74).

Ou seja, dar historicidade a uma instituição educativa em sua múltipla dimensão não “significa laudatoriamente descrevê-la, mas explicá-la e integrá-la em uma realidade mais ampla, que é o seu próprio sistema educativo” (OLIVEIRA; GATTI JUNIOR, 2002, p. 74). Foi nessa perspectiva que procurei estudar o Seminário Santo

Antônio de Rio Brilhante, isto é, como uma instituição imbricada no processo histórico de sua comunidade ou região, em suas particularidades:

[...] pode-se afirmar que é buscando a dimensão meso [*micro*], que se dá vida e intensidade à História da Instituição, conferindo às suas diversas personagens: diretoras, professoras, professores, alunos e demais membros da comunidade, a condição de sujeitos históricos, tendo em vista a grandeza dos pequenos atos, os gestos, as vozes pouco ouvidas ou silenciadas, as práticas escolares, o currículo e o seu projeto educativo (OLIVEIRA; GATTI JUNIOR, 2002, p. 74. Grifo nosso).

Seguir o itinerário de pesquisa proposto por Gatti (2002), Magalhães (1996) e Nóvoa (1992), traduzido na relação dialética instituição-comunidade, significa perseguir as diversas informações e significados que ajudam a dimensioná-la na distinta forma de organização da vida material, política, social e cultural da região. Em Justino Magalhães (1996), vemos que a relação memória/arquivo realizada pelo pesquisador na busca da síntese multidimensional sobre uma dada instituição educacional pressupõe abarcar o quadro histórico da comunidade e/ou da região, bem como o seu itinerário pedagógico, a sua identidade histórica, o seu sistema educativo:

Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re)escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (MAGALHÃES, 1996, p. 2).

Com base nesses pressupostos, Magalhães (1996) elenca algumas das principais categorias de análise utilizadas em pesquisa sobre a História das Instituições Educacionais, conforme Gatti Júnior e Pessanha (2005) ressaltaram na seguinte passagem:

- Espaço (local/lugar, edifício, topografia);
- Tempo (calendário, horário, agenda antropológica);
- Currículo (conjunto das matérias lecionadas, métodos, tempos, etc. ou racionalidade da prática);
- Modelo Pedagógico (construção de uma racionalidade complexa que articula a lógica estruturante interna com as categorias externas que a constituem tempo, lugar e ação);
- Professores (recrutamento, profissionalização; formação, organização, mobilização, história de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações);

- Manuais Escolares; Públicos (cultura, forma de estimulação e resistências);
- Dimensões (níveis de apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização, destinos de vida) (GATTI JÚNIOR; PESSANHA, 2005, p. 80).

Com as categorias de análises ressaltadas por Gatti e Pessanha (2005), é possível organizar os roteiros e os procedimentos investigativos capazes de alcançar os vários agentes envolvidos no processo educativo e na conformação das instituições escolares. Tais procedimentos podem dar conta de delinear as características da escola, entre outros aspectos.

Buffa e Nosella (2005, p. 366), a partir do referencial dialético, ajudam a explicitar outras categorias de pesquisa para se examinar as instituições educativas, quais sejam: origem, criação, construção e instalação; prédio (projeto, implantação, estilo e organização do espaço); mestres e funcionários (perfil); clientela (alunos, ex-alunos); saber (conteúdos escolares); evolução; vida (cultura escolar: prédio, alunos, professores e administradores normas); organização e vida econômica, política e cultural da cidade; destino profissional dos alunos.

Em síntese, os pesquisadores referenciados fazem a seguinte recomendação a todos que resolvem enveredar pela aventura investigativa que é “[...] essencial tanto indagar a origem social e o destino profissional dos atores de uma instituição escolar para se definir seu sentido social, quanto analisar os currículos utilizados para compreender seus objetivos sociais” (2005, p.365).

Quanto a presente pesquisa, impõem-se outras categorias de análises, tais como: escolas confessionais e escola; ação franciscana e região; política e Igreja; escola e Igreja; cidade e instituições confessionais católicas; comunidade e seminário, entre outras.

1.1 Ações pastorais no Brasil: história e historiografia

As próximas páginas são dedicadas ao levantamento historiográfico realizado para elaboração desta dissertação, de modo a apontar o que foi encontrado sobre os franciscanos e fazer uso das seguintes categorias: “Franciscanos no Brasil”, “Franciscanos e a Educação”, “Franciscanos no Mato Grosso” e “Instituições franciscanas no Mato Grosso”, Sendo que as duas últimas também são alçadas em

Mato Grosso do Sul, por meio das categorias “Franciscanos em Dourados” e “Instituições franciscanas”, em geral.

Com base no que apresenta Valdemarin (2010, p. 129), as considerações sobre as mudanças no ideário educacional consideram também a perspectiva “de sua apropriação pelos usuários, acompanhando-se o significado atribuído às concepções mediante seu uso”. Isto significa considerar os processos de mudanças de valores e práticas e, assim, cumprir objetivos de formação em dada época.

Aos processos de formação são agregados dispositivos da cultura escolar (materiais de ensino, métodos, móveis, espaços e tempos escolares) e ações relacionadas à modernização do currículo, estas dependentes das estratégias dos agentes sociais envolvidos. Em Bourdieu (2008, p. 693) vemos que as estratégias são ações que “[...] os agentes sociais desenvolvem na conduta comum da sua existência”, visando sempre um objetivo comum.

Em busca de entender as raízes da Ordem Franciscana e o significado de suas premissas, simbologias e objetivos, fez-se necessário conhecer os ideais desta fundação, ainda que superficialmente, e estabelecer uma apropriação dos preceitos fundadores de Francisco di Pietro di Bernadone, enquanto santo na Igreja Católica no século XVIII. Isto ajuda a compreender a estrutura organizacional da Ordem de São Francisco, com destaque para suas ramificações masculinas: a) Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), O.F.M; b) Ordem dos Frades Menores Conventuais (Franciscanos Conventuais), O.F.M.Conv.; c) Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (Franciscanos Capuchinhos), O.F.M.Cap.; d) Ordem dos Frades Franciscanos da Imaculada (Franciscanos da Imaculada), O.F.F.I.; e) Ordem Franciscana Secular (Franciscanos Seculares), O.F.S.; f) Terceira Ordem Regular de São Francisco (Franciscanos Terceira Ordem), T.O.R.

A *Ordo Fratrum Minorum* (O. F. M), ou Ordem dos Frades Menores, foi fundada por Francisco de Assis, que contou com aprovação do Papa Inocêncio III, entre os anos de 1209 e 1210. O Papa, ao ver o crescimento desta Ordem e a concordância/admiração que causava nos fiéis, não viu outra alternativa, a não ser a admissão. Isto possibilitou que a Ordem fosse ligada à Igreja Apostólica Romana e, ao mesmo tempo, subordinou-a à autoridade do papa, de modo que esta autoridade tivesse controle sobre as suas ações. Atualmente, o grupo também pode ser identificado como Ordem Franciscana ou Ordem dos Franciscanos, segundo Pereira (2006) e Iglesias (2010).

Conforme Pereira¹ (2006), muitos são os autores que se debruçam na escrita da biografia de São Francisco de Assis, produzindo assim distintas narrativas. Alguns o descrevem como o “Santo que conversava com pássaros e domesticava lobos selvagens”, outros como o Santo “que optou por viver em extrema pobreza”, ao lado daquelas pessoas que a sociedade menosprezava e que jamais ambicionara a criação de uma Ordem. E ainda há aqueles que optam por fazer referência a São Francisco como o Santo que viveu intensamente o evangelho do Novo Testamento, segundo a bíblia católica. Sendo a bíblia a fonte de uma identificação teórica e prática para Francisco, isto é, “reconstruindo a igreja e identificando-se com Jesus Cristo”, conforme escreve Pereira (2006, p.28).

A pesquisa de Pereira (2006) é uma dissertação fruto do mestrado em História, no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Dourados (UFGD), orientada pelo professor Doutor Damião Duque de Farias, cujo título é “Representações Franciscanas: O Padroeiro Reformador na Paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande – Mato Grosso do Sul (1950 a 1980)”. A pesquisadora teve como objetivo compreender como as representações da Ordem Franciscana foram responsáveis por incorporar novos significados ao longo da renovação católica, entre os anos de 1950 e 1980.

O trabalho desta pesquisadora foi dividido em três capítulos, os quais versam, primeiramente, sobre as representações franciscanas e, em um segundo momento, às representações, às tradições e às renovações, com enfoque nos anos de estudo propostos. A dissertação toma como último capítulo a preocupação em discutir a fraternidade e sua relação com a comunidade. Todo estudo permeia o sul de Mato Grosso (uno) e se centra na vinda dos franciscanos para a “terra de missões”, como também, na expansão de seus trabalhos, em especial, visando as ações da Paróquia São Francisco de Assis de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul. Percurso de pesquisa este aqui descrito como forma de justificar o porquê da escolha deste material para compor esta historiografia.

A dissertação de Pereira (2006) se torna um indispensável suporte para esta pesquisa porque abrange a história e a atuação da Missão Franciscana em solos mato-

¹ Graduada em Educação Artística- Habilitação Artes Plásticas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Especialização em Arte e Novas Tecnologias/UFMS e Mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados /UFGD. Atualmente é professora efetiva no Curso de Artes Visuais/UFMS. Coordenadora do Projeto de Pesquisa Institucional intitulado: Diálogos entre a Arte e a Cultura: Iniciação no Espaço Educativo Formal e Não Formal. Coordenadora Pedagógica do Polo Arte na Escola UFMS.

grossenses, bem como, a vida e as premissas que regem a Ordem. Isto se faz indispensável para que o leitor compreenda como, onde e porque a Ordem surgiu. Além disso, o trabalho desta autora aborda simbologias altamente cultivadas. Dessa forma, pode-se dizer que se trata de um bom trabalho para quem deseja dar os primeiros passos na compreensão da história da Ordem e sua vinda para Mato Grosso (uno).

Outro trabalho significativo para o desenvolvimento da pesquisa almejada é o de Tania Conceição Iglesias² (2010). Trata-se de uma tese de doutorado orientada por Demerval Saviani, cujo título é “A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial”. Suas análises envolvem a chegada dos franciscanos ao “Novo Mundo”. Representantes da Ordem Franciscana, que acompanharam Colombo em sua segunda viagem ao Brasil, receberam da Coroa Espanhola a incumbência da evangelização no “Novo Mundo”, antes mesmo da chegada dos jesuítas, segundo pesquisas de Iglesias (2010). Sua contribuição é iluminar o papel da Ordem Franciscana na configuração do campo educacional durante o período colonial brasileiro. Além disso, a pesquisa traz o diálogo entre as premissas educacionais que circundam a Ordem e a sua expansão em território brasileiro.

A tese de Iglesias (2010) é dividida em cinco capítulos que tratam desde a historiografia da Ordem Franciscana no Brasil Colonial, a sua forma de evangelização, o início das Missões no “Novo Mundo”, bem como, a sua organização educacional na América e, conseqüentemente, no Brasil Colonial.

No que tange às Missões, Iglesias (2010) ressalta o momento e a importância dessas iniciativas na propagação dos princípios religiosos no país. Ao alcançar Mato Grosso, a ordem era essencialmente missionária, atendendo um dos preceitos deixados em registro por Francisco de Assis, enquanto vocação da Ordem. No Brasil, segundo a pesquisadora, houve a presença esporádica dos franciscanos até 1583, momento em que os frades viajavam pelo país a serviço da evangelização. No entanto, destaca-se a região sul do país, com a criação de duas escolas em Santa Catarina para atender a população, em especial, a indígena. Salieta ainda a autora sobre a disseminação do ensino da instrução, forte preocupação franciscana: “[...] desde a sua origem, a Ordem implicou naturalmente o ato pedagógico do ensino [...]” (IGLESIAS, 2010, p. 377).

² É Pós-doutora pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-, cursou Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP-(2010); Mestrado em Fundamentos da Educação pela Universidade Estadual de Maringá-UEM-(2003); Especialização em Educação na Universidade Paranaense (1998); Aperfeiçoamento na Universidade Estadual de Maringá (1989) e graduação em Pedagogia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (1986). Membro do Grupo de Pesquisa História Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR.

Iglesias (2010) aponta a criação da Custódia de Santo Antônio do Brasil no ano de 1584, localizada em Pernambuco. Este feito é responsável por firmar, definitivamente, a presença dos franciscanos em terras brasileiras. Sua elevação à Província independente de Portugal ocorreu em 1657. Daí em diante, sua expansão e atuação floresceu no país.

1.1.2. A Missão Franciscana em Revistas³

A priori, no levantamento historiográfico, foram lançados os resultados obtidos com a Revista Brasileira História da Educação (RBHE), na qual foi encontrado apenas um trabalho e, posteriormente, na Revista *online* de História, Educação e Sociedade no Brasil (HISTEDBR), cinco trabalhos. Conforme Quadro 1, abaixo:

³ Foram eleitas para compor este levantamento as Revistas RBHE e HISTEDBR. Todavia, se reconhece a importância de outros periódicos tão importantes quanto na área da História da Educação, à exemplo, os Cadernos de História da Educação sob responsabilidade da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no entanto, limitou-se a pesquisa evitando uma extensão demasiada, por hora, inoportuna. Entretanto, oportuniza-se aqui, uma análise mais detida futuramente nesta vertente.

Quadro 1 – Revista Brasileira História da Educação (RBHE) e História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) - 2011 a 2014

| Banco de dados | Descritores | Nº de material encontrado | Nº de trabalhos selecionados | Trabalhos selecionados |
|--|-----------------------------------|---------------------------|------------------------------|---|
| Revista Brasileira História da Educação (RBHE) | Franciscanos | 01 | 01 | 1 – ARNAUT DE TOLEDO, Cézar de Alencar e BARBOSA, Ayres Marcos. “Aspectos pedagógicos da procissão de cinzas da Ordem Terceira de São Francisco no Brasil Colonial”. v. 14, n. 2 (35), p. 301-307, maio/ago. 2014 |
| | / Franciscanas | | | 1 – IGLESIAS, Tania Conceição. “Fontes franciscanas: historiografia clássica da ordem no Brasil colonial”. n.41, p. 125-135, mar2011 - ISSN: 1676-2584. |
| História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR) | Franciscanos / Franciscanas | 05 | 05 | 2 – IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: historiografia franciscana brasileira. n.42, p. 23-38, jun2011 - ISSN: 1676-2584 |
| | | | | 3 – IGLESIAS, Tania Conceição. Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na história da educação brasileira. n.43, p. 254-267, set2011 - ISSN: 1676-2584 |
| | | | | 4 – OLIVEIRA. Antoniette Camargo de e NETO Wenceslau Gonçalves. A educação em Duque de Caxias sob o olhar da imprensa escrita: discussão em torno da educação primária e da formação de normalistas (anos 1950). n.46, p.46-73, jun2012 - ISSN: 1676-2584 |
| | | | | 5 – OLIVEIRA. Antoniette Camargo de e NETO Wenceslau Gonçalves. Missão educacional alemã no Brasil: irmãs franciscanas de Dillingen para a baixada fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti – RJ (1937-1956). n.46, p. 374-374, 2012 - ISSN: 1676-2584 |

Fonte: Revista Brasileira História da Educação (RBHE) e História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR).

A primeira revista descrita no quadro 1 é um veículo oficial de publicação da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), sediada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), de periodicidade trimestral (atualmente) e com publicações desde 2001, cuja máxima é a divulgação de pesquisas nacionais e internacionais de profissionais que se debruçam sobre a História e Historiografia da Educação, fomentando debates na área.

A segunda revista apresentada tem periodicidade igualmente trimestral, possui trabalhos articulados desde 1986 e é oriunda do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Universidade de Campinas

(UNICAMP), que analisa e publica artigos, resumos de teses e dissertações, resenhas e estudos analíticos na área da história da educação. Ambas foram eleitas para compor a parte historiográfica desta pesquisa devido à importância que possuem neste campo da ciência.

Na RBHE foi encontrada apenas uma resenha que trata do tema franciscanos e educação, intitulada “Aspectos pedagógicos da procissão de cinzas da Ordem Terceira de São Francisco no Brasil Colonial”, de César de Alencar Arnaut de Toledo e Marcos Ayres Barboza (2014). O texto aborda o livro “A Procissão de Cinza dos Terceiros Franciscanos da Bahia: uma expressão religiosa, pedagógica e barroca no mundo colonial” (2012), de Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro. Trata-se de um livro que é, fruto do seu pós-doutoramento, no qual é feita uma análise da manifestação cultural no contexto histórico do Brasil Colônia.

A resenha possui sete páginas e disserta, de modo genérico, sobre a forma de divisão e abordagem dos seis capítulos do livro. Ao finalizar seu texto, o autor aponta a importância do trabalho para a História da Educação no Brasil, visto a abordagem relacional da Arte, Educação e Religião.

Na Revista História, Educação e Sociedade no Brasil (HISTEDBR) foram encontradas cinco pesquisas relacionadas aos franciscanos. O artigo “Fontes franciscanas: historiografia clássica da ordem no Brasil colonial” (2011), de Tania Conceição Iglesias, contém onze páginas e é o primeiro de uma série – todos do mesmo ano e autoria – de três que a pesquisadora divulgou. Nestes, a autora relata as fontes documentais e bibliográficas que abordam a ação missionária franciscana no Brasil Colonial (1500-1822), fruto de suas investigações decorrentes do ano de 2005 a 2010 para sua tese de doutorado.

Como se pode notar, o trabalho desenvolvido por Conceição Iglesias é um levantamento minucioso, o qual é considerado por Frei Sandro da Costa, professor de história dos franciscanos no Brasil, a mais completa obra historiográfica até aquela data. O primeiro artigo apresentado faz uma resenha da “Crônica dos Frades Menores do Brasil” ou “Novo Orbe Seráfico Brasílico”, de Antonio de Santa Maria Jabotão, escrito em 1752-1761.

O segundo artigo, intitulado “Fontes franciscanas: historiografia franciscana brasileira”, conta com dezesseis páginas e aborda as fontes bibliográficas encontradas pela pesquisadora que satisfazem o objetivo de sua tese, fazendo ao lado desse uma análise dos temas percorridos.

O terceiro e último artigo da série é denominado “Fontes franciscanas: os franciscanos na historiografia do Brasil e na história da educação brasileira”, que possui treze páginas e apresenta obras que fazem parte da historiografia brasileira, as quais dissertam sobre os franciscanos e a história da educação franciscana.

Os outros dois trabalhos são de autoria de Antoniette Camargo de Oliveira, em coautoria com Wenceslau Gonçalves Neto, ambos de 2012, oriundos das pesquisas para a sua tese de doutorado. O primeiro desses é denominado “A educação em Duque de Caxias sob o olhar da imprensa escrita: discussão em torno da educação primária e da formação de normalistas (anos 1950)”, e faz uma análise de parte do material levantado pela pesquisadora em fontes de imprensa escrita, na cidade de Duque de Caxias. Ela tomou por objetivo examinar os discursos sobre a educação, pertinente ao recorte temporal da pesquisa, destacando-se a iniciativa privada com subsídios municipais.

Com este levantamento, foi possível perceber vários entraves que vão desde a falta de água encanada até a formação mínima profissional. Devido ao grande número de achados, a investigadora se atentou para a criação, em 1954, e manutenção do curso normalista (atualmente anexado ao Colégio Santo Antônio, em Duque de Caxias), que é dirigido pelas irmãs franciscanas – alemãs – de Dillingen. Nesta investigação, constatou-se que havia uma resistência da prefeitura na contratação das recém-formadas no curso, as quais enfrentaram também a pressão política, via imprensa escrita, pela realização de concursos públicos e não simples contratação.

O segundo trabalho de Oliveira (2012) trata de um resumo da tese de doutorado da pesquisadora, intitulada “Missão educacional alemã no Brasil: irmãs franciscanas de Dillingen para a baixada fluminense: Duque de Caxias e São João de Meriti – RJ (1937-1956)”. Nesta, a pesquisadora analisou o contexto da vinda das irmãs franciscanas para o país e a real situação de duas escolas criadas por elas, bem como, dedicou-se a uma análise do ensino ofertado. Essas escolas se localizavam uma em Duque de Caxias e outra em São João do Meriti, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Chama a atenção o início do recorte temporal feito pela pesquisadora, o qual é justificado pela chegada das irmãs na cidade de Cabo Frio – mesmo ano dos freis rumo à Mato Grosso –, as quais posteriormente se deslocaram. A finalização do recorte se dá pela formação da primeira turma do Curso Normal ofertado pelas irmãs franciscanas. Para além, a pesquisadora buscou também analisar traços de influência europeia na formação destas novas professoras, impressos na educação brasileira através das irmãs.

Apreende-se com o levantamento realizado quão grande é a lacuna a ser preenchida da atuação franciscana na história da educação brasileira, mediante a sua atuação e expansão no país. Observa-se que, apesar de se tratar de cinco trabalhos encontrados, o que já é um número pífio, estes são oriundos de apenas duas pesquisadoras e se centram, portanto, em dois distintos focos de investigação. Isto faz com as informações sejam ainda mais reduzidas sobre esta marcante atuação das instituições confessionais católicas no ensino. Fato este que, por outro lado, intensifica ainda mais a importância da pesquisa aqui elencada.

1.1.3. Teses e Dissertações

Ao eleger como objeto de pesquisa o Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante, buscou-se primeiramente investigar nos bancos de dados dos próprios Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, teses e dissertações apresentadas e defendidas da linha “Escola, Cultura e Disciplinas Escolares”, como também, na linha de pesquisa “História da Educação, Memória e Sociedade”, da qual esta proposta de pesquisa faz parte. Para ampliar esse levantamento, foi consultado também a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, de modo a operar, assim, com novos recortes, a fim de aproximar as produções ao objeto de estudo pretendido, bem como, estabelecer as fontes e criar a configuração de um espaço específico de investigação. Essa premissa é fundamentada nas considerações de Vieira e Gondra (2005), para os quais o campo da história partilha de princípios operatórios distintos, com alcances e perspectivas variados, sendo necessário tematizar como essas marcas atuam em trabalhos de História da Educação.

O levantamento realizado no portal da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), órgão do Ministério da Educação, foi sem dúvida o mais laborioso, pois em seu mecanismo de busca considera palavras compostas, ou seja, a pesquisa pela categoria “Seminário Santo Antônio”, por exemplo, realiza uma procura pelas três palavras, o que gera inúmeros resultados, em sua maioria, irrelevantes para o foco de pesquisa do investigador. Assim, neste portal, as categorias utilizadas foram “franciscanos” e “franciscanas”, sendo que a primeira gerou 135 (cento e trinta e cinco) resultados e o segundo 54 (cinquenta e quatro). No entanto, estes resultados foram

delimitados e selecionados, ao tomar como base a relação entre os franciscanos e a educação, de forma a refinar, assim, os resultados.

Cada pesquisa foi cadastrada em uma ficha, constituindo um banco de dados. No total, com a seleção realizada, foram catalogadas 08 (oito) teses de Doutorado e 14 (quatorze) dissertações de Mestrado. Em seguida, foi preciso definir alguns descritores e selecionar os trabalhos que pudessem contribuir com a pesquisa, a partir da leitura dos títulos, seguida da leitura dos resumos. Os descritores utilizados como medida para o refinamento da busca apontaram que as produções, em sua maioria, apresentavam como recorte temporal o período compreendido entre os anos de 1575 a 2000. Assim, em combinação com o segundo descritor, lócus da pesquisa, possibilitou uma seleção que atendesse aos objetivos deste texto.

De todos esses trabalhos, foram analisados e filtrados manualmente as pesquisas que continham relação com a educação promovida pelos franciscanos no Brasil. Dentre as centenas de pesquisas que foram elencadas pela CAPES, refinamos as que abordavam especificamente o tema em estudo. Assim, os resultados se limitaram a 22 (vinte e duas) apenas, que abordam a temática em várias regiões do país. Todavia, apenas 4 (quatro) são direcionados à estudos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, originando o Quadro 2, e apenas 1 (uma) pesquisa nos interessou, devido ao conteúdo se aproximar dos estudos aqui realizados. Conforme Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 - Principais Teses e Dissertações da CAPES (2005-2015)

| Banco de dados | Descritores | Nº de material encontrado | Nº de trabalhos selecionados | Trabalhos selecionados |
|---------------------------------------|------------------|---------------------------|------------------------------|---|
| | | | | <p>1 - AMARAL, Inez Maria Bittencourt do. Entre rupturas e permanências: a igreja católica na região de Dourados (1943-1971)' 01/09/2005 126 f. Mestrado em HISTÓRIA Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPO GRANDE Biblioteca Depositária: Bibliotecas:CPDO/UFMS,Centro de Documentação, Bibl.Nacional.</p> <p>2 - LUZ, Joel Martins. ARQUIVO, EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: O FUNDO DOCUMENTAL DA ESCOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS' 19/03/2013 129 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO, Rondonópolis Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Mato Grosso.</p> <p>3 - VEIGA, Georgea Suppo Prado. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PATRONATO DE MENORES SÃO JOSÉ EM PARANAÍBA-MT (1953-1963)' 06/06/2014 218 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia Biblioteca Depositária: UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA.</p> <p>4 - RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOÃO RIBEIRO: CULTURA ESCOLAR PRIMÁRIA EM ITAPORÁ-MT. UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS (1953-1974)' 19/05/2015 140 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFGD.</p> |
| Banco de tese e dissertações da CAPES | Franciscano s/as | 22 | 04 | |

Fonte: Portal da Capes.

A dissertação “Entre rupturas e permanências: a Igreja Católica na região de Dourados (1943-1971)”, de Inez Maria Bitencourt do Amaral (2005), aborda a atuação da instituição religiosa enquanto agente no extremo oeste de Mato Grosso (atualmente Mato Grosso do Sul), mediante a instalação da CAND e a criação da Diocese de Dourados. Para alcançar os objetivos da pesquisa, a autora aborda a atuação franciscana na educação, visto que foi esta uma forte vertente de ação da Ordem Religiosa.

Amaral (2005) apresenta as crises vividas pela Igreja Católica na segunda metade do século XX, que produziram embates em torno da atuação dessa instituição na sociedade, permeados pela luta entre as alas conservadora e progressista. A análise toma

como objeto de estudo o grande fluxo de pessoas no extremo sul de Mato Grosso, a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e a criação da Diocese de Dourados. Ao longo dos três capítulos, essa pesquisa apresenta a heterogeneidade cultural local e os intensos contatos fronteiriços, geradores de uma sociedade resistente às normatizações católicas. Acrescenta-se ainda a esse trabalho, a compreensão das dificuldades internas enfrentadas por essa instituição, como a escassez de clero, de recursos financeiros e patrimoniais. E, na sequência, essa pesquisa apresenta uma análise ambivalente postulada, por meio da crítica documental e bibliográfica, ao mostrar que a referida população apresentou diversos modos de manifestação do sagrado, o que frustrou as tentativas homogeneizantes da Igreja, permeadas na disputa pelo mercado de bens simbólicos. Além disso, a autora discute que as atuações da Igreja Católica na região se revelaram conservadoras e mantenedoras da ordem social vigente.

A dissertação de Joel Martins Luz (2013), intitulada “Arquivo, educação e memória: o fundo documental da Escola Sagrado Coração de Jesus”, cuja instituição escolar é Estadual e está situada na cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso, foi fundada em 1949, pela Congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas; buscou discutir e compreender, na perspectiva da História da Educação, o arquivo da escola enquanto lugar de memória de alunos(as) e professores, conferindo a esse arquivo uma potencialidade memorialística, pautada na tríade “memória, história e arquivos”, com base na documentação que atinge o arco temporal de 1950 a 2000.

A tese de Georgea Suppo Prado Veiga, denominada “História da Educação do Patronato de menores São José em Paranaíba – MT (1953-1963)” (2014), região que hoje pertence a Mato Grosso do Sul, tomou por objetivo analisar o processo de constituição do Patronato, criada pelos missionários franciscanos alemães. A pesquisa se utilizou de metodologia bibliográfica, documental e da história oral. O recorte se justificou pela criação e fechamento da instituição devido a saída dos franciscanos da cidade. A investigação constatou várias contradições na história dessa instituição, marcada pelo não atendimento do público-alvo, a não oferta das disciplinas obrigatórias de um Patronato, a exemplo do ensino agrícola; e a apropriação da nomenclatura para ancorar fundos de investimentos que, segundo a autora, chegou a esta conclusão devido aos registros documentais e contradições de depoimentos orais. Nesse sentido, observa-se que a instituição funcionou, na verdade, como um internato masculino, de modo a ofertar o ensino primário para os filhos de fazendeiros da região. O resultado, todavia,

não amenizou o impacto da relevância da ação franciscana na sociedade local, bem como, o objetivo dos Missionários de promover a evangelização catolicista.

Por sua vez, Talita Deniz Amancio (2014), em sua dissertação, adotou como objetivo principal pesquisar aspectos da trajetória de Pedro Sinzig (1876-1952), frade franciscano, nascido na Áustria e naturalizado brasileiro. Foi ligado à imprensa católica e era responsável direto pelo processo de modelização da editora “Vozes”, criada pelos franciscanos em 1897, na então tipografia da escola gratuita São José, em Petrópolis, no município fluminense. No primeiro capítulo é abordado o cenário da Igreja Católica, no período de transição do final do século XIX e início do século XX. A pesquisa traz algumas informações sobre a chegada da Ordem dos Frades Menores (OFM) no Brasil, bem como, o declínio e reflorescimento da Igreja com o processo de romanização, quando recebe jovens frades em sua maioria da Alemanha. Apresenta alguns aspectos considerados relevantes para a compreensão da movimentação do clero brasileiro na Primeira República, período decisivo para a Igreja Católica. Clérigos e freiras de diferentes matizes missionárias europeias chegaram ao país para fazer frente aos religiosos com formação pautada no regime do Padroado, no qual a Igreja Católica se submeteu à obediência do regime monárquico. Com este movimento, surge na Igreja dois tipos de religiosos no clero brasileiro: àqueles com mentalidade mais liberal, típica do regime de Padroado e aqueles com espírito ultramontano. Desta forma, bulas e encíclicas papais deveriam ter o beneplácito imperial para serem aplicadas no Brasil.

Já a dissertação de Claudiani Ferreira da Cunha Rodelini (2015), “Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã – MT” é uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974) e está no rol das investigações voltadas para a HIE. A autora focou a institucionalização do citado grupo, o qual, em 1974, foi elevado para Escola de Primeiro Grau Antônio João Ribeiro, com a lei de extinção dos grupos escolares no Brasil. Este Grupo contou com a administração e lecionamento através das Irmãs franciscanas durante quatorze anos, a partir de 1958. Após este tempo, as Irmãs saem do corpo administrativo, mas permanecem no corpo docente.

Nesta trajetória historiográfica não podemos deixar de citar a obra de Augustin Wernet (1987), *A igreja paulista no século XIX: a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*, a qual não foi citada no Quadro 2 desse trabalho por ser caracterizada como um livro e não uma tese ou dissertação; que oferece importante contribuição e permite a análise dos discursos e das práticas do clero local investigado,

além de possibilitar o entendimento das ações da Igreja Católica em um referido momento histórico.

Como dito anteriormente, o Quadro 2 é baseado na relação de pesquisas que abordam os franciscanos e sua atuação educacional, que vão desde o Brasil colônia até o século XXI. A partir da leitura desse quadro, é possível entrever que, apesar da ordem religiosa ser a pioneira no trabalho evangelístico no Brasil e ter uma relevante e forte atuação educacional – aliás, vertente esta privilegiada para alcançar objetivos religiosos –, são poucas as produções que se debruçam sobre a temática. E, quando há, tais produções, em sua maioria, estão concentradas na análise da atuação na região nordeste do Brasil. O quadro também aponta que a atuação na educação feminina, ministrada pela ordem franciscana, é deveras explorada de forma relevante.

1.2 Fontes Históricas

A nova história dá provas de um grande engenho para inventar, reinventar ou reciclar fontes históricas até aí adormecidas ou consideradas como definitivamente esgotadas. Baseia-se, diz Jacques Le Goff “numa multiplicidade de documentos: escritos de toda a espécie, documentos figurados, produtos das buscas arqueológicas, documentos orais, etc...”. Uma estatística, uma curva dos preços, uma fotografia, um filme, ou uma relação a um passado mais distante pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto, são, para a história nova, documentos de primeira ordem (MARTIN; BOURDÉ, 1983, p. 148).

A leitura atenta de “Coisas Velhas”, de Marilena Camargo (2000), iluminou o presente percurso investigativo, pois este é também considerado um desafio impensável desde o início da caminhada. A investida pioneira de Camargo, no sentido de estudar o Instituto Joaquim Ribeiro, localizado em Rio Claro (SP), entre as décadas de 1930-1950, traduz-se em um estudo de caso a indicar caminhos de pesquisa para outras regiões do país, como é o caso desta dissertação.

A análise acerca do papel do Seminário Franciscano de Rio Brillhante para a sociedade sulina de Mato Grosso, sobretudo na região da Grande Dourados, orientou-se pela leitura e releitura dos escritos produzidos sobre o tema e das fontes, buscando entender as intenções implícitas do discurso. Cabe explicar que o território da Grande Dourados-MS abrange uma área de 21.329,50 Km² e é hoje composto por 12 municípios: Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brillhante, Vicentina e Juti.

Desde as primeiras aproximações com o tema, constou-se a existência de fontes envolvendo relatos memorialísticos (KNOB, 1988; FACHOLLI e DOERZBACHER, 1991), impressos jornalísticos, com destaque para o acervo do Jornal *O Progresso*, fotos antigas da cidade de Rio Brilhante, do Seminário e dos agentes sociais que por ali se movimentaram, documentos oficiais como Regimento Interno do Seminário, Livro de Tombo da Paróquia de Rio Brilhante (1938-2016), Livro de Crônicas do Seminário (1975-1988), Livros Semanários contendo o programa de atividades escolares desenvolvidos na série “Admissão” e nas 4 séries ginasiais (1967-1988), plantas arquitetônicas do Seminário Santo Antônio, entre outros. Trata-se de documentos produzidos desde a década de 1930, relacionados à região em geral e ao Seminário Franciscano de Rio Brilhante, em particular. Além disso, são materiais de pesquisa nem sempre integralmente resguardados ou conservados, mas que se constituem em grandes potenciais informativos, envolvendo registro de festas religiosas, eventos cívicos e comemorativos, enfim, documentos que evidenciam as vivências da comunidade. Nessas fontes, considerando as especificidades de cada uma, buscou-se suporte para desvelar a importância, a trajetória e o significado histórico do Seminário Franciscano de Rio Brilhante.

1.2.1. Documentos oficiais

A seguir é apresentado um quadro das fontes documentais oficiais encontradas ao logo desta pesquisa. De fato, uma pesquisa historiográfica tem seu valor garantido, todavia, como afirma Bacellar (2008, p.24) são as “[...] fontes documentais, matéria-prima dos historiadores”. Por isso, ao destacar, as importâncias de tais, ao iniciar esta pesquisa, foi preciso labutar para encontrar a localização destas fontes.

No caso do Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante, ao se buscar as fontes documentais, depois de ultrapassar longos entraves de localização desses, foi possível ter acesso aos documentos oficiais da instituição educacional através da Paróquia São Francisco de Assis, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Foi gentilmente localizada, disponível e permitida à reprografia do Regimento Escolar do Seminário, Livro de Ponto Docente, Livro de Controle de Fluxo de Caixa, Livro do Capítulo Conventual de Rio Brilhante 1987-1994, Livro “Empregados de Rio Brilhante”, os Semanários de Classe e o Processo com pedido de encerramento das atividades do Seminário. Tais documentos continham anexados: Relatórios diversos,

Correspondência Oficial, Atas diversas, Recortes de Jornais, Declarações e Deliberações, foi ainda disponível a planta baixa e detalhada da edificação do Seminário, álbum de fotos, além de um conjunto iconográfico que estava autenticado – assim como as plantas arquitetônicas – pelo Cartório do 1º Ofício de Rio Brilhante, ao que tudo indica, montando um processo de legitimação das dependências e do funcionamento de teor educacional e, assim sendo, configurando-se em um conjunto de documentações com registros civis.

Outra fonte preciosa disponibilizada foi o Livro de Crônicas do Seminário Rio Brilhante 1975-1988 e o Livro de Tombo da Paróquia de Entre Rios/Rio Brilhante (este na cidade de Rio Brilhante), ambos manuscritos. Quanto a esta tipologia documental, Bacellar (2008, p.24) afirma que “O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis [...]”. De fato este material permitiu uma forma imaginária de (re)vivência do cotidiano do Seminário franciscano, fixando-se na fonte principal do terceiro e quarto capítulo.

Quanto às fontes documentais religiosas, Bacellar (2008) comenta:

Os arquivos de natureza religiosa no Brasil são detentores de grandes conjuntos documentais, nem sempre facilmente acessíveis. Os mais notórios são os da Igreja Católica, cujos acervos estão reunidos nas cúrias diocesanas, sob os cuidados de serviços de arquivo em geral bastante precários e desconfortáveis, que costumam improvisar o atendimento quando do surgimento inesperado de um pesquisador. A documentação, rica e variada, compõe-se em especial de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos, livros-tombo das paróquias e correspondência, organizados pelo nome das paróquias e em ordem cronológica. A amplitude do acesso permitido depende exclusivamente do bispado e, portanto, tende a se alterar com a mudança de seus ocupantes (BACELLAR, 2008, p. 39-40).

No entanto, há de se registrar que, em um possível “golpe de sorte de historiadora iniciante”, o Frei Roberto, Custódio da Paróquia São Francisco de Assis e, portanto, a única pessoa que poderia ter dado acesso a tais documentações, foi sempre solícito e cordial no atendimento prestado. Além disso, atendeu para além do horário comercial, disponibilizou a biblioteca paroquial para leitura, apresentou os Freis que trabalharam e estudaram no Seminário Santo Antônio e, até mesmo, convidou-me para o café da tarde com os Freis ali presentes nos dias em que estive na paróquia para realização da pesquisa.

Igualmente, a organização e disponibilização deste material se caracterizaram como primíssima, visto que estavam organizadas, limpas e conservadas e a todo tempo

a advertência feita foi para que se mantivessem os documentos na ordem que me foi entregue, reforçando, assim, o caráter organizacional dos arquivos mantidos nesta Paróquia.

Sabe-se, no entanto, mesmo com a riqueza documental obtida, os limites destas fontes. Bacellar (2008) observa:

Documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu. Uma carta pastoral de um bispo, por exemplo, é a opinião do próprio autor, mas profundamente inserido em um panorama ideológico da Igreja daquele momento e daquele local (BACELLAR, 2008, p.63).

Assim, ressalta-se que, ao aferir documentações oficiais da Igreja quanto ao Seminário de Rio Brillhante, justapô-las, relacionar textos e contextos, estabelecer nexos, identificar mudanças e permanências, a fim de produzir um trabalho histórico, foram atividades realizadas com cautela, no sentido de se desenvolver uma análise quanto ao discurso tendencioso, muitas vezes, empregado nesses tipos de fontes que dão vozes à Igreja e a um segmento religioso.

1.3. Relatos memorialísticos

Em 1993, Jacques Le Goff, no prefácio da edição francesa da obra póstuma de Marc Bloch, intitulada *Apologia da história ou o ofício do historiador*, chamou o leitor à meditação em torno da memória: “Que objeto atualmente suscita mais a investigação e a reflexão dos historiadores, em colaboração com outros especialistas das ciências humanas e sociais, do que a investigação da memória coletiva, base da busca de identidade?” (2001, p.28).

Durante o percurso investigativo, procurou-se estudar os testemunhos e a memória como suporte auxiliar, tomado como ponto de partida para a construção da escrita histórica acerca do acontecido. No entanto, não se pode perder de vista os ensinamentos de Bloch a respeito do verdadeiro trabalho do historiador depois da observação e da crítica histórica, lembrado por Le Goff:

[...] o historiador ‘escolhe e peneira’, organiza ‘racionalmente uma matéria’ cuja receptividade passiva só levaria a negar o tempo, por conseguinte, a própria história’. O vínculo entre ordenamento racional, tempo e história é perfeitamente reafirmado. Mais que isso, essa *démarche* racional identifica-se com a ordem do tempo e com a natureza da história (LE GOFF, 2001, p.30).

São significativas as ligações existentes entre os fenômenos sociais. Diante das inúmeras interpretações conferidas à vida social, buscou-se tomar as narrativas memorialísticas como fontes para a presente análise histórica, uma vez que elas reúnem lembranças de um passado vivido por distintos agentes e segmentos sociais. Mas, os registros institucionais e oficiais, em relação a Rio Brilhante - MS, pautam-se pelas ações dos migrantes “pioneiros” ou “desbravadores” lembrados, por exemplo, no material memorialístico que ora se analisa. Portanto, é preciso salientar que, assim como outros tipos de fontes, os relatos memorialísticos não são materiais despidos de neutralidade interna e, portanto, não podem ser entendidos como discurso de autoridade ou como “prova da verdade”: Eles, segundo o historiador Mercolis Alexandre Ernandes (2009, p.21), [...] “carregam sobre si, o fato de ser fruto de uma seleção, feita pelo narrador”, o qual age conforme sua formação individual ou coletiva.

1.3.1 A missão franciscana em Knob

Pedro Knob (1929-2008), natural de Pontes Filho, Rio Grande do Sul, estudou em Seminário, iniciou o noviciado em 1948 na Ordem Franciscana e recebeu a Ordenação Sacerdotal em 1954. Formou-se em Filosofia e História pela Faculdade de Filosofia em Viamão (RS) e se especializou em História da Igreja, na Faculdade de Teologia do Instituto Antoniano, sediada em Roma. Além de escritor, foi professor, redator de jornal *A semana* e da revista *O Santuário de Santo Antônio*.

Sua obra, um tanto quanto extensa, com 443 páginas, está dividida em quatro partes. A primeira trata da história da Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora, a qual foi subdividida em oito capítulos que discorrem sobre a história e a presença franciscana em Mato Grosso, antes de 1937. Ali constam relatos sobre os primeiros pensamentos da chegada dos alemães na região, bem como, os motivos que levaram a escolha do Estado para este feito. Também há nesse primeiro capítulo relatos dos primeiros percalços da estadia dos franciscanos que desembarcavam em São Paulo, para de lá, serem destinados a conventos específicos, a fim de se habituarem, ao menos um pouco, ao clima e à língua nativa. Além disso, o autor relata nesta primeira parte do seu trabalho que, por insistirem nos objetivos almejados, os alemães levaram à fundação do Comissariado e à expansão da ação missionária.

A segunda parte do livro relata a forma como os franciscanos se puseram a serviço das Prelazias e Dioceses em Mato Grosso. Este capítulo foi subdividido em

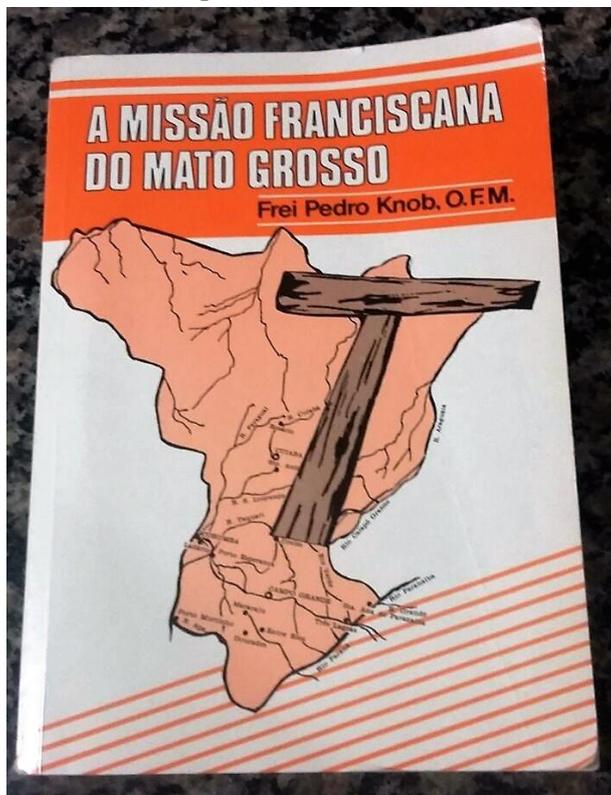
cinco subcapítulos, nos quais estão reunidas duas biografias, a de Dom Vunibaldo Talleur e de Dom Teodardo Leitz.

A terceira e mais extensa parte, subdividida em trinta e dois subcapítulos, em que cada um deles trata de localidades distintas, nas quais a ação missionária esteve presente. Neles há relatos franciscanos a serviço das paróquias, escolas, hospitais, conventos e chácaras. Trata-se de uma narrativa rica, baseada e referenciada em documentos e fotografias em preto e branco retiradas dos acervos franciscanos. Nesse livro constam os registros eclesiásticos referentes a partidas e chegadas, visitas, casamentos, festejos, modo de vida, de transporte, trabalho, mudanças realizadas após a chegada da missão e, em especial, as construções que deram espaço para a impressão da cultura arquitetônica alemã em solo mato-grossense. Conjunto de documentos estes que revelam uma variedade de indícios sobre a história da instituição. Com zelo, Knob discorreu sobre a presença dos religiosos na região e a prestação de serviços em todas as paróquias do ano de 1938 a 1988, sendo este último, ano do lançamento do livro. A quarta parte, mais breve, é constituída apenas de um capítulo, que tem como título “O problema das vocações e as Casas de formação” e, em seguida, é relatada a bibliografia, encerrando a obra do autor.

A capa do livro mescla as cores branca e laranja e possui um mapa simples do antigo Mato Grosso como ilustração. Nesse mapa há a designação de alguns rios e cidades ocupadas pelos missionários da Ordem Franciscanas, sendo Cuiabá, Rosário, Santo Antônio, Corumbá, Porto Esperança (Distrito de Corumbá), Ladário, Porto Murtinho, Maracaju, Entre Rios, Dourados, Três Lagoas, Santa Ana do Paranaíba e Coxim.

Sobre o mapa, está o “*Tau*”, um dos mais expressivos signos franciscanos, presente no peito dos fiéis, nos cordões dos freis, nos broches de eventos franciscanos e paredes de templos ou instituições da referida ordem. O “Tau da cruz vitoriosa” aparece esculpido em madeira, simbolizando a humildade propagada pela ordem. Trata-se de um crucifixo de forte significado simbólico franciscano, composto por duas linhas, uma vertical e outra horizontal como representação do céu e da terra. Em síntese, este signo foi idealizado por São Francisco de Assis, fundador da ordem franciscana no século XIII.

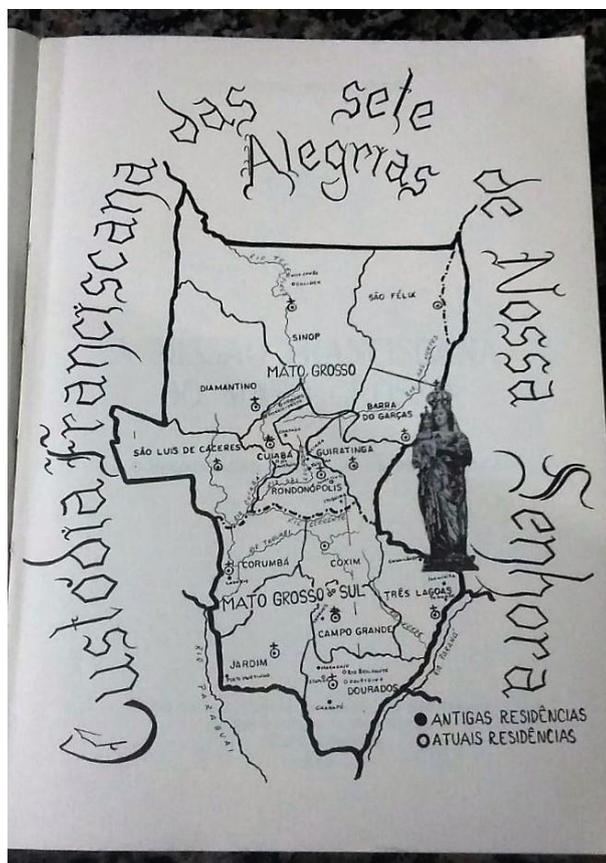
Figura 1: Foto da capa do livro do Frei Pedro Knob (1988).



Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

A contracapa não contém nenhum escrito ou registro. Já na página de rosto, tem-se apenas o título da obra – A missão Franciscana do Mato Grosso - e nada mais. A terceira página é mais uma folha de rosto constituída de uma ilustração de outro mapa semelhante ao da capa, já esboçado com Mato Grosso pós-dividido (1977). Uma informação importante se refere ao motivo pelo qual a obra foi organizada, ou seja, em comemoração aos 50 anos de fundação da Missão Franciscana no Mato Grosso.

Figura 2: Foto da página 3 do livro “A Missão Franciscana do Mato Grosso” (1988).



Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

O croqui geográfico de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foi contornado pelos dizeres: “Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora”. O mapa destaca rios e cidades e aponta localidades antigas e coevas da publicação da obra (1988). Consta também na citada imagem pontos referentes às residências franciscanas. Os pequenos círculos sinalizados com a cruz assinalam a presença franciscana tanto em Mato Grosso como em Mato Grosso do Sul. A imagem contempla também, ao lado do mapa, a figura de uma santa com uma criança em seu colo, Nossa Senhora e Jesus Cristo, no lugar do “tau”. Importa destacar que a obra foi uma publicação da Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora de Mato Grosso, localizada em Campo Grande - MS, no ano de 1988.

1.3.2 A Cidade e a Missão em Facholli e Doerzbacher

Neste ponto, toma-se como proposta a análise do livro *Rio Brilhante: Sua Terra, Sua Gente*, publicado em 1991, por Cleunice Batista Facholli e Sirley Doerzbacher, ambas as professoras. A primeira é licenciada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação, em Presidente Prudente (SP), e em História, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A segunda é licenciada em Letras Anglo-Portuguesas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Umuarama (PR). O livro se constitui em um trabalho significativo sobre as atividades de munícipes rio-brilhantenses.

Pode-se entender esta obra como um livro didático organizado a partir da necessidade de um material de apoio para aulas de geografia e história. O trabalho aborda o espaço geográfico, a história e as atividades econômicas da cidade de Rio Brilhante. A ficha catalográfica caracteriza a obra como “Diretrizes básicas para o estudo de história e geografia, 3ª. série, 1º. grau”. Este livro possui 200 páginas ao todo, cujas páginas foram escritas para servir de apoio e para evitar “esquecimento” coletivo da comunidade. Por isso, a obra é farta de relatos de memórias e acervos pessoais de descendentes dos ditos pioneiros que ali residiram no passado da região. As autoras contaram com a colaboração não só dos antigos moradores da localidade, mas também de autoridades municipais, alunos e professores voluntários, bem como, de comerciantes, seja com patrocínio ou material de apoio, conforme relatado na obra.

A capa do livro foi criada por Urbano da Silva Peres, antigo morador de Rio Brilhante. Peres é formado em Artes Plásticas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O artista tentou, através da arte, retratar o passado e presente da cidade. Sua intenção foi, além de prestar homenagem aos “pioneiros” oitocentistas⁴,

⁴ A partir do final da década de 1820, o sul de Mato Grosso começou a receber inúmeros ocupantes migrados da região de Franca, Minas Gerais e Paraná. Entravam por Santana de Paranaíba, região tradicionalmente ocupada por caiapós. O espaço foi gradativamente ocupado pelos entrantes do clã dos Lopes, Garcia, Barbosa e Pereira, conhecido pela historiografia tradicional como “desbravadores”, “primeiros ocupantes”, “pioneiros”. Segundo Mário Monteiro de Almeida (1951), as referidas famílias, em busca de fama, terra e poder, iniciaram o povoamento das vacarias mato-grossenses, cortadas pelos rios Paraná, Paranaíba, Sucuriú, Verde, Pardo, Anhanduí, Vacaria e Brilhante (Cf. ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951, p. 230). Ver também: (CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dourados, MS: UFGD, 2010, p.89-92).

criar uma imagem panorâmica do município, com destaque para as principais atividades econômicas, sendo estas representadas por figuras das instalações da Usina de açúcar e álcool e pela cana, uma das maiores propulsoras da economia local.

A arte de Peres contempla a máquina e o plantio de arroz para dar destaque à agricultura. Para o passado pastoril da região, o artista trouxe imagens de bovinos, cancelas ou porteiros e casas de fazenda. A ideia é rememorar o início de formação da cidade.

Figura 3: Foto da capa do livro “Rio Brilhante: sua terra, sua gente”



Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

A Figura 3 contempla imagens do presente, como por exemplo, o posto de gasolina, o comércio e o entroncamento da rodovia que direciona à esquerda para a capital do Estado, Campo Grande, ou à direita, para o Estado vizinho, São Paulo. Como permanência do passado mais recente (século XX) e do presente, o artista esboçou imagens da Igreja matriz, obra arquitetônica promovida pelos franciscanos.

A obra contém gráficos, estatísticas, geografia dos rios, composição de famílias “pioneiras”, mapas, organogramas, plantas, tabelas e símbolos de instituições de acordo com a época, além de muitas fotos em preto e branco que retratam famílias “troncos” da

população rio-brilhantense. Além disso, o autor elenca personagens históricos da cidade, meios de transportes, pessoas em suas atividades laborais, documentos, prédios de instituições importantes, festas e pessoas em seus trajes típicos, procissões, passeios coletivos, comitivas, construções, elenco de ex-prefeitos, rodovias, fazendas e comércio.

Ao se buscar o entendimento desse conjunto de dados esboçados na obra pelas lentes fornecidas por Stuart Hall (2003), vê-se que são características partilhadas por segmentos sociais que reconhecem uma gênese histórica comum e os símbolos que a representam (a exemplo dos trajes típicos) e buscam uma identificação coletiva aos sentimentos, até então dispersos ou individualizados. Em Maurice Halbwachs (1990), também se observa que o conjunto de detalhes contidos na obra, não só no conteúdo, como nas ilustrações, pode, em grande parte, encontrar base na memória, seja ela individual ou coletiva, pois se tratam de recordações que foram construídas ao longo dos anos e que contribuíram para a formação identitária local ou regional. Daí o destaque às situações multiculturais e a ênfase aos acontecimentos, aos agentes sociais e aos lugares apresentados na obra desde a capa.

Também há de se destacar um fato de ordem natural importante que foi relatado pelas autoras, trata-se da enchente que acometeu a cidade na década de 1970, alcançando plantações, rebanhos, casas, paróquias, entre outras construções. Agentes sociais da cidade como alunas, freiras e professoras do Patronato São Francisco, alunos da Banda do Seminário Santo Antônio, dentre tantas outros, povoam os escritos das autoras. Se antes da publicação da obra o passado era rememorado apenas verbalmente, a partir do livro de Facholli e Doerzbacher (1991) existem registros imagéticos e escritos para servir de ponto de partida para novas produções concernente à história regional.

Além de referência escolar, a obra é motivo de orgulho municipal por suscitar o sentimento de pertencimento coletivo e a identidade rio-brilhantense. Isto se expressa nitidamente nas palavras de Emilio Ogaya Jorke, secretário municipal de saúde à época (1991), incumbido de escrever o prefácio do livro:

Linda obra, inédita na história do Município. Até o presente momento as testemunhas da nossa história prendiam-se apenas a tradições verbais, nada escrito que perpetuasse um legado histórico para as gerações futuras. Verdadeira fonte de pesquisa, ponto de referência para escolares em todos os graus, e também para ostentarmos perante o estrangeiro que nós também temos a nossa tradição e muito mais a dizer esta encontra-se registrada em letras e fotos (JORKE apud FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 05).

A obra foi estruturada em cinco partes. A primeira, trata dos aspectos históricos e possui onze subunidades que narram desde o “pioneirismo” da cidade até os símbolos que foram sendo criados e incorporados em sua representação. A segunda parte, subdividida em onze unidades, relata sobre os aspectos geográficos, com destaque para os limites do município, sua referência diante do Estado, País e América Latina; sua composição populacional, bem como, suas atividades econômicas, de transporte e de comunicação. A terceira parte, aborda os aspectos recreativos e sociais da população, salientando as manifestações culturais ali presentes. A penúltima, subdividida em apenas duas partes, é um acervo fotográfico que retrata o que as autoras denominam de “Rio Brilhante, ontem” e “Rio Brilhante, hoje” e, finalizando, o quinto item traz atividades propostas com abordagem de todo conteúdo do livro para execução com os alunos.

Assim, o material memorialístico se constitui em uma primorosa fonte que, além de contar com detalhes a história e criação do município, disponibiliza um acervo contendo muitas fotos, cedidas gentilmente por muitos moradores locais. O livro ainda possui algumas páginas dedicadas à ação franciscana em Rio Brilhante nas construções, na vida religiosa e educacional dos munícipes, colaborando de forma importante para esta dissertação.

A cidade de Rio Brilhante, em linhas gerais, é hoje um município dentre os 79 (setenta e nove) existentes atualmente no Estado de Mato Grosso do Sul e conta com quase 35.000 (trinta e cinco mil) habitantes, em um território de 3.987, 397 km², segundo estimativas do IBGE (2015). A cidade faz divisa ao norte com Nova Alvorada do Sul e Sidrolândia, ao sul com Angélica, Douradina, Deodápolis, Itaporã e Dourados, ao leste com Nova Alvorada do Sul e a oeste com Maracaju.

1.4. Imprensa periódica como fonte

Pode-se entender as análises das práticas e representações sociais como um viés significativo para compreender indivíduos e grupos em seu universo cotidiano. Ou ainda, para o entendimento das formas de distintas e dos múltiplos sentidos de representações. Em Chartier (1990, p. 17), as representações são definidas conforme jogos de interesses de grupos:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são

sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. [...] as percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p.17).

A esse respeito, a historiadora Sandra Pesavento (1995) oferece também a seguinte contribuição:

[...] no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real [os periódicos locais, por exemplo] é sempre referência a um 'outro' ausente [...] esse processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes [imagens, palavras] com os seus significados [representações, significações], processo este que envolve uma dimensão simbólica (PESAVENTO, 1995, p.16).

As memórias, entendidas como formas de representação, podem servir a projetos de construção identitária de grupos ou segmentos sociais, legitimando práticas homogeneizadoras culturais, delimitando diferenças. Em Chartier, aprendemos que os discursos “[...] produzem estratégias e práticas sociais, que [...] tendem a impor uma autoridade à custa de outra, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p.17). Em Bourdieu, determinados discursos (literário, jornalísticos) nada mais são do que representações sociais da realidade objetiva, não raro, influenciadas por interesses, ideias, valores, crenças e ideologias preexistentes (Cf. BOURDIEU, 1989, p. 114). Ou seja, as representações permeiam a linguagem usada cotidianamente nas religiões e no saber do “senso comum”, compondo o conceito de *habitus* de cada agente, nos campos ou grupos profissionais e nas classes sociais. Enquanto marcas sociais, as representações se originam do contexto histórico e coletivo, orientadas por uma forma de pensamento.

As representações sociais podem ser entendidas como produto de uma forma de pensamento, que estabelecem influências nas posições sociais ocupadas nas hierarquias existentes, nos campos e entre as classes sociais. Elas são construídas conforme interesses consciente ou inconscientemente, vinculados à posição que se ocupa na sociedade.

Com este entendimento é que se iniciou o trabalho de busca à imprensa periódica, enquanto uma forma de representação social para dar suporte à escrituração desta pesquisa. O uso desse material como fonte se justifica porque ali se manifestam boa parte das “vozes” sociais, como também, por considerar que se esboçam neste espaço os projetos políticos diversos, ou ainda, por compreender que este gênero abriga os anseios e a vida material dos distintos agentes sociais.

Antonio Nóvoa (1997, p.12), ao se referir às razões de utilização das páginas dos jornais e revistas de Educação e Ensino, ressaltou a importância da imprensa como a melhor via para se apreender a multiplicidade do campo educativo, conforme fragmento: “[...] a imprensa revela as múltiplas facetas dos processos educativos numa perspectiva interna ao sistema de ensino (cursos, programas, currículos, etc.) mas também no que diz respeito ao papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças”.

Outra razão apontada por Nóvoa (1997, p.13) em se recorrer a um repertório analítico da imprensa de Educação e Ensino é o fato de que essa fonte permite nexos entre as determinações oriundas do Estado e as práticas efetivas em sala de aula. Além disso, o referido pesquisador aponta o fato de ser a imprensa o lugar de uma “[...] afirmação em grupo e de uma permanente regulação coletiva” (IDEM, p. 13). E, por fim, Nóvoa (1997, p.13-14) resalta a importância desse material por ser um espaço de afirmação de correntes, ou ainda, por se tratar de ações de pensamentos educacionais.

A partir dessas considerações sobre a “Imprensa de Educação e Ensino”, realizada por Nóvoa, procurou-se analisar o presente objeto de pesquisa a partir dos periódicos locais, como fontes. A partir deles, buscou-se o entendimento social e político da cidade de Rio Brilhante, bem como, as matérias focadas no Seminário Franciscano.

Desde a década de 1940, José Honório Rodrigues (1957) já apontava a importância do uso do jornal como fonte de informação histórica. No entanto, chamou atenção para a necessidade de se ponderar e relativizar as informações contidas nos periódicos, pois estas nem sempre são independentes e exatas e, não raro, ocultam intencionalidades de forma implícita ou explícita. Jean Glenisson (1991) também observou os limites dos periódicos como fonte, sobretudo acerca das influências exercidas por agentes políticos e das pressões exercidas pelo governo ou segmentos mais influentes, do ponto de vista político e econômico.

A despeito das ponderações e positivas avaliações tecidas por Rodrigues (1957) e Jean Glenisson (1991), Tânia Regina de Luca (2008) registrou a pouca importância dada a essa fonte no processo de escrita histórica até a década de 1970. Este fato evidenciava um cenário historiográfico que ainda recusava as fontes não tradicionais. Grande parte da comunidade historiadora ainda se pautava na ideia de que os fatos só seriam narrados “verdadeiramente” através de documentos de Estado, manuscritos ou impressos, enquanto expressão de seu poder, a partir do selo da “objetividade, neutralidade e fidedignidade”. Segundo, Brazil e Pereira (2013, p. 185), “Ainda era forte a glorificação da história nacional, da história política, apesar do empenho e inserção da cultura no centro das preocupações historiográficas”.

No entanto, no final da década de 1970, muitos historiadores escaparam dessa forma de escrever a história brasileira. Desenvolveu-se em algumas universidades brasileiras um profícuo debate no campo da escrita da história, elegendo o jornal como fonte e objeto de pesquisa. Entre os participantes desse embate teórico-metodológico estava Arnaldo Contier (1979), historiador que tomou os jornais como manancial investigativo e produziu sua tese de doutoramento sobre “Imprensa e ideologia em São Paulo”. A partir de então, com o fortalecimento dos movimentos sociais nas grandes cidades, os temas passaram a ser estudados através dos jornais. As efervescências políticas vivenciadas nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, levaram à valorização e ampliação do papel dos jornais como instrumento de arregimentação, formação de opinião pública e politização da época, aspecto o qual despertou interesse da comunidade historiadora brasileira.

A utilização desse tipo de fonte impõe a sua necessária historicização, de modo a avaliar as condições técnicas de elaboração da época em questão; a analisar o material escolhido e a ler nas entrelinhas as razões e os critérios utilizados para sua produção. São procedimentos indispensáveis no processo investigativo, considerando que estes meios de imprensa escrita (em folhas, gazetas, pasquins e jornais), sem depreciar os recursos que cada um destes meios de imprensa escrita se vale para atingir seus objetivos.

1.4.1 Imprensa Regional

No século XX, inúmeras estratégias foram usadas pelas elites mato-grossenses com o objetivo de se construir um projeto identitário. Assim, conforme Zorzato (2000,

p. 420), buscou-se organizar entre os habitantes reunidos dessa área interna do Brasil uma identidade capaz de uni-los.

Nas matérias publicadas pela imprensa regional ou local, representadas pelos Jornais *O Douradense* e *O Progresso* constavam signos identitários, envolvendo tradições inventadas acerca de sentidos e origens das cidades, características físicas e econômicas destas, feitos políticos ocorridos nas esferas municipal, estadual e federal, *modus vivendi* dos moradores, festas cívicas, quermesses, cerimônias e procissões religiosas, entre outros.

Dos dois jornais, elegemos o Jornal *O Progresso* pela disponibilidade de seu acervo nas dependências do campus da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Isto se explica porque há um convênio firmado desde o ano de 2013 entre o Jornal e a instituição referida, que disponibiliza para os pesquisadores versões digitalizadas, facilitando o acesso ao material. Além disso, trata-se de um dos Jornais mais antigos, no que tange o Estado de Mato Grosso do Sul. No entanto, há lacunas de anos a serem preenchidas, justificadas pelo extravio ou não digitalização.

1.4.2 Jornal *O Progresso*

O Jornal *O Progresso* comemora em 2017 seus 67 anos de criação, (re)fundado por Weimar Gonçalves Torres, advogado, poeta, vereador e deputado Estadual / Federal. Atualmente, a empresa é dirigida por Adiles do Amaral Torres. Desde sua criação, em 1951, o Jornal mantém circulação ininterrupta e segue dirigido e mantido no seio familiar “Amaral Torres”. Hoje, a empresa é administrada pela viúva de Weimar, que ficou à frente do empreendimento desde final de 1982. A idealização de construir um jornal impresso data de 1920, por parte do advogado José Rangel Torres, residente de Ponta Porã e pai de Weimar. A ideia se concretizou em 21 de abril de 1951, constituindo-se no primeiro Jornal diário da região.

No que tange esta pesquisa, os exemplares disponíveis para exploração envolvem os números publicados de 1959 a 1994. No entanto, cabe registrar que há lacunas neste material, sendo que alguns números deste período estão extraviados e o ano de 1961 não conta com nenhum exemplar disponível.

Esmiuçar os números do Jornal *O Progresso*, reunidos no acervo do Centro de Documentação Regional/Universidade Federal da Grande Dourados (CDR/UFGD),

trouxe à tona um expressivo número de publicações no ano de 1964, total de dez, dando destaque ao Seminário Santo Antônio. Enquanto que no ano anterior, limitou-se a apenas duas. A partir do ano de 1965 se observou a inexpressiva menção concernente à cidade de Rio Brillhante, bem como, a falta de matérias ou notas sobre os trabalhos franciscanos, outrora tão enaltecidos nas páginas do periódico douradense. Mais a frente esta importância é retomada.

Em geral, por hora, foram encontradas 25 matérias que colaboram com esta dissertação. As categorias utilizadas foram “frei”, “franciscano”, “franciscana”, “seminário” e “Rio Brillhante”, visto que a busca apontava quando estes substantivos se encontravam no plural. Os achados tratam de temas de diversos interesses, como a presença dos meninos internos do Seminário em festividades na cidade de Dourados; o trabalho realizado na instituição; as viagens que os internos faziam para participar de pequenos eventos culturais; o impacto das leis nacionais da educação do ensino regional; a formação e recrutamento de professores para lecionar na região da Grande Dourados; as vivências cotidianas dos franciscanos na região, entre outras.

Em algumas edições foram percebidos quão ativamente foram os incentivos de participação na vida religiosa da cidade, bem como havia, por vezes, “instruções” de como os fiéis deviam de “portar” na presença de autoridades eclesásticas que visitassem o município. Conta com colunas confessionais e, por inúmeras vezes, o trabalho franciscano é enaltecido como propulsor da fé e cultura. Há também relatado “costumes” dos nativos, a quem os padres atendiam mesmo sem concordarem, como menciona Marin (2012) sobre o ato de benzer prédios, instituições e grandes conquistas materiais, o que fazia da presença dos Freis de suma importância em um ato inaugural, por exemplo.

Sob o *slogan* “Pensamento e Ação por uma vida melhor”, o frontispício do número 538, do ano XIII de edição, publicado em um sábado, no dia 19 de setembro de 1964 (Figura 4), apresenta os dados editoriais do periódico que tinha como Diretor Fundador Weimar Torres; Diretor Gerente, Vlademiro M. do Amaral; Subgerente, João Pael; e Diretor Secretário, o Professor João Ramão (não menciona seu sobrenome).

A capa (Figura 4) dá destaque ao aniversário da cidade de Corumbá, traz outras duas matérias de cunho político a nível nacional e apresenta a sessão “Passarela Política” que é constituída por pequenas notas do cenário político nacional. Há ainda um espaço considerável para notícia da “Missão Evangélica em Dourados”, com destaque para a atuação deste segmento religioso na cidade, bem como para o eficaz

funcionamento do Hospital Evangélico na cidade, instituição ainda em funcionamento na região.

No Jornal, tem-se também um espaço dedicado às propagandas, anúncio de jogo e enlace matrimonial. Chama atenção, no entanto, a sessão “In Vino Veritas”, uma espécie de charge, na qual há sempre dois personagens desenhados: o Zé Pinga, homem agarrado a um poste e segurando uma garrafa; e o Colono, homem com vestes simples e xadrez, fumando cigarro. O segundo personagem é típico do momento vivenciado pela instalação da CAND na cidade, obviamente, e, não surpreendentemente, ao se encontrarem os personagens falam de política municipal. Assim segue o interior do periódico, recheado de notícias de teor político, propagandas e notícias locais. Na Figura 4 segue, a imagem da referida capa:

Figura 4: Jornal *O Progresso*, número 538, 19/09/1964, p. 1.



Fonte: Acervo do Centro de Documentação Regional (DCR/UFGD).

Outro exemplar (Figura 10), constitui-se de seis páginas, sendo que na última consta uma matéria acerca da atuação dos seminaristas em apresentação de teatro. Ao fazer as análises quanto às notícias veiculadas pelo Jornal *O Progresso*, no que diz respeito à atuação do Seminário Santo Antônio, elas se resumem a, em sua maior parte, pequenas notas que fazem menção da participação cultural dos internos em festividades ou datas comemorativas locais. Narra, por vezes, também, a participação dos meninos em campeonatos e jogos de futebol, conforme fragmento:

TEATRO DO SEMINÁRIO. Agradou a toda assistência em repleto Salão paroquial, a “Festa das Vocações” do Seminário Franciscano de Rio Brilhante. O Vigário frei Salvador, em suas palavras de saudações, pode também cumprimentar o sr. Bispo diocesano Dom Carlos e seu secretário P. Wilbert. A banda de música deu inicialmente uma nota a festinha. É de admirar como estes meninos das nossas colônias e de famílias modestas chegaram a tão notável adiantamento, seja em música, canto ou teatro e declamação. Aos pais de diversos meninos, presente ao espetáculo, deve ter isto causado bastante satisfação.

Na sua primeira peça, o pretencioso vigário teve encontro gozado, aliás verídico, com vários tipos de seus paroquianos. A criançada ele investiga sobre escola e professora. Um pretendente ao matrimônio reclama a fuga de sua noiva e que o bom vigário arrumasse outra.

Um pai desesperado quer encostar seu filho impossível nos padres e um menino exemplar é admitido com satisfação no seminário.

No seguinte intervalo o padre Francisco, que veio com pequena equipe de Caarapó, leu poesia sobre seu patrono, hoje festejado, de sua própria autoria.

Assistência atenciosa acompanhou os atos da comédia “Tarcísio, mártir da Eucaristia” em que todos os pequenos atores em seus vistosos trajes romanos, apresentaram, cada um em seu papel adequado, o martírio do herói da Eucaristia, São Tarcísio.

Uma compacta multidão aplaudiu o sucesso desta apresentação, que se realizou sob a formidável regência do diretor Frei Eucário, que com os seus pupilos dê outras surpresas a nós em Dourados (JORNAL O PROGRESSO, 19/09/1964, p.6)

Outra matéria que chama a atenção é a intitulada “Rio Brillante em festas”, do dia vinte de junho de 1970, um sábado, na página 4 do jornal número 1150, ano XX, agora sob a direção de Adiles A. Torres e V. M. Amaral, tendo como Redator chefe A. I. Almeida e Gerente Carlos Pael. Segue abaixo a imagem:

Figura 6: Jornal *O Progresso*, número 1150, 20/06/1970, p. 04.



Fonte: Acervo do CDR.

Segue na Figura 6 a transcrição da matéria que descreve as práticas festivas, as quais contavam com a presença pais dos seminaristas, autoridades da cidade e Padres Franciscanos, além de outros agentes sociais envolvidos com Seminário Santo Antonio. A festa se referia à inauguração da piscina, cujas atividades envolviam missa, competições, churrasco.

Rio Brillante em Festas. Rio Brillante – do correspondente Jacir Brunetto – Realizou-se à 14 de junho [1970] a festiva inauguração da piscina do Seminário Franciscano de Santo Antonio, em Rio Brillante.

Uma verdadeira festa de conagraçamento entre os pais dos seminaristas, as autoridades da cidade e os Padres Franciscanos, marcou o dia da inauguração da piscina.

As festividades tiveram início às 9 horas com solene missa oficiada pelo Reitor do Seminário Frei Bernardo Dettling. Seguiram-se calorosas competições de esporte aquático a comando do professor de Educação Física Adilvo Mazzini. Os seminaristas, divididos em grupos de “maiores” e “menores” souberam magistralmente cativar a atenção dos numerosos expectadores.

Foram realizadas as seguintes competições: Nado Crawl; nado de peito; mergulho à distância; mergulho à fundura; nado de costas; saltos de 1,5 m, 3 m e 5 m de altura; corrida de estafetas entre classes e por fim uma espécie de pólo aquático.

Pais provindos dos vizinhos municípios de Dourados, Itaporã, Glória de Dourados, Fátima do Sul e Campo Grande juntaram-se ao regozijo dos pais de Rio Brillhante para aplaudir seus filhos seminaristas. E, realmente, o Seminário neste dia tornou-se o centro das atrações de Rio Brillhante.

E no pano de fundo, a meio de tanta alegria e festa, destaca-se a figura genial de Frei Hugo e Frei Norberto que em tempo recorde souberam tão bem executar tão grandiosa obra. E na pessoa de Frei Hugo sintetizamos os parabéns a uma nobre equipe de artífices que está marcando presença em Rio Brillhante, com majestosos prédios.

As festividades terminaram com a vitória dos seminaristas sobre a equipe juvenil do Ginásio Estadual Fernando Corrêa, num belo jôgo de futebol, realizado no campo do Seminário. Arsanbar Auto Peças ofertou ao vencedor uma taça.

O Seminário de Rio Brillhante está de parabéns! Parabéns Frei Bernardo, parabéns Frei Miguel. Mais uma vez tornou-se patente o espírito realizador do Padres Franciscanos em Rio Brillhante! Creio que a maior atração do dia não foi o churrasco e sim a demonstração artística e cultural, a demonstração realizadora e desinteressada que deixou a todos maravilhados (JORNAL O PROGRESSO, 20/06/1970, p. 04).

Figura 7: Jornal *O Progresso*, número 1217, 27/02/1971, p. 04.

Grande encontro futebolístico inter-estadual

Futebol de Salão
Terá lugar hoje a noite na quadra da Associação Atlética Banco do Brasil, grande encontro de futebol de salão entre as agueridas equipes dos Ban-

Futebol de Campo
Amanhã no Estádio da L.E.D.A., já todo preparado terá lugar o encontro futebolístico entre o OPRARIO DOURADENSE e o SÃO PAULO de Londrina, com o fim de realizar a reunião da primeira divisão do Estado do Paraná.

O PROGRESSO
— PENSAMENTO E AÇÃO POR UMA VIDA MELHOR —
ANO XX sábado, 27/2/71

Ronda Semanal
ARREMY

Casamento — Foi um grande acontecimento a festa de casamento de Solange Maria Lourenço e Farouk Makrem, ocorrido dia 20 p.p.

Conversa ao pé do fogo
O DINHEIRO, O CONSUL E A LIBERDADE
ALCOFAN

Excursão
Amanhã, pela manhã os VETERANOS seguirão em embarcação para Juguapirã City, onde matinalmente no grande Estádio "Nba Unesú" prelará com o União de Juguapirã em encontro futebolístico de grande vibração, pois os contendores pisarão no gramado marrom daquela localidade. Je igual para igual.

Os veteranos irão de ônibus especial da Viação Azul, além da comissão composta dos atletas, seguirá um representante da Imprensa esportiva, tesoureiro do clube, orador e outros altos funcionários.

Fonte: Acervo DCR/UFGD.

Observa-se que o esporte (futebol, natação, corridas e demonstrações artístico-cultural) era uma atividade sumamente valorizada pela instituição e fazia parte do referencial urbano rio-brilhantense, estendendo-se para participantes de municípios circunvizinhos como Dourados, Itaporã, Glória de Dourados, Fátima do Sul e Campo Grande.

A terceira publicação ressaltada é aquela que trata de uma nota publicada no dia vinte e sete de fevereiro de 1971, na página 04, sob o número 1217, ano XX, cujo Diretor era Vlademiro M. Amaral; Redatora chefe, Adiles A. Torres e Gerente Carlos Pael. Trata-se do apadrinhamento de um seminarista. Conforme trecho:

A interessante matéria está assim disposta:

PADRINHO SIMBÓLICO – Dando início à campanha dos “padrinhos simbólicos” das crianças do Lar Sta. Rita, o 1º. padrinho é o Sr. Antonio Morais que se prontificou a pagar a mensalidade do Seminário de Rio Brilhante, para onde ira um dos internos que já tem 14 anos e não pode mais permanecer no Lar, pois esta Entidade não têm condições de ficar com crianças alem dos 11 anos. Este menino é bom e inteligente. Temos certeza que é uma ajuda merecida, e que o seo Morais ficará muito satisfeito. Que outros lhe sigam o exemplo (JORNAL O PROGRESSO, 27/02/1971, p. 04).

Neste parâmetro, seguem as notícias sobre o Seminário Santo Antônio nas páginas do Jornal *O Progresso*. Em sua maioria, são pequenas notas, raramente se publica grandes feitos, similar à inauguração da piscina, mas sempre chamando a atenção para a presença certa dos seminaristas em festividades, a executar atividades culturais, o que revela a preocupação dos franciscanos em aguçar e ampliar os dons artísticos da clientela.

A partir do levantamento, arrolamento e fichamento das matérias, foram analisadas matérias de cunho sociocultural contidas no periódico do Jornal *O Progresso*, de 1959 a 1995. Procurou-se ater às publicações que tratavam ou mencionavam especificamente o Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante. Desse material selecionado e analisado, foi gerado o Quadro 3, que reúne importantes informações acerca de Rio Brilhante, cidade onde foi assentado o Seminário. Entre as informações encontradas, estão dados sobre a economia, a demografia, as biografias dos Frades franciscanos atuantes na Paróquia Divino Espírito Santo, as festividades, a história, dentre outras.

Quadro 3: O Seminário nas páginas do Jornal *O Progresso*- 1959-1995

| ANO | QUANTIDADE | NÚMERO | DATA | TÍTULO | TIPO |
|------|--------------------------|--------|---------------|---|------------|
| 1959 | 0 | - | - | - | - |
| 1960 | 0 | - | - | - | - |
| 1961 | Não está disponibilizado | | | | |
| 1962 | 2 | 457 | 27/05 | Programa da festa | Nota |
| | | 474 | 23/07 | Esplendorosos os festejos cívicos do dia 7 de Setembro em Vila Brasil | Matéria |
| 1963 | 0 | - | - | - | - |
| 1964 | 5 | 589 | 10/10 | Crônica | Nota |
| | | 583 | 19/09 | Teatro no Seminário | Matéria |
| | | 582 | 16/09 | Teatro Amanhã | Nota |
| | | 579 | 05/09 | Teatro | Nota |
| | | 574 | 19/08 | Festa em Caarapó | Matéria |
| 1965 | 0 | - | - | - | - |
| 1966 | 1 | 792 | 09/11 | Duas noites artísticas em Rio Brilhante | Nota |
| 1967 | 0 | - | - | - | - |
| 1968 | 0 | - | - | - | - |
| 1969 | 0 | - | - | - | - |
| 1970 | 2 | 1197 | 12/12 | Ordenação Sacerdotal | Nota |
| | | 1150 | 20/06 | Rio Brilhante em festas | Matéria |
| 1971 | 2 | 1291 | 04/12 | Seminário | Nota |
| | | 1217 | 27/02 | Padrinho simbólico | Nota |
| 1972 | 0 | - | - | - | - |
| 1973 | 0 | - | - | - | - |
| 1974 | 0 | - | - | - | - |
| 1975 | 0 | - | - | - | - |
| 1976 | 4 | 1874 | 25/09 | Ata de Denominação | Nota |
| | | 1873 | 23/09 | Ata de Denominação | Nota |
| | | 1872 | 21/09 | Ata de Denominação | Nota |
| | | 1871 | 18/09 | Ata de Denominação | Nota |
| 1977 | 0 | - | - | - | - |
| 1978 | 0 | - | - | - | - |
| 1979 | 0 | - | - | - | - |
| 1980 | 0 | - | - | - | - |
| 1981 | 3 | 3248 | 29/09 | Indaiá venceu Triangular de Basquete em Rio Brilhante | Matéria |
| | | 3250 | 01/10 | Rio Brilhante comemorou aniversário com atletismo | Matéria |
| | | 3246 | 25/09 | Rio Brilhante começa a comemorar seu aniversário hoje | Matéria |
| 1982 | 0 | - | - | - | - |
| 1983 | 3 | 3678 | 31/08 | Programa da Semana da Pátria de Rio Brilhante | Nota |
| | | 3674 | 25/08 | Programa da Semana da Pátria de Rio Brilhante | Nota |
| | | 3598 | 7 e 8/05 | Quermesse | Nota |
| 1984 | 1 | 3802 | 17 e 18/03 | Águia Negra reinicia treinamentos | Matéria |
| 1985 | 1 | 4143 | 31/08 e 01/09 | Rio Brilhante Programação da Semana da Pátria | Nota |
| 1986 | 0 | - | - | - | - |
| 1987 | 0 | - | - | - | - |
| 1988 | 0 | - | - | - | - |
| 1989 | 1 | 5071 | 28/07 | Plenário - o espaço de quem tem opinião | Entrevista |
| 1990 | 1 | 5242 | 12 e 13/05 | Jubileus de Dom Teodardo Leitz, Bispo Diocesano de Dourados | Matéria |
| 1991 | 2 | 5543 | 17 e 18/08 | Um neo-sacerdote em Dourados | Matéria |
| | | 5537 | 9/08 | 1º fruto do Seminário Santo Antonio de Rio Brilhante | Nota |
| 1992 | 0 | - | - | - | - |
| 1993 | 0 | - | - | - | - |
| 1994 | 0 | - | - | - | - |
| 1995 | 2 | 6431 | 11 e 12/02 | Cantiero diz que Edem projeta Rio Brilhante | Matéria |
| | | 6428 | 8/02 | Começa a funcionar o Edem, com novo conceito de ensino | Matéria |

Fonte: Jornais *O Progresso* arquivados no CDR/UFGD

Portanto, as matérias específicas sobre o Seminário Santo Antônio, a entrevista com um ex-professor e as pequenas notas que apenas tangenciaram a instituição deram suporte para organização do Quadro 3. Observa-se que no ano de 1964 ocorreu maior número de publicações envolvendo a instituição religiosa, enquanto unidade de ação e de práticas religiosas e educacionais. Nota-se que o ano de 1976 deu destaque à Ata de Denominação, a qual alterou a nomenclatura do Seminário Santo - este que até possuía várias designações populares. Consta que nesse ano a instituição passou a ser e epitetado legalmente por “Escola de 1º Grau Seminário Santo Antônio”. O noticiário dá conta de que no ano de 1995 a instituição passou a ocupar o atual prédio do Seminário, instalado na rua Etelvina Vasconcelos.

As publicações contidas no quadro são marcadas, em sua maioria, por manifestações culturais realizadas pelos Seminaristas, sob a orientação dos Missionários. Em geral, tratam-se de apresentações de teatros, jogos esportivos, sobretudo o futebol, e banda de música, organizados no próprio Seminário. Quanto a esta dinâmica, Frei Jorge Elsing (1988) escreveu:

Frei Eucário estava incansavelmente ativo e cuidava pessoalmente da ordem e da disciplina dos que lhe estavam confiados, e tinha especialmente grande compreensão para um importante elemento de qualquer educação: o aproveitamento do tempo livre pelo recreio e por jogos. Desde a chegada dos primeiros alunos, escolhia os que tinham dotes musicais e os introduzia com infinita paciência na arte dos instrumentos de sopro. Seu esforço tinha êxito: em todas as ocasiões festivas de natureza civil ou religiosa nos anos seguintes, a banda de música do seminário contribuía consideravelmente para o enriquecimento das festividades. Nesta cidade e também em Dourados, Itaporã e outros lugares da colônia, os alunos-músicos do seminário de Rio Brilhante se tornaram logo conhecidos e estimados por suas boas apresentações artísticas. Frei Eucário promovia também anualmente em várias paróquias da diocese de Dourados festas especiais com pequenas peças teatrais que ele mesmo compunha, para angariar entre o povo meios para manter o seminário (ELSING, 1988, p. 116).

Este registro de Frei Elsing (1988) confirma que, continuamente, o tempo dos Seminaristas era ocupado por dinâmicas culturais. As matérias revelam que o Frei Eucário Schmitt foi um pioneiro nesta atividade, no que tange às ações e às práticas da instituição educacional.

A ausência de publicações no Jornal *O Progresso* não significa, em nenhuma hipótese, que as atividades culturais não se realizavam. As crônicas produzidas internamente pela instituição, como Livro de Tombo da Paróquia Divino Espírito Santo

e no Livro de Crônicas do Seminário (1975-1988) registravam continuamente que as práticas culturais tinham significado especial para os Frades educadores.

Infelizmente, foi demasiada a procura, contudo frustrada, de notícias que dessem conta da construção, inauguração, interrupção e retomada de atividades e encerramento definitivo do Seminário Santo Antônio. Não há nenhuma publicação que noticie estes fatos importantes na trajetória desta instituição educacional, todavia, fez-se notável o conjunto de manifestações culturais utilizadas, entre outras coisas, como estratégias de doutrinação, controle do tempo, obtenção de recursos econômicos, disseminação cultural e religiosa. Foram práticas que influenciaram nos resultados do trabalho educacional e religioso realizado no Seminário.

1.5 Iconografia

[...] será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias à sua volta, na própria forma como foi empregada que, talvez, poderemos encontrar a senha para decifrarmos seu significado. Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível (KOSSOY,1998, p.43).

Destina-se aqui um esforço descritivo e interpretativo do repertório fotográfico coletado para compor a presente escrita, através das luzes emitidas por Burke (2004), a fim ler as “entrelinhas” das imagens e de utilizá-las como evidências históricas.

Como qualquer tipo de fonte, as imagens não falam por si. Carecem de interpretação e, por vezes, desvelamento, pois conforme observou Burke (2004, p.43-44) “[...] imagens são feitas para comunicar [...] A prática da iconografia também implica uma crítica da pressuposição do realismo fotográfico em nossa ‘cultura de instantâneos’[...]”. O pesquisador que lança mão dessa fonte deve estar disposto e atento para interpretar para além do que os olhos veem e empregar uma crítica sobre a imagem. Interpretar estas mensagens é tarefa da iconografia.

Ao comparar interpretações iconográficas e iconológicas, Burke (2004), com base nos estudos de Panofsky (1939, p.3-31), afirma:

[...] interpretação iconológica, distinguia-se da iconografia pelo fato de se voltar para o significado intrínseco, em outras palavras, “os princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, um período, uma classe, uma crença religiosa ou filosófica”. É nesse nível que as imagens oferecem evidência útil, de fato indispensável, para os historiadores culturais (BURKE, 2004, p. 45).

Com base nos cuidados sugeridos pelo referido autor, as imagens fornecem evidências significativas e imperativas para a História Cultural de uma sociedade, pois revelam atitudes, modos, crenças, vida material, dentre outros indícios. Seria absolutamente irremissível, em uma investigação como esta que conta com um acervo iconográfico farto, não o explorar para a construção da escrita histórica da cidade e do Seminário de Rio Brillante.

As imagens precisam ser tomadas, conforme ressalva Burke (2004, p. 46), para se “[...] recuperar experiências religiosas passadas, contanto que eles [os historiadores] estejam aptos a interpretar a iconografia”. O mero escólio não basta, pois, para interpretar a imagem impõe-se a familiarização com os códigos culturais (Cf. BURKE, 2004, p. 46). Ou ainda, conforme coloca este teórico: “O enfoque iconográfico também pode ser condenado por sua falta de dimensão social, sua indiferença ao contexto social” (BURKE, 2004, p.50). A identificação e análise criteriosa do material permite a narrativa dos cenários profissionais, socioculturais, tanto individuais quanto coletivo do passado histórico de uma dada sociedade. A interpretação das imagens, conforme salientaram Maciel-Lima e Rasia (2012), tem critérios:

[...] passa necessariamente pelo que Rouanet descreve como “uma pedagogia do olhar” (1988, p. 128). Não é qualquer olhar que pode ver tudo, é preciso ter um olhar educado, que domine as minúcias... Para o autor, há duas normatividades: a da visão e a do olhar. “Uma ética, ou uma política da visão: é preciso ver tudo (MACIEL-LIMA; RASIA, 2012, p.44).

O trabalho cuidadoso do pesquisador evita o surgimento de armadilhas diversas, que permeiam o processo investigativo, pois a fotografia é apenas uma representação ou um simples indício da realidade.

Figura 8: Foto dos primeiros missionários a chegar na “Terra de Missões”.



Fonte: Pedro Knob (1988, p. 46).

Através da fotografia, buscou-se o universo das premissas franciscanas que propulsaram a missão, dentre outros fatores, em Mato Grosso (uno), a fim de recuperar, como afirma Burke (2004), experiências educativas e religiosas. Com as considerações e ponderações ao uso da fonte iconográfica, fez-se, a título de demonstração, uma rápida leitura das imagens significativas dos registros, que, não por acaso, certamente, os Freis realizavam.

A Figura 8 é um retrato da chegada dos quatro primeiros Missionários Franciscanos em Mato Grosso. Da esquerda para a direita, está: Frei Eucário Schmitt, líder do grupo; Frei Antonino Schwenger, Frei José Passmam e Frei Francisco Brugger. Frei Antonio foi o primeiro vigário franciscano de Entre Rios (atual Rio Brillhante). Os quatro estão com vestes típicas franciscanas, enlaçadas pelo cordão de três dobras - elemento este considerado fundamental da Ordem.

Importa salientar que as imagens são registros do início da Missão, desde quando os primeiros Missionários se deslocaram da Turíngia, região da Alemanha, no ano de 1937. São fotos de momentos importantes da Missão, envolvendo seu contexto cotidiano, narrado em correspondências e eternizados nas Crônicas, fonte da obra de Knob (1988). O acervo organizado pela Igreja evidencia o cuidado dos Freis em perpetuar os acontecimentos, seus feitos, suas ações na sociedade, em geral, e no Seminário, em particular, no sentido de, aos poucos, transformar Mato Grosso em “Terra de Missões”.

Figura 9: Foto do início da construção do Seminário Santo Antônio, no final da década de 1960.



Fonte: Knob, 1988, p. 424.

A Figura 9, extraída da obra de Knob (1988, p.424), mostra ao fundo o primeiro convento franciscano de Rio Brillhante, que, aparentemente, mostrava-se ser uma boa residência. Mais à frente, do lado direito da figura 5, está o registro do início da construção do Seminário Santo Antônio, datado de setembro de 1959. Trata-se da primeira ala a ser levantada do prédio, onde é possível observar a grande área verde, palmeiras ornamentais, cercas pintadas em branco e poste de energia elétrica. A disponibilidade de terreno possibilitou a ampliação da obra tempos depois e o empreendimento não previsto no início da edificação, como relata Knob (1988, p.425).

Ainda assim, o prédio original se mostrava imponente para a época de construção, anos de 1960, em uma cidade interiorana de Mato Grosso, caracterizada por uma economia baseada na “[...] agricultura, criação de gado. Exportava erva-mate, couro e peles” (KNOB, 1988, p. 42). As fotos esboçadas na obra de Knob, ao que tudo indica oriundas dos arquivos paroquiais, ressaltam preocupação dos Franciscanos em registrar a trajetória da instituição.

Figura 10: Foto da fachada do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016

Figura 11: Foto da ala direita do Seminário Santo Antônio.



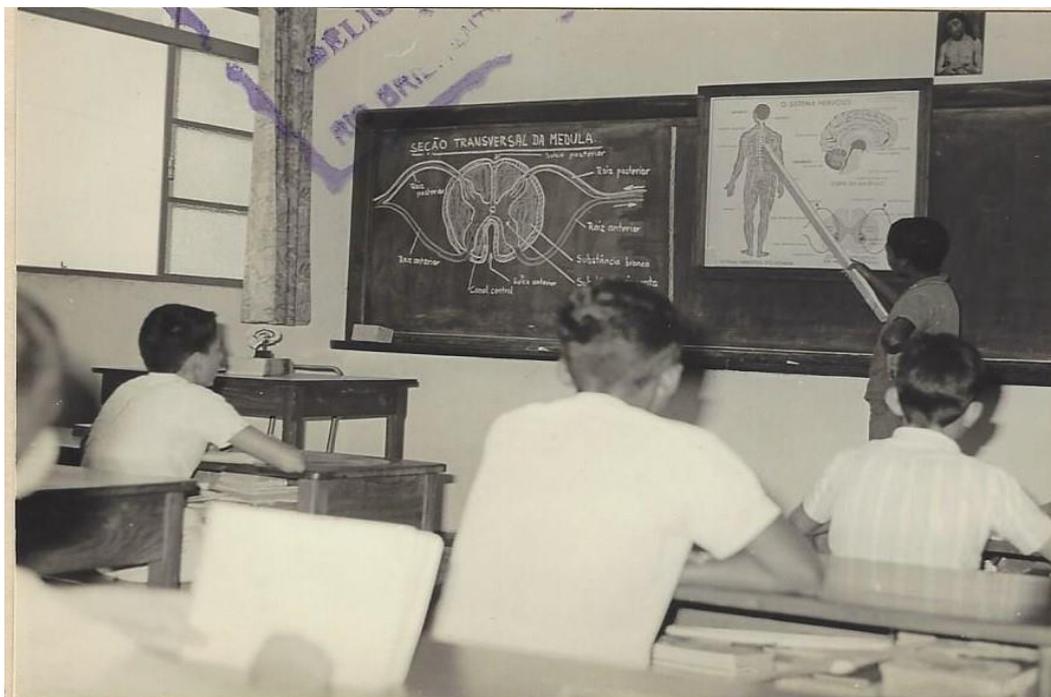
Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

As Figuras 10 e 11 mostram a preservação do prédio ao longo do tempo. Em visita realizada em outubro de 2016, na companhia das professoras Alessandra Cristina Furtado e Maria do Carmo Brazil, foi possível estabelecer um “contato físico” com o objeto de pesquisa pretendido e, *in locu* fez-se um registro imagético do prédio, tanto externo quanto interno. Observa-se nessas imagens as características da construção do Seminário Santo Antônio.

A Figura 10 mostra a fachada da instituição que, do seu lado esquerdo, possui a capela onde os seminaristas assistiam missas e outros eventos ali realizados. A imagem retrata a constituição física do prédio erguido em dois andares: o térreo, onde tinham aulas e abrigava as dependências administrativas da instituição; e o superior, que é destinado aos aposentos dos Frades e Seminaristas.

A Figura 11 mostra a parte lateral do prédio, permitindo ao observador dimensionar a grandiosidade da obra franciscana, expressa nas grandes janelas colocadas para o bom arejamento do ambiente, possivelmente, em consequência do alto grau de calor sulmato-grossense que, por vezes, em registros oficiais, é reclamada pelos Missionários. O muro baixo, a bela construção, a pintura mantida, a ampla e boa jardinagem e o cuidado com a arborização evidenciam preocupação franciscana em ofertar e mater um local com notável estética patrimonial.

Figura 12: Foto “Classe da segunda série ginásial”, de 1968 e autenticada no Cartório do 1º Ofício de Rio Brilhante, em 24/08/1970 .



Fonte: Acervo iconográfico do Seminário Santo Antônio.

A Figura 12 registra um momento de aula dos Seminaristas, possivelmente, da disciplina de “Ciências” ou “Ciências físicas e biológicas”, dado o título da imagem desenhada na lousa “Seção transversal da medula”. O cruzamento desta imagem fotográfica com o “Semanário de Classe” da 2ª série (hoje, 6º ano) revela o programa das matérias estudadas no Seminário. No caso específico de Ciências, as matérias expostas no histórico escolar previstas para o 2º. semestre de 1968 apresentava a seguinte estrutura:

- Desenvolvimento da estrutura corporal;
- Sistemas de órgãos no corpo humano;
- O Sistema Nervoso, Introdução; Células nervosas; fibras motoras e sensitivas; O Encéfalo: Cérebro e Cerebelo; O Encéfalo: Bulbo, protuberância; Sistema nervoso: **Medula Espinhal**; Sistema Nervoso Central; Sistema nervoso intestino; simpático/parasimpático;
- Doenças e tratamento do sistema nervoso;
- Os órgãos dos sentidos.

A matéria de Ciências era ministrada pelo Frei Bernardo Dettling. A imagem contida na Figura 12 revela a intensa participação dos meninos do Seminário e o esmero com que era realizada as atividades em sala de aula, pois, como ilustração, contava com a representação do funcionamento da medula, feita a giz na superfície da lousa (Figura 8).

O Livro Semanário, contendo o histórico escolar da 2ª série, trazia na seção de apresentação da matéria, um item identificado como “fim didático”, no qual se elencou uma pequena ementa/atividade, conforme trecho: “[...] interesse e estima das maravilhas do corpo humano; exercício: resumo em ditado – repetições por escrito e orais; aproveitamento: interesse, mais necessidade de material didático de demonstração”.

A Foto 12 revela três recursos didáticos utilizados pelos Freis que atuavam como professores: o desenho (detalhado) como instrumento de ensino-aprendizagem; as figuras impressas no quadro menor para explorar o corpo humano, a medula e o cérebro; e, por último não, menos importante, o fato de um aluno-negro estar “explicando” o que aprendera. Era este um método de “retomada” do que foi apresentado em sala de aula, a fim de inculcar o aprendido. Método o qual requeria do aluno a atenção em toda preleção para que o “escolhido” fizesse uma boa exposição. Este método é ressaltado por Frei Bernardo Dettling (2016)⁵, em depoimento :

[...] Mas trabalhei bem e então eu começou com aulas de religião, história, aprendi assim a história do Brasil muito bem e no fim da aula os últimos cinco, dez minutos eu sempre usei para repetir o que eu falei na aula, sempre então pedi um dos alunos:

___ Agora vai resumir, repetir o que aprendemos nesta aula.

E quando eles repetiam bem, então sabia... Opa... eles entenderam a coisa, né? Eles compreenderam, então fiquei contente, e também corrigia os cadernos e provas e tudo sempre a noite com querosene né, mas foi um tempo bom, a gente chegou com todo entusiasmo, queríamos ajudar, colaborar, né?

É possível, pela imagem da Figura 12, atentar-se a vários detalhes concernentes à ambiência e às vivências cotidianas dos meninos seminaristas. As janelas abertas proporcionavam o bom arejamento do local de aula; modestas cortinas e a imagem de Jesus Cristo acima da lousa, ressaltando o teor religioso presente. Observa-se também o padrão nas roupas do meninos, camisa branca de manga curta, com

⁵ DETTLING, Frei Bernardo (Diretor do Seminário no período de 1967 a 1971). *Depoimento oral sobre o dia-a-dia do Seminário realizado na residência do Freis*. Dourados, MS: Igreja São José do operário, 05/07/2016 às 08: 23.

exceção do garoto em pé diante da lousa, ao que parece, expondo o que foi aprendido em aula, como já ressaltado.

Há ainda a disposição dos móveis. As carteiras, tanto dos professores como dos alunos, eram de madeira. O mestre ficava sempre no canto direito da sala eos alunos, cada qual tinham sua carteira. E, assim como registrado em outras fotografias, é possível notar um número limitado de alunos na classe escolar, o que permitia uma boa exploração dos conteúdos.

Após ser identificado e analisado objetiva e criteriosamente, este material se constituiu em uma importante fonte para a retomada dos cenários profissionais (individuais e coletivo) e de momentos do passado. Pois, conforme propõe Boris Kossoy (1998, p.43), o registro fotográfico é uma ferramenta a ser usada com o máximo de esforço e sensibilidade na busca de um dado momento histórico. Isto significa dizer que as fotografias são memória e, ao mesmo tempo, são suporte referencial para estimular a memória. Como os demais tipos de fontes, as imagens fotográficas não falam por si, conforme referido, elas apenas viabilizam profícuas e ricas análises que, agregadas aos depoimentos relatos orais ou escritos, contribuem para o sentido sociocultural da pesquisa histórica.

1.6 Materiais produzidos pela Igreja e pela Instituição Educativa

Durante o percurso da presente investigação, pôde-se perceber que o Seminário Franciscano de Rio Brillhante salvaguardou e preservou a maioria dos documentos que ajudaram a construir parte de sua história. No entanto, o problema maior envolveu a pouca informação sobre a localização da documentação e a sua acessibilidade.

Mananciais básicos para a escrita da História da Educação e para construção da memória educativa, os arquivos e a documentação do Seminário fazem parte do acervo da Paróquia São Francisco de Assis, localizada na Rua 14 de julho, nº 4213, centro, Campo Grande, MS.

Grande parte dos materiais sobre o Seminário Santo Antônio está na referida paróquia, os quais se pôde obter acesso através do Frei Custódio Roberto Miguel do Nascimento, em meados de fevereiro de 2017. A documentação estava em uma sala da paróquia, para a qual não foi permitido acesso. Depois de muitos meses de busca, ali estavam resguardados inúmeros documentos da Ordem Franciscana.

Figura 13: Caixa de “Arquivo Morto”, de Rio Brilhante- MS.



Fonte: Acervo da Paróquia São Francisco de Assis/Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Os documentos estavam dentro de uma caixa de papelão bem conservada, denominada “arquivo morto”, conforme Figura 13, com a seguinte inscrição: “Rio Brilhante - MS”. Nela, continha alguns livros, dentre eles, o Livro de controle de Fluxo de Caixa, que iniciava suas transcrições na página 171 e terminava na página 201, datado do ano de 1963. Há indícios neste material de folhas arrancadas, pouco usadas, além de se observar casos em que houve um “pular de folhas” em sua utilização, pois os escritos retornam na página 250, com a seguinte indicação: “Cont. da pag. 100”. O livro de cor preta e folhas amareladas pelo tempo possuía 269 páginas, todas com a seguinte divisão – data, débito, D/C e saldo. Entre a “data” e o “débito”, estava a descrição do elemento de custo, como se pode observar na imagem abaixo, na Figura 14.

Figura 14: Livro de controle de fluxo de caixa.

| Data | Débito | Crédito | D/c | Saldo |
|-------|-----------|-----------|-----|------------|
| Maio | | | | |
| 16 | 546,000 | | | 10.229,223 |
| 18 | 100,000 | | | 10.129,223 |
| 22 | 500,000 | | | 9.629,223 |
| 23 | 1.500,000 | | | 8.129,223 |
| | 204,750 | | | 7.924,473 |
| | 327,600 | | | 7.596,873 |
| | 273,000 | | | 7.323,873 |
| | 279,000 | | | 7.044,873 |
| | | 2.750,000 | | 9.794,873 |
| 25 | 273,000 | | | 9.521,873 |
| 29 | 202,000 | | | 9.319,873 |
| Junho | 1.000,000 | | | 8.319,873 |
| Julho | 546,000 | | | 7.773,873 |
| 5 | 2.148,89 | | | 5.624,983 |
| | 12,500 | | | 5.612,483 |
| | 158,000 | | | 5.454,483 |
| | | 1.092,000 | | 6.546,483 |
| 6 | 1.406,000 | | | 5.140,483 |
| | 200,000 | | | 4.940,483 |
| | 18,000 | | | 4.922,483 |
| 13 | 200,000 | | | 4.722,483 |
| | 327,600 | | | 4.394,883 |
| 15 | | 60,000 | | 4.454,883 |
| 19 | 500,000 | | | 3.954,883 |
| | | 2.739,000 | | 6.693,883 |
| 20 | | 220,000 | | 6.913,883 |
| 21 | 445,000 | | | 6.468,883 |
| 22 | 496,800 | | | 5.972,083 |

Fonte: Acervo da Paróquia São Francisco de Assis/Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Também foi encontrado no “arquivo morto” o Livro “Cap. Conventual Rio Brilhante 1987-94”, Figura 15, cujo título está na lateral do livro de capa preta bem conservada e folhas amareladas. Este Livro data a partir de 6 de agosto de 1987 e foi escrito apenas até a página quatorze, sendo que há 100 páginas no total. “Capítulos” é o nome dado às reuniões que discutem os capítulos da “Regra”, criada por São Francisco. Assim sendo, este livro possui atas destes diálogos.

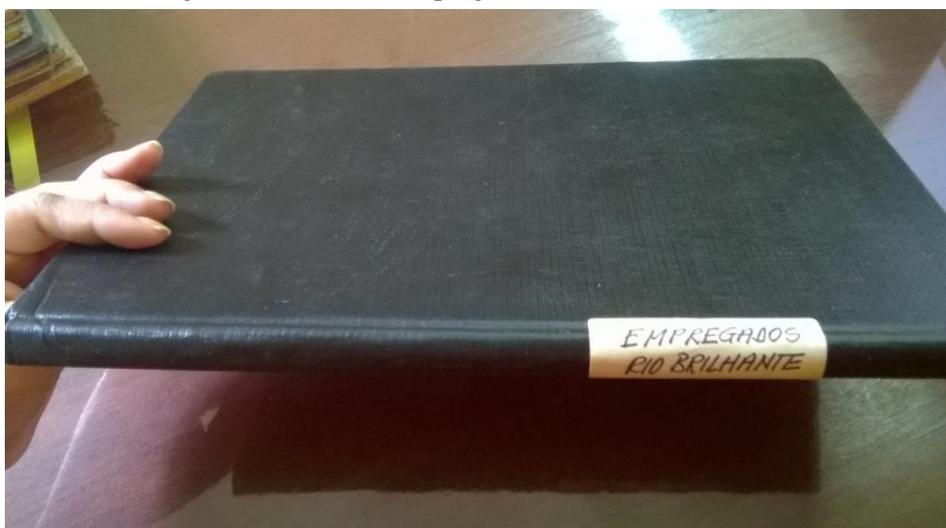
Figura 15: Livro de Capítulo Conventual Rio Brilhante 1987-94.



Fonte: Acervo da Paróquia São Francisco, Campo Grande / MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017

Um terceiro livro acessado foi o de “Empregados Rio Brilhante” (Figura 16), de cor preta bem conservada, com 100 páginas e que possui apenas 7 preenchidas. Separado por mês, inicia em 1/5/1986 e termina em 4/8/1986. O livro é composto por colunas, as quais separam: “data”; “funcionária”; “início do trabalho”, que variava entre às 6:00 e às 7:00 horas da manhã –; “intervalo para refeição e descanso”, que durava 1 hora e 15 minutos –; “término do trabalho”, que variava entre às 18:30 e às 17:00 horas; e, por último, “assinatura”.

Figura 16: Livro de Empregados Rio Brilhante.



Fonte: Acervo Paróquia São Francisco, Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Na contracapa do referido documento, Figura 16, consta o “Termo de Abertura”, conforme transcrição feita:

Este Livro, contendo 100 folhas numeradas e por mim rubricadas, se destina ao Registro das Horas trabalhadas pelas funcionárias da Cozinha e Lavanderia do Seminário Santo Antônio, de Rio Brilhante.
Rio Brilhante, 01 de Maio de 1986.
Sebastião Figueiredo.

Nesse livro, são encontrados quatro nomes de funcionárias, que não especificam a profissão exercida no Seminário, são eles: Celanir Ferreira César, Antônia Alves da Silva, Valda Barbosa da Silva e Maria Cristina Areco.

Ainda neste acervo, foi possível lançar mão do “Livro de Crônicas do Seminário” (1975-1988); dos “Livros Semanários”, os quais continham o programa de atividades escolares desenvolvidas na série “Admissão” e nas quatro séries ginásiais

(1967-1988); plantas e projetos arquitetônicos da Capela e do Seminário Santo Antônio, entre outros. Nesses materiais é possível encontrar preciosas informações, oriundas dos vários segmentos educativos, envolvendo professores, alunos e funcionários. Além disso, são documentos, cujos conteúdos apontam o alcance externo da instituição, de forma a estabelecer suas relações diversificadas com autoridades locais, regionais e nacionais.

Dentre os materiais produzidos pelas instituições, foi possível ter acesso ao Livro de Tombo da Paróquia Entre Rios/Rio Brilhante (1938-2017), o qual faz parte do acervo da Paróquia local Divino Espírito Santo, situada na rua Prefeito Athayde Nogueira, nº1243, centro; e se constitui em um total de três volumes, sobre os quais será apresentado algumas informações panorâmicas.

1.6.1 Livro de Tombo

Segundo a Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2016), o ato de confeccionar o Livro de Tombo tem origem portuguesa e nasceu com o objetivo de demarcar e registrar os bens e direitos, documentos, sentenças, testamentos, bulas papais, correspondência régia, tratados. Enfim, tudo o que fosse considerado de alto valor e relevância e se tornasse necessária a minuta.

De acordo com a Lei nº 3.522 de 30 de maio de 2008, do Estado de Mato Grosso do Sul, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, em seu capítulo II, que é voltado para o tombamento, afirma no artigo nº 4 que a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul distingue quatro tipos de Livro de Tombo, sendo:

I - no **Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico** serão inscritos os bens pertinentes à categoria de artes ou achados arqueológicos, etnográficos e ameríndios, arte popular, grutas ou jazidas pré-históricas, paisagens naturais e coisas congêneres;

II - no **Livro de Tombo Histórico** serão inscritas as coisas de interesse histórico, as obras de arte históricas e os documentos paleográficos ou bibliográficos;

III - no **Livro de Tombo de Belas Artes** serão inscritas as coisas de arte erudita estadual, nacional, estrangeira, antiga e moderna;

IV - no **Livro de Tombo das Artes Aplicadas** serão inscritas as obras nacionais ou estrangeiras, que se incluam na categoria das artes aplicadas; (MATO GROSSO DO SUL, 2008. Grifo nosso).

De acordo com esta Lei Estadual, a finalidade de um Livro de Tombo é registrar o patrimônio de alguém ou instituição em livro específico. Atualmente, este feito assume caráter predominantemente administrativo, tendo como objetivo a preservação. Neste tipo de documento, a primeira página deve contar com o “Termo de Abertura”, informando dia, mês e ano do início dos registros, bem como, a finalidade, dentre outras informações que sejam julgadas necessárias. Como é o caso, por exemplo, da informação referente à constituição do referido documento, isto é, se foi constituído no primeiro volume ou se é continuação de algo já tombado. Observa-se, assim, que o caráter primordial do Livro de Tombo mantém sua essência, no entanto, sofreu algumas alterações.

Ao realizar a análise do Livro de Tombo da Paróquia de Entre Rios/Rio Brilhante, notou-se uma combinação do que hoje é denominado Livro de Tombo Histórico e uma espécie de Livro de Crônicas, pois, ao mesmo tempo em que constam relatórios do patrimônio existentes e adquiridos da Paróquia, há também relatos de parte do cotidiano, os quais são descritos ora com riqueza de detalhes e ora de forma generalizada, em conformidade com a escrita do Frei que executava os registros. Todavia, este material é denominado Livro de Tombo em sua capa pelos franciscanos, o qual conta com um termo de abertura e, até mesmo, de encerramento do primeiro volume, predizendo as características do Livro seguinte.

Trata-se, portanto, de um documento de natureza administrativa, constituído com o objetivo de registrar cronologicamente os acontecimentos administrativos e socioculturais ligados à ação franciscana na região. Além disso, trata-se de um material que conserva diferentes informações, das mais tradicionais até a mais corriqueira, do universo franciscano. Produzidas no interior das instituições envolvidas (educativa e religiosa), estas crônicas permitem que o pesquisador possa “tecer nexos” com aspectos que são exteriores a elas, a partir da perspectiva de uma totalidade.

Justino Magalhães (2004, p. 124), realizou reflexões detidas acerca das instituições educativas e as definiu como:

[...] organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos da liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante.

Ou seja, dar historicidade a uma instituição educativa implica em considerá-la em sua complexidade, de forma a incluir o binômio espaço-tempo e reconhecer que uma dada instituição educativa se liga às ações socioculturais, material simbólica, organizacional e antropológica.

Em Magalhães (2004, p. 168-169), o pesquisador precisa descobrir o sentido da instituição educativa na sociedade:

Na dinâmica institucional entrecem-se instâncias epistêmicas, substantivas, metodológicas e de investigação-ação, cuja representação e abordagem científica, nos planos material e simbólico, desafiam a uma multidimensionalidade e a uma multifatorialidade, nos quadros sincrónico e diacrónico

As crônicas dispostas nos Livros de Tombo ofertam ao pesquisador a realização do exercício metodológico proposto por Magalhães, durante o processo de busca da historicidade da instituição em análise.

Os Livros de Tombo da Paróquia Divino Espírito Santo de Rio Brillhante, fonte preciosa para a dissertação, é um conjunto de três obras, sendo o Primeiro, Segundo e Terceiro volume. Este último, com data a partir do ano de 2003, está em construção sob a vigência do atual pároco.

De forma mais detalhada, tem-se que o Primeiro volume possui 293 páginas escritas. A sua capa é de cor marrom e possui efeito marmorizado/mesclado ao preto; na lateral esquerda, há uma fita vermelha e, por se tratar de uma obra antiga, contém fita crepe em seu lado esquerdo, em uma tentativa de não o deixar desfolhar. Sua capa tem ainda um espaço de identificação, com o manuscrito: “Livro de Tombo da Parochia de Entre Rios” e, abaixo, corrigindo o nome da cidade que sofrera alteração, está escrito “Rio Brillhante”. A capa do livro revela os anos e o seu uso contínuo, através do seu desgaste. A dimensão deste material é de 32,5 x 22,5 cm e traz relatos dos anos de 1938 a 1982.

Na contracapa deste livro, está o termo de abertura, em folhas já amareladas pelo tempo, assim escrito: “Termo de abertura. Usando as faculdades de vinte e nove de fevereiro de mil novecentos e trinta e oito abro este livro de Tombo que serve para a Parochia de Entre Rios”. E, abaixo da página, está: “Entre Rios, 02 de março de 1938”, assinado em seguida por Frei Antonio Schwenger O.F.M, finalizando o escrito com a identificação do cargo, onde se lê “Vigário”.

No interior do Primeiro volume, totalmente manuscrito, está a margem, que é sempre feita à mão, assim como a paginação; destacando um recuo, ora do lado esquerdo ora do lado direito, para iniciar as frases. Em sua última página, está o Termo de encerramento, assim disposto:

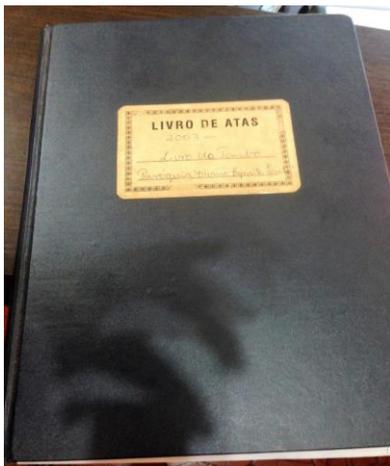
Resta-nos dizer Amém! Aqui terminar este primeiro volume do livro de Tombo com 293 páginas que registra alguma coisa dos franciscanos aqui na Paróquia de Entre Rios, hoje Rio Brilhante, desde 1938 até 1982. Segue agora o segundo Volume do livro de Tombo, tamanho 32,5 x 22,5, cm de cor preta (capa) com 200 pg. Rio Brilhante, dezembro de 82. Frei João Jorge.

Com relação ao Segundo volume, há de se relatar que não foi disponibilizado acesso a ele. O pouco que se sabe deste material é relativo aos dados contidos no “Termo de encerramento”, do Primeiro volume.

O Terceiro volume, conforme imagem da Figura 16, ainda em construção, possui dimensão de 29 x 20 cm e tem capa dura preta, na qual há um pedaço retangular de papel já amarelado pelo tempo, contendo os dizeres: “LIVRO DE ATAS” 2003. E, abaixo, está escrito: “Livro de Tombo Paróquia Divino Espírito Santo”. Em sua contracapa, há alguns detalhes do Livro, assim disposto no título: “III Termo de Abertura”; e prossegue: “Este livro com 200 páginas, será utilizado para continuar o segundo livro de Tombo, que conta atividades e eventos pastorais a partir de janeiro de 2003”. Logo abaixo: “Rio Brilhante, janeiro de 2003”, “Frei Érico Renz ofm, Pároco”, e, para finalizar, está o carimbo do pároco com telefone, caixa postal, CEP e cidade da paróquia.

No interior do livro de folhas brancas, já comprado com número de páginas impressas, abriga, além dos relatos principais da paróquia; os recortes de jornais, as fotos, as letras de músicas, o desenho de planta arquitetônica e os recortes de informativos religiosos. Quando nos foi dado acesso a tal material, ele continha relatos até a centésima página.

Figura 17: Foto da capa do III Livro de Tombo, vol. 3.



Fonte: Acervo de Documentos da Paróquia de Rio Brillhante. Acervo iconográfico Valdez, 2016.

O material aqui descrito reúne narrativas diárias que servem para compreender o processo de criação da diocese de Dourados e, para além disso, preserva algumas cartas avulsas das autoridades clericais ali contidas, matérias publicadas nos periódicos locais e regionais, relatórios religiosos, entre outros assuntos internos da Igreja. Esse conjunto de documentos permite observar o processo lento e difícil de deslocamento dos franciscanos rumo às áreas internas de Mato Grosso, aspecto que impôs dedicação e árduo trabalho da comunidade envolvida, no sentido de promover a consolidação e o bom funcionamento da ação missionária no referido espaço.

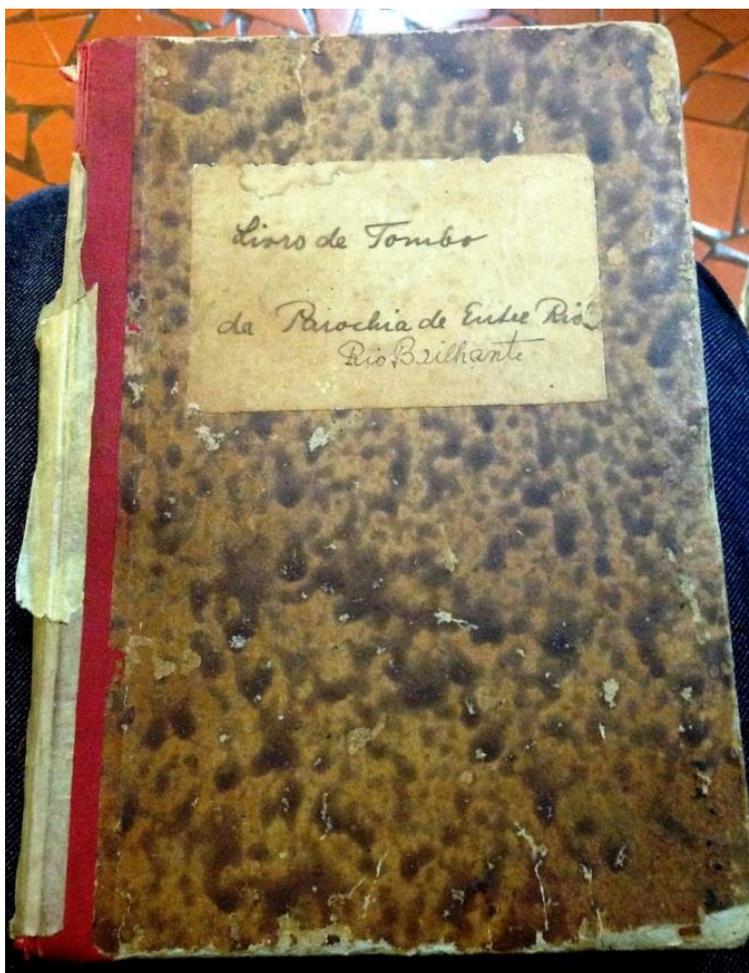
Os dois primeiros volumes estavam guardados na parte da entrada da Secretaria da Paróquia Divino Espírito Santo, em um armário de vidro, juntamente com outros poucos livros, como expressão da importância desse material para a paróquia e para a história local. O Terceiro volume fica junto ao gabinete do pároco, atualmente, Frei Agnaldo Santana Pereira.

O Primeiro volume (Figura 18) revela um conjunto de anotações genéricas acerca da atuação dos Franciscanos na Paróquia Entre Rios (Rio Brillhante), conta com registros de 1938 a 1982, como já mencionado. Esse material foi gentilmente cedido uma reprografia pelo pároco.

No que tange o Seminário Santo Antônio, consta relatos do início de sua construção, instalação e de funcionamento. Observa-se que não há registros dos fatos relevantes ocorridos do ano de 1959. Os relatos realizados por Knob (1988), constantes no livro *A Missão Franciscana do Mato Grosso*, a respeito do referido ano, certamente,

foi realizado com base em outra fonte. No entanto, em 1960, já são encontradas anotações de que no mês de março começaram as aulas na “Escola Paroquial”, com 50 alunos. Ou seja, para além do Seminário, que iniciou seu trabalho com 5 alunos, havia a “Escola Paroquial” que, a partir de 1961, ficou sob responsabilidade das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, de Ipiranga, em São Paulo. Segundo Knob (1988), formou-se a partir daí um internato de meninas, o que explica e equilibra a oferta do Seminário ser exclusivamente para meninos, também, em regime de internato. No entanto, permitia-se as participações mistas expressa na presença dos alunos do Seminário e da Escola Paroquial nas festividades religiosas, seja em celebrações, seja em apresentações com a banda de música do Seminário Santo Antônio. Essa dinâmica só é possível entender com leitura atenta, pois nos relatos as informações, por vezes, são confusas.

Figura 18. Foto da capa do Livro Tombo, vol.1.



Fonte: Arquivo documental da Paróquia de Rio Brillhante. Acervo iconográfico de VALDEZ, 2016.

No ano de 1972, foi registrada a chegada do Frei Reinaldo Schäfer como cooperador da paróquia e assistente espiritual do Seminário. Consta nesse relato cronológico a saída repentina do Frei José Bernardo Dettling do cargo de direção da referida instituição, o qual ocupou durante muitos anos; alegando motivos de “incompatibilidade e meramente pessoais”.

No âmbito geral, as reflexões de Inez Maria Bittencourt do Amaral (2005) ajudam a explicar decisões esporádicas tomadas por alguns agentes clericais mais conservadores frente a mudanças. Segundo observações apontadas por Amaral, a partir da década de 1960, a Igreja Católica passou por significativas mudanças em nível mundial, com destaque para o Brasil e, mais particularmente, para o sul de Mato Grosso, conforme relato:

Os ventos da mudança ganharam consistência com o papa João XXIII e a convocação do Concílio Vaticano II [25 de Dezembro de 1961], que propunha o repensar do papel da Igreja e suas formas de participação na sociedade do século XX. As discussões possibilitaram tecer novas formas de eclesialidade, formar as Comunidades Eclesiais de Base, os Conselhos Paroquiais, os Conselhos Diocesanos de Pastoral, Assembleias Diocesanas e as Assembleias das Igrejas, preocupadas na abertura de um diálogo entre as ações regionais e as nacionais em torno da CNBB e da participação do leigo nas práticas religiosas (AMARAL, 2005, p.104).

No que se refere ao sul de Mato Grosso, Amaral (2005) salientou a existência de uma população sul-mato-grossense inconciliável com o perfil idealizado pela Igreja:

O sul de Mato Grosso apresentava uma realidade cultural múltipla, resultado do grande fluxo de pessoas que transitava pela região e da fronteira com o Paraguai. Os valores sócio-culturais heterogêneos formaram uma identidade local que desafiava as tentativas do clero em discipliná-las. As diversas manifestações e os múltiplos significados da religião tornaram-se um empecilho às tentativas padronizadoras do clero católico (AMARAL, 2005, p. 22).

As propostas inovadoras verificadas no âmbito da Igreja teriam alcançado o universo das dioceses, paróquias, seminários teológicos, mas boa parte do conjunto pastoral da região interiorana de Mato Grosso, era formada por segmentos conservadores, que as viam como um “desvio da verdadeira doutrina cristã”. Para Amaral (2005, p. 104), a comunidade local e regional vivenciou boa parte das transformações ocorridas na ação pastoral, envolvendo a construção de capela e sede de um bispado na região. Daí a luta incessante pela constituição do poder no interior da

“cúpula decisória do clero brasileiro, inclusive com forte influência sobre a escolha dos bispos de determinadas regiões do país” (IBIDEM).

É um verdadeiro desafio para o historiador tentar entender esse conjunto de fatores e, então, tecer uma escrita capaz de dar historicidade ao universo sociocultural, sobretudo no que se refere aos conflitos, tensões e ambições que envolvem o funcionamento interno de uma instituição educativa. As análises empreendidas por Magalhães (MAGALHÃES apud GATTI Jr, 2002, p. 20) revelam que as instituições educativas funcionam como espaços em permanente estado de tensões, sobretudo quando envolvem projetos idealizados, assentados nos cenários socioculturais diversos. No caso da região da Grande Dourados, os estabelecimentos de ensino experimentavam momentos efervescentes de mudanças, caracterizados por trabalhos coletivos e interações intensas entre distintos atores. Em meio aos constantes embates empreendidos por progressistas e conservadores, o sul de Mato Grosso passou por divisões eclesiais, que resultaram na criação das Dioceses de Campo Grande e de Dourados e nas alterações nas normas burocráticas de agrupamento e de relacionamento no Seminário.

Esse contexto apresentado demonstra a impossibilidade de haver entendimento homogêneo da comunidade católica brasileira em geral e da comunidade do Seminário, em particular. Sem pessoa hábil para substituir Frei José Bernardo Dettling do cargo de direção da referida instituição, provisoriamente, o vigário da paróquia assumiu o cargo, assistidos pelo Frei Reinaldo Schäfer e pelo Irmão Marista⁶ Mansueto Cordoná, que chegou à cidade de Rio Brilhante.

Este fato revela a instabilidade administrativa que culminaria no fechamento temporário do Seminário, ainda no ano de 1972, quando já havia sido pedida à Secretária Regional de Educação, conforme Knob (1988), o cancelamento de matrícula para o ano de 1973. No Livro de Tombo não consta anotações referente ao seu fechamento no ano de 1972, no entanto, o acontecimento abre a ala de registro do ano de 1973, relatando que a decisão foi tomada em uma reunião do Conselho Colegial de Dourados e justificada pela falta de uma equipe satisfatória para administrá-lo. Somado a isto, é apontado que , em uma Carta Circular datada do dia dois de janeiro de 1973, o

⁶ Conforme o *site* da Organização dos Irmãos Maristas (2017) os Irmãos Maristas são homens consagrados a Deus, que seguem Jesus Cristo do jeito de Maria, inspirados por São Marcelino Champagnat. Vinculado à Igreja Católica Romana, tem por Missão a evangelização de crianças, jovens e adultos por meio da educação. São Marcelino Champagnat - um camponês que se tornou sacerdote, educador e santo, fundador do Instituto - entendia a educação como o meio privilegiado para a formação integral do ser humano e da transformação do mundo.

Bispo dirigiu um apelo em favor da instituição, ainda que o local não tenha ficado sem utilidade, servindo provisoriamente para cursos da cristandade e outros cursos ofertados pela igreja. Este assunto ficou intocável até sua reabertura.

1.6.2. Livro de Crônicas

Brazil e Mancini (2012) ressaltam em seus estudos que nas instituições católicas era comum o uso desse tipo de registro como forma de resguardar a memória de fatos históricos, visitas importantes, datas comemorativas (cívicas ou religiosas), ou “[...] ocorrências relacionadas ao país, à cidade ou às próprias instituições, ou apenas para destacar impressões a respeito de algum feito” (MANCINI; BRAZIL, 2012, p. 15).

O Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio, organizado pelos religiosos franciscanos, conta com relatos que vão dos anos de 1975 a 1988. Sua dimensão é de 29 cm x 20 cm; suas páginas são impressas e é, ao que diz respeito a sua capa, bem similar ao primeiro Livro de Tombo da Paróquia Divino Espírito Santo. A capa é marrom, mesclado a um tom marmorizado com preto. Na lateral esquerda, há uma faixa preta que contém uma etiqueta com os dizeres “CRÔNICA SEM. R. BRILHANTE 1975-1988”, conforme se pode observar na Figura 19.

O interior deste Livro, já com páginas amareladas, conta com uma contracapa, que diz: “Livro Crônica Rio Brilhante”. Sem termo de abertura, consta apenas os dizeres: “Este livro contém 150 folhas numeradas”, para, então, iniciar as vivências cotidianas dos agentes que ali se movimentaram nos 13 anos de narrativa institucional. Na página número um, sob o título impresso, consta a data “1975 I. N. D”, seguido da frase manuscrita: “Reabertura do Seminário de Rio Brilhante”. Esta abreviação é uma expressão em latim, que significa *In nomine Domini*, que traduzido fica: “Em nome do Senhor”.

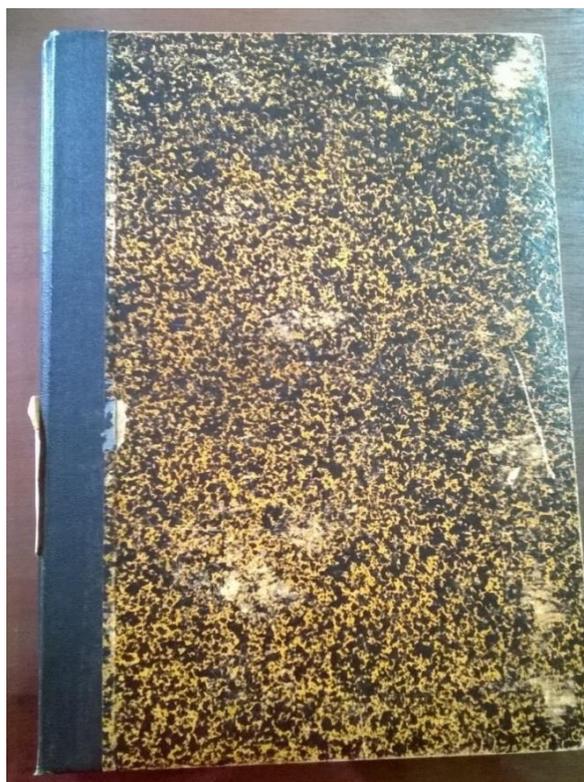
O Livro, totalmente manuscrito, conta com fotos, recortes de folhetos religiosos e carimbos com símbolos franciscanos. Há narrativas até a sua última página, na qual constam fragmentos da vida material e expressões da vida religiosa dos Seminaristas Franciscanos de Rio Brilhante. Nesse sentido, este Livro se tornou o principal suporte referencial para organização do terceiro capítulo.

Figura 19: Foto lateral da capa do “Livro de Crônicas Seminário Rio Brilhante 1975-1988”.



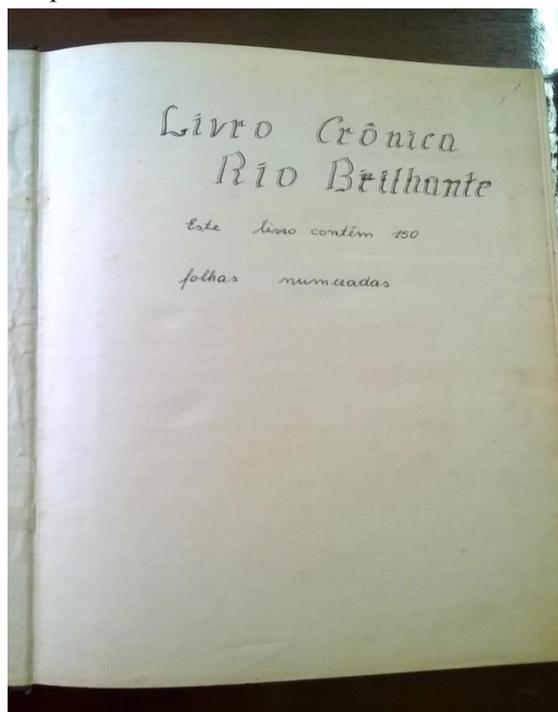
Fonte: Acervo Paróquia São Francisco, Campo Grande, MS.
Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Figura 20: Foto da capa do “Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio 1975 - 1988”.



Fonte: Acervo Paróquia São Francisco, Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Figura 21: Foto da contracapa do “Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio 1975-1988”.



Fonte: Acervo Paróquia São Francisco, Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

No Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante (1975-1988), foram encontrados quatro carimbos que chamam a atenção do leitor pela simbologia que os envolvem, são eles: símbolo do Sagrado Coração de Jesus (Figura 22); símbolo da Custódia Franciscana (Figura 23); símbolo de Santa Isabel da Turíngia (Figura 24); e símbolo do Comissariado Mato-grossense (Figura 25).

O uso dos carimbos ao longo do documento, contendo figuras em relevo, pode ser entendido como estratégia eficiente para evidenciar o poder universal da Igreja, estendido nos mais “remotos” rincões do país. O texto manuscrito, por vezes, traz páginas sinalizadas por símbolos religiosos e por signos das áreas de domínio da Ordem ou da Custódia Franciscana, como forma de referendar o pertencimento coletivo. Como o Seminário dividia poderes com o poder público, pois dependia de órgãos oficiais do Estado para o funcionamento educativo da instituição; os sinais impressos da Igreja representavam um instrumento usado para apontar, não só a gestão da Igreja, como também, fortalecer e solidificar a ação franciscana em “terra de missões”. Na verdade, as insígnias são formas identitárias ou de representação de um segmento social que, por assim dizer, sintetizam seu nível de influência política, administrativa e econômica. Marcam também costumes, tradições, as manifestações artísticas e a força religiosa.

Com relação ao símbolo do Sagrado Coração de Jesus (Figura 22), a imagem aparece apenas uma vez em uma correspondência oficial, anexada no Livro de Crônicas, no dia 21 de março de 1979. Consta como remetente a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, dos Frades Franciscanos de Pires do Rio, Goiás. Ou seja, tratava-se de uma simbologia institucional.

Figura 22: Símbolo do Sagrado Coração de Jesus.



Fonte: Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio de Rio Brillante 1975-1988. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

De acordo com o *site* oficial dos Franciscanos no Brasil, este símbolo é uma releitura do brasão oficial da Ordem Franciscana. É igualmente um brasão que contém uma cruz reluzente. Na sua frente, há dois braços cruzando-se, no qual um representa Jesus Cristo e outro São Francisco de Assis, ambos com os estigmas nas mãos. As ondulações no desenho, abaixo das mãos, remetem às nuvens, que, por sua vez, induz a uma interpretação de ambos no céu. Em suma, trata-se de uma lembrança da forma como a instituição religiosa foi organizada ao longo do tempo.

Figura 23: Símbolo da Custódia Franciscana.



Fonte: Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio de Rio Brillante 1975-1988. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

No que se refere ao símbolo da Custódia Franciscana (Figura 20), observa-se um carimbo com ausência de imagens, apenas com escrita. Aparece na Crônica por duas vezes, uma na página 134, no dia 29 de julho de 1985; e outra, na página 145, no dia 14 de outubro de 1987. Nele, está escrito – parte superior – “Custódia Franciscana”; abaixo, complementando a frase, encontra-se: “das Sete Alegrias de N. Sr^a”. No centro, contém os dizeres: “O. F. M., Campo Grande, MS”, assim era um carimbo adotado pela Custódia Franciscana.

Não há uma descrição que detalhe o motivo pelo qual carimbo foi usado nos locais, entretanto, em ambos, do lado direito estão os dizeres: “Visto na Visita Canônica”, este acompanhado da data 29 de julho de 1985 e da assinatura do Frei Eugênio Schimit OFM, “Visitador Geral”. Nessa página contém o registro da Reunião Custodial com a presença de quase todos os Frades da Custódia.

Na parte lateral do outro carimbo, esboçado na página 145, há, primeiramente, a data da “Visita Canônica”, realizada no dia 4 de outubro de 1987, assinada pelo Frei Dario Campos.

Conforme Knob (1988), a Custódia era uma entidade da Ordem dos Frades Menores (OFM), que corresponde ao atendimento feito em terras mato-grossenses, ofertado aos Missionários Franciscanos, no ano de 1937, para evangelização. Sua sede está localizada em Campo Grande. Segundo Knob (1988):

A missão Franciscana, fundada pela Província de Santa Isabel da Turíngia no Mato Grosso, por Decreto do Ministro Geral foi ereta, em 1938, como Comissariado. Nesse decreto foi simplesmente denominada “Comissariado do Mato Grosso”. Segundo o seu fundador, Pe. Provincial Vicente Rock, o novo Comissariado tinha o título de “Vigo Gaudiosa” (Frauenberg) e por padroeiro S. Francisco Solano, o patrono das Missões Franciscanas. Em 8 de janeiro de 1940, o Comissariado foi registrado em Cuiabá como pessoa jurídica, sob a denominação de “Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco no Estado de Mato Grosso”. Devido a mudanças na legislação franciscana, a Missão, ou Comissariado, do Mato Grosso, a partir de 1967, começou a ser chamada de “Custódia das Sete Alegrias de Nossa Senhora”, sob cujo título ficou conhecida até hoje (KNOB, 1988, p. 88).

Ou seja, a partir de 1967, a padroeira da Missão passou a ser Nossa Senhora e o complemento “das sete alegrias”, refere-se aos sete marcos importantes na vida da mãe de Jesus, segundo relatos bíblicos.

A respeito do Símbolo Santa Isabel da Turíngia (Figura 24):

Figura 24: Símbolo Santa Isabel da Turíngia.



Fonte: Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante 1975-1988. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Cabe lembrar que a Missão Franciscana do Mato Grosso foi fundada pelos franciscanos da Província de Santa Isabel da Turíngia. O carimbo acima, Figura 24, faz jus às origens da Missão. No símbolo, está escrito “SIG. PROV. THURINGIAE. S. ELISABETH. OFM”, que menciona o local e a Ordem dos Frades Menores. Segundo o *site* oficial da Província Franciscana da Imaculada Conceição no Brasil, Santa Isabel (Elisabeth), princesa da Hungria, casou-se com o príncipe de Turíngia, que anos depois assumiu o trono como rei. Ela está representada no centro do símbolo com uma coroa, revelando seu *status* de realeza, com um desenho que remete a uma espécie de áurea, de luz em sua cabeça, de forma a aludir à santidade.

Na imagem, Santa Isabel segura uma vasilha com pães e um jarro na outra mão. Remete a um episódio famoso de sua biografia em que carregava muitos pães para ofertar aos pobres. Segundo a Igreja, também conhecida como Santa Isabel da Hungria, era estimada pela intensa caridade que exercitava em vida. Canonizada em 1235, anos mais tarde foi confessada padroeira da Ordem Franciscana Secular pelo intenso envolvimento com a entidade.

O símbolo aparece duas vezes na Crônica, respectivamente, na página 12, no dia 01 a 03 de agosto de 1977, e na página 56, no dia 4 e 5 de agosto de 1980. Quanto à primeira apresentação da insígnia, nada foi detalhado na narrativa. Já na segunda, há relatos detalhados sobre a visita de Frei Silvestre, Provincial da Província de Fulda ao Seminário de Rio Brillhante:

Provincial [visita] agosto de 1980

O dia da visita estava prevista para o dia 09 de agosto. Mas, foi antecipada devido a circunstâncias próprias da viagem. Frei Silvestre Provincial da Província de Fulda e dos Frades da Custódia do Mato Grosso e seu assistente Frei Osvino chegaram no dia 04 de agosto aqui no Seminário de Rio Brillante. Foram dois dias muito divertidos. Na 1ª noite houve o tradicional Spielabend, onde cada qual ia se defendendo com o seu alemão do melhor modo possível. Somente Frei João, não entendendo nenhuma palavra, “ria bastante para não perder o freguês”. No dia seguinte, Frei Silvestre conversou com cada um dos freis, discorrendo principalmente sobre o futuro da Custódia, assunto que seria tratado em C. Grande nos dias 06 e 07 de agosto. (LIVRO DE CRÔNICAS DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, 1975-1988, p. 56).

Ao lado dos símbolos, está escrito “Visto de visitação fraterna e canônica”, com respectivo local, data e assinatura do visitante, em ambos os locais, ilegíveis para tradução.

Quanto ao símbolo do Comissariado Mato-Grossense (Figura 25), observa-se que ele aparece igualmente duas vezes no Livro de Crônicas. Na página 3, no dia 18 de março de 1976 e na página 30, no dia 25 de fevereiro de 1979. Nele, está escrito “Commissariatus Mattogrossensis”, que faz jus à tipologia da escrita na época. No centro está a imagem de Nossa Senhora segurando o menino Jesus, imagem esta similar à contracapa do livro de Knob (1988), o que confirma a hipótese de que nenhum signo ou escrito era escolhido ou assentado aleatoriamente, nem nos carimbos, nem na obra do escritor – memorialista.

Figura 25: Símbolo do Comissariado Mato-Grossense.



Fonte: Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio de Rio Brillante 1975-1988.
Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Ambos os carimbos tratam de legitimar a visita canônica. Na página 3, não há menção do fato, já na página 30, o mesmo assunto vem à tona no dia 25 de fevereiro. Ali consta a visita do Frei Rui Corrigan, Visitador geral da Custódia:

Visitador Geral

Esperada com muita simpatia foi a visita de Frei Rui Corrigan, visitador Geral da Custódia do MT e MS, autorizado pelo Pe. Geral Frei Constantino Kaser. Este fato se deu entre os dias 25 e 26 de fevereiro de 1979. Frei Rui é membro da Província do Santíssimo Nome de Jesus nos EUA e da Custódia do mesmo nome em Goiás.

Na tarde do dia 24 de fevereiro todos os seminaristas fizeram uma recepção alegre ao visitador, onde cantamos dois hinos, foram dadas algumas palavras de boas vindas por Frei Maurílio e o abraço da paz em nome dos seminaristas, feito por um aluno – Manoel Vicente.

Todo o primeiro dia foi ocupado para uma conversa individual com os confrades. Mo final da tarde foi feita uma avaliação com toda a comunidade religiosa. No segundo dia, o visitador esteve na paróquia – Frei Everardo e Frei Reinaldo.

Os assuntos mais veementes: Capítulo conventual, vida comunitária e vida de oração, como também, a maneira de ser e sentir de cada confrade. Deixou-nos claro, que o aspecto de renovação e atualização é muito importante para a realização pessoal da comunidade.

No dia 27, Frei Everardo levou-o a Caarapó.
(LIVRO DE CRÔNICAS DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO, 1975-1988, p. 30-31).

No primeiro carimbo (Figura 24), do seu lado direito, está escrito “Visto em visita canônica”, abaixo, tem-se a data 18 de março de 1976, a assinatura do Frei Agostinho Tepe OFM e, por fim, Visitador Geral. Igualmente, há o carimbo esboçado na página 30 da Crônica, incluindo as inscrições “Visto” e, manualmente, a assinatura de Frei Rui Corrigan. Abaixo da assinatura do Visitador Geral, como parte do carimbo com letra bastão, Frei Rui Corrigan, O.F.M. e, por fim, Dia 25 de fevereiro de 1979.

Poucas vezes os símbolos aparecem e, conseqüentemente, chamam a atenção para a motivação do seu uso e a interpretação das simbologias franciscanas. Com a análise realizada, foi possível compreender que os carimbos eram utilizados em situações especiais, tais como as Visitas Canônicas, com exceção do primeiro, que se trata de uma correspondência oficial.

À luz do referencial de Canclini (2003, p. 147), é possível afirmar que o conjunto de signos culturais e de práticas tradicionais são capazes de identificar segmentos sociais, ordens religiosas, classes sociais, povos e nações. As visitas, enquanto atos de suma importância, mobilizavam os seminaristas em atos cerimoniais e sociais, revelando o prestígio simbólico e autoridade do visitador geral.

1.6.3 Livro Semanário de Classe

O Livro “Semanário de Classe” ou, à época, “Histórico Escolar” do Seminário Franciscano de Rio Brilhante ocupava um lugar de suma importância no cotidiano da instituição escolar. Nele estava elencado o rol de matérias desenvolvidas semestre a semestre no universo educativo do Seminário. Ali constam os registros de cada matéria, o fim didático, o manual didático utilizado, o grau de aproveitamento e as atividades desenvolvidas.

São 6 livros, caracterizados como uma espécie de “Diário de Classe” da instituição educacional.

Figura 26: Semanários de Classe do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Arquivo “Rio Brilhante” da Paróquia São Francisco de Campo Grande/MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Estes livros se caracterizam por conter dados sobre modos específicos de organização dos conteúdos por série, bem como, o funcionamento e distribuição das matérias desenvolvidas. Apesar do estabelecimento de ensino que ora analisamos apresentarem estruturas complexas e singulares, nos quais se desenrolavam contradições no sistema educativo; esse material trouxe inúmeros elementos que ajudam a (re)construir parte de sua história.

Por ser uma instituição gerida por agentes religiosos e se localizar em uma região interna do país, o Seminário apresentava, simultaneamente, identidade própria, dispondo de fortes elementos de historicidade. Nesse material, localizamos o nome dos alunos, data do nascimento destes, ano escolar no qual estudaram, ministrantes de cada matéria, Diretor de classe, nome do Diretor Institucional. Com estes dados, foi possível

(re)construir, sistematizar e reescrever parte do itinerário de vida escolar da instituição, bem como, a forma de atuação dos agentes sociais ligadas a ela.

O material estava encapado com um plástico transparente. As capas estavam bem conservadas, no entanto, na parte interna desta documentação havia emendas feitas com fitas crepes. Dessa forma, como se pode notar, era em si um material mais deteriorado, devido ao tempo e uso frequente na instituição escolar. Por isso a importância do arquivo ser bem estruturado e bem gerido, para abrigar os materiais produzidos pelas instituições, absolutamente necessários no processo de “construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola”, conforme ensina Maria João Mogarro (2005, p. 79), em seus estudos sobre “Arquivos e Educação: a construção da memória educativa”.

A perspectiva de seleção dos documentos do Seminário Franciscano de Rio Brillhante- MT, pautou-se, portanto, nas orientações de Mogarro (2005), para quem a investigação dos documentos não é unívoca e exclusiva. Esta investigação é realizada na intenção de se (re)construir o itinerário da instituição educativa. A esse respeito, Mogarro (2005, p. 91) define os documentos como: “[...] portadores de informações valiosas e que nos trazem, do passado até o presente, aspectos da vida da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição”. Neste sentido, o arquivo escolar ocupa lugar de destaque no universo das fontes de informação. Assim, no intuito de identificar nos documentos indícios de como se organizava o currículo escolar no Seminário, analisou-se, a priori, alguns documentos: Semanários de Classe: Admissão; Semanários de Classe: 1ª Série; Semanários de Classe: 2ª Série; Semanários de Classe: 3ª Série; Semanários de Classe: 3ª Série (continuação) e Semanários de Classe: 4ª Série.

Havia a sequência, portanto, de seis livros dessa natureza: “Semanário de Classe Admissão”, que termina na página 68, no dia 25 de novembro de 1971; “Semanário de Classe I Série”, que possui 50 folhas, com 47 preenchidas; “Semanário de Classe II Série”, também com 47 folhas preenchidas; dois “Semanário de Classe III Série”, sendo um continuação do outro, o primeiro com 49 das 50 folhas preenchidas e o segundo, com 14 das 50 folhas existentes preenchidas; e o último, “Semanário de Classe IV Série”, com 27 folhas das 50 preenchidas.

O conhecimento e análise desses documentos, classificados como “Relatórios”, relatam a história do currículo que a instituição ofertava. Os semanários são datados de 1967 a 1971, integra-se, entre outras informações, os registros das disciplinas ministradas, a lista com os respectivos nomes dos alunos, data de nascimento e data do

ingresso no Seminário. O livro foi aberto em 1967, para o registro das aulas e dos conteúdos ministrados nelas, mas foi somente em 1968, que o Seminário passou a registrar o nome dos alunos, a data de nascimento desses e o ingresso na instituição.

Dentre os inúmeros assuntos tratados no Seminário, iremos nos ater aqui à lista de alunos, data de nascimento e ingresso no Seminário e ao currículo desses, aplicado nos dois anos iniciais, que se configuram na admissão e na primeira série. Como já foi dito, o registro no Seminário engloba os anos de 1967 a 1971, iremos nos ater aqui somente ao ano de 1971, ano este antecedente ao de fechamento temporário do Seminário Santo Antônio e que faz jus a uma data mais próxima a este fato.

Figura 27: Símbolo do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Semanários de Classes do Seminário Santo Antônio. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Nos Semanários encontrados dentre as documentações oficiais da Igreja com relação ao Seminário Santo Antônio, foi encontrado, por diversas vezes, o símbolo acima (Figura 27) como selo. Acredita-se que seja o carimbo oficial da instituição educacional. Na parte superior está escrito “Seminário Franciscano” e na inferior “Rio Brilhante – MT”, isto revela que o estigma já era utilizado antes da divisão do Estado.

No centro deste símbolo está a imagem de Santo Antônio, homenageado pela instituição que lhe dera seu nome. Santo Antônio pertenceu à Ordem dos Franciscanos. Ele é representado pelas vestes típicas franciscanas, a segurar o menino Jesus, o qual está sentado sobre um livro, representando a bíblia; e, na outra mão, possui um lírio branco. A bíblia simboliza a pregação do Evangelho e a sabedoria do santo. O menino Jesus representa a intimidade entre ambos e o manifesto dele. Santo Antônio sempre

falou de Cristo em seus sermões, inclusive, em algumas versões da reprodução deste santo, como parece ser no símbolo, mostra o menino acariciando-lhe o rosto, o que ressalta a familiaridade e solidariedade. O lírio branco denota pureza e castidade, assim como a tonsura representa o engajamento do santo a partir do rito religioso em que o bispo corta simbolicamente o cabelo do ordinando ao conferir-lhe o primeiro grau de Ordem no clero. Trata-se de um corte rente, de parte do cabelo, geralmente de forma arredondada, característica identitária dos Frades Franciscanos.

Foi uma tarefa laboriosa, mas, ao mesmo tempo, prazerosa conseguir o acesso aos Livros de Semanários do Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante, gentilmente permitida pelo Frei Custódio Roberto Miguel do Nascimento. Foi também uma experiência única estabelecer o “contato físico” com a obra franciscana, envolvendo construções e objetos de natureza diversa, como materiais didáticos, equipamentos e mobiliários constitutivos da cultura escolar. Assim, nessa etapa do percurso investigativo, foi possível realizar diálogos e entrevistas para fins informativos com religiosos atuantes na instituição religiosa da cidade na época, como Frei Miguel Loffler, Norberto Rihm e Frei Hugo Lang.

É necessário reconhecer, amplamente, a importância desses materiais produzidos pelas instituições envolvidas (Escola e Igreja), sobretudo em relação ao nível de preservação, condições de instalação e organização dos documentos. O levantamento, arrolamento e catalogação dos documentos produzidos pelas referidas instituições permitiu reflexões sobre o precioso papel do trabalho arquivado realizado pelas instituições religiosas e/ou educativas; sobre a importância dos documentos (manuscritos, datilografados ou impressos) enquanto expressão do poder Igreja na região; bem como, possibilitou o reconhecimento acerca da natureza e das potencialidades desse material para a pesquisa educacional; e para a cultura escolar ali pulsante, tão necessária para a construção da memória educativa do antigo Seminário Santo Antônio.

Apesar de todo esse potencial elencado, observa-se que sua história ainda é marcada pelo viés tradicional da Instituição que, por vezes, cerceou acesso a alguns materiais importantes para a história das instituições educativas. Apesar disso, muitos agentes administrativos e religiosos ficaram sensibilizados com o empreendimento investigativo e colaboraram, de modo a abrir as portas dos arquivos e ao prestar atendimento acolhedor, do qual resultou grande parte do material que ora se disponibiliza nesta pesquisa.

Quadro 4 - Acervos Regionais / Fontes históricas disponíveis⁷

| Acervos / Localização | Documentação disponível | Análises alcançadas |
|---|---|---|
| Acervo Rio Brilhante da Paróquia São Francisco Campo Grande (MS) | 1. Atas diversas | <ul style="list-style-type: none"> • Escolhas pedagógicas e curriculares; orientações internas quanto ao cotidiano escolar. • Atividades extracurriculares; formas de tratamento de problemas diversos; tensões entre os agentes envolvidos; estratégias pedagógicas e administrativas; reflexão sobre a instituição; tomadas de posição individual e/ou coletiva. |
| | 2. Livro de Ponto dos Docente e administrativo | <ul style="list-style-type: none"> • Revela a caracterização e evolução do quadro de profissionais da instituição educativa. • Despontam formação acadêmica e profissional; trajetória profissional; anos de serviços prestados à instituição. |
| | 3. Regimento interno | <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento dos valores, normas e regras; questões disciplinares e de vida cotidiana escolar. |
| | 4. Semanários de classes | <ul style="list-style-type: none"> • Lista de alunos e turmas; divisão de turmas e turnos; dados sobre avaliações e outros elementos curriculares; caracterização do ensino-aprendizagem da instituição escolar; planos de estudos, saberes disciplinares e práticas educacionais; organização do tempo escolar. |
| | 5. Processo com pedido de encerramento das atividades | <ul style="list-style-type: none"> • Acesso às Atas e Declarações administrativas; Atas de Deliberação; publicações em Diário Oficial do Estado; conhecimento e análise de Relatório de Solicitação de Reconhecimento. • Acesso às Correspondências administrativas. • Relatório expositivo dos motivos propulsores da Solicitação de encerramento de atividades. • Relatório de quantitativo de alunos; Relatório de inspeção. |
| | 6. Livro de Crônicas do Seminário Santo Antônio 1975-1988 | <ul style="list-style-type: none"> • Narrativas manuscritas quanto à ação educacional, com riqueza de detalhes, com inserções de recortes de jornais e fotos. |
| Acervo particular de José Tibiriçá Dourados / MS | 7. Convites | <ul style="list-style-type: none"> • Assimilação do acontecimento de festas, exposições, formaturas, espetáculos, manifestações culturais, etc. |
| Acervo do Centro de Documentação Regional/CDR/UFGD/MS | 8. Jornais | <ul style="list-style-type: none"> • Percepção de vozes – individuais e coletivas – dos agentes institucionais e da comunidade como um todo; análise das matérias publicadas a fim de desvelar expressões de visão de mundo, da cidade e do Seminário; levantamento de publicações relacionadas à instituição escolar. |
| Acervo Rio Brilhante da Paróquia São Francisco Campo Grande (MS) E Acervo particular de José Tibiriçá Dourados / MS | 9. Fotografia, imagens e símbolos | <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento/confecção de acervo iconográfico; observação e análise do acervo iconográfico do/sobre o Seminário Santo Antônio; apreciação dos espaços, ambientes, agentes envolvidos, objetos e cotidiano institucional. |
| Acervo da Paróquia Divino Espírito Santo Rio Brilhante / MS | 10. Livro de Tombo | <ul style="list-style-type: none"> • Material manuscrito contendo relatos das práticas paroquiais, com relatos da presença dos Seminaristas em ações religiosas diversas. |

5. Este quadro foi inspirado e organizado a partir das premissas de Maria João Mogarro (2005, p.84-5), em *Arquivos e Educação: a construção da memória educativa*.

1.7 Depoimentos Orais

Parte desta dissertação, no que tange à abordagem metodológica, é composta por trechos de depoimentos coletados ao longo da pesquisa. Foram escolhidos, não aleatoriamente, Freis Franciscanos, ex-diretor, ex-professores e ex-alunos do Seminário Santo Antônio. Todavia, o foco deste estudo não está pautado na História Oral, mas se fez necessário ao longo do trajeto percorrido.

Para dar suporte teórico nesta perspectiva, utilizaram-se os preceitos explanados por Santos (2008), professor da Universidade Estadual de Maringá (UEL), que é um estudioso da área e possui trabalhos direcionados para depoimentos enquanto testemunhos de Histórias de Vida.

Santos (2008) afirma que a partir da década de 1970 as pesquisas na área de história retornaram a valorizar as experiências individuais, entretanto, foi na conjuntura da “Nova História” que fontes orais ganharam maior destaque no campo. É sabido, no entanto, que, entre o meio de pesquisadores que se debruçam sobre a história, há resistências em relação ao referido método por não confiarem na fidedignidade dos relatos dos fatos. Além do mais, entrevistados apontam apenas uma perspectiva da história, que é a própria perspectiva, a qual, por vezes, apresenta-se tendenciosa. Mediante isto, Santos (2008, p. 5) afirma que “[...] de fato, não se pode nunca abarcar o real como ele é; entrevistados e investigador constroem uma interpretação daquilo que é dado como real”.

Santos (2008, p.3) ainda ressalta que:

[...] os entrevistados, quando constroem suas histórias de vida, ou o relato de suas lembranças, o fazem de forma bastante livre, sem se prenderem a uma organização cronológica [...], o que requer uma atenção maior do entrevistador, uma crítica e aprofundamento no assunto investigado, pois estas narrativas são produções do historiador que as coleta, transcreve, organiza-a e seleciona em função de seu interesse.

Conforme este pesquisador:

Entrevistas, depoimentos e histórias de vida são técnicas que vêm sendo utilizadas já há bastante tempo para se conhecer, ainda que parcialmente, determinados processos sociais desde a ótica daqueles que estão imersos nesses mesmos processos (SANTOS, 2008, p.3).

Foi exatamente nesta expectativa que se fizeram necessários os depoimentos dos agentes envolvidos nas atividades do Seminário Santo Antônio, com fins de aproximação aos processos sociais imbricados no cotidiano da instituição.

Santos (2008) contribui com a atividade aqui sancionada quando compara depoimentos e histórias de vida amparados pelos estudos de Queiroz (1991), o qual afirma, por sua vez, que no momento de colher um depoimento, o pesquisador dirige os diálogos. Estes diálogos podem ser curtos ou longos e se esgotar em um único encontro, como foi o caso de todas as entrevistas realizadas para compor o acervo de fontes desta dissertação.

Já as histórias de vidas se constituem em um conjunto de depoimentos, que não foi o objetivo desta pesquisa. No entanto, em ambos os casos, a matéria-prima é composta por lembranças dos sujeitos envolvidos com a temática de estudo eleita para análise. Santos (2008, p.5) ainda destaca que “[...] um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade”.

Assim, o depoimento enquanto técnica da História Oral é uma moeda em que os lados são marcados pela controvérsia. De um lado, está a superação do esquecimento; de outro, a desconfiança de uma realidade cognoscível, relatada sob ótica subjetiva.

Todavia, o propósito de se valer deste método era concentrado em uma questão elementar: como era o cotidiano do Seminário Santo Antônio? Esta indagação, em geral, não está nos documentos oficiais das instituições educacionais, ainda que, se valesse das Crônicas Franciscanas, que tinha sua guarida como uma incógnita no início desta pesquisa, essas remetem apenas a ótica dos Freis Franciscanos que ali se debruçavam na escrita. O anseio estava em dar voz a mais agentes envolvidos neste processo, a fim de contrapor os depoimentos e extrair a mais fiel possível resposta desta pergunta.

Obviamente, esta indagação não era a única no repertório de entrevistas. Deixou-se que os entrevistados revivessem os dias no Seminário através da memória e se impetrou riquíssimos detalhes desta história e trajetória, conforme material disposto nos apêndices desta dissertação. Foram colhidos os depoimentos do ex-diretor e professor do Seminário, o Frei Bernardo Dettling; dos ex-professores Frei Miguel e Frei Aluísio (este foi também aluno da instituição e um dos únicos que se decidiu pela vida celibatária, o que possibilitou observar dois lados do ensino-aprendizagem); assim

como o de José Tibiriçá, ex-aluno e ex-professor desta instituição, o qual muito contribuiu para esta investigação, não apenas com depoimento, mas também, com materiais concretos, em sua maioria, iconográficos, além de promover contatos e relatos dos destino de outros ex-seminaristas. Foi ainda honroso ter o depoimento do Frei Hugo Lang, principal construtor do Seminário Santo Antônio, atividade esta desenvolvida entre o final da década de 1950 e 1960.

Com esta dinâmica e conjunto de depoimentos, foi possível identificar uma referência comum na fala dos entrevistados, sendo ela uma questão primordial a ser tratada no terceiro capítulo desta dissertação, o que possibilitou relatar um contexto mais próximo da realidade quanto ao cotidiano dos meninos seminaristas.

CAPÍTULO II

NOS MAIS “REMOTOS” RINCÕES...

A presença franciscana

[...] um povo, sem conhecimento de sua história, é um povo sem memória. É um povo que está suspenso no ar. Não sabe bem donde veio. Não sabe como chegou, aonde chegou. A História é fonte de vida nova, de impulso, de inspiração para o presente, de consciência-força para avançar. Um povo com consciência histórica é um povo forte, situado no tempo e no espaço.

(DR. PE. Frei Irineu Wilges, O. F. M. apud KNOB, 1988, p. 08).

2. Franciscanos no Brasil

Discorrer sobre a presença dos Franciscanos no Brasil remete ao desembarque desses na companhia de Pedro Álvares Cabral, quando aportaram em terras “descobertas”, conforme Iglesias (2010), no intuito de auxiliar a colonização e executar evangelização, onde permanecem até a data presente. Assim, desde 1500 já era possível constatar a presença da Ordem em terras brasileiras, permanecendo únicos até 1549. Fato este esporadicamente abordado pela historiografia brasileira, como aponta a autora em seus levantamentos. Chegaram com Cabral oito Frades, sendo eles: Frei Gaspar, Frei Simão, Frei Francisco da Cruz, Frei Mafeo (sacerdote organista), Frei João da Vitória, Irmão leigo, Frei Pedro Neto (corista) e Frei Henrique Soares de Coimbra- superior que realizou a primeira missa no Brasil.

A Ação Missionária propriamente formalizada da Ordem Franciscana, ocorreu a partir de 1538. Embora a evangelização oficial tenha sido demandada para a Companhia de Jesus, a Ordem com membros oriundos da Espanha, , foram os primeiros a chegar ao país. Estes tiveram marcante presença e atuação, principalmente no que tange à ação evangelística e educacional. Isto ao se levar em consideração que a própria promoção da evangelização, por si só, já se caracteriza em educacional; e, além disso, deve-se destacar que os Franciscanos atuaram fortemente também na vertente educacional-pedagógica, criando várias instituições para este fim.

As primeiras obras que narram estas experiências datam a partir de 1600, as quais são, basicamente, baseadas em Crônicas Franciscanas, em especial, a do Frei Vicente (1564-1639), que resultou em outras obras. Outras produções que se destacam são as dos Freis Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695- 1779) e de Apolinário da Conceição (1692-1760), cronistas oficiais da Ordem. Tratam-se de autores que possuem numerosas obras, os quais enfatizam a escassez de produções que relatem e enfatizem a primazia dos Franciscanos no período colonial. Sendo assim, pode-se dizer que são esses fortes propagadores da ação.

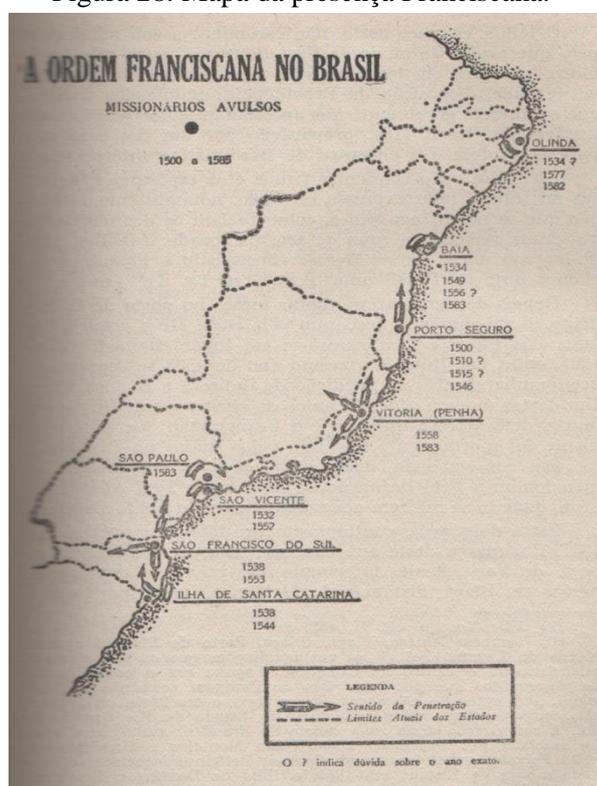
Conforme Iglesias (2010), há uma pausa temporária na produção de obras que relatam a chegada e estabelecimento dos Franciscanos no Brasil. Este trabalho é retomado somente a partir de 1924, com a obra *A Ordem do Frades Menores no Brasil: Resumo Histórico-Chronológico 1500-1924*, de Frei Samuel Tetteroo (1875-1934), que visa comemorar o sétimo centenário da impressão das cinco chagas de Jesus Cristo ao

corpo de São Francisco. Assim, o livro relata a presença franciscana no Brasil, utilizando como fontes as importantes Crônicas Franciscanas, em especial, as de Jaboatão.

Narra-se nesta história que a presença franciscana no Brasil foi esporádica, de 1500 a 1585. A partir desta data, estabeleceram-se definitivamente, com a Fundação da Custódia de Santo Antônio do Brasil, em 1584. Neste material, também se conta a chegada dos primeiros Franciscanos em Olinda, no Estado de Pernambuco, no ano seguinte.

O mapa abaixo ilustra como esta presença esporádica foi se expandindo até o alicerçamento definitivo:

Figura 28: Mapa da presença Franciscana.



Fonte: Livro "A Ordem Franciscana no Brasil", de Frei Basílio Röwer, edição de 1947.

A obra do Frei Basílio Rower, cuja primeira edição data de 1942, denominada *Ordem Franciscana no Brasil*, traz um importante elemento sobre a atuação dos Franciscanos. Rower (1942) afirma:

[...] O fim principal, por certo, é a educação moral e religiosa, mas com suas escolas realizaram e realizam também uma obra eminentemente cívica e social. Apenas ocuparam o primeiro Convento

em Olinda, fundaram um educandário para os filhos dos índios. Ensinavam-nos a ler, escrever e instruíam-nos no canto e na música. Arrebanharam em seguida os índios em muitas aldeias, nas capitânicas de Pernambuco, Paraíba e no Pará-Maranhão, e por via de regra levantavam também uma escola junto à capela e residência dos missionários (ROWER, 1942 apud IGLESIAS, 2010, p. 27).

Constata-se, assim, por esta narrativa, que havia uma preocupação acentuada com o ensino educacional, para além do religioso. Iglesias (2010) afirma ainda que esta preocupação se manifestou desde a chegada dos Franciscanos no Brasil e, de forma mais latente, após seus estabelecimentos neste lugar. A partir deste momento, a Ordem acentua suas atividades no país, expandindo-se.

Em 1647 a Custódia de Santo Antônio ganha autonomia. E, dez anos mais tarde, a Província de Santo Antônio a conquista. Em 1669, o rei limita a duzentos o número de frades a atuarem neste local. Em 1740, a autoridade máxima proibiu a aceitação de noviços na Província de Santo Antônio, até que o quantitativo se reduzisse a quatrocentos indivíduos, o que denota o latente crescimento dos Franciscanos no Brasil. Isto resulta em uma crise entre a monarquia e o clero, ameaçando a presença Franciscana, a qual chega quase à extinção, conforme dados da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil (2016).

Da época denominada Pombalina até a República (de 1750 a 1889), permanece esta crise, a qual exigiu, mais tarde, intervenções superiores do clero. Na sequência, em 1757, o governo de Pombal restringiu a vida religiosa e isso fez com que os Franciscanos perdessem as “Missões” indígenas, como também, contribuiu para que os frades de Piedade fossem expulsos e voltassem à Portugal. Em 1764, a Província de Santo Antônio fica proibida por quatorze anos de receber noviços, isto marca um início de proibições no que tange o assunto e culmina no impedimento da entrada desses, agora estendido a todo o Brasil, em 1855.

De 1870 a 1894 chegam os Missionários franciscanos, oriundos da Itália, para atuação no Estado de Amazonas. Em 1871, o pedido da Província da Conceição para que novos noviços fossem aceitos é negado. Em meio ao colapso, a Província de Santo Antônio recorre ao Ministro Geral dos Franciscanos para que mandassem ajuda europeia. A ajuda para a restauração, por conseguinte, veio da Província Franciscana da Saxônia, Alemanha, em 1889.

O pedido aceito culminou na chegada dos primeiros Missionários em Santa Catarina, em 1891, o que revigorou a atuação desses em território brasileiro. Em

seguida, foi a vez da Bahia os receber. E, finalmente, em 1937, chegam ao Brasil os alemães, oriundos da Província da Turíngia, os quais rumam a Mato Grosso, a partir de 1938.

2.1 A presença Franciscana em Mato Grosso

Visando os estudos que se debruçam sobre a chegada e a história da presença Franciscana em Mato Grosso, dois estudos se destacam: um deles é de Knob (1988), que será abordado mais a frente; e o outro é de Marin (2012)⁸, o qual é um estudioso do Estado de Mato Grosso do Sul que se dedica a estudos sobre religiões, entre outras temáticas. Em sua maioria, os estudos feitos por Marin buscam compreender a dinâmica dos Franciscanos em Mato Grosso (uno). Este pesquisador faz um rico trabalho na historicização da Ordem Franciscana em Mato Grosso, apontando comumente o termo “diáspora” para identificar a vinda dos alemães para a “terra de missões”, provenientes da Turíngia, província de Santa Isabel, devido ao crescimento e afirmação do nazismo⁹. Assim, Marin (2012) aponta Mato Grosso como um dos “lugares de refúgio” dos Franciscanos, que teve rápida expansão, sendo brevemente interrompida mediante a Segunda Guerra Mundial.

Marin (2012, p. 104) aponta em seus trabalhos que o Brasil era denominado pelos Franciscanos como “terra de ninguém”, onde havia “espaços vazios”, ou seja, ainda não ocupados pela Igreja Católica, a qual deveria conquistá-los, em busca de uma “[...] posição de liderança e exclusividade”.

O autor destaca a preocupação dos Franciscanos com a extinção da Província mediante a ascensão nazista, o que levou à dispersão dos Freis em diferentes países. No Brasil, no Estado de Mato Grosso foi considerado um desses lugares de destino a partir de 1937, embora durante a Segunda Guerra Mundial este fluxo de envio tenha cessado. Segundo Marin (2012), em 1943, já havia 39 Missionários alemães no Estado. O pesquisador ainda ressalta que na década de 1940, eles já administravam quatro paróquias, das oito existentes pertencentes à Arquidiocese de Cuiabá, bem como, eram

⁸ Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Pós-doutorado na Università degli Studi di Roma "La Sapienza". Atualmente é professor associado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e participa do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados.

⁹ O nazismo significou um movimento ideológico nacional-socialista liderado por Adolf Hitler, na Alemanha, entre 1933 a 1945. Entre outras características, tinha fortes preceitos antisemitas, racistas, antiparlamentaristas e pangermanista.

responsáveis por sete, das quinze paróquias existentes em Corumbá. Além disso, esses Missionários eram os únicos que atuavam na Chapada dos Guimarães, o que revela a rápida expansão missionária no norte do Estado, como revela Marin (2012) ao longo de sua pesquisa. O autor ainda trata em seus trabalhos do estereótipo que havia sobre a “Terra de Missões”, lugar desconhecido onde o trabalho missionário parecia interminável, o que incitava a visão de domínio dos alcances católicos.

Neste contexto, chama a atenção as representações que foram sendo formadas acerca do Missionário Franciscano. Conforme Marin (2012), era o Franciscano um “sujeito da diáspora”, forçado ao exílio e, por isso, já sem pátria, pois atravessara fronteiras e se tornara um desbravador sem compromissos nacionalistas, diante da sua universal missão. Nesse sentido, o Missionário era visto, neste Estado, como um domesticador indígena e civilizador dos cidadãos mato-grossenses, o que exigia uma renúncia subjetiva, familiar e social. Nesse aspecto, Marin (2012, p. 105) faz o seguinte registro: “[...] O missionário deveria ser obediente, infatigável, corajoso, intrépido e perseverante, pois deveria suportar todos os sacrifícios, abstenções e até a morte para defender o ideal, e muitos franciscanos desejavam o martírio [...]”. Como se pode entender, tratava-se de um verdadeiro herói que agia em nome de Cristo.

No entanto, o autor afirma que os Missionários Franciscanos nunca se desligaram completamente de suas raízes, manifestando tentativas de preservação da cultura alemã em meio aos anos de proliferação catequista, o que os levou a construir uma identidade deslocada e múltipla. O fato de ser alemão e, ao mesmo tempo, brasileiro, não era um problema que merecia referência grandiosa. Como se pode observar nos estudos de Marin (2012, p. 105), os Missionários souberam levar essa situação sem maiores conflitos, até porque, como aponta esse pesquisador: “[...] Os Franciscanos foram obrigados a retrabalharem suas vidas, as metodologias pastorais e a doutrina da Igreja Católica. Foram momentos de luta cultural, revisão e reapropriação [...]”, o que denota certa preocupação quanto ao objetivo maior, que era a evangelização.

Outro fator importante manejado pelos Franciscanos era as hierarquias eclesiais brasileiras e a necessidade de estabelecer paróquias. Eucário Schmitt, responsável pela Missão em terras mato-grossenses, diante da chegada de muitos Missionários e escassez de recursos para que cada paróquia sustentasse mais de um deles, viu a necessidade de dispersá-los em lugares distantes um do outro. Isto caracterizou uma dispersão espacial, pois já havia certa hegemonia de outras

denominações católicas, como os Salesianos e Redentoristas. Estes haviam ficado com paróquias que detinham uma rentabilidade maior, restando aos Franciscanos as paróquias que possuíam menor densidade demográfica, ou ainda, aquelas mais extensas, as recém-criadas, as vacantes, dentre outras peripécias; o que aumentava o desafio a ser transpassado.

Em 1941, quando os Franciscanos assumiram a prelazia da Chapada dos Guimarães, isto foi considerado um êxito para o sucesso da Missão, em função da rede de negociações que se abria para esses, como observa Marin (2012).

O autor ainda chama a atenção para as formas de representações que foram sendo construídas, modificadas e incorporadas:

Desde a chegada ao Mato Grosso, os Franciscanos procuraram aproximar-se daquilo que buscavam compreender e intervir. O homem, a natureza, o cenário religioso e a cultura mato-grossense tornaram-se objetos de observação, reflexão e classificação, com o objetivo de ordenar, dominar, subordinar e remodelar. [...] Ao fazê-lo, por meio da intervenção modificadora e transculturadora, a região também recebeu modificações no seu caráter original ao incorporar essas representações à sua identidade (MARIN, 2012, p. 109-110).

Como afirma Marin (2012, p. 110. Grifo do autor), o “[...] convívio com os *outros*, que se tornaram objetos de observação, estudo e análise [...]” possibilitou, conforme o autor, uma reformulação da própria identidade tanto dos Missionários (enquanto estrangeiros), quanto das famílias que os acolhiam e se aproximavam das rotinas das paróquias. Tratava-se de uma redefinição de identidade que ocorria em duas vias, ainda que inconscientemente.

Esta constatação sobre as identidades é importantíssima para esta dissertação. Por isso, elegeu-se Bourdieu como contribuinte na perspectiva de análise dessas relações, questão esta que será abordada mais à frente. Como se pode notar, esta questão incita uma reflexão e um diálogo entre duas culturas muito distintas. Trata-se de duas culturas que se entrelaçaram, sendo uma referência e, ao mesmo tempo, observadora da outra. O interessante é indagar e abordar como e de que maneira foram sendo aceitos, rejeitados e incorporados tais contatos.

O autor defende em sua obra uma duplicidade no comportamento dos Missionários, que ao mesmo tempo se aproximaram dos mato-grossenses, movidos pelo seu objetivo maior e, por outro lado, mantinham certo distanciamento e resistência pautada, segundo o autor, pelo orgulho de ser “alemão, europeu e católico”. Isto implica

em dizer que, ao se considerarem provenientes de uma cultura dita “desenvolvida” portavam-se como “agentes civilizadores” em uma terra na qual julgavam negativamente a cultura, o povo, a civilização, a nacionalidade e, até mesmo, a natureza típica de Mato Grosso.

Deste modo, presume-se uma relação desigual, permeada por tensões e geradora de novas identidades. Todavia, há de se ressaltar que esta relação também poderia ser vista como benigna para a Ação Missionária, uma vez que impulsionou esta terra para o dito “progresso”. Dessa forma, criou-se uma nova “metodologia” de trabalho, que se adequava ao povo e às condições locais, visto que, conforme Marin (2012), nas paróquias mais extensas, 90% da população era rural, habitavam em sítios, fazendas e assentamentos. Isto, naturalmente, provocou uma dinâmica diferencial de assistência religiosa, denominada viagem de desobriga ou missionária, a qual, a princípio, fora feita sem vias instituídas e, posteriormente, adotaram um roteiro pré-estabelecido, a fim de regularizar estas visitas aos povoados, capelas e fazendas.

Outras estratégias também foram colocadas em prática, sendo elas aplicadas algumas de forma eficazes e outras nem tanto, o que forçava as reformulações, segundo Marin (2012, p. 118): “[...] A estratégia era intensificar a vida religiosa por meio de uma pastoral catequética regular, pela criação de associações religiosas e pelo incremento da participação nas práticas sacramentais”.

Assim, nas regiões mais populosas, onde já haviam escolas rurais, eram também inseridas estações missionárias e, rapidamente, capelas eram erguidas. Posteriormente, chegavam os estabelecimentos de ensino católico e as obras sociais, confiadas à administração de religiosas. Nestas estações, habitavam um ou dois párocos, conforme a necessidade local. O objetivo final era que, com os devidos incrementos religiosos, estas estações viessem a ser sedes paroquiais.

Não apenas os Missionários se viam forçados a estas reformulações, mas a Igreja em si também. Eram eles autorizados a realizar a crisma, bênçãos nupciais, missas aos domingos e dias santos, bem como nas sextas-feiras. Nesses casos, o bispo sempre devia ser informado, a fim de legitimar tais ações. Era uma forma de simplificar e flexibilizar as legislações eclesiais, pois a visão era que a vida religiosa dos fiéis necessitava de regularização breve e imediata.

Assim, Marin (2012, p. 121) reforça: “Tanto os frades como os mato-grossenses foram transformados pela diáspora dos franciscanos [...]”, ficando isto evidenciado nos relatos, nas crônicas, nas práticas e nas relações estabelecidas ao longo

dos anos. Eles se viram obrigados a traduzir, ressignificar e flexibilizar para o cumprimento da missão ancorada, adotando novas posturas e costumes. Afinal, as barreiras culturais, étnicas, linguísticas e religiosas tinham que ser transpostas.

As mudanças não eram parcas. Os costumes foram adotados; as práticas cotidianas, reinventadas; as mudanças alimentares, incorporadas; o convívio das duas culturas se fez de forma a provocar uma constante na (re)construção da identidade de ambos os lados, ainda que inconscientemente.

Havia ainda uma tolerância e, ao mesmo tempo, certos esforços por parte dos Missionários para que fossem feitas alterações àquilo que denominavam de “práticas pagãs dos mato-grossenses”, o que suscitaram narrativas culturais e diferentes olhares para o povo – ora bom ora um tanto quanto discriminatório.

Houve ainda um grande impacto da Segunda Guerra Mundial nas práticas da Missão Franciscana, tanto na Alemanha quanto no Brasil. Neste país, houve impactos, conforme enfoque desta pesquisa, no Estado de Mato Grosso (uno); em especial, nas cidades interioranas, como é o caso de Dourados e Entre Rios (atual Rio Brillhante), tanto por parte dos brasileiros como dos Missionários alemães. Inclusive, torna-se possível afirmar que muitas dessas mudanças ocorridas em solo mato-grossense são oriundas desta situação. A Guerra foi responsável por promover quase uma extinção dos Missionários nesses territórios, o que resultou em uma dispersão identitária dos Franciscanos, em consequência dos conflitos neste período.

O livro *A Missão Franciscana do Mato Grosso*, escrito por Frei Knob (O.F.M), em 1988, tornou-se um dos materiais primordiais para esta dissertação, pela riqueza da pesquisa e relato do Franciscano.

O livro visou comemorar os 50 anos da chegada dos Franciscanos no Mato Grosso e, conseqüentemente, Mato Grosso do Sul, demarcando assim, o nascimento e jubileu da Custódia Franciscana das Sete Alegrias de Nossa Senhora, com sede em Campo Grande. O volume é considerado um relato do desbravamento dito heroico e de providência divina pelos Freis, vista as dificuldades enfrentadas, como a língua, a nova cultura, o clima, a precariedade material de alguns lugares, dentre outros entraves. Frei Irineu Wilges, que ficou incumbido de fazer a apresentação da obra defende que:

[...] um povo, sem conhecimento de sua história, é um povo sem memória. É um povo suspenso no ar. Não sabe bem donde veio. Não sabe como chegou, aonde chegou. [...] Um povo com consciência

histórica é um povo forte, situado no tempo e no espaço. Que sabe o que quer (WILGES apud KNOB, 1988, p. 8).

Esta fala do Frei reforça algo que para os Franciscanos sempre foi muito importante: o registro da história. Fato este que fica evidenciado pelo arsenal de fotos e crônicas que cada instituição ficou incumbida de efetivar, e ainda o faz nos dias atuais; privilegiando a materialidade da memória, com enfoque na força identitária da ordem. Portanto, a obra de Knob (1988) é muito mais que um escrito, é um registro de valor histórico para os Franciscanos. O livro relata a inserção e superação de um grupo missionário em terras em que muitos estavam marginalizados na fé, como finaliza Frei Wilges na parte que lhe cabia.

De tal modo, nesta breve descrição, é possível subentender, mesmo para quem não tem contato com leituras sobre a ordem, o quão rico é este livro, não só para os franciscanos, mas para os pesquisadores que se debruçam na temática. O trabalho produzido se caracteriza como uma rica fonte, não apenas por suas fotos e relatos, mas também pela sua bibliografia, as quais são responsáveis por dar pistas dos materiais que podem auxiliar determinadas investigações.

Cabe ressaltar que essas narrativas as quais este trabalho de pesquisa investiga são construções de uma única visão do todo, ou seja, trata-se da visão dos Missionários alemães. Entretanto, mesmo tendo isso como certo, é preciso frisar que este material investigado cumpre um papel de extrema relevância para o estudo acerca do Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante. Isto se deve, de modo particular, em virtude da possibilidade que esses documentos dão ao leitor de conhecer, através dos relatos, os primeiros passos desta instituição, o que permite o auxílio a uma compreensão da forma como se deu esta dinâmica que envolvia, além da propagação da fé, o ensino confessional na região de Mato Grosso (uno).

2.2 Franciscanos na região da Grande Dourados

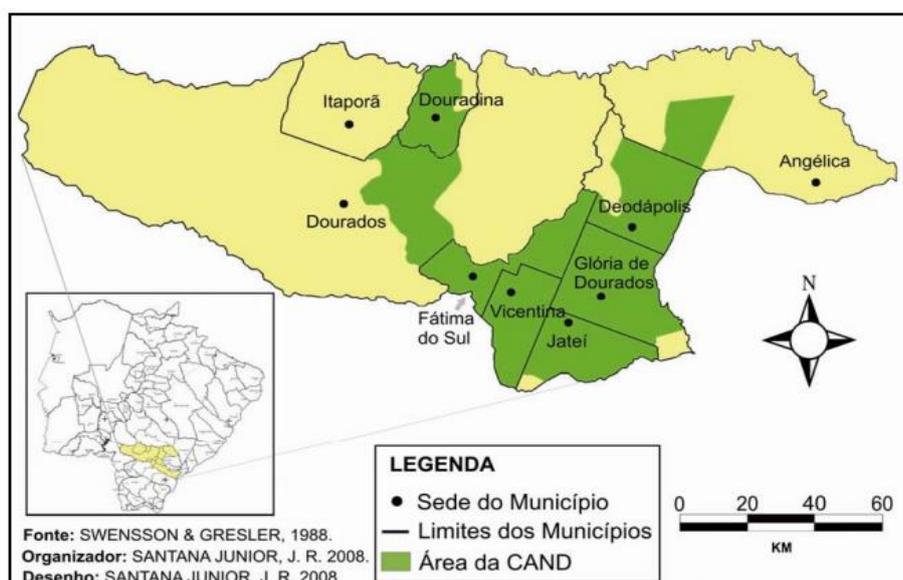
O município de Rio Brilhante, onde se encontra as instalações do Seminário Santo Antônio, é pertencente à região da Grande Dourados. Esta, por sua vez, segundo Junior (2009), é oriunda da formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e do desenvolvimento local.

A CAND foi um projeto idealizado pelo governo de Getúlio Vargas. Sua fundação data de 1943, todavia, a sua real implantação foi apenas em 1948, quando o governo federal delimitou seus limites, ficando conhecida como a “Região da Grande

Dourados”, conforme o pesquisador citado. Lenharo (1986), mencionado por Junior (2009), comenta que o objetivo do projeto que visava a delimitação dessa área era facilitar a aquisição de terras e conseqüentemente elevar a produção agrícola da região através de estratégias de colonização, dentre outros benefícios. Com isso, pretendia-se eliminar totalmente a economia latifundiária e desenvolver a economia agrícola, a qual passou a emergir no país.

O mapa abaixo, da Figura 29, mostra os limites de atuação da CAND:

Figura 29: Abrangência da CAND, em MS.



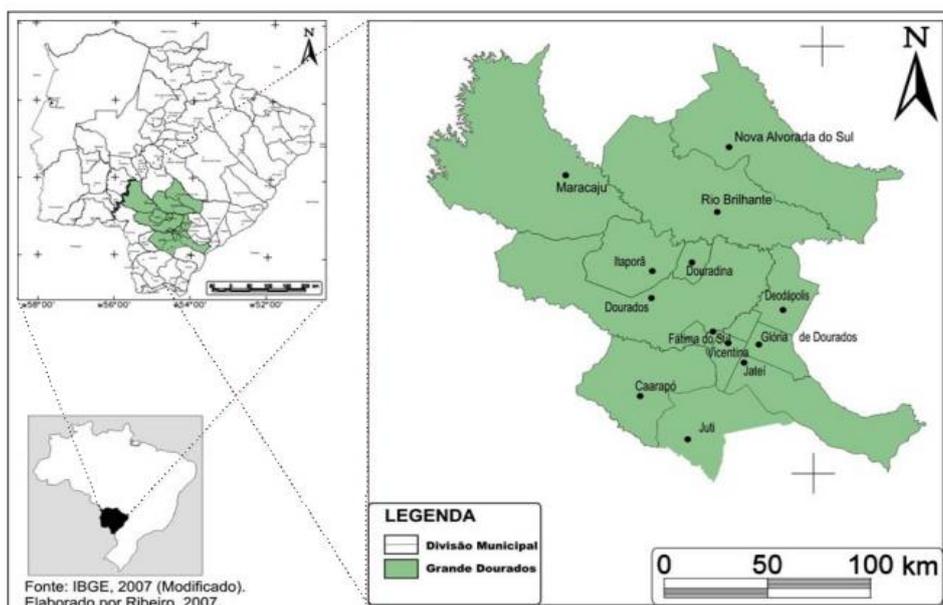
Fonte: Santana Junior, 2008, p. 94.

O pequeno contexto histórico e econômico da região aqui apresentado é necessário para que se compreenda aquilo que, hoje, denomina-se a Região da Grande Dourados, a qual, há de se destacar, contou com forte atuação dos Franciscanos.

Após a primeira definição territorial feita no governo de Vargas, esta região ainda passou por novas demarcações territoriais e por uma expansão da abrangência de atuação da CAND. Atualmente, a região da Grande Dourados conta com 13 municípios sul-mato-grossenses, são eles: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracajú¹⁰, Douradina, Rio Brillhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis, conforme dados disponíveis em Junior (2009).

¹⁰ Muitos autores não consideram Maracajú como pertencente à região da Grande Dourados. Todavia, optou-se por citá-la, pois faz jus ao trabalho de Santana Junior (2009) que é um dos poucos a abordar, especificamente, a formação geográfica e histórica em concomitância com a região da Grande Dourados.

Figura 30: Municípios pertencentes à CAND, em MS.



Fonte: Santana Junior, 2008, p. 98.

Com a criação e expansão da CAND houve um movimento de incentivo ao povoamento da região, feito a partir de empreendedores que buscavam atrair novos trabalhadores. Assim, essas pessoas se empenharam na feitura de um grande número de propagandas na imprensa, de forma a surtir resultados logo em seguida. Oliveira (1999), citado por Junior (2009), afirma que centenas de famílias de todo país migraram para a região em busca de terras e prosperidade, o que gerou mão-de-obra para o funcionamento da CAND, porém, muitas dessas eram desqualificadas (uma vez que o interesse desses empreendedores era conquistar mão-de-obra barata).

Este movimento justifica a ação dos Missionários Franciscanos, os quais viram seus trabalhos multiplicados e intensificados com a chegada em massa de novas famílias. A Missão Franciscana estava em plena expansão e, com isso, em 1941, novas casas franciscanas foram criadas em Dourados.

O importante é salientar que, conforme Knob (1988), a paróquia de Entre Rios tinha um território extenso e, como anexo aos seus cuidados, estavam as paróquias de Dourados e Maracajú. Sendo que essas duas primeiras, criadas em 1935, ficaram vacantes até 1938, que corresponde a data em que os Missionários chegaram para as assumir.

Nas paróquias encontradas, os Freis deixaram registrado a precariedade dessas instituições quando assumidas. Segundo Marin (2012), era comum encontrar nesses locais animais peçonhentos, morcegos e insetos, os quais, em decorrência da sua corriqueira circulação por esses ambientes, interrompiam as missas e rezas. As paróquias não contavam com mobílias adequadas e fechaduras, além disso, tratavam-se de locais insalubres.

Na casa habitada pelos Missionários na cidade de Dourados, por exemplo, relata-se que a precariedade da infraestrutura era responsável por deixar que répteis adentrassem pelas fendas. Além disso, há relatos de como o local se cobria de poeira vermelha – que é típica da região, em especial, na época de seca. E, em outras estações climáticas no decorrer do ano, nas quais havia um volume maior de chuva, o local sofria igualmente as consequências – dessa vez, era com a água que adentrava a casa.

Assim, como se pode notar, a residência dos Missionários não possuía condições dignas de moradia e de segurança, visto que eram comuns os relatos dos Franciscanos sobre tiroteios na cidade, que os obrigavam a se proteger debaixo da cama.

Theodoro Leitz (1957), aludido por Knob (1988), em carta, registra que a situação de Dourados é “ao menos um purgatório” (p. 278), devido a todos esses caos vivenciados. Knob (1988, p. 278) relata ainda que “[...] a insuficiência da velha residência se fazia cada vez mais onerosamente notória pelo rápido desenvolvimento de Dourados e do sempre crescente serviço paroquial [...]”, o que pautou a construção do “Convento dos Padres Franciscanos de Dourados” que era, na época, uma imponente obra, a qual marcava a presença dos Freis, confrontando a expansão protestante.

Todavia, as peripécias encontradas na região não cessaram por aí. Havia ainda o entrave cultural, principalmente com relação à cultura indígena, cuja maior autoridade religiosa é exercida pelos pajés e, em não raros os casos, a quem muitos católicos, segundo Marin (2012), recorriam. Este fato gerou conflitos entre ambas as culturas e, assim, acentuou as diferenças, principalmente as religiosas.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a situação ficou com um nível de intensidade bem mais preocupante. As relações diplomáticas com a Alemanha foram rompidas e, em consequência disso, os Missionários oriundos desse país que aqui estavam foram perseguidos, denunciados, ameaçados de morte e, muitas vezes, acusados; pelo pleno exercício da xenofobia. A partir disso, os Franciscanos passaram a experimentar o dissabor do estrangeirismo, até o momento, ainda não apreciado, ao menos não de forma tão relevante. Cabe lembrar, no entanto, que os Missionários

alemães não foram os únicos a sofrer as consequências da Guerra, havia também os italianos e japoneses que passaram a vivenciar perseguição em solo brasileiro.

Segundo Marin (2012), em Dourados, o Frei Higinio (Ricardo Laetteck) e o Frei Quintino (Pedro Schaefer) foram apontados como espiões alemães, acusados de promoverem propagandas nazistas. Dessa forma, esses tiveram suas casas vasculhadas em busca de material que comprovasse tal façanha e, por sua vez, nesses locais foram encontrados documentos – no dialeto alemão –, fotografias, equipamentos topográficos e armas de fogo. Artefato este considerado imprescindível, conforme justificativa feita pelos Freis Higinio e Quintino em documento citado por Marin (2012), tendo em vista o risco de se encontrar, especialmente à noite, animais selvagens, bandidos, pessoas embriagadas e, até mesmo, índios antropófagos. Todavia, para a polícia, nenhum dos objetos encontrados na casa dos Freis eram realmente necessários para o uso eucarístico, o que, para eles, justificou a prisão domiciliar de ambos entre abril e junho de 1942, a favor da segurança nacional. E, como se não fosse o suficiente, foram também proibidos de exercer quaisquer ofícios religiosos, ordens estas revogadas apenas a partir de junho daquele ano.

Entretanto, os conflitos entre a Igreja e as forças armadas brasileiras não se restringiram a este episódio. O Exército exigiu providências vigorosas do Bispo D. Vicente, da cidade de Corumbá, com relação aos Frades Pedro, Octaviano e Antônio, bem como, determinou que fossem adotadas medidas rigorosas com as Freiras da cidade de Entre Rios e Dourados. Isto porque, segundo os acusadores, esses Frades e Freiras se pronunciaram contra o Brasil e os brasileiros. No entanto, cabe destacar que essa situação conflituosa não atingiu apenas Dourados e Rio Brillante, mas toda a região em que os alemães atuavam.

Conforme Marin (2012), na década de 1960, constatava-se a necessidade de mão-de-obra pastoral diante dos trabalhos, no entanto, em contrapartida, havia o envelhecimento do quadro de pessoal e a recusa em aceitar vocações nativas, o que forçou a Missão a focar na formação e na fortificação de centros regionais, sendo eles Campo Grande, Dourados e Rondonópolis.

2.3 O passado oitocentista de Rio Brillante

Segundo as memorialistas Facholli e Doerzbacher (1991), o município de Rio Brillante passou por “fases de povoamento”. Conforme as pesquisadoras, em 1593 já se

registravam a presença de espanhóis nos campos de Erê, que, posteriormente, veio a se chamar Vacaria.

Na sequência do que colocam essas autoras, em 1628, elas encontraram registro da passagem da Bandeira de Antonio Raposo Tavares na região, que teria adentrado por Ivinhema (antigamente Igaray) em busca do conhecimento dos campos e rios locais, seguindo até o planalto da Serra de Bodoquena, que originou Maracaju.

Em 1836, afirmam Facholli e Doerzbacher (1991), chega às terras o mineiro Antonio Gonçalves Barbosa (1788 - 1848) com sua comitiva (cerca de 58 pessoas) e seus familiares. Barbosa era furriel, antigo cargo militar entre o Cabo e o Sargento. Tratava-se, pois, de um guarda do ouro da coroa. A comitiva de Barbosa, composta por entusiasmados sertanistas da época, visa explorar o leste de Mato Grosso. Estes sertanistas saíram de Franca, interior de São Paulo, com destino ao sul do Estado. Eles construíram batelões e navegaram via rio Tietê, o qual era a única e mais fácil via navegante da época.

A comitiva chegou ao rio Paraná, no porto de Guaíra, posteriormente em Igaray, e, finalmente, no rio Vacaria, onde teriam encontrado índios Caiuás. Os indígenas se mostraram receptivos, acessíveis e serviram como guias locais, o que favoreceu a montagem de acampamento pela localidade. Sobre isso, relatam as autoras:

[...] encontrando os índios Caiuás que era até serviçais. Acamparam num prado onde surgiram vacas de propriedade dos índios Guaicurus. Dada a surpresa, Antonio Gonçalves Barbosa exclamou: “Que Vacaria!”. É daí a origem do nome “Campos de Vacaria”, hoje nosso Município de Rio Brilhante (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 20).

Antonio Gonçalves Barbosa continuou a navegar e encontrou mais adiante boa terra roxa e mata intensa, o que o animou a firmar morada e deu origem à primeira fazenda da região, a qual chamou de Boa Vista.

As matas encontradas por Barbosa eram tomadas pelos índios Caiuás. Por isso, como forma de proteção a ataques indígenas ou de animais ferozes, os pioneiros montaram moradas em forma de semicírculo, utilizando a madeira forte e resistente de aroeira, que era abundante na região. Ele se utilizou ainda de seus conhecimentos militares e montou uma espécie de guarda para proteção do pequeno povoado. Isso ocorreu já na fazenda denominada Caçada Grande.

Em 1842, após dois anos de viagem, chegou a segunda comitiva para os “Campos de Vacaria”, liderada pelo irmão de Antônio, o mineiro Inácio Gonçalves Barbosa (1806 -1863). Inácio Barbosa veio ao encontro do irmão atraído pelas boas terras. Sua comitiva era constituída por cerca de 60 pessoas, as quais pretendiam povoar a região. Dentre essas pessoas, estavam, a irmã Francisca Maria Barbosa e o esposo, Joaquim Calixto Oliveira, e mais dois irmãos, Francisco Gonçalves Barbosa e João Gonçalves Barbosa Brunswick.

Facholli e Doerzbacher (1991) relatam que a chegada de Inácio foi para Antônio um alento, pois este estava quase sem munição e recursos, uma vez que na região só havia os integrantes da primeira comitiva, os índios e as feras.

Inácio se fixou em uma região que dispunha de barro preto e passou a utilizá-lo na fabricação de telhas, tijolos e adobes. Esses adobes eram feitos com barro, plantas frutíferas e, ao redor, cercados por aroeira. Tudo feito para que se tivesse garantia de proteção.

Algum tempo depois, ainda exercendo a atividade de desbravar terras, Inácio encontrou um ribeirão brejoso, ladeado por matas. Assim, ele e sua comitiva, mesmo com inúmeras tentativas, não conseguiram atravessar esse ribeirão, e, por isso, batizando-o de “Passatempo”. Esta foi a segunda propriedade de Inácio, o qual fundou, assim, a grande fazenda Passatempo e fixou morada próximo à sua parentela.

Inácio era um homem muito organizado, o qual narrou, em um livro, todos os acontecimentos importantes. Entre os quais, tem-se: o nascimento dos filhos, os relatos das viagens, os limites de terras, bem como, suas pesquisas na fronteira com o Paraguai e as suas terras – são três, no total: uma em Nioaque, uma em Bela Vista e outra em Rio Brillhante –, que datam em registros do ano de 1850, realizados na Paróquia de Miranda.

Em 1861, Inácio viaja para São Paulo, a fim de trazer pessoas, munições e uma preceptora para seus filhos, pois a esposa falecera. Nessa viagem, ele trouxe também mudas de café, o que originou a cultura cafeeira na região sul de Mato Grosso.

Dessa forma, atraídos pela terra fértil, constituem-se as primeiras famílias moradoras, formando também as primeiras fazendas da região. De 1862 a 1864, destaca-se, igualmente, a chegada ao local de imigrantes paraguaios, os quais, posteriormente, dedicaram-se à extração da erva-mate. Sendo a instalação da Companhia Mate Laranjeira no sul de Mato Grosso, em 1882, um fato importante para o povoamento e (i)migração populacional na região .

No entanto, esta imigração na região sofreu um abalo em decorrência da invasão paraguaia - Guerra do Paraguai - no território brasileiro, o que ocasionou um esvaziamento populacional. Assim, as pessoas que ali se instalaram fugiram apavoradas, com medo das tropas. Após o término do conflito, é retomado aos poucos o povoamento do local, contando agora com imigrantes gaúchos, os quais passaram a investir na agricultura.

2.4 Início do século XX: 1900 a 1930

Pensar na região da Grande Dourados-MS nos leva a rememorar seu pertencimento à região atual de Mato Grosso do Sul que correspondia à porção meridional do antigo sul de Mato Grosso¹¹. Souza (2007) afirma:

Esta região foi povoada inicialmente por diversos grupos indígenas dentre os quais os Ofaié, Kadiwéu, Terena, Guaraní, Kaiapó, Guató, Paiaguá. A ocupação, posterior aos indígenas contou com a presença dos espanhóis e jesuítas, ambos com interesses diferentes, respectivamente entre corpos para o trabalho e almas para a Igreja (SOUZA, 2007, p. 68).

Emílio Barbosa G. Barbosa (1963), citado por Moreira (1990, p. 10), em *Panoramas do Sul de Mato Grosso*, relata que foi pelo rio Ivinhema que teria chegado várias pessoas das Províncias do Paraná e de São Paulo. Além disso, descreve que no ano de 1893 entrou pela Argentina e pelo Paraguai uma grande imigração do Rio Grande do Sul, que aqui se radicou em busca de conquista pela terra. José Melo e Silva (1938), também mencionado por Moreira (1990, p. 11), em *Fronteiras Guaranis*, descreve: “[...] O solo é que fascina o visitante”.

A busca por este “solo fascinante” foi, naquela época, motivo de lutas e sérias disputas devido aos projetos de vida e a esperança dos aventureiros se tornarem proprietários de terras. E, a partir de fatos como esses, a história da região da Grande Dourados tem seus primórdios, conforme relata Souza (2007).

O contorno do pequeno povoado contou inicialmente com a ocupação do espaço pelos grupos indígenas Kayowá, Nandeva e Terena e de pequenos produtores migrantes, no final do século XIX. Também foi marcado pelo desenvolvimento da

¹¹A Lei Complementar nº. 31, de 11 de outubro 1977, assinada por Ernesto Geisel - Presidente da República - determinou a divisão do Estado de Mato Grosso, surgindo, então, os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

extração e exportação da erva-mate no sul do Mato Grosso. Souza (2007) afirma que “Em finais do século XIX, Thomaz Laranjeira conseguiu uma concessão para explorar os ervais nativos, em todo o extremo sul do SMT, posteriormente, é criada, a Companhia Matte Laranjeira” (SOUZA, 2007, p. 69). Neste período, “[...] pequenos produtores, como os moradores de Dourados [...] escoavam a produção para compradores no Paraguai bem como para a própria empresa” (IDEM).

No povoado que se constituiu, conforme estudos de Moreira (2010), de 1914 a 1935, os fatos que considera dignos de registro por atestarem o desenvolvimento e “progresso” da região giram em torno da criação de Juizados, Igrejas, casas comerciais que começavam a surgir e as residências que eram simples e poucas, as quais, geralmente, eram feitas com madeira da mata ao fundo.

Os estudos de Gressler e Swensson (1988), presentes em CREMONESE-ADAMO (2010), apresentam a primeira referência oficial sobre o povoado, o qual, mais tarde, tornar-se-ia o município de Dourados – vizinho da atual Rio Brilhante –; que é a Resolução Estadual n°. 255, de 10 de abril de 1900, responsável por criar as paróquias de Ponta Porã e Dourados. Na década seguinte, Dourados contava com dois distritos policiais e, em 1914, foi elevado a Distrito de Ponta Porã, pela Lei n°. 658. Em 24 de fevereiro do ano seguinte, foi instalado o Distrito de Paz de Dourados. E, finalmente, em 20 de dezembro de 1935, foi criado o município de Dourados, através do decreto n°. 30, o que já aponta a inserção e estabelecimento da Igreja, juntamente com o anseio da aquisição de terras. Sendo esses fatores essenciais para impulsionar o desenvolvimento da região.

Neste período da fundação do município, a política e a economia nacionais passavam por importantes mudanças, as quais repercutiram também no Estado de Mato Grosso, bem como, no sul do Estado. Isto se deve, principalmente, porque as terras devolutas naquele momento voltaram para o controle da União, depois de terem ficado sob resguardo dos Estados. Com essa medida, pode-se dizer que a intenção do presidente da época, Getúlio Vargas, era criar um Estado forte e centralizador, capaz de estar presente e intervir nas disputas regionais, conforme se pode observar no seguinte trecho:

O município de Dourados foi criado no período da história brasileira marcado pelo Estado Novo. Sob a égide de uma nova Constituição que garantia plenos poderes ao presidente da República, total autoridade sobre os estados com a substituição dos governadores por interventores e uma forte campanha nacionalista feita através de

órgãos como o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Getúlio Vargas conseguiu munir-se de um aparato centralizador que o manteve no poder durante o período (CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 119).

Segundo Carli (2008), citado por CREMONESE-ADAMO (2010, p. 56), essa ação do poder legislativo influenciou no incentivo à expansão agrícola, através de projetos de colonização, que tinham por objetivo “[...] expandir, desenvolver e ocupar áreas de fronteira, aí incluída a região correspondente ao extremo sul do estado de Mato Grosso [...]”, como suporte para a industrialização, pretendida pelo governo.

Estas políticas aplicadas ficaram conhecidas pelo *slogan* “Marcha para o Oeste”, que afetou diretamente as cidades vizinhas à Dourados, como foi o caso de Rio Brilhante. O esforço de nacionalização das fronteiras aconteceu com vigor no sul de Mato Grosso e nas proximidades com as fronteiras paraguaias, isto porque havia um temor causado pela excessiva liberdade e privilégios concedidos à Cia. Mate Laranjeira.

Este temor também foi responsável por motivar, conseqüentemente, um desejo, por parte de políticas federais, de enfraquecer tais liberdades e privilégios (Cf. QUEIROZ, 2008 apud CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 120). Sobre este assunto, Cremonese-Adamo (2010) ainda afirma: “[...] Vargas procurava justificar suas políticas de ocupação através de um discurso aglutinador, em torno de um objetivo comum de manter a integridade física do país” (CREMONESE-ADAMO, 2010, p. 120).

Para Ernandes (2009), o contato com as frentes de expansão e ocupação nacionais trouxeram soluções e, com elas, surgiram novos problemas. Se os espaços considerados vazios, as matas virgens e as terras abundantes e férteis atraíram imigrantes, a existência dos índios atraiu os primeiros grupos religiosos protestantes. E esta instalação do não-índio, demonstrava não só a desestruturação dos territórios e da cultura indígena pela tomada da terra e pela utilização da mão-de-obra, mas também a introdução de novos costumes e novas crenças.

Em Rio Brilhante, especialmente nesta época, Facholli e Doerzbacher (1991, p. 118-119) destacam em sua obra que o lazer ocorria em torno de grandes reuniões familiares nas fazendas, exposição de gado, passeios coletivos a cavalo, bodas, dentre outros festejos nas fazendas. Além disso, essas pesquisadoras comprovam, através de fotos, que em 1921 já havia gramofone na cidade e destacam também as típicas vestimentas de “boiadeiros” dos homens presentes nas imagens, inclusive com arma de

fogo na cintura. No livro, ainda há uma foto da Banda de Música de Entre Rios, com data de 1918, composta por pessoas de várias faixas etárias.

As memorialistas também fazem referência a uma casa antiga da cidade, na qual, no ano de 1906, discursou em sua varanda Cândido Mariano da Silva Rondon, durante a inauguração das Linhas telegráficas no município. Neste mesmo local, funcionou tempos depois a agência dos Correios. Neste mesmo livro, há também registros os quais as autoras denominam de “flagrante da época”, como é o caso daquele feito sobre a primeira dama do município Solange Vilhalva Boaventura, esposa do Doutor Luiz Boaventura, no qual Solange aparece dirigindo um carro Ford em 1927, o que denota ares de modernidade na cidade interiorana.

2.5 Rio Brillante: retomada do processo de ocupação

No ano de 1900 chega a Rio Brillante o mineiro Francisco Cardoso Junior. Segundo as memorialistas Facholli e Doerzbacher (1991), nesta época, as fazendas e famílias se concentravam mais na região do atual distrito de Rio Brillante, Prudêncio Thomaz, popularmente conhecido como Aroeira. Conforme as pesquisadoras há indícios para considerar Francisco o responsável por erguer um cruzeiro, o qual marca o nascimento do povoado.

Também em suas pesquisas, as escritoras relatam que Francisco foi beneficiário de terras doadas por fazendeiros que ali se fixaram e atribuem a esse a responsabilidade por demarcar e delimitar a planta na qual foi construída a sede municipal que passou a se chamar “Entre Rios”, por estar localizada entre os rios Brillante e Vacaria.

Assim, os primeiros habitantes que ali chegaram são reconhecidos pelo título de pioneiros da região e a Francisco se dá o mérito de fundador, segundo Facholli e Doerzbacher (1991), as quais destacam que em:

[...] Rio Brillante, destacam-se algumas famílias como as pioneiras, entre elas estão: Barbosa, Cardoso, Pael, Nogueira, Capilé, Saravi, Assunção, Borges, Souza, Coelho, Kalif, Saraiva, Cerveira, Martins, Alves, Corrêa, Lima, Muniz, Leite, Lopes e Araujo (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 20).

Outro fato importante para o objeto de dissertação é que no ano de 1906 o fundador do município ergueu a primeira Igreja católica da cidade. Tratava-se de uma

construção feita de madeira, a qual foi encontrada ainda erigida quando os franciscanos ali chegaram.

Em 29 de setembro de 1929 o povoado de Entre Rios é elevado a município, tornando-se independente administrativamente, todavia, este local ainda pertencia à Comarca de Campo Grande.

Facholli e Doerzbacher (1991) discorrem em seu texto que para se documentar oficialmente a área delimitada como município de Entre Rios, foi lavrada uma escritura no dia 25 de novembro de 1931, no livro 6, da página 177 a 180, do Cartório de Registros de Imóveis do Município de Entre Rios, Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso. Desta área fazia parte a Fazenda Boa Vista e as terras doadas através dos moradores:

[...] Antonio Alves Corrêa, Augusto Alves Nogueira, Constâncio Gonçalves de Oliveira, Sudário Barbosa da Fonseca, Itálvio Pereira Marins, Francisco Leal Pael, José de Souza Pael, Antonio Lino Barbosa, Lino Barbosa de Moraes, Itálvio de Souza Pael, José Tomé Camargo, Izaltino Leiria de Paula, Assumpção Borba, Francisco Vidal, Laucidio Coelho, Ilivino José de Souza, Manoel Marques da Silva, Manoel Conegundes Nogueira, Prudêncio Thomaz, Sebastião Dias, Osvaldo Rodrigues Simões, Marcos Ortega, Francisco José de Souza e suas respectivas esposas (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 22).

A doação foi passada para o prefeito interventor, o Doutor Henrique Martins Barbosa, e no ato, representante do município de Entre Rios, o qual aceitou as terras e as condições dos doadores, que ficou registrada: “[...] conforme a quantidade de terra doada caberia por direito a cada doador uma área na zona urbana e outra na suburbana” (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 22), segundo as autoras.

Em 1943 o município foi elevado à Comarca e teve seu nome alterado para “Caiuás”, homenageando a tribo indígena homônima, que é habitante primitiva da região. Em 30 de setembro de 1948, novamente, seu nome é alterado para o até hoje denominado “Rio Brilhante”, homenageando o rio que separa a cidade do município vizinho, Douradina.

Esta dinâmica é muito relevante no que tange essa dissertação e para a sua compreensão, pois em dados momentos, em registros documentais, bibliográficos e memorialísticos, a denominação da cidade é diversificada.

2.6 Os Franciscanos em Rio Brillhante e o surgimento do Seminário Santo Antônio

No dia 25 de janeiro de 1938, parte de São Paulo rumo ao Mato Grosso, utilizando o meio de transporte comum da época, trem movido a lenha; os Freis Wolfram Passmann, Francisco Brugger e Antonio Schwenger. Chegam a Campo Grande dois dias depois. Foram recepcionados por Dom Vicente B. M. Priante e se hospedaram durante alguns dias no Colégio Dom Bosco, dos Padres salesianos. No dia 04 de fevereiro daquele ano, ao raiar do dia, todos partiram de carro rumo a Entre Rios, atualmente Rio Brillhante. Viagem esta que durou cerca de oito horas e foi marcada por peripécias que revelaram aos Freis as dificuldades de locomoção no Estado. Chegaram por volta das 15:00 horas, segundo Facholli e Doerzbacher (1991), e se hospedaram no Hotel Pimentel.

Dois dias depois, ocorreu a solenidade de empossamento, a qual foi ministrada pelo Bispo de Corumbá, D. Vicente, que conferiu ao Frei Antonio a incumbência de ser o primeiro pároco residente em Entre Rios a dirigir a paróquia Divino Espírito Santo, cuja capela foi construída em 1906. Esta instituição era de madeira e comportava cerca de 100 pessoas.

Figura 31: Primeira Igreja Matriz de Entre Rios, MT (atual Rio Brillhante, MS).



Fonte: (KNOB, 1988, p. 225).

A partir disso, os Franciscanos passaram a conviver com os mato-grossenses, analisar a cultura e se adaptar de forma efetiva. Os moradores os receberam com grande

entusiasmo, pois esta era uma forte cobrança ao Bispo de Corumbá. Eram, então, receptivos com os Freis e estes, por sua vez, viajavam as fazendas e sítios da redondeza estreitando os laços para evangelização.

Em dezembro de 1941 foi iniciada a obra da nova Igreja matriz, visto que a antiga já não comportava o número de fiéis e se encontrava muito deteriorada. A nova matriz é solenemente inaugurada no dia 29 de abril de 1945.

Figura 32: Segunda Igreja Matriz de Rio Brillhante, MS.



Fonte: (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 124).

Quanto ao Seminário, suas origens materiais datam de 22 de agosto de 1939, quando foi lançada solenemente a pedra fundamental para construção do primeiro convento franciscano na cidade, o qual ficou pronto em março de 1941.

Em 1959 esta residência foi adaptada para o início das aulas do Seminário Santo Antônio, visto que a obra do Seminário havia se iniciado de forma concomitante. Neste tempo, além de Seminário e residência, a casa funcionava também como serviço paroquial.

Este local foi a primeira morada dos Freis e a construção foi demolida em 1980 para a construção da capela do Seminário.

Figura 33: Convento franciscano que comportou os primeiros alunos do Seminário Santo Antônio.



Fonte: (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p. 127).

As obras desta nova construção foram iniciadas pelo Frei Proto Schurr e um servente. Eles construíram a primeira ala do Seminário em setembro de 1959.

Figura 34: Prédio do Seminário Sto. Antônio em construção. Do lado esquerdo, o Convento franciscano que abrigava os primeiros alunos.



Fonte: (KNOB, 1988, p. 424).

Em 1962 foi aprovado o projeto e planta de um novo prédio para o Seminário. Agora, o prédio tinha capacidade para abrigar 100 alunos, com aprovação feita pelo Pe. Provincial, Frei Beda Schmitt. As novas obras foram confiadas ao novo vigário da paróquia, o Frei Teodardo Leitz. Em 1965, em nova visita do Frei Beda Schmitt, o Frei Teodardo pediu que a obra fosse concluída o quanto antes, confiada agora ao Frei Hugo Lang, o qual contou com apoio do Frei Norberto Rihm. A nova instituição ficou pronta

em 13 de junho de 1968, no dia de Santo Antônio. Todavia, sua inauguração solene ocorreu em 25 de maio de 1969, com a presença do Pe. Provincial, Frei Beda Schmitt.

Figura 35: Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante – MS, ao final de sua construção.



Fonte: (KNOB, 1988, p. 425).

Nota-se a imensidão e imponência do edifício para o interior do Mato Grosso, na época. Sobre este fato, escreveu Knob (1988, p. 426): “Dava a impressão de um trabalho bem feito, sólido e agradável, graças aos trabalhos pessoais de Feri Hugo Lang e Norberto Rhim, que deram tudo de si para que a obra recebesse um acabamento primoroso”, motivo este de grande festejo para a comunidade local.

2.7 “Luzes” na cidade (1938-1960)

Marcada desde o início de sua história pela atividade agrícola, Rio Brillhante se apresenta hoje como uma cidade típica do interior sul mato-grossense, a qual ainda guarda um perfil rural. O estudo deste espaço, a partir das instituições – religiosa, educacional e política -, envolve uma constelação de atores histórico que viveram entre ruralidades e processos de urbanização, os quais serão abordados ao longo deste capítulo.

As narrativas de Facholli e Doerzbacher (1991, p. 96) dão conta de que a região era caracterizada pelo latifúndio, cuja produção agrícola se voltava para o plantio de arroz, milho, feijão, trigo e soja. Estas atividades eram as mais rentáveis e ocupavam 70% de ocupação territorial. A cultura bovina, despontava-se na produção de leite e

corde, destacava-se como a segunda maior atividade rentável, a qual ocupava 30% do território.

As matérias sobre a cidade publicadas no jornal *O Progresso* revelam o início da cultura de trigo na cidade de Rio Brilhante no ano de 1959, quando foram plantadas quase 6 mil quilos de sementes, das variedades Frontana e Prelúdio. Até em então, a região só se dedicava, quase que exclusivamente, à criação de gado para corte: “O trigo semeado nasceu bem, e os tricultores estão esperançosos de uma boa colheita” (JORNAL O PROGRESSO, 26/7/1959, p. 1).

Neste capítulo, buscou-se a vida comunitária, a origem e o destino dos seminaristas. Muitos deles, são filhos de lavradores, que tomam por perspectiva iluminar a variedade de modos de vida, costumes, crenças, práticas econômicas e de representações ocorridas nos, não tão longínquos, tempos dos Franciscanos adventícios na cidade.

Quando se lê a obra *Por Amor às cidades*, do famoso historiador medievalista Jacques Le Goff (1998, p. 124-125), aprende-se que a cidade, sobretudo na Idade Média, sempre foi identificada como lugar de aquisição de “luzes”, de conhecimentos e de desenvolvimento de aptidões. Ela é um lugar que, no âmbito das representações, cultivava-se e se compartilhava crenças, leis, hábitos, “moral”, “bons costumes”, elegância, beleza artística. Enfim, a cidade era o lugar de sociabilidade. Sobre a sociabilidade, enquanto prazer de estar com o outro, o conceito de urbanidade e orgulho urbano, Le Goff fez as seguintes considerações históricas:

Se remontamos à Antiguidade, é em Roma, sobretudo, que se cria, do ponto de vista cultural, do ponto de vista dos costumes, uma oposição muito forte entre a cidade e o campo. E é aí que começa a aparecer um vocábulo que vai ser reforçado precisamente na Idade Média. Os termos relacionados à cidade denotam a educação, a cultura, os bons costumes, a elegância: a urbanidade vem do latim *urbs*, da *polis* grega. A Idade média herda da Antiguidade latina, e reforça, esse menosprezo pelo campo, sede do bárbaro, do rústico. Os camponeses são rudes. No limite, até mesmo os senhores o são, ao preferirem o campo (LE GOFF, 1998, 124-125).

Estes conceitos ajudam a compreender o discurso que herdamos sobre a função cultural da cidade, onde se reúnem atividades envolvendo escola, arte, teatro, urbanismo. Afinal, “é na cidade e da cidade que eles [os conceitos] irradiam” (IDEM). Ainda hoje, segundo Le Goff, essa função cultural é disputada pelos “lugares extra urbanos”. A esse respeito, também refletiu Khoury (1999, p. 10), ao mostrar a dinâmica

e distinta relação campo/cidade. Como se observa a partir dessas leituras é que ainda na atualidade paira no imaginário urbano a ideia de que o campo é “lugar de formas simples de organização social de tranquilidade, mas também da ignorância e do atraso” e, em contrapartida, a cidade é interpretada como espaço de “realizações, do saber, da produção, da comunicação por excelência; o lugar do fortalecimento da política e da administração, como também o lugar da multidão e do barulho”.

Essas ideias e imagens permearam os escritos, as atitudes e outras construções discursivas da Igreja a respeito de Rio Brillhante, cidade determinada para se assentar a Ordem Franciscana nos idos de 1938, como parte da meta expansionista da Igreja Católica.

Segundo Brazil e Mancini, esta expansão teve início em janeiro de 1937, quando a província da Imaculada Conceição do Sul do Brasil, em acordo com a Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha, estabeleceu a concessão da área de Mato Grosso como “terra de missão”:

O referido acordo redundou na chegada dos quatro primeiros missionários franciscanos alemães na região, quais sejam, frei Eucário Schmitt, frei Antônio Schwenger, frei Wolfam Pasmam e frei Francisco Brugger em junho de 1937 (BRAZIL; MANCINI, 2012, p. 127).

No que se refere à circunscrição diocesana, Dourados, como os demais municípios do sul de Mato Grosso, era sujeita à administração eclesiástica do Bispado de Corumbá, sob direção de Dom Orlando Chaves. No ano de 1940, o Bispo Dom Vicente Maria Priante criou em Dourados a paróquia de Imaculada Conceição, com autorização da Diocese de Corumbá. Para efetivação da expansão, a Igreja Católica passou a elaborar projetos de construção de Igrejas, escolas e ações sociais.

2.7.1. Primeiras providências

Logo após estreadas as rotinas religiosas na cidade e dado início aos contatos mais próximos com os munícipes rio brillhantenses, os Franciscanos passaram às visitas aos moradores de fazendas circunvizinhas. No Livro de Tombo (vol. 1, fl.17) há registros de que no ano de 1939 os Franciscanos presumiam um número de 12 mil habitantes morando na região de Rio Brillhante. No entanto, este dado é impreciso, pois, ao lado das anotações do Livro, há entre parêntese, o sinal da interrogação.

O depoimento do Frei Bernardo¹² revela a procedência dos habitantes de “Entre Rios”:

[...] muitos colonos, colonos de Minas, colonos de Goiás, nordestinos chegaram e depois muitos gaúchos, também gente do interior de São Paulo...eles começaram aqui morar, trabalhar, compraram chácaras, sítios...o trabalho era muito duro, a terra era boa ...eles chegaram com crianças, e essas crianças, esses adolescentes tudo (*sic*) não tinham escola, não tinham escolas naquele tempo. Dourados tinha já a escola, o ginásio, tudo..., mas as outras vilas e cidades menores, mal e mal eles tinham o ensino fundamental até o 2º ano, 3º ano, o 4º ano... E nós já tínhamos lá um ano de admissão, mesmo porque os alunos que chegaram, esses pequenos das escolas, das vilas, das cidades da redondeza, eles tinham pouco fundamento, então tínhamos um ano para preparar-se para a missão que parecia a 5a série, de 5a a 8a, então tínhamos completo. E muitas vezes eles chegaram, nem sabiam todas as letras e tudo. E então o seminário ficou em Rio Brillante por causa desses colonos que chegaram dessa grande região de Dourados para dar uma formação...Uma formação e uma educação, então foi construído pela equipe dos franciscanos....

“Colonos, muitos colonos”. Que projeto político ensejava a onda migratória experimentada por Entre Rios ao adentrar a década de 1940? O quadro de referência histórica envolve o lento e difícil processo de ocupação do Centro-Oeste e Norte brasileiro. A ocupação e o povoamento do Oeste brasileiro foram preocupações políticas desde os tempos recuados da história brasileira. Na Era Vargas (1930-1945), o tema “ocupação do norte e centro-oeste” por agentes “não índios” estimulou a construção do projeto político de “integração nacional”. Idealizado por Getúlio Vargas, a política de interiorização do país se acentuou na década de 1940 e, a partir daí, a educação passou a ser contemplada nos projetos políticos da região, conhecida hoje como Grande Dourados. Vejamos as análises de Brazil e Mancini (2012) a respeito disso:

Os escritos da pesquisadora Bethania Pastor Lima (2010, p. 16) dão conta de que só na década de 1940 foi despertado o interesse das instituições em criar escolas na região. Os programas de povoamento eram amplamente difundidos e traduziam-se nos discursos do Presidente Vargas, sobretudo no período do Estado Novo (1937-1945). Emergiram assim, a partir da década de 1940, as frentes de ocupação, alcançando parte significativa do sul de Mato Grosso (uno), delineando uma feição diversificada na produção regional (BRAZIL; MANCINI, 2012, p.127).

Sobre a expansão da Igreja católica, via movimento missionário da Ordem Francisca para a região, Brazil e Mancini assinalaram as seguintes observações:

¹² Depoimento concedido por Frei Bernardo Dettling em 05/07/2016 às 8:23, na residência dos freis da Igreja São José do Operário, Dourados/MS.

Mesmo com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), no ano de 1943, em área até então sob domínio da empresa privada Companhia Mate Laranjeira, com objetivo de promover a ocupação dos chamados “espaços vazios” do interior brasileiro; mesmo com a onda migratória advinda da lógica da política varguista conhecida como “Marcha para Oeste” com objetivo de alcançar o sudeste do centro-oeste brasileiro, as ações da Igreja Católica só foram levadas a efeito em meados do século 20 (BRAZIL; MANCINI, 2012, p. 127).

Cabe destacar que os paraguaios também vieram compor o quadro demográfico de Rio Brilhante, dada a proximidade do sul de Mato Grosso com a República Paraguai. A população das cercanias de Rio Brilhante contou também com a presença de imigrantes remanescentes da 3ª década oitocentista, oriundos de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, conforme já referido. Entre as décadas de 1950 e 1960, chegaram japoneses, sírios, libaneses, alemães, italianos.

Facholli e Doerzbacher (1991, p.49) informam que quando os Franciscanos chegaram à região (1938), Entre Rios tinha o Sr. Carlos Barbosa Martins como prefeito, o qual administrou a cidade entre os anos de 1938 a 1941. Os contatos políticos locais foram importantes para que em agosto de 1939 fosse lançada a pedra fundamental para a construção do Primeiro Convento de Rio Brilhante, residência dos Freis. Esse empreendimento ficou pronto em março do ano seguinte.

Por outro lado, para fazer frente à expansão dos Missionários Franciscanos na região, evangélicos presbiterianos ergueram a primeira Igreja Presbiteriana do Brasil em Rio Brilhante, administrada pelo pastor Josué Sales.

Os moradores locais ainda reivindicavam a presença de um padre residente, pois as orientações espirituais e celebrações vinham da paróquia Santo Antônio, de Campo Grande, através dos padres Salesianos, que vinham de três a quatro vezes por ano à cidade. Esta carência retirava de “Entre Rios” a característica de um povoado rotineiramente religioso, conforme narrativa de Knob (1988):

A primeira impressão que os Franciscanos tiveram do povo de Entre Rios ou Rio Brilhante foi que ele “**é religiosamente ignorante, iletrado**, mas é bom, sinceramente bom e amigo, livre de toda falsa influência da cultura” (*Brasilien ruft uns*, p.56). “Os homens que tão alto clamaram por um ‘padre’ certamente eram bons e amigos, mas não estavam acostumados a ir à igreja, pois nunca tiveram um pároco próprio. Pelo batismo são cristãos católicos, mas lhes falta todo o resto que faz parte de um cristianismo vivo. Aqui deve começar o trabalho dos nossos missionários” (PE. LEANDER SCHNABEL,

CHRONIKBLÄTTER, p.26 apud KNOB, 1988, p.229. Grifos do autor, em itálico. Grifos nossos, em negrito).

Assim, foram usadas de estratégias pelos frades no sentido envolver os paroquianos nas atividades eclesiais mais costumeiramente. Com isso, os representantes da ordem pensavam em inculcar na comunidade a devoção e o hábito devoto. Knob (1988, p.229) registra que “[...] era preciso criar no povo um Cristianismo vivo. [...] começou-se a fundar associações religiosas”.

O primeiro grupo paroquiano foi organizado em 1941, mais precisamente, no dia 9 de fevereiro, com o nome de “Pia União das Filhas de Maria”. Este grupo era constituído por nove aspirantes, conforme relata Knob (1988, p.230): “Para não criar uma elite, foram aceitas o mais possível todas as meninas e senhoritas [...] embora algumas estivessem longe de um ideal de uma Filha de Maria”. Simbolizava a admissão ao grupo a entrega de uma fita verde para todas as ingressantes (Livro de Tombo, vol. 1, fls.18-9). Apesar dessa observação, consta no Livro os registros da primeira Presidente e “thesoureira” do grupo, “Elza Barbosa Martins senhora distintíssima”. Não por acaso, o sobrenome da tesoureira é composto por sobrenomes de duas famílias “pioneiras” da cidade.

Um rito mantido ainda hoje pela Igreja e pela sociedade de Entre Rios, envolve a realização da festa do Senhor Divino. Em nome dessa tradição, atualmente, o mês de junho passou a ser marcado por vários momentos de comemorações, abarcando os municípios em distintos eventos como procissões, leilões, rainhas, baile e churrasco (Cf. FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p.39). A esse respeito, o Livro de Tombo traz o seguinte registro de fatos ocorridos ano de 1941:

Do dia 20 até 29 realizou-se a Festa do Senhor Divino em Entre Rios. Dizem que era a festa mais brilhante dos últimos anos. Rendeu pela construção da nossa nova Matriz com quatro contos de reis, dinheiro que o festeiro Sr. Adilson Alves Nogueira entregou ao vigário 11 de setembro. Mais é difícil ainda acabar com os abusos da festa! O vigário deu contas sobre o dinheiro e material da nova Matriz novo sermão no fim da festa, falando seriamente da obrigação dos festeiros dos anos passados entregar o dinheiro que até o ano de 1937 sempre desapareceu; também o dinheiro da festa de 1940 não está entregue ainda! O festeiro Sr José B. Balho fica até hoje com o dinheiro da festa (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls.21-22).

Assim, ficaram historiadas algumas especificidades, como o incômodo por parte dos Freis acerca “dos abusos da festa”, como também, o “sumiço” do dinheiro

arrecadado nas edições festivas de anos anteriores. Este dinheiro ficava sob a responsabilidade do “festeiro” – pessoa escolhida para ser o tesoureiro da festa –, que deveria prestar contas ao Pároco, ao final dos dias comemorativos. Esses proventos arrecadados se destinavam às melhorias materiais na paróquia. A Festa do Divino, por exemplo, tornou-se uma importante fonte de recursos econômicos para a Igreja. Dessa forma, se por um lado havia aborrecimentos por conta de ultrajes eventuais, havia, de outro lado, a onerosa recompensa, da qual a Igreja não estava disposta a refutar.

Outro aspecto interessante, registrado no ano de 1942, é o desejo dos habitantes locais em se obter um colégio confessional, expresso nos relatos paroquianos:

Faz anos que o povo de Entre Rios está querendo um Colégio de Padres ou Irmãs. Diversas vezes dirigiram-se ao Bispo e ao Frei Eucario, que de sua parte pediu a Renda Madre Geral Sr. Ignácia de Itapicirica/ São Paulo. No mez de Fevereiro de 1942 o vigário frei Leandro escreveu outra carta a Madre Geral e recebeu a resposta: vem três Irmãs Franciscanas em mez de Maio. [...] como casa foi alugado a Pensão Pimentel. Constitui-se uma comissão para manter o Colégio nas primeiras dificuldades, até que possa ser construída uma própria casa, na prasa. Todo o povo de Entre Rios era entusiasmado e ajudava ao vigário. [...] Sr Henrique Chuantim que estava agindo contra o Colégio por medo de fechar sua própria escola particular (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls. 26-27).

Denotam-se, a partir deste registro, os esforços dos Freis em trazer irmãs para “Entre Rios” que se empenhassem e se responsabilizassem pelo ensino educacional-confessional. Entende-se também que até esta ocasião não havia na cidade nenhuma escola de caráter confessional religioso. A partir do empenho dos Missionários, meses mais tarde, foi inaugurada a Escola Paroquial na cidade. Não passa despercebido no trecho transcrito acima, o registro da existência de uma escola particular, cujo nome não é revelado, mas que era de propriedade do Senhor Henrique Chuantim.

2.7.2. Escola Paroquial

As Irmãs chegaram a “Entre Rios” em 4 de julho de 1942 com objetivo de abrir uma escola confessional. No dia 15 do mesmo mês teve início as aulas. Neste ano, ficou assentado no livro da paróquia os dados aproximados da população da cidade. Com cerca de 9 mil habitantes, a cidade experimentou as primeiras iniciativas no sentido de se construir a nova Igreja Matriz que, a pedido da comunidade, teve seu tamanho diminuído em relação à planta original. Isto se explica porque a opinião pública achava

“impossível” erguer um prédio do tamanho ambicionado pelos Frades. De acordo com os registros contidos no Livro de Tombo (vol.1, fl.29) e com a narrativa de Knob (1988, p.226), o edifício foi reduzido de 30x10m a 23x8m, o que, posteriormente, dificultou a aprovação da nova planta na 6ª Engenharia de Campo Grande.

No que diz respeito a responsabilidade pela extensão territorial da paróquia, como parte da expansão da Igreja Católica, foram ainda erguidas duas capelas no ano de 1949: uma em Porto XV e outra, em Bataguassu. Em 1953, os Franciscanos ergueram também a capela de São João Batista, em Anaurilândia.

Consta no Livro de Tombo (fl.24-26) o apelo do povo de Rio Brillhante pela edificação de uma escola confessional. Em 1942 as Irmãs Franciscanas chegaram de Bonlanden e abriram a “Escola Paroquial”.

Apesar dos esforços da Missão, alguns entraves operacionais impediram a concretização de alguns projetos ligados ao ano de 1943: “Ainda temos certos problemas sem solução: A Escola das Irmãs ainda não conseguiu a Registro pelo Governo de Cuiabá; foi enviado um segundo requerimento, também indeferido” (Livro de Tombo, vol.1, fl. 31).

Conforme os registros dessa fonte, o ano escolar teve início com sessenta alunas. Este número indica que houve um aumento nas matrículas e isto, conseqüentemente, implicou no impedimento do funcionamento da instituição educacional. A escola, que funcionaria nas dependências da Igreja, também teve seu registro barrado por causa dos reflexos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) – durante a qual as relações entre Brasil e Alemanha ficaram enfraquecidas. Diante desse contexto, muitas pessoas deste local não admitiam que Freiras alemãs lecionassem crianças brasileiras. Concomitante a isto, não se permitia o livre trânsito de Frades e Freiras entre Brasil e Alemanha, o que cessou o envio desses para terras brasileiras.

Outro problema que afetou o funcionamento da escola foi a alteração feita na planta original da Igreja Matriz, como já mencionado no texto acima. Esta ação foi responsável por permitir que os alicerces desta obra ficassem expostos durante um ano inteiro a sofrer com as ações climáticas, por falta de mão-de-obra, conforme Knob (1988, p.226).

Outro fator que denota às restrições as quais a Missão enfrentou em solo brasileiro se refere ao controle das viagens feitas pelas Freis em Mato Grosso, denominada “desobrigas do sertão”. Essas viagens eram cansativas, pois eram feitas a cavalo para longas ausências da sede, a fim de realizar missas, batizados, casamentos e

afins. Como se pode observar, essas restrições se colocavam como problemas para as Missões, visto que limitavam suas ações, embora tenha chegado “em Entre Rios um novo Delegado, Tenente da Polícia, que não opunham obstáculos para as nossas viagens. [...]” (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl.34).

Como consequência do impasse vivenciado pela Escola Paroquial, as Irmãs franciscanas deixaram “Entre Rios” após a terceira tentativa de legalização junto ao Governo de Cuiabá, de forma a encerrar as suas atividades:

O nosso Colégio quasi já fechou nas férias de junho. Além da sra D. Elsa Barbosa Martins como diretora entrou D. Nadir (ilegível) como professora, porque foi negada a licença de lecionar às Irmãs; só para manter a escola precisávamos estas duas professoras. O sacrificio financeiro era grande demais para as Irmãs, e uma escola de Irmãs onde só lecionavam leigas é um absurdo. Foi mais e mais evidente que tínhamos de fechar o Colégio, porque as Irmãs não tinham a disposição uma Irmã, “brasileira nata”, normalista. Resolveu então no fim do ano escolar a Madre Geral retirar as Irmãs, ficaram só ainda um tempo esperando algumas formalidades (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fls.34-35).

O fato é que a dinâmica da Guerra impossibilitou as atividades educacionais em “Entre Rios”, redundando no fechamento da Escola Paroquial, primeira iniciativa dos Franciscanos nesse âmbito.

Os Missionários se ressentiram diante desta frustração (LIVRO DE TOMBO, vol 1, fl. 47): “O movimento religioso está crescendo devagarinho. Sente-se a falta dum Colégio Católico [...]”.

Em 29 de abril de 1945 foi inaugurada a segunda e nova Igreja Matriz, construída pelo Frei Leandro Schnabel. Segundo Facholli e Doerzbacher (1991, p.124-5), seu interior contava com detalhadas pinturas feitas pelo Frei Luiz Kunkel as quais, infelizmente, não foram preservadas.

Em 1948 foi reinaugurada a Escola Paroquial em Rio Brillhante, com o nome de Escola Paroquial São Francisco. Em 1951 o Livro de Tombo registrou nova nomenclatura para a instituição, que passou a ser denominada de “Escola Paroquial Municipal São Francisco”.

Essa escola passou a receber subsídios da prefeitura, sob administração do prefeito Julio Siqueira Maia. Sensibilizado com as carências de recursos para atender as despesas, o prefeito nomeou Frei Bruno Kelbe como diretor e forneceu duas professoras para atender a escola. Em 1953 registra o Livro de Tombo que a escola possuía mais de

100 crianças matriculadas e cita o nome das professoras, a senhora Lourdes de Souza Costa, a dona Elisa Nantes e a senhorita Helia.

Esta dinâmica evidenciava a parceria estabelecida entre a Igreja e o poder público local. A Igreja também estendeu parcerias com outras escolas da região, cabendo ao vigário a tarefa de ministrar aulas de catecismo semanalmente. Refletia-se, a partir desta ação, o crescente número de crianças que faziam sua 1^o Comunhão na Festa do Divino, ocasião escolhida pelos Freis para o ato.

Ainda na década de 1950, sob administração do prefeito Nery de Oliveira Lima, conforme Facholli e Doerzbacher, foi iniciada a perfuração do poço que deu subsídios à fonte da futura Praça Doutor Boaventura (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991, p.133-134).

2.7.3. Estratégias de fortalecimento da Missão

A luz dos dados obtidos com o recenseamento de 1941, o Livro de Tombo assentou em suas páginas que “Entre Rios” possuía uma população de 8.279 habitantes. Outra informação dada por essa fonte se refere às mudanças toponímicas da cidade. Consta ali que no ano de 1943 a cidade passou a se chamar Caiuás, dinâmica esta exposta no primeiro capítulo desta dissertação.

Em meio ao aumento demográfico, conforme referido, diversas estratégias foram postas em práticas pelos Missionários no sentido de envolver a população crescente da cidade na dinâmica religiosa. Uma das ações para se alcançar o mencionado objetivo dos religiosos ocorreu em 1946, durante a realização da Comunhão Pascal para os homens que, embora com pífia participação, foi efetivada. Outro artifício religioso também utilizado para os mesmos fins se refere à procissão de *Corpus Christi*, evento em que os Freis procuravam a participação de toda a população católica local.

Alguns fatos importantes marcaram a história da cidade entre os anos de 1948 e 1950, os quais merecem destaque: a) “Entre Rios” passou a se chamar Rio Brilhante, em homenagem ao rio homônimo que banha a cidade; b) os Freis conseguiram reabrir a Escola Paroquial; c) a paróquia reconhecia que as crianças, em bom número, já participavam, quanto fosse possível, de todas as festividades promovidas pela Igreja; d) no ano de 1950, grande parte dos moradores da cidade, por enfrentar uma epidemia de sarampo, viu-se impedida de participar da Festa do Divino; e) para fechar o ano de

1950, mais precisamente em 25 de dezembro, foi inaugurado o espaço da prefeitura Municipal de Rio Brilhante, sob administração do prefeito Júlio Siqueira Maia. Ressalte-se que a prefeitura funciona ainda hoje no mesmo local (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls.50-57).

A cidade contava, conforme senso realizado em 1954, com 8.895 habitantes, instalados em 1.487 domicílios. Destes, 98% se declaravam católicos e o restante dividiam-se entre “[...] adventistas, alguns espíritas e mais alguns parecidas extravagantes” (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl. 57).

2.7.4 Tradições institucionalizadas

Tornou-se como hábito entre os munícipes a prática de “benzer” bens materiais públicos ou privados, como sinal da graça divina sobre eles. A luz das reflexões de Eric Hobsbawm (1984, p. 6-23), reunidas na obra *A invenção das tradições*, procurou-se entender os ritos sagrados que foram introduzidos, como forma inculcar certos valores e estabelecer normas de comportamento.

Ao longo de todo Livro de Tombo da Paróquia de Rio Brilhante, observa-se relatos narrados, esporadicamente, sobre ocasiões, tais como esta: “O coadjunto Frei Bruno Kelbe foi levado de avião à fazenda Primavera para benzer a nova capela, construída pelos fazendeiros” (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl.66).

Outra tradição institucionalizada pela Igreja foi em relação às festividades dedicadas ao Divino Espírito Santo, ocorridas anualmente a qual hoje, criteriosamente, é celebrada no mês de junho. Esse fenômeno, construído e formalmente institucionalizado com certa rapidez (a partir da chegada da Missão na região), cumpre a função de estabelecer a continuidade da influência religiosa no cotidiano urbano.

Outra forma de estabelecer práticas religiosas, no sentido de fortalecer o poder da Igreja na localidade, refere-se à parceria entre Igreja e outros órgãos municipais da cidade, como registrado no Livro de Tombo:

Do 17-26 de julho foi celebrada a festa do Divino Espírito Santo na Matriz [...] É denotar que este ano, pela vontade do povo e pela iniciativa do festeiro as rendas da festa foram destinadas em 1º Lugar para terminação das obras da construção do hospital local recebendo para igreja somente uma porcentagem anteriormente combinada com o festeiro (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl.92).

Nota-se também que, mais uma vez, a “voz do povo” foi ouvida, como quando interviram na construção da Igreja Matriz. O Hospital ficou pronto e começou a funcionar em maio de 1960, conforme referido no trecho destacado.

Seguiam-se também, ao longo dos anos, as estratégias de envolvimento com a vida religiosa, dentre as quais se destacam: as honrarias nas visitas do Bispo Diocesano, a fundação da Cruzada Eucarística para as crianças, o apostolado de Oração para as senhoras casadas, Congregados Marianos, reuniões mensais, missas dominicais, ensino de música. Este ensino da música ocorreu a partir de 1959, pelo Frei Eucário, e foi responsável por formar a Banda de Música Nossa Senhora Aparecida, que pouco tempo depois passou a se apresentar, de forma regular, na Igreja e em festividades locais. Os reflexos destas ações podem ser notados no seguinte trecho:

A Festa de Natal foi bem celebrada. Para Missa do Galo não tinha mais lugar na igreja doze famílias pobres ganharam presentes da paróquia. Uma pequena festa no domingo seguinte com Quermesse e Musica na praça foi bem animada (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, p. 98).

Este fato mostra que, antes do Seminário Santo Antônio ser criado, já havia sido galgado vários degraus na evangelização católica do povo rio brilhantense. É evidente que esse processo foi acometido por entraves e desafios, todavia, há de se ressaltar que até essa data, tal processo pode ser caracterizado por seu significativo sucesso, levando-se em consideração o envolvimento da população desde a chegada e estabelecimento dos Franciscanos em Rio Brilhante.

A partir do referencial de Hobsbawm (1984, p.9) acerca das tradições institucionalizadas, pode-se compreender que a Missão recorria, não raro, a um conjunto de práticas, ajustadas por “regras tácita ou abertamente aceitas”. Essas práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivava imprimir “valores e normas de comportamento através da repetição” e, sempre que possível, “tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” para a Igreja, enquanto instituição.

Ainda assim, por vezes, os Freis se deparavam com situações de decepção e incitação ao desânimo diante da ausência de engajamento da comunidade com a causa religiosa:

Infelizmente que sempre também o diabo toma parte das festas. A noite apareceu de novo quanto paganismo também depois de muitos anos de cristianismo tem leigos na alma desta gente. A noite celebrava a rapaziada o dia da morte do Nosso Senhor. Em muitas partes da

cidade fizeram rapazes prejuízo e assustaram o povo pacífico com barulho e ofensas.

Aqui apareceu mais uma vez um fato triste na paróquia. Quando tem tempo com chuva a maior parte dos católicos não vem na missa, também nas festas maiores do ano eclesialístico. Mas quando tem o mesmo dia um baile falta ninguém. Assim aconteceu também no dia Páscoa. A tarde tinha no salão azul um baile de luxo da alta sociedade com modas modernas. Também na Aroeira não foi muito interesse para a festa de Páscoa. O povo estava dançando na Escola Municipal e só uma parte veio para assistir a Missa da Festa. Estes fatos demonstram de novo, quantos sacrifícios e orações são preciso para ganhar só um pequeno efeito.

O vigário fez suas viagens de desobriga mais várias vezes com pouco efeito. Especialmente as fazendas em perto de Rio Brillante e para cá da Vacaria tinham pouco movimento e mostravam muitas vezes pouco interesse religioso. Nestes meses levou o vigário também a bandeira do Senhor Divino para fazer campanha da Festa. O efeito foi pouco. A política e a campanha eleitoral ocupa a gente muito (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls. 102-107).

O trecho transcrito acima mostra um misto de ativos e passivos religiosos entre os munícipes.

Já na educação, em 1960, a Escola Paroquial estava em ótima fase, uma vez que iniciava as aulas com 50 crianças e 3 professoras, a D. Elza Cruz, a D. Elza Jorge Inacio e a D. Enerstina Reginaldo Benites. Esta última, formada – condição esta apontada pelos Freis como “uma verdadeira vantagem”, pois fez com que o número de matrículas aumentasse, conforme depoimento desses (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl.100).

2.8. Antigos espaços escolares

Há poucos registros acerca do antigo cenário educacional rio brilhantense, em especial da época em que o povoado era conhecido como “Entre Rios” e, depois, “Caiuás”. Com os poucos registros, Facholli e Doerzbacher (1991, p. 141-2), ancoradas na tradição oral e em alguns documentos, descobriram alguns dados que ajudaram a compor o cenário que antecedeu o trabalho da Missão e o surgimento do Seminário. As referidas autoras apresentam em sua obra *Rio Brillante: sua terra, sua gente*; fotos de algumas alunas e professoras da Escola Etelvina Vasconcelos, datadas de 29 de outubro de 1928.

A referida obra traz registros da presença de professoras “Nhanhã” e Eclair Vidal e do Professor Luís de Souza Machado, acompanhado de “seus alunos” (trata-se de um grupo formado apenas por rapazes); defronte à Escola Etelvina Vasconcelos,

datada igualmente do ano de 1928. Consta também na narrativa de Facholli e Doerzbacher (1991, p.47) uma anotação sobre o Professor José de Araújo Aragão, na qual o descreve como sendo o primeiro professor a percorrer as fazendas circunvizinhas para lecionar.

A carência de escola pública para todos aqueles que precisavam ser lecionados, exigia que os pais de crianças em idade de escolarização recorressem aos “professores andarilhos” ou voluntários, a exemplo do Prof. Aragão de “Entre Rios”.

Facholli e Doerzbacher (1991, p.139) registram, no entanto, a existência de uma escola. Tratava-se de uma tapera feita de madeira, que atendia alunos de ambos os sexos, no Distrito de “Entre Rios”, em Aroeira (atualmente, Prudêncio Thomaz), denominada “Escola da Aroeira”, que data de 1936.

As autoras relatam ainda que outrora a cidade de Nova Alvorada do Sul foi Distrito de Rio Brilhante e, ali, em novembro de 1939, chegou, vindo de Três Lagoas, o jovem Osvaldo Garcia de Oliveira, popularmente conhecido como Zuzu. Este homem teria iniciado, com permissão dos fazendeiros locais, em especial de Martinho Barbosa Martins, um pequeno estabelecimento comercial, que era tratado à época como “bolicho”. E, deste momento em diante, formou-se um povoado, o qual, posteriormente, ficou conhecido por Vila Zuzu.

Este comerciante, “pioneiro” da Vila Zuzu, com objetivo de fazer oferta educacional a seus filhos, contratou a Professora Benedita (Dona Bené) para lecionar aulas particulares a eles. Dessa forma, originou-se desta ação a primeira escola particular da localidade de Vila Zuzu, nas cercanias de “Entre Rios”.

Conforme o histórico da escola Etalvío Pereira Martins, em 1945 foi denominada (vista sua existência e sem nomenclatura própria) a escola “Reunidas Mistas” nº 2, que se situava na Rua Quintino Bocaiúva, s/n (ex. Bela Vista).

Historicamente, a escola Etalvío, até o ano de 1947, teve como diretora Etelvina Vasconcelos, seguida da diretora Senhorinha Ana Rosa Marques de Oliveira e, posteriormente, deu-se sequência com o diretor, Senhor José de Araújo Santos, que permaneceu no cargo até o ano de 1955. No biênio 1956-1957, a escola teve como professor e Diretor, Moacir Ramires (autor do hino de Rio Brilhante). Em 1947 foi autorizada na instituição o funcionamento de três escolas Supletivas (noturnas) para “Adultos e Adolescentes”.

Facholli e Doerzbacher (1991, p.141) afirmam que no ano de 1946 foi fundada a escola particular “21 de Abril”, cujo proprietário era Oacir Vidal, o qual, por sua vez,

“prontamente” deixou os Freis darem aula de ensino religioso na sua escola, conforme Livro de Tombo (vol. 1, fl.58). Esta instituição funcionava em caráter de internato para ambos os sexos. Conforme consta no Livro:

Sejam assentadas neste livro também, os nomes dos 2 professores que nos facilitavam prontamente o ensino religioso em suas escolas: Sr Oacir Vidal, em mais ou menos 80 alunos, e Sr. José de Araujo, diretor das Escolas Reunidas (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl.58).

Em março de 1949, homenageando o fundador municipal, a escola Reunidas Mistas passou a ser denominada “Escola Reunidas Francisco Cardoso”.

No mesmo ano, o Livro de Tombo (fl.54) aponta as participações na festividade “Festa do Rei Universal” das escolas Paroquial, Reunidas e da escola particular do Oacir Vidal; cuja oportunidade foi considerada apropriada para realizar a ministração da Primeira Comunhão às crianças.

Em 1952 foi criada a escola Municipal Rural de 1º Grau Martinho Barbosa Martins, localizada na rodovia BR- 267, próxima ao quilômetro 225, abarcando os alunos da escola particular. Com a elevação do Distrito de Nova Alvorada (Antigo Entroncamento) à cidade de Nova Alvorada do Sul, esta escola ficou sob sua responsabilidade administrativa.

Facholli e Doerzbacher (1991, p.142) mencionam a existência da escola Tiradentes (Municipal), com o registro de uma foto dos alunos desta instituição no momento de Desfile Cívico, datada de 1956, o que leva a compreender a sua pré-existência de data incerta. As autoras ainda mencionam que a direção ficou por conta de Moacir Ramires, no ano de 1958, na escola Reunidas Rurais.

Quadro 05. Instituições escolares instaladas em Rio Brillante entre as décadas de 1920 e 1990.

| Instituições | Ano de Instalação | Nível | Natureza | Origem | Regime de ensino |
|--|--------------------|-----------------------------------|------------|-----------------------|--|
| Escola Etelvina Vasconcelos | Possivelmente 1928 | Ensino primário | Indefinida | Indefinida | Educação Feminina |
| “Escola da Aroeira” | Possivelmente 1936 | Ensino primário | Indefinida | Indefinida | Escola mista |
| Escola Reunidas Mistas n° 2 ¹³ | 1945 | Indefinido | Pública | Não confessional | Escola mista |
| Escola “21 de Abril” | 1946 | Indefinido | Particular | Não confessional | Escola mista (em regime de internato) |
| Escola Paroquial ¹⁴ | 1942 | Ensino primário | Privada | Confessional católica | Educação feminina |
| Escola Municipal Rural de 1º Grau Martinho Barbosa Martins | 1952 | Ensino primário | Pública | Não confessional | Educação mista |
| Escola Tiradentes | Possivelmente 1956 | Indefinido | Pública | Indefinida | Indefinido |
| Seminário Santo Antônio | 1959 | Ensino primário | Privada | Confessional Católica | Educação masculina (em regime de internato/ externato) |
| Colégio Comercial Tecnicontábil de Rio Brillante ¹⁵ | 1969 | Ensino técnico profissionalizante | Pública | Não Confessional | Educação mista |
| Ginásio Estadual de Rio Brillante ¹⁶ | 1962 | Ensino primário e secundário | Pública | Não confessional | Educação mista |
| Escola Tarso Dutra ¹⁷ | 1969 | Indefinido | Pública | Não confessional | Indefinido |
| Centro Educacional Etalvíio Pereira Martins ¹⁸ | 1969 | Ensino primário | Pública | Não confessional | Educação mista |
| Escola Normal Etelvina de Vasconcelos | 1970 | Primário/ Secundário | Pública | Não confessional | Indefinido |
| Escola Estadual de 1º e 2º Graus Lígia Terezinha Martins | 1987 | Pré-escola a Ensino secundário | Pública | Não confessional | Educação mista |
| Escola de 1º Grau Branca de Neve | 1989 | Maternal a Ensino Primário | Particular | Não confessional | Educação mista |
| Colégio Objetivo | 1989 | Pré-escola a Ensino Secundário | Particular | Não confessional | Educação mista |
| Centro Educacional Criança Esperança I ¹⁹ | 1990 | Maternal ao ensino primário | Pública | Não confessional | Educação mista |
| Escola Municipal de 1º Grau Euclides da Cunha | 1990 | Primário | Pública | Não confessional | Educação mista |

¹³ Em 1949 a escola Reunidas Mistas passa a ser denominada “Escola Reunidas Francisco Cardoso”. Em 1961 é elevada a “Grupo Escolar Francisco Cardoso”.

¹⁴ É fechada em 1943. Reabre em 1948 como escola Paroquial São Francisco. Em 1951 passa a ser escola Paroquial Municipal São Francisco. Em 1961, com a chegada das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, passa a ser “Patronato de menores São Francisco”.

¹⁵ Em 1971 passa a ser Escola Municipal de 1º e 2º Graus Sidney Coelho Nogueira.

¹⁶ Atualmente, Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa.

¹⁷ Hoje, Escola Municipal Rio Brillante.

¹⁸ Em 1984 passa a ofertar 2º grau. Denomina-se “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Etalvíio Pereira Martins”. E, desde 1998, denomina-se “Escola Estadual Etalvíio Pereira Martins”.

¹⁹ Atualmente, atende da Pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Fonte: Facholli e Doerzbacher (1991); Knob (1988); Lei n°. 716 de 1990 de Rio Brilhante; Histórico da Escola Etalívio Pereira Martins.

Este quadro foi feito com base na limitada literatura educacional disponível sobre a cidade de Rio Brilhante. Certamente, há outras escolas e trajetórias institucionais. No entanto, para definir precisamente as características e especificidades do cenário educacional rio brilhantense, bem como a história de cada instituição educacional, entre as décadas de 1920 a 1990, impõe-se estudos mais aprofundados e profícuos a respeito. Fica registrado por ora, o esforço e a necessidade de realizar essa operação.

2.8.1. Cenário Educacional a partir da década de 1960

Em 1961 chegaram as Irmãzinhas da Imaculada Conceição em Rio Brilhante e começam a dirigir a instituição educacional Escola Paroquial São Francisco, passando a denominá-la “Patronato de Menores São Francisco”, a qual funcionava neste tempo no Salão Paroquial da Igreja. Estas mesmas Irmãs são igualmente responsáveis pela abertura de uma escola rural para meninas.

Neste mesmo ano, foi fundada a Escola Tecnicontábil Rio Brilhante, que, a partir de 1971, passa a ser denominada Escola Municipal Sidney Coelho Nogueira. Importante mencionar também que a Escola Estadual Fernando Corrêa da Costa, que teve seu nome alterado em 18/09/1974 para Escola Estadual de 1º Grau Fernando Corrêa da Costa, antes era Ginásio Estadual de Rio Brilhante e foi fundada em 30/11/1962. Em 27 de fevereiro de 1986, esta instituição passou a ofertar o 2º Grau, denominando-se, a partir de então, “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Fernando Corrêa da Costa”. Com esta escola, o Seminário Santo Antônio firmou parcerias, as quais foram registradas na obra de Knob (1988) e em outras fontes, para que os alunos cursassem o 2º grau.

Facholli e Doerzbacher (1991, p. 104) discorrem sobre o surgimento do “Instituto Missionário Shekinak”, fundado em 1967, na cidade de Rio Brilhante, localizado na BR - Manoel da Costa Lima, quilômetro 211, pertencente à “Missão Novas Tribos do Brasil” – à época, esta instituição era a única do gênero, todavia, atualmente, já possui mais unidades similares espalhadas pelo país.

O Instituto destinava-se a preparar Missionários, de forma a receber líderes, alunos e professores das mais distintas comunidades evangélicas para uma especialização e um treinamento do trabalho missionário entre os povos indígenas, em especial, da região amazônica. A comunidade contava com várias famílias e jovens ali assentados, o que levou a prefeitura Municipal de Rio Brilhante a abrir uma Escola Municipal chamada “Sala Shekinak”, para atender aos filhos dos Missionários. A Escola atendia de 1ª a 4ª série do 1º Grau.

A Escola Tarso Dutra, fundada em 27 de setembro de 1969, passou, em 30 de agosto de 1984, a ser conhecida com “Escola Municipal Rio Brilhante” (polo), existente até os dias atuais.

Em 15 de setembro de 1961, através do Decreto nº 209, a Escolas Reunidas Francisco Cardoso foi elevada a categoria de “Grupo Escolar Francisco Cardoso”. O estabelecimento teve como diretora professora Vilma Martins Vidal, que permaneceu no cargo até o ano de 1970. Ainda neste ano, o cargo de diretora pertenceu à professora Neiva Barbosa Espíndola, que permaneceu apenas um ano, sucedida pela Diretora Madalena Proença Leite, que ficou no cargo até maio de 1972. Em junho deste mesmo ano, sob direção da Senhora Maria Macedo Franco Pereira, foram encerradas as atividades do Grupo Escolar Francisco Cardoso.

No entanto, através do Decreto nº 419, em 1969, foi agregado ao Grupo Escolar Francisco Cardoso, o “Centro Educacional Etalívio Pereira Martins”. Este, por sua vez, prosseguiu atividades, apesar do encerramento do “Grupo escolar”.

O “Centro Educacional Etalívio Pereira Martins” tem, a partir de 1973, como “Supervisor Escolar” o professor Tarvo Ramos de Oliveira. Em 1974, o professor Tarvo é sucedido pelo professor Ludovico Adami, ex-professor do Seminário Santo Antônio. De 1975 a 1987, ocupa este cargo o professor Antonio Sérgio Caetano. Todavia, ressalta-se que, em 1984, integrou-se ao ensino o 1º e 2º graus, passando a instituição a ser denominada “Escola Estadual de 1º e 2º Graus Etalívio Pereira Martins”.

Na sequência, no dia 27 de maio de 1970, outra instituição educacional é originada através do Decreto nº 1.161, trata-se da Escola Normal “Etelvina de Vasconcelos”.

Facholli e Doerzbacher (1991) dão conta que mais recentemente surgiram as instituições educacionais: Escola Estadual Lígia Terezinha Martins, fundada em 1987 (atuante); Escola Branca de Neve (particular), fundada em 1989 (atuante); No prédio da Escola Municipal Profissionalizante de I e II Graus “Francisco Vidal”, funcionavam:

Escola Municipal Prefeito Sírio Borges, fundada em 1989 (atuante); Escola Objetivo (particular) fundada em 1989 (atuante); e Escola Municipal de 1º e 2º Graus Sidney Coelho Nogueira, que recebeu esta denominação a partir de 1977.

No “Centro Educacional Etalvívio Pereira Martins”, de 1987 a 1989, a Direção escolar ficou a cargo de Maria Inês Artacho Peres, também ex-professora do Seminário Santo Antônio. Em 1989, quem assumiu a Direção foi a professora Maria Luiza Bonini. Em 1992, com o Decreto nº 6.493, é autorizado na instituição o funcionamento da Educação Pré-escolar. Assim, esta instituição passou a ser renomeada “Escola Estadual de Pré-Escola 1º e 2º Graus Etalvívio Pereira Martins”. Em 1998, através do decreto nº 9.104, sua nova denominação foi “Escola Estadual Etalvívio Pereira Martins”, que permanece até os dias atuais.

Inicia-se em 1990 a criação dos “Centros Educacionais Municipais Criança Esperança”, em Rio Brilhante. Principiada pelo Centro Educacional Municipal Criança Esperança I, atualmente este projeto conta com seis unidades similares espalhadas na cidade.

De forma semelhante, a partir de 1990, as extensões da Escola Municipal de 1º Grau Rio Brilhante passam por mudanças. A sala “Euclides da Cunha”, localizada na zona Urbana do Distrito de Prudêncio Thomaz (Aroeira), passou a denominar-se “Escola Municipal de 1º Grau Euclides da Cunha” (em 1999, o nome alterou para “Escola Municipal Euclides da Cunha”). A sala Mário Corrêa, localizada também na zona urbana do mesmo Distrito, passou a ser “Escola Municipal de 1º Grau Mário Corrêa”.

É importante observar que, de acordo com a Lei nº 716 de 1990, a Escola Municipal Rural de 1º Grau Martinho Barbosa Martins, localizada na Vila Zuzu, possuía as seguintes extensões municipais rurais: Sala Lúcia Martins Coelho, situada na Fazenda Campana; Sala modelo, situada na Fazenda Saltinho; Sala Santo Antônio, situada na Fazenda Capão Alto; Sala Tiradentes, situada na Fazenda Boa Esperança; Sala São José, situada na Fazenda Belas Artes; Sala 3M, situada na Fazenda 3M; Sala Duair Barcellos, situada na Fazenda Alvorada; Sala Ilivino José de Souza, situada na Fazenda Boa Vista; Sala José de Anchieta, situada na Fazenda Jauru; Sala Santa Inês, situada na Fazenda Bela Vista; Sala Garrastazu Mediei, situada na Fazenda Paloma; Sala de Emergência PAM, situada na destilaria Rio Brilhante; Sala Mônica Pedrossian Coelho, situada na Fazenda São Domingos; Sala Carlos Barbosa Martins, situada na Fazenda Suez; Sala Jair Serra, situada na Fazenda Rincão D’Antinha; Sala Prefeito

Teofanes, situada na Fazenda Mimoso; Sala Trajano Roberto Ferreira, situada na Fazenda Esperançinha; Sala Shekinah, situada no Instituto Linguístico Shekinah; Sala Nogueira Coelho, situada na Fazenda Casa do Caminho; e Sala Arthur Tavares de Mello, situada na Fazenda Passa Tempo.

Em 1991 foi criada a Escola Agrotécnica Professor Oacir Vidal, atuante até os dias atuais, que serve de Polo para Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO III

O SEMINÁRIO FRANCISCANO DE RIO BRILHANTE Criação, perfil de funcionamento e processo educativo do seminário/escola

[...] poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização).

(Dominique Julia, 1995, p.10).

Ninguém está neste mundo só para enfeite. Todos somos agentes na construção do mundo.

(Livros de Crônicas, 1977, fl.24).

Neste capítulo, ancorada nas reflexões de Magalhães (1999, p.70), é feita uma análise das bases históricas do Seminário/Escola de Rio Brilhante – MS, enquanto instituição educativa, abarcando tanto as estruturas abertas ao exterior, como também, os organismos e os lócus humanos, em suas relações de poder e articulação interna. Procurou-se, para além da relação espaço/tempo, ou religião, por exemplo, considerar a cultura como correia emissora ou transmissora de códigos, comportamentos, realizações, matérias, costumes, trocas de experiências, normas e *habitus* reproduzidos ao longo dos anos.

Este procedimento de análise, tão bem definido por Julia (1994, p. 11), permite ao pesquisador explicar a apropriação de distintas práticas culturais para a compreensão mais ampla do universo da instituição educativa. Por isso a necessidade de se considerar as normas e os objetivos da instituição, os conteúdos ensinados, conforme sugere Julia em seu artigo “A Cultura Escolar como objeto histórico”:

[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. [...] Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 1994, p.11).

Para conferir identidade histórica de uma instituição, impõe-se a necessidade de eleger algumas categorias de análises capazes de assegurar certa representatividade, como formas de pensamentos e de ações, ou ainda, modos de pensar e de agir no interior da comunidade local. Trata-se de *habitus* e habilidades, adquiridos a partir de processos formais de escolarização, desenvolvidos em sala de aula, em pátios de recreio ou a partir daqueles trazidos das culturas familiares, como também, do universo social externo às populações escolares (Cf. JULIA, 1995, p. 11). Assim, categorias tais como alunos, professores e agentes administrativos, vinculam-se a outras categorias, como é o caso do espaço escolar, do cotidiano escolar, entre outras.

No caso do Seminário Franciscano de Rio Brilhante, procurou-se antever a inter-relação entre a população interna e a comunidade envolvente (agentes externos). Esse aspecto pode ser retirado dos dados relativos à movimentação dos agentes sociais na escola, aos critérios de acesso, à origem histórica e geográfica, à forma de recrutamento,

entre outras. Como parte dessa discussão, faz-se necessário identificar o cenário socioeconômico, político e cultural do país, da região e da cidade, desde a sua criação – na qual, em grande parte, foi constituída pelo pensamento e ações dos agentes dominantes: elites agrárias e classes médias, as quais ainda estão fortemente marcadas pela ideologia cívico-nacionalista e positivista.

Este processo visou cumprir o objetivo desta pesquisa de trazer à lume a gênese e perfil de funcionamento do Seminário Santo Antônio, confirmando, ou não, a hipótese apontada na introdução desta dissertação. Almejou-se, a partir de um apoio teórico levantado, abordar este espaço, enquanto lugar específico para aprendizagem; descrever as características e especificidades do local, na busca de compreender o cotidiano dos Seminaristas que por ali se movimentaram.

Para constituir este capítulo, foi selecionado e elegido algumas categorias de análises, as quais são sugeridas por: Gatti Junior (2002, p. 3-24), Gatti Junior e Pessanha (2005, p.71-90), Buffa e Nosella (2005, p. 366), Magalhães (1996; 1998; 2004). E, nesse sentido, foi possível organizar os roteiros, os itinerários e/ou procedimentos investigativos capazes de alcançar os vários agentes envolvidos no processo educativo e na conformação da instituição franciscana em análise. Tais procedimentos podem dar conta de elucidar o processo educativo e conformação sócio cultural do Seminário/escola, entre outros aspectos: origem social da instituição (criação, perfil de funcionamento); aspectos ligados ao tempo (turnos de funcionamento; calendário, horário, agendas; normas); pessoal administrativo: diretores, inspetores, outros; saberes, viveres, fazeres e experiências: conteúdos escolares; vivências cotidianas; cultura escolar; materiais escolares (manuais, recursos/equipamentos); a instituição e a cidade (organização econômica, política e cultural da instituição); ações e relações externas da instituição (cidade, região, país, mundo).

Para compreender mais profundamente o contexto rio brilhantense, no que diz respeito à época em que os Franciscanos chegaram à região “Entre Rios” até dar início à construção do Seminário Franciscano de Rio Brilhante, foram utilizados como suporte empírico alguns materiais produzidos pela Igreja (Livro de Tombo da Paróquia Divino Espírito Santo); alguns livros de Memórias (KNOB, 1988) e (FACHOLLI; DOERZBACHER, 1991); como também, recorreu-se à documentação oficial (Regimento Interno do Seminário) e às matérias do Jornal *O Progresso*.

O Livro de Tombo e a narrativa de Pedro Knob (1988) dão conta de que, ao chegarem à nova paróquia, os Missionários já deram abertura a este livro-documento, o que denota a importância dos registros para a Ordem. A paróquia de Rio Brillhante foi a primeira assumida pelos Franciscanos da Turíngia em Mato Grosso e se tornou a primeira residência da Missão Franciscana no referido Estado.

Uma primeira informação registrada no Livro de Tombo (vol. 1, p.3) refere-se à realização de um inventário arrolando tudo o que foi encontrado pelos Freis nas dependências da Igreja - uma velha capela de madeira construída em 1906. Ou seja, o suporte material se configurava como ponto principal de partida das atividades missionárias em “Entre Rios”.

O Livro de Tombo (fl.5) traz ainda registros de casamentos realizados, batismos e confirmações. Cabe esclarecer que, assim como os batismos e casamentos, as confirmações se constituíam em cerimônia religiosa associada ao batismo, as quais são comumente conhecidas como crisma. A Igreja Católica passava a crença de que a confirmação confere a graça do Espírito Santo às pessoas batizadas. Em suma, nesta cerimônia de confirmação, a pessoa batizada fazia a renovação e a confirmação às promessas feitas por ela no batismo.

O objetivo de análise que compõe este capítulo é de reunir os aspectos organizacionais da unidade institucional e delinear seu o perfil de funcionamento, lançando luz, ainda que tênue, nesta aproximação de grande porte, sobre os saberes, viveres, experiências e a cultura das práticas cotidianas tecidas por agentes sociais que ali se movimentaram.

3.1. Vivências cotidianas em “Entre Rios”

Entre os anos de 1959 e 1961, os relatórios paroquianos de Entre Rios (Rio Brillhante) davam conta de que havia cerca de 8 mil e trezentos habitantes na diocese, sendo cerca de 7 mil e oitocentos católicos e 500 não católicos (LIVRO DE TOMBO, fl. 33).

Diante desses dados, era natural que no mês de maio fosse intensa a participação dos fiéis na Festa de *Corpus Christi*, que tinha como atividade além da missa, uma procissão solene; a qual contava com a participação de alunos de diversas escolas e outros agentes da comunidade rio-brilhantense. O Santíssimo Sacramento da Eucaristia, acompanhado de Diácono e Subdiácono, tinha um cortejo constituído por coroinhas e

grupo de anjinhos. Tratava-se de um dia especial para os moradores locais, pois este era o momento escolhido para a realização da Primeira Comunhão de grupos de crianças estimados com mais de cem participantes. Preparava-se para esse fim aulas contínuas de catecismos em todas as escolas e, três vezes por semana, nas dependências da Igreja, no decurso de dois meses.

No mês de junho, o padre Vigário Barnabé preparava a comunidade para a Festa do Senhor Divino na Capela Aroeira. Seguia continuamente as aulas de catecismo, nas diversas escolas, para realização de nova turma para Primeira Comunhão. A celebração dessa data cristã envolvia toda a comunidade, a qual acompanhava pregações, procissões e novenas. No mês de julho, celebrava-se a festa do Divino Espírito Santo, na Matriz da cidade de Rio Brilhante:

Festa do Senhor Divino na Aroeira. Nos primeiros dias de julho realizou-se a tradicional festa na vila Aroeira. [...] Domingo na grande Procissão tocava a banda de Música do nosso Seminário.

Festa do Rio Brilhante. A festa deste ano foi quase completamente organizado do vigário mesmo. Com o auxílio de algumas boas famílias realizou-se a festa no salão paroquial e no quintal da escola. A festa tinha um bom efeito e venceu contra muitas dificuldades. Um grupo dos homens da alta sociedade queria com força a festa transferir no salão do cinema D. Sr. Reinaldino, que o vigário não concedeu, eles queriam depois a festa boicotar mais sem efeito (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls.11-114).

Nessas preparações, nos registros constantes no Livro de Tombo da Paróquia, havia promoções beneficentes organizadas pela “vontade do povo e pela iniciativa do festeiro”, com o objetivo de arrecadar recursos destinados a conclusão de obras, como a construção do hospital local. A Igreja, segundo os registros paroquianos, recebia apenas “uma porcentagem anteriormente combinada com o festeiro”. Em um trecho do relator, do Livro de Tombo (vol. 1, fl. 123), havia a informação de que “de todas as festas principais, isto é, do Padroeiro da Matriz e das Capelas, revertem à Cúria, para o seminário, 5% da renda líquida”.

Na mesma folha, mais adiante, observa-se também alguns momentos de tensão e conflito entre Igreja e outros segmentos dominantes por espaço de influência na localidade: “homens da ‘alta sociedade’ queria com força a festa transferir no salão do cinema”.

Eventos concernente a visitas pastorais e festas religiosas eram motivos de grande movimentação, envolvendo missa, crismas e “farto” almoço para homenagear os visitantes:

Visita pastoral de 30 de agosto ao dia 4 de setembro, chegou a V. Excia Revma Don José de Aquino Pereira Bispo Diocesano de Dourados a esta paróquia de Rio Brilhante para fazer a Visita pastoral. O Sr Bispo foi recebido por todo povo de Rio Brilhante em frente da escola paroquial. [...] A noite na reza e fez as crismas dos leigos. Foi oferecido pela Prefeitura um farto almoço em homenagem a V Excia. Revma (LIVRO DE TOMBO, 4/8/1959, fls. 93-94).

Para estimular jovens e adultos à oração, missa e comunhão frequente, a Igreja fundou em “Entre Rios” a Cruzada Eucarística:

No dia 29 de agosto, depois da segunda Missa dominical foi fundada a Cruzada Eucarística para as crianças. [...] . O vigário F. Barnabe Geissnes explicou as crianças as obrigações principais das Cruzadas que são, oração diária, missa dominical e comunhão e reunião mensal. Em seguida receberam doze minutos e vinte e oito meninas a fita amarela da Cruzada (LIVRO DE TOMBO, 1959, fls. 95-96).

A Cruzada Eucarística era uma seção do Apostolado da Oração, fundada pelo Padre Antônio, com objetivo de agregar crianças e jovens a este movimento. Um registro importante se refere ao ensino de música como importante estratégia/prática utilizada pela Igreja no sentido fortalecer os Congregados Marianos: “O Efeito foi muito bem e em seguida foi fundada a banda de música da Nossa Senhora da Aparecida. Em pouco tempo eles já começaram a tocar em público e sustentar a vida religiosa na igreja” (LIVRO DE TOMBO, 1959, fl. 98).

No entanto, expressa-se no discurso paroquiano o sentimento de frustração em relação a pequena participação da comunidade em eventos cruciais para a Igreja, no que tange ao engajamento e ao fortalecimento da ordem na região. Eis um trecho do Livro de Tombo da Paróquia que exprime o desapontamento dos Frades:

Aqui apareceu mais uma vez um fato triste na paróquia. Quando tem tempo com chuva a maior parte dos católicos não vem na missa, também nas festas maiores do ano eclesial. Mas quando tem o mesmo dia um baile falta ninguém. Assim aconteceu também no dia Páscoa. A tarde tinha no salão azul um baile de luxo da alta sociedade com modas modernas. Também na Aroeira não foi muito interesse para a festa de Páscoa. O povo estava dançando na Escola Municipal e só uma parte veio para assistir a Missa da Festa. Estes fatos

demonstram de novo, quantos sacrifícios e orações são preciso para ganhar só um pequeno efeito (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl.98).

Ano após ano foram apontados no Livro de Tombo o queixume dos párocos quanto à fraca participação dos fiéis nos eventos religiosos, sobretudo, quando das ocorrências de intempéries, a despeito da intensa participação de moradores em reuniões e práticas “desregradas”:

Infelizmente que sempre também o ‘diabo’ toma parte das festas. A noite [Sexta Feira Santa] apareceu de novo quanto paganismo também depois de muitos anos de cristianismo tem leigos na alma desta gente. A noite celebrava a rapaziada o dia da morte de Nosso Senhor. Em muitas partes da cidade fizeram rapazes prejuízo e assustaram o povo pacífico com barulho e ofensas. Infelizmente começou já a tarde chuva. À noite, na hora da Liturgia Solene choveu bastante. Por isso os padres junto com os alunos do nosso seminário, celebravam Liturgia pascal, e a Missa de Alleluja sosinho (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fls.103-104).

A indisciplina ao código de postura pode ser entendida como falta da interiorização das tradições religiosas, ainda que de forma insciente. No fragmento acima, ficou registrada a celebração da Liturgia Pascal e da Missa de Aleluia “sosinho”, com apenas a presença dos padres e alunos do Seminário. Isto, portanto, era motivo de desapontamento dos membros da Igreja. Em outros trechos das narrativas do Livro de Tombo, inclusive concernente ao ano posterior ao surgimento do Seminário (1960), consta o fraco envolvimento da comunidade nos assuntos da Igreja, em detrimento às campanhas de cunho político reinantes:

O vigário fez suas viagens de desobriga mais várias vezes com pouco efeito. Especialmente as fazendas em perto de Rio Brilhante e para cá da Vacaria tinham pouco movimento e mostravam muitas vezes pouco interesse religioso. Nestes meses levou o vigário também a bandeira do Senhor Divino para fazer campanha da Festa. O efeito foi pouco. A política e a campanha eleitoral ocupam a gente muito (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl. 107).

Em Bourdieu (1972) aprendemos que o *habitus* regula a mediação indivíduo/sociedade, ou melhor, o *habitus* pode ser entendido como “aptidão que têm os agentes de se orientarem espontaneamente no espaço social e a reagir de modo mais ou menos adaptado aos acontecimentos e situações” (BOURDIEU, 1972, p.178). Maria

Helena Bueno Trigo ilumina as reflexões teóricas a respeito e ajuda na compreensão do universo social do objeto que ora analisamos:

A formação do *habitus* dá-se pela interiorização dos determinismos sociais. A medida que se repetem as experiências pontuais e concretas, acumulam-se e estruturam-se em disposições gerais. Agentes de um mesmo segmento social, vivendo em mesmas condições de vida, tendem a incorporar as mesmas disposições que, ao se interiorizarem, transforma-se em verdadeiros traços de personalidade, vale dizer, em uma segunda natureza, profunda e durável (TRIGO, 1998, p. 46).

Trigo (2008, p. 46) esclarece que *habitus* em Bourdieu se refere a “um sistema de disposições socialmente construído e salienta a condição de agente do sujeito social”. Entende-se, a partir desse referencial, o porquê da persistência em práticas consideradas relevantes para a consolidação na Ordem no espaço social de “Entre Rios”.

A repetição de ritos, valores, visão de mundo objetivava a conformação das ações, pensamentos e percepção de agentes ali envolvidos e se traduzia como meta de unidade e consolidação da Ordem/Igreja na região. E, assim, a Igreja seguia seu curso. Para obter sucesso em seus propósitos, realizava-se ao longo do ano atividades preparatórias (catequese) para primeira Comunhão, ou nas escolas ou na Igreja. Nas principais datas religiosas ocorriam a celebração da primeira vez que a criança cristã recebia o Corpo e o Sangue de Cristo. Depois da missa, oferecia-se uma farta refeição no salão paroquial reunindo família, autoridades, membros de outras paróquias e fiéis de localidades circunvizinhas.

Acontecimentos, tais como o início de funcionamento do novo hospital de Rio Brillante (maio/1960) e a visitas de possíveis Missionários para auxiliar a Missão na localidade eram motivos animadores e dignos de registros:

Na primeira semana de mês de Maio tinha a paróquia uma surpresa alegre. Chegaram duas Irmãs da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, Irma Edeltrudes, Irma Rogéria Ines. As Irmãs ficaram 1 dia aqui e visitaram nossa Escola paroquial e varias famílias. As Irmãs gostaram de nossa casa e de nossa escola. Sairam com a promessa no Capítulo fazer tudo o que possível para mandar Irmãs para cá. Depois dos 15 anos uma esperança (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl. 110).

O Livro de Tombo traz muitas informações sobre os tropeços vivenciados pela Missão nos primeiros anos de funcionamento do Seminário Santo Antonio:

O mês de setembro trouxe varias dificuldades e trabalhos, por causa da morte imprevista da Professora D. Ernestina (ela morreu no Dourado no parto) ficou uma vaga na escola. O vigário mesmo lecionava em todas as classes e tinha pouco tempo para outras coisas. Também por causas politicas não chegou a Verba e o dinheiro faltava. Por isso não saiu a construção de futura residência de Irmãs (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl. 108).

Falta de docentes e de recursos financeiros se traduziam em grandes preocupações para o desenvolvimento do projeto franciscano, sobretudo no que diz respeito à manutenção da Escola Paroquial. Observe-se que a morte da Professora Ernestina fez muita falta ao projeto educacional na região, conforme evidenciado neste fragmento dos registros da Paróquia: “Era quase impossível achar uma boa professora. (...) Frei Barnabé Geissner deu êle mesmo o maior numero de aulas. A melhor solução: achar Irmãs para dirigir esta escola. Mas onde achar?” (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl.124).

Além dessas carências, a chegada de imigrantes na região implicava no aumento de demanda de vagas na escola, mas era também um estímulo para a movimentação da Igreja no sentido de ampliar o número de fiéis:

Na zona de aldeia um fazendeiro de fora trouxe muita gente de Pernambuco para fazer lavoura. O vigário achou um bom espirito religioso e visitou eles depois sempre no 2º Domingo do mês e foi sempre bem recebido. Todos comungaram e confessaram. Umas 40 pessoas! (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fl. 118).

Por tradição e costumes, a Igreja realizou no dia 20 de novembro de 1960 a celebração do Jubileu de Prata da fundação da Paróquia de Rio Brillhante, comemorada com missa, procissão com andores e música, com participação da banda do Seminário. Algumas fazendas participaram ativamente desses acontecimentos. No caso do Jubileu, houve a participação da fazenda Belas Artes, onde ocorreu celebração de Primeira Comunhão, preparada pelos ensinamentos de D. Loleta. Outro motivo de satisfação ocorrido no mês do Jubileu foi o encerramento do ano escolar da Escola Paroquial com 50 alunos.

No ano de 1961 o Livro de Tombo registrou o total de 6.825 habitantes para Rio Brillhante. Era início do ano quando a Cúria Diocesana recebeu duas importantes provisões (obrigações ou designações):

1º) O Sr. Bispo Dom Carlos Schmitt nomeou o Frei Eucário Schmitt, Vigário Cooperador da paróquia de Rio Brilhante. A provisão é válida até o dia 31 de janeiro de 1962; 2º) igualmente o Sr. Bispo nomeou o Frei Eucário Schmitt O.F.M, pároco em caráter interino da paróquia de Rio Brilhante (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fls. 119-123).

Tratava-se, pois, de uma provisão com validade de 60 dias.

Com muita dificuldade, os Frades mantiveram a Escola Paroquial. Para tanto, a saída encontrada para este feito era a vinda das Irmãs franciscanas para a “terra de missão”. Finalmente, no início do ano de 1961, chegou a notícia trazida pelo Frei Leandro de que as Casas das Irmãs da Imaculada de São Paulo (Vice-Província em Ipiranga, SP) e de Mato Grosso (abarcava as cidades de Diamantina, Cuiabá, Rosário do Oeste) tinham interesse em fundar mais casas.

A partir dessa notícia, os Frades de Rio Brilhante escreveram para a Irmã Provincial e ela realizou visita à localidade, prometendo enviar três Irmãs. Em um primeiro momento, o pedido não obteve sucesso, pois a Madre Superiora Geral avisou ao Padre Delegado que só podia autorizar a vinda das irmãs para o ano de 1962. No entanto, o P. Delegado, não satisfeito com a negativa da Madre, dirigiu-se à Santa Catarina para conversar mais uma vez com a Madre. Assim, em quinze dias, organizaram a casa do Colégio Santo Antonio para receber as irmãs.

[...] No dia 25 de março tudo estava pronto para recepção das Irmãs [...] Chegou no dia 27 de fevereiro a Madre Superiora Geral trazendo uma irmã, no dia seguinte chegou a segunda Irma, que será a Diretora da escola paroquial. Dentro de quinze dias as irmãs matricularam 130 crianças (LIVRO DE TOMBO, vol. 1, fls. 125-126).

Na Semana Santa daquele ano (1961), os padres participaram em Dourados da Missa do Santo Crisma e da Missa Solene já cantada pelos Seminaristas, com assistência da comunidade regional. Em maio de 1961, o Bispo Dom Carlos Schmitt, nomeou Frei Eucário Schmitt, vigário da paróquia de Rio Brilhante. No mês de maio, foi feita a Primeira Comunhão com participação de 63 crianças e desta vez, preparadas pelo Colégio das Irmãs (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl. 133).

3.2. Colégio Santo Antônio, um Seminário-escola:

Até 1960, o sistema educacional brasileiro se caracterizava por um modelo centralizado de poder, o qual pautava todos os Estados e Municípios da federação. O

Colégio Santo Antônio foi criado nesse cenário, às vésperas da aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/ Lei 4.024), em 1961. Momento em que os órgãos Estaduais e Municipais ganharam oficialmente mais autonomia, diminuindo a centralização do MEC.

Do ponto de vista político, até 1960 dois grupos antagônicos disputavam a essência filosófica do que seria a LDB. De um lado, estava um grupo de esquerda que defendia a educação com dever do Estado, partindo do princípio de que cabia a este a preparação do indivíduo para o bem da sociedade. Neste princípio, cabia ao Estado a obrigação com ônus completo para a educação e, para o ensino privado, seria apenas uma “concessão do poder público.

Em contrapartida, do outro lado, estava um grupo de perfil liberalista, formado por partidos de centro e de direita, os quais sustentavam que o indivíduo detinha direitos naturais, não cabendo ao Estado assegurá-los ou negá-los, porém, respeitá-los. Por este princípio, a educação devia ser um dever econômico da família, assentando seus filhos em escolas particulares. Nesse caso, as funções do Estado se limitavam a gerir as diretrizes do sistema educacional e, por meio de bolsas, assegurar o acesso às escolas particulares para indivíduos de famílias de baixa renda.

A LDB n. 4.024, publicada em 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart, seguiu a tendência dos liberalistas. Dessa forma, inicia-se neste momento a descentralização do ensino, regulamentando os Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação. Este último Conselho é regulamento com vinte e quatro membros (art. 8 e 9) e possui as seguintes características: garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação (art. 92); dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 93 e 95); obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário (art. 30); formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginásial ou colegial (art. 52 e 53); formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior (art. 59); ano letivo de 180 dias (art. 72); ensino religioso facultativo (art. 97); permissão para a ensino experimental (art. 104).

3.2.1 Organização da instituição educativa

O ano de 1959, além de marcar o início da construção física do Seminário Franciscano de Rio Brillhante, assinala o momento em que foram realizadas as primeiras

matrículas dos meninos que viriam fazer parte da referida instituição, a partir do ano consecutivo.

Importa destacar que o Seminário era uma instituição dedicada à formação de candidatos ao ministério sagrado e os estudantes ali engajados recebiam preparação cultural (Filosofia e Teologia) e espiritual. Cabia aos Frades franciscanos a incumbência de executar a pedido ou, por ordem da Igreja, proporcionar essa formação. No entanto, a formação educacional devia atender às normas determinadas pelo Ministério da Educação.

Vejamos o que diz uma carta de Frei Hermano Hartmann, Pe Superior da Missão Franciscana, dirigida ao Vigário da cidade de Rio Brillhante:

Rio Brillhante, 10 de agosto de 1975

Prezado Sr. Vigário

Paz e Bem.

Após um estudo feito pela direção do Seminário Sto. Antônio, pelo Pe. Superior da Missão Franciscana, e Vice- provincial da Província da Imaculada Conceição de S. Paulo, sobre a capacidade do prédio, sua manutenção, e sobre a formação dos seminaristas, pareceu-lhes por bem comunicar-lhe o seguinte.

a) O seminário de Rio Brillhante é seminário Franciscano, orientado, por enquanto, por educadores da Província da Imaculada Conceição, com sede em São Paulo. Assim sendo, seguir-se-á a orientação dos seminários da mencionada Província, mormente, no que diz respeito à formação cristã-religiosa-franciscana.

b) O seminário Sto. Antônio comporta cerca de 85 alunos. A preferência será dada aos seminaristas da Missão Franciscana. Em seguida atender-se-á à Diocese de Dourados, Dioceses vizinhas, e por fim, às Congregações Religiosas.

c) No seminário funcionará, por tempo indeterminado, somente o primeiro grau de 5º à 8º séries. O segundo grau, os seminaristas da Missão Franciscana o farão em Agudos, no estado de S. Paulo.

Os. Srs. Bispos, bem como as Congregações Religiosas, deverão providenciar o segundo grau para seus seminaristas.

d) Nossos seminaristas estudarão, por hora, na Escola Estadual “Fernando Correa Costa” de Rio Brillhante. Porém, continuarão recebendo, em casa, aulas supletivas de certas matérias, e principalmente formação humano-cristã.

e) Os coordenadores da Missão Franciscana deverão indicar seus candidatos à direção do seminário, até fim de novembro. A partir de dezembro, atender-se-á aos demais interessados.

Com a graça de Deus, e sua ajuda, o seminário de Rio Brillhante recomeçou suas atividades, no início deste ano. Podemos lhe dizer, hoje com alegria, que funciona a contento. Todavia, continuamos contando com sua valiosa e indispensável colaboração, e oração, para que o seminário alcance seus objetivos esperados pela Igreja, no Mato Grosso.

Confiando que esta carta mereça toda sua atenção e compreensão, receba

Cordiais saudações
(Frei Hermano Hartmann da
Missão Franciscana)

Considera-se importante trazer a carta na íntegra, uma vez que o seu conteúdo registra as preocupações da Ordem com a formação educacional e com a formação cristã-religiosa-franciscana do Seminário. Ali consta as condições de funcionamento do Seminário e a parceria estabelecida com o poder Público Estadual.

O Art. 1 do Regimento Interno do Colégio Santo Antônio de Rio Brillhante/MT²⁰ dá conta de que este foi fundado em 1960 e desde início, dirigido pelos Frades franciscanos, enquanto estabelecimento de ensino, cuja finalidade era ministrar instrução e educação buscando a “formação da juventude de brasileiros e cristãos, dentro dos planos, leis e normas estabelecidas pela legislação federal e estadual em vigor”.

Sua organização devia ser regida pela legislação específica e pelo regimento interno, aprovado pela Secretaria de Educação de Mato Grosso, mantendo cursos de Admissão e Ginásial. Quanto ao ensino o educandário, deveria ministrar disciplinas obrigatórias, optativas e facultativas. No entanto, o parágrafo único do Regimento determinava que as disciplinas optativas e as facultativas deveriam ser estabelecidas pela Congregação dos Professores, mediante a proposta da Direção.

O Regimento Interno²¹ previa obrigatoriedade para prática de educação física até a idade de dezoito anos. No que se refere a formação cristã, moral e cívica do educando, deveria ser feita no contexto do processo educativo, permeada em todas as atividades e circunstâncias da vida escolar, salva na disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica.

De acordo com o Regulamento, o Curso Secundário do Colégio “Santo Antônio” se constituía no Curso de Admissão e de um ciclo, o Ginásial, com 4 anos de duração. No ciclo Ginásial, o Regimento propunha que fossem ministradas 9 disciplinas, apresentando uma ressalva a respeito das Práticas Educativas: “[...] era vedado ministra-la em cada série menos de cinco (5) nem mais de sete (7) disciplinas, das quais uma ou duas deveria ser optativa” (REGIMENTO, fl. 2). Além das disciplinas

²⁰ Regimento Interno do Colégio “Santo Antonio” de Rio Brillhante/MT, 21 de agosto de 1970.

²¹ O Regimento Interno foi organizado pelos gestores do Colégio Santo Antonio de Rio Brillhante/MT, com data de 21 de agosto de 1970. Consta que esse documento foi sujeito a modificações pela Direção, em conformidade com docentes do Estabelecimento, conforme conveniência administrativa e para o ensino. Qualquer alteração estava submetida à Entidade mantenedora e ao Ministério da Educação e Cultura.

obrigatórias, cabia ministrar o ensino de religião, em ambos os cursos (Admissão e Ginásial), com ênfase na Religião Católica Apostólica Romana. Um aspecto que mereceu atenção especial dos gestores do Colégio foi o ensino de português, uma vez que se referia aos aspectos culturais e artísticos, relacionados à formação e desenvolvimento da civilização brasileira.

3.2.2 Tempo Escolar

De suma importância para a dinâmica do espaço institucional, o tempo escolar definia a organização do currículo. Ali constava o quantitativo de horas destinadas aos professores de cada matéria em sala de aula, avaliações, cursos, feriados, férias, períodos, entre outros. O Seminário dispunha, via Regimento, da divisão do ano em dias letivos, das atividades extracurriculares, envolvendo campeonatos interclasses, festas cívicas e religiosas, atividades pedagógicas.

Cabia à direção do Seminário organizar o calendário escolar programado, não só para os dias letivos, como também, para fixar os feriados, festas religiosas e específicas do estabelecimento, comemorações internas e a data do encerramento do ano letivo. Durante o período letivo, o estabelecimento definia os seguintes feriados:

- a) Os domingos e dias santos de guarda;
- b) As datas Nacionais, Estaduais e Municipais (21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 27 de setembro);
- c) Os três últimos dias da semana santa e a segunda-feira de Páscoa;
- d) A festa de São Francisco d`Assis (4 de outubro)
- e) O dia do Diretor.

Um feriado não constante no Regimento se referia ao Onomástico aos Freis do Seminário. O feriado onomástico era um dos hábitos comemorados tradicionalmente pelos membros da Igreja e era tão importante quanto o dia de aniversário. O dia 30 de setembro era feriado em comemoração ao onomástico de Frei Miguel.

No Art. 11 do Regimento consta a organização dos cursos realizados, observando a duração de 180 dias no mínimo, para o período efetivo de trabalho escolar efetivo, não incluindo o tempo reservado às provas e exames, considerados obrigatórios. Também constava nesse Regimento o total de 24 horas de aulas semanais. O Regimento previa dois períodos de férias, a saber: a) de 30 de junho a 30 de julho; b) do término das provas finais ao reinício de atividades escolares.

No período de férias, seminaristas tinham também um programa promovido pelo Seminário. Tratava-se de um Retiro para alunos com participação de Pregadores

vindos de Agudos - SP, com destaque para o Frei Osvaldo Furlan OFM e o Frei Paulo Back OFM.

O Regimento também definia os horários de funcionamento de cada atividade. O horário era organizado pela Direção do Seminário antes da abertura dos cursos e a distribuição das disciplinas obedecia ao disposto na legislação vigente. As aulas tinham a duração de cinquenta minutos, respeitando os intervalos e o número de horas de trabalho do pessoal docente e do pessoal administrativo, estabelecido conforme legislação em vigor.

3.2.3. Curso de Admissão

A matrícula na primeira série do primeiro ciclo dependia da aprovação nos exames de Admissão. O educando devia ter onze anos completos ou alcançar esta idade no decorrer do ano letivo.

Os exames da Admissão eram compostos por provas escritas e oral de Português e provas escritas de Matemática, História do Brasil e Geografia, especialmente, do Brasil. Os exames de Admissão eram prestados perante Comissões examinadoras constituídas por professores devidamente registrados no MEC, designados pelo Diretor. Podia ser considerado habilitado o candidato que, nas provas de Português, obtivesse nota igual ou superior a cinco e, nas demais matérias, nota igual ou superior a quatro, contanto que a média aritmética fosse igual ou superior a cinco.

Para compreender a dinâmica do Curso de Admissão no Seminário Franciscano de Santo Antônio de Rio Brilhante/MT, foi lançado mão do Semanário de Classe/Admissão, referente ao Ano Escolar de 1968. Por esse documento, encontrado no acervo da Paróquia São Francisco de Assis /Campo Grande, foi verificado que no referido ano a classe era dirigida pela Diretora, a Irmã Rosalina Rodrigues. Como professores, o Curso contava com a Irmã Higina, o Frei Eucário, o Frei Miguel e o Frei Bernardo. No referido ano escolar, o Seminário tinha 14 alunos matriculados, conforme expressa o Quadro 06:

QUADRO 06. Ano Escolar do Seminário Santo Antonio de Rio Brilhante/1968
Diretora de Classe: Ven. Irmã Higinia/Irmã Rosalina Rodrigues

| Nome dos Alunos | Data de Nascimento | Anotações |
|------------------------------------|--------------------|-----------|
| 1. Aurelino Veiga da Silva | 30/10/1951 | - |
| 2. Ademir Teixeira Braga | 17/10/1954 | - |
| 3. Carlos Roberto Sonsin | 24/5/1956 | - |
| 4. Cícero R. Oliveira | 31/5/1956 | - |
| 5. Elídio Pereira da Silva | 28/8/1953 | - |
| 6. Eduardo Cassimiro de Anunciação | 2/3/1953 | - |
| 7. Hildebrando Meneses de Almeida | 10/10/1957 | - |
| 8. João Martins Filho | 13/6/1956 | - |
| 9. João Manoel Damásio | 28/5/1955 | - |
| 10. Leocliedes Martins Plens | 6/3/1953 | - |
| 11. Roldão Guimarães de Campo | 28/7/1958 | - |
| 12. Moacir Rodrigues da Silva | 8/11/1954 | - |
| 13. Antônio Pereira Amaral | 26/5/1955 | - |
| 14. Florisvaldo Domingues Ventura | 8/6/1956 | - |

Fonte: Semanário de Classe/Admissão. Acervo da Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

As atividades desenvolvidas no Curso de Admissão eram registradas diariamente, envolvendo as seguintes matérias: Português, Matemática, História, Geografia, Religião. Observa-se, pelo Semanário do 2º semestre de 1968, a presença de estudos bíblicos e catecismo, mas, segundo as orientações do Frei Bernardo no Curso de Admissão, não cabia mais do que duas aulas de Religião por semana. Esta formação era suprida em momentos de Retiro para alunos, ocorrendo nos feriados prolongados.

Figura 36: Distribuição das aulas do Curso de Admissão – Ano escolar/1968

D I S T R I B U I Ç Ã O D A S A U L A S
Ano escolar 1.968

1ª aula 7.30 h - 8.10 h
2ª aula 8.10 " - 8.50 "
3ª aula 8.50 " - 9.30 "
Recreio de 30 min.
4ª aula 10.00 h - 10.40 h
5ª aula 10.40 " - 11.20 "

| | II FEIRA | III FEIRA | IV FEIRA | V FEIRA | VI FEIRA | SÁBADO |
|--|----------|-----------|----------|---------|----------|----------|
| Admissão - Direção: Ven. Irmã Hígina | | | | | | |
| 1. | Relg. E | Relg. E | Relg. E | Relg. E | Relg. E | Relg. E |
| 2. | Port. I | Port. I | Port. I | Port. I | Port. I | Calc. M |
| 3. | Matm. I | Matm. I | Matm. I | Matm. I | Matm. I | Des. M |
| 4. | Geog. I | Hist. I | Ciêñ. I | Geog. I | Hist. I | Educ. L |
| 5. | Hist. I | Geog. I | Port. I | Ciêñ. I | Port. I | ifs. L |
| Primeira série - Direção: Frei Miguel | | | | | | |
| 1. | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Geog. M |
| 2. | Port. M | Port. M | Port. M | Port. M | Port. M | Ingl. E |
| 3. | Matm. J | Matm. J | Port. M | Matm. J | Matm. J | Des. M |
| 4. | Hist. B | Ciêñ. A | Hist. B | Ciêñ. A | Hist. B | Educa. L |
| 5. | Ingl. E | Ingl. E | Geog. M | Ingl. E | Geog. M | ifs. L |
| Segunda série - Direção: Prof. Jacir | | | | | | |
| 1. | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Relg. M | Ciêñ. B |
| 2. | Matm. J | Matm. J | Hist. E | Matm. J | Matm. J | Ingl. L |
| 3. | Port. A | Port. A | Lat. E | Port. A | Port. A | Geog. L |
| 4. | Hist. E | Ciêñ. B | Port. A | Ingl. L | Port. A | Hist. E |
| 5. | Geog. L | Ingl. L | Ingl. L | Geog. L | Lat. E | Lat. E |
| Terceira série - Direção: Prof. Adilvo | | | | | | |
| 1. | Ciêñ. B | Relg. B | Fran. J | Port. A | Relg. B | Lat. L |
| 2. | Lat. L | Ingl. E | Lat. L | Geog. L | Geog. L | Relg. B |
| 3. | Ingl. E | Geog. L | Hist. L | Hist. L | Hist. L | Ingl. E |
| 4. | Port. A | Matm. J | Ingl. E | Relg. B | Matm. J | Des. M |
| 5. | Fran. J | Port. A | Port. A | Matm. J | Port. A | Des. M |
| Quarta série - Direção: Frei Bernardo | | | | | | |
| 1. | Ciêñ. B | Relg. B | Relg. B | Lat. J | Relg. B | --- |
| 2. | --- | --- | Lat. J | --- | --- | --- |
| 3. | --- | --- | Fran. J | --- | --- | --- |
| 4. | Lat. J | --- | --- | Relg. B | --- | --- |
| 5. | --- | Fran. J | --- | --- | Lat. J | --- |

A T A R D E :

| | |
|---------------|------------------|
| IVª F: 16 h: | VIª F: Sábado |
| Educação fis. | 19 h: |
| IIª + IIIª s. | Canto 15 h: |
| 19 h: | orf. p. Canto |
| Canto orf. | Adm.+Iª. (todas) |
| Adm. + Iª s. | |

R.B., 25-II-1968
Fr. Bd.

Fonte: Semanário de Classe. Acervo “Rio Brillhante” da Paróquia São Francisco de Campo Grande/ MS.

Os estudos de desenho, ciências e atividades de caligrafia eram desenvolvidos no 2º semestre, juntamente com trabalhos manuais, canto e música. Nas aulas de canto, os alunos tinham os seguintes conteúdos: figuras de ritmo; leitura de notas e pausas; cantos folclóricos; claves musicais; práticas instrumentais; ensaio do Hino Nacional ou “hinos patrióticos”; ensaio das canções “Mamaezinha”, “Repiu-piu” e a “pulga e o percevejo”.

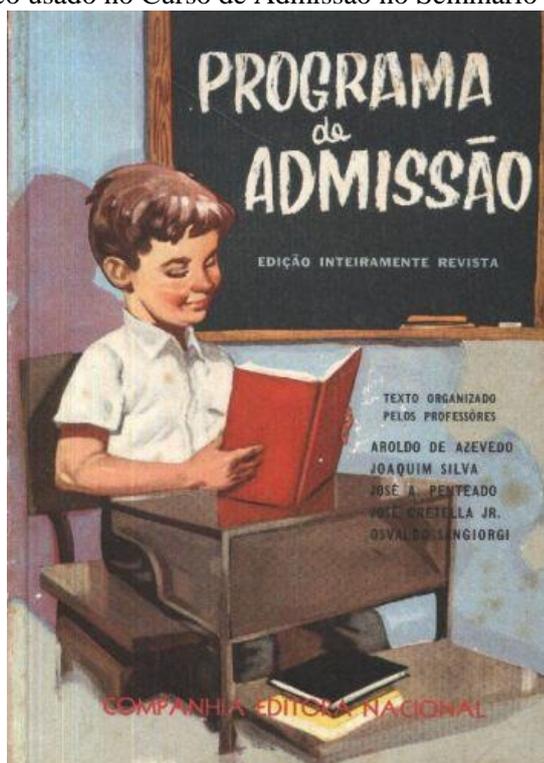
Nos trabalhos manuais, os alunos exercitavam algumas habilidades: jogos, pinturas, colagens, dobraduras de papel, molduras, recortes de peixe, pacotes, confecção de objetos com palhas de milho e lã; cachecol; tapetes para mesa, tapetes de lã, palhaços e flores de papel, capas de livros e cadernos. Estas atividades eram implementadas no 2º semestre.

No caso dos trabalhos manuais, cada aluno apresentava os objetos confeccionados como resultado. Por sua vez, para as aulas de canto, os alunos eram

arguidos ou participavam de ensaios de peças de banda. Nos Semanários constam também os vistos dos Frades ministrantes e da Diretora de classe.

Um livro que era usado no curso é o *Programa de Admissão*, organizado por Aroldo de Azevedo, Domingos Paschoal Cegalla, Joaquim Silva e Osvaldo Sangiorgi; publicado pela Editora Nacional, em 1959.

Figura 37: Livro didático usado no Curso de Admissão no Seminário de Rio Brilhante.



Fonte: Acervo iconográfico VALDEZ, 2017.

Do referido livro eram extraídas as questões dos exames de admissão ao Ginásio do Colégio Santo Antônio de Rio Brilhante. Além de matérias de Português, Geografia, História, Matemática, a obra incluía textos de autores brasileiros, tais como Olavo Bilac, Guilherme de Almeida, Martins Fontes, Oswald de Andrade, Rui Barbosa, entre outros.

A partir do ano de 1971, os Semanários traziam como obrigatória a matéria “Educação Moral e Cívica”²², com destaque para os seguintes conteúdos: obra da criação, valorização do trabalho do homem; respeito aos colegas; comportamento na

²² Esta disciplina passou a constar obrigatoriamente nos currículos escolares, em todos os níveis de ensino, a partir de 1969, com o Decreto-lei n.º 869. Trata-se de um forte traço imposto pela Ditadura militar que o país vivenciava.

sociedade: escola, recreio, rua, etc.; gratidão aos pais; respeito aos professores; bons hábitos: no lar, escola e trabalho; serviços públicos – poderes da República; símbolos do Brasil; Federação Brasileira; formação étnica brasileira; a Constituição da República; as leis – elaboração; patriotismo – deveres do cidadão; o trabalho – sua contribuição para o progresso nacional; os benefícios da instrução e da educação moral; o município de Rio Brilhante: sua área, sua população e limites.

3.2.4. Sobre matrículas e regime escolar

Apenas os alunos devidamente matriculados podiam frequentar as aulas do Seminário. A matrícula devia ser feita no prazo legal, mediante requerimento ao Diretor, firmada pelo responsável ou pelo próprio aluno, quando maior de 18 anos.

O prazo para a apresentação de requerimento à Secretaria, tanto de matrícula quanto para a sua renovação, era estipulado pelo Diretor em edital na Portaria, com a antecedência mínima de 15 dias. O referido Edital devia ser publicado na imprensa falada e escrita de maior circulação da localidade ou região. Aos alunos maiores de 17 anos, era exigida para a matrícula, ou para a sua renovação, a prova de quitação com o serviço militar.

Cada aluno devia receber, depois de matriculado, um documento de identidade escolar. Era permitida a saída do Seminarista em regime de internato mediante autorização da Diretoria. Quanto a frequência às aulas no Colégio “Santo Antônio”, esta era obrigatória. Só podia prestar exame final, em primeira época, o aluno que tivesse comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.

Também estava previsto no Regimento Interno do Seminário a questão do serviço militar, conforme trecho retirado deste documento: “Os alunos convocados para o serviço militar serão dispensados da frequência escolar, quando as faltas ocorrerem em virtude de obrigações decorrentes daquela situação”.

Era obrigatória a frequência às aulas de Educação Física e às de Religião. Como também, era terminantemente proibida qualquer atividade adversa aos trabalhos escolares.

Os alunos deveriam estar presentes antes do início da 1ª aula e as suas faltas eram registradas nos Diários de classe do professor. Em caso de falta coletiva dos

alunos, o professor devia fazer constar no Diário de classe que a matéria planejada para o dia seria apresentada, considerando-a como explicada.

Nenhum aluno poderia retirar-se da sala sem a autorização do professor. Não podiam se ausentar do Colégio, antes de terminar as aulas do dia, para a qual ação era realizada sempre com a permissão do Diretor dos estudos. E, nos casos em que essas regras eram contrariadas, o Regimento previa punição para o aluno infrator.

3.2.5. Acerca das Notas, Médias e Vida Escolar

Eram atribuídas notas graduadas, em números inteiros de 0 a 10 (zero a dez) aos trabalhos, às arguições, às provas e aos exames. O Regimento determinava, obrigatoriamente, a realização de provas escritas e notas mensais nos meses de abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro. Em caso de ausência injustificada, o professor tinha a possibilidade de atribuir nota zero ao aproveitamento do aluno. Conforme critério da Direção, poderia ser concedida segunda chamada das provas mensais.

Notas mensais, trabalhos executados e matérias ministradas eram lançadas pelo professor da turma na caderneta de aula. As provas mensais marcadas também eram responsabilidade dos professores, os quais deveriam agendar com no mínimo 48 horas de antecedência. Não era permitido que o aluno prestasse mais de duas provas mensais no mesmo dia.

Com objetivo de proporcionar aos pais ou responsáveis dos alunos seminaristas o conhecimento diário de suas atividades, a instituição dispunha de uma caderneta escolar, na qual eram realizadas os seguintes apontamentos: a) registros diários sobre presença do aluno; b) registro das notas mensais dos exercícios; c) notificação das infrações disciplinares e de faltas de cumprimento das obrigações escolares; d) lançamento da prova final e do resultado final.

Os artigos 36 e 37 do Regimento Interno encerra o conjunto de normas disciplinares do Seminário:

Os pedidos de retirada antecipada das aulas, salvo em casos de enfermidade, somente serão atendidos quando solicitados pelos pais ou responsáveis, por escrito ou mediante anotação na caderneta escolar do aluno. O aluno em atraso com seus pagamentos poderá, a juízo da Direção de estabelecimento, ser impedido de prestar as provas mensais ou a prova final (REGIMENTO INTERNO, 1970).

Em uma narrativa oral realizada no dia 5 de julho de 2016, o Frei Bernardo Dettling esclareceu que os meninos seminaristas engajados na instituição pagavam pela formação: “Muitos pais muitos pais, muitos pais eram colonos, simples... tinham que lutar naquele tempo no sítio e tudo e quase ninguém podia pagar o que devia pagar”. Consta nesse depoimento que se tratava de uma mensalidade considerada modesta pela instituição, mas que, no entanto, não impedia que a grande maioria fosse capaz de honrar o pagamento. A instituição, nesse sentido, contava com subsídios oriundos de recursos oferecidos pelos fiéis à Ordem Franciscana, da Província Franciscana da Turíngia, na Alemanha:

Nós tínhamos naquele tempo muito apoio da Alemanha, muito apoio dos católicos da Alemanha, senão, fosse impossível sustentar. Então tínhamos também uma chácara que ajudou, uma chácara em Itaporã que nos forneceu o arroz. O arroz e também a carne. Tínhamos criação de porcos, galinhas, esses mantimentos naturais, que tínhamos. Então uns pais pagaram até com frutos da chácara. Um eu me lembro, ainda ele perguntou se pode pagar com dois ovelhos (sic). Eu recebi duas ovelhas e, na Kombi, levei para casa duas ovelhas, foi muito interessante, mas foi um tempo muito bom.²³

As provas finais eram realizadas a partir da segunda quinzena de novembro do ano letivo, envolvendo provas escritas para todas as séries. Esta avaliação era oferecida pelo professor da turma (Diretor de classe) e levava-se em consideração as recomendações do Departamento, bem como, eram aplicadas em conformidade com os horários estabelecidos pela direção do Colégio. A prova escrita final tinha duração de 90 minutos e versava sobre toda matéria programada.

Depois de aplicadas, as provas escritas finais eram entregues devidamente corrigidas pelo professor, após cinco dias da data de sua realização.

Era permitida a revisão de prova final, quando requerida dentro de 48 horas, após a expedição dos resultados pela secretaria do Colégio. Em casos de deferimento do pedido, o Diretor devia encaminhar o requerimento com a prova ao professor que realizou a correção, para as devidas manifestações e pareceres. Dependendo do resultado da revisão (mantida ou alterada a nota) a prova era entregue ao Conselheiro escolar e a um professor registrado na Matéria.

A aprovação do aluno era calculada por média aritmética ponderada, atribuindo-se peso 7 às médias das notas mensais e o peso 3 à prova escrita final. Era considerado aprovado o aluno que obtivesse, em cada disciplina, média igual ou superior a 5. Ficava para realizar exame de primeira época os alunos que não lograssem aprovação em duas disciplinas, no máximo.

Quanto aos Exames de Segunda Época, podiam ser realizados mediante requerimento dirigido ao Diretor. No entanto, só era concedida a autorização à alunos que tivessem frequentado pelo menos 75% das aulas ministradas ao período previsto para a Segunda Época. Os pedidos para a realização desse exame deviam ser apresentados dentro de 10 dias após a comunicação dos resultados finais, na Secretaria do estabelecimento.

A critério da Direção, a realização dos exames podia ser antecipada. Era considerado aprovado em segunda época o aluno que obtivesse média aritmética igual ou superior a 5 nas provas escritas e orais, em cada disciplina que tivesse submetido.

3.3. A propósito da Organização Administrativa

O Colégio “Santo Antônio” possuía uma organização administrativa que atendia tanto as atribuições de formação religiosa quanto as de formação educacional, a qual, conforme referido, orientava-se pela legislação determinada pelo Ministério da Educação e Cultura, ou seja, pela Direção, Secretaria, Tesouraria, Corpo docente e Corpo discente.

Inseria-se também na organização administrativa da instituição as atribuições dos agentes da comunidade rio-brilhantense que também se movimentaram no interior do Seminário, na qualidade de empregados e prestadores de serviços. Entre estes agentes, conforme registros do Livro de Crônica (1975-1981, fl.8), destacaram-se pessoas que trabalhavam no Seminário, dedicando-se ao preparo das refeições. Tratavam-se da cozinheira, da auxiliar de cozinha e de lavanderia. Estas profissionais eram pagas pelo Seminário e ficavam responsáveis pelo preparo, pré-preparo, higienização, organização da cozinha e até pelas pequenas produções de alimentos, como fabricação de macarrão, queijos, biscoitos. Consta nas Crônicas a importância desse segmento para o bom funcionamento do Seminário:

O primeiro período de férias [1977] correu normalmente. O Pe Diretor seguiu viagem de férias pelo dia 19 de dezembro a fim de passar o natal e ano novo junto aos familiares, em Rio Negro, PR. Voltaria pelo dia 10 de janeiro. As srtas Sueli da Silva e Clara Orth, ótimas auxiliares de cozinha e lavanderia, foram em férias, pelo dia 12 de dezembro....No fim de janeiro toda a comunidade está reunida. Também a Clara e a Sueli voltaram para retomar as rédeas da cozinha e lavanderia. Graças a Deus voltaram! (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl.48).

Na ausência das auxiliares dos serviços básicos, a instituição, por vezes, contava com voluntários(as) da comunidade. Prevendo a demissão de funcionários(as), os Frades buscavam substitutos(as) para desempenhar os trabalhos:

E surgiram duas voluntárias de Santa Terezinha – Maria Madalena e Leonilda. Frei Flaviano trouxe outra de Luzerna – Ilce Schindwein [1980]. Tudo vai se engrenando. Afinal de contas precisamos levar avante nossa missão (LIVRO DE CRÔNICA, 1975-1981, fl.48).

Os trabalhos no Seminário se intensificavam no início das aulas, sobretudo no que se refere a organização do material escolar, na organização da secretaria e organização de documentos. Tais materiais escolares eram comprados quase sempre em Campo Grande.

As tarefas comuns ao Seminário eram distribuídas entre os Frades. Enquanto um ajudava na organização do material escolar, outro deveria realizar o exame biométrico, realizar listas, ajudar na limpeza, na ordem e na animação.

As atividades se iniciavam com a realização da Santa Missa, logo de manhã; na qual os religiosos rezavam pelo bom êxito do ano. Já os demais horários de oração eram distribuídos por classe ou grupo.

3.3.1. Direção

A nomeação para o cargo de Diretor do Colégio era realizada pelo Superior da Entidade mantenedora (Missão Franciscana da Primeira Ordem de São Francisco, no Estado de Mato Grosso) a cada três anos e poderia ser renovada. Para assumir o cargo de Diretor, a pessoa interessada precisava possuir registro competente da Diretoria do Ensino Secundário. Esse Diretor tinha contava com a ajuda de um Vice-Diretor, o qual também deveria possuir um registro na Diretoria do Ensino Secundário. Este cargo, por sua vez, era indicado pelo Diretor.

Conforme o Regimento Interno (1970, p. 6), competia ao Diretor cumprir e fazer cumprir as leis de ensino e as determinações legais em vigor, na esfera de suas

atribuições. O Diretor devia estar ciente dos pedidos de matrícula, tratar e corresponder com as famílias dos alunos, bem como, com as autoridades escolares e administrativas.

Além disso, inúmeras outras atribuições se destinavam ao cargo de Diretor. Ao Diretor cabia o papel de zelar pelo procedimento religioso e moral dos alunos; acompanhar e auxiliar os alunos em suas dificuldades psíquicas; ajudá-los no encaminhamento às suas vocações e no desenvolvimento delas; assegurar a execução do regimento do Colégio, bem como dos horários; tomar conhecimento das penas disciplinares impostas aos alunos para aprová-las ou rejeitá-las; convocar reuniões do Corpo Docente e presidi-las; corresponder-se com as autoridades superiores do Ensino em todos os assuntos que se referem ao estabelecimento; superintender os atos escolares que dizem respeito à administração ao ensino e a disciplina do estabelecimento; além de praticar os demais atos decorrentes deste regulamento.

Na falta ou impedimento o Diretor, este poderia ser substituído pelo Vice-Diretor ou por outro professor de sua designação. Ao Vice-Diretor, cabia o compromisso de auxiliar o Diretor na Administração do estabelecimento, nos trabalhos escolares e nos demais atos para os quais fosse convocado; substituir o Diretor nas suas férias e impedimentos

De acordo com Frei Knob (1988, p. 426), durante a denominada Primeira fase de funcionamento o Seminário Santo Antônio (1959 – 1972) estiveram na direção os seguintes Freis, que pertenciam ao Comissariado de Fulda: Frei Eucário Schmitt, que o regeu de 1959 a 1967; Frei Bernardo Dettling, que assumiu a instituição a partir de 1967 até 1971.

No entanto, fato importante é que, após uma decisão do Conselho Colegial franciscano, em 1970, decidiu-se que o Seminário firmaria uma parceria com o poder público para que os internos frequentassem o Ginásio Estadual da cidade. O Diretor Bernardo Dettling, não concordando com a decisão, pois acreditava que iria contra os princípios da criação da instituição, ou seja, aflorar a Missão sacerdotal; pediu demissão do cargo em 1971.

Sem pessoa hábil nas funções para o substituir, assumiu o cargo de forma temporária o próprio vigário da Paróquia de Rio Brilhante, o Frei Everardo Kremper, auxiliado pelo Frei Reinaldo Schäfer e o Irmão Marista, Mansueto Cardoná, durante o ano de 1972.

Consta ainda na obra de Knob (1988, p. 426) que esta fase (1959-1972) contou com a colaboração dos professores o Frei Barnabé Geissner e o Frei Patrício Salmon, além das Irmãs Catequistas franciscanas e diversos professores leigos.

Para retorno das atividades educacionais, em 1975, o coordenador da Comissão Mista, o Frei Jerônimo Back, foi incumbido de estudar a reabertura do Seminário. Este recomendou em reunião, em 22 de agosto de 1974, que a Província da Imaculada Conceição, responsável a partir daquele momento em dirigir a instituição, enviasse ao menos uma pessoa para o cargo de direção para ela, visto que o estopim para fechamento temporário fora a falta de mão-de-obra qualificada.

Assim, o pedido oficial para tal ação foi enviado para o Definitório de São Paulo. Narra Knob (1988):

O Pe. Provincial de São Paulo, Frei Antônio A. Nader, antes de atender o pedido da Custódia, resolveu ver “in loco” as condições e possibilidades do seminário de Rio Brilhante. Juntamente com o então diretor do seminário de Luzerna, Frei Maurílio Schelbauer, veio a Rio Brilhante (KNOB, 1988, p. 428).

Ainda era 1974, quando, em reunião do Definitório da Província de São Paulo, ocorrida em Curitiba, entre 7 e 10 de novembro, decidiu-se pela reabertura da Seminário Santo Antônio para o próximo ano letivo. A direção desse Seminário, não coincidentemente, ficou sob responsabilidade do Frei Maurílio Schelbauer, o qual montou uma equipe para atuar na instituição. Sendo essa equipe composta pelo Frei Olivério Finger, as voluntárias Clara Orth e Sueli da Silva, vindos de Santa Catarina, como outrora mencionadas.

Os novos alunos frequentavam as séries não ofertadas pelo Seminário no Colégio Estadual Fernando Corrêa da Costa. Porém, na instituição confessional, havia um complemento deste ensino, em especial, à formação humano-cristã. Esta formação era regida pela Irmã Adelina, das Catequistas Franciscanas.

A presença feminina no Seminário foi abolida após uma reunião do Conselho da Custódia em 3 de junho de 1975 (dentre outras deliberações), conforme registrou Knob (1988, p. 429): [...] “Tratou também da questão da presença de Irmãs no Seminário. Devido à falta de acomodações para elas e dificuldade em construir uma residência para as mesmas, desistiu-se do plano de contratá-las. [...]. Assim, a partir daí, os Freis assumiram totalmente a ministração do ensino.

Consta ainda na obra de Knob que, em 1975, esperava-se um número de aproximadamente 30 alunos, quão grata surpresa foi quando obtiveram 78 matrículas para o ano letivo. Destas, 10 eram para o 2º grau, o que não era ofertado no Seminário. No entanto, por insistência de alguns Bispos, decidiu-se por aceitar os alunos apenas para o ano de 1975. E, caso houvesse a necessidade de turmas para os próximos anos, a situação deveria passar por análise.

No ano seguinte, em 1976, houve 86 matrículas para alunos que frequentavam a 5a e 6a série na instituição. Já os alunos de 7a e 8a série, frequentavam o colégio estadual. Destes alunos, 73 eram da Diocese de Dourados e o restante era de Campo Grande, Corumbá e Rondonópolis. Knob (1988, p. 430) relata que “[...] Quase todos os seminaristas eram de famílias que tinham vindo de outros Estados e estavam radicadas no Mato Grosso”.

A partir do ano de 1976, narra ainda o autor que a equipe pedagógica passou a contar com a colaboração dos Freis Norberto Rihm e Simeão Soares da Silva. Este último, dentre outras tarefas, dedicou-se especialmente à horticultura.

Segundo Knob, aquele foi um ano de muita alegria para os religiosos do Seminário, pois, no final daquele ano letivo, dois rapazes comunicaram à direção que gostariam de prosseguir com os estudos no Seminário de Agudos-SP, o qual também pertencia à Província da Imaculada Conceição. E, assim, esses jovens iniciaram uma efetiva vida celibatária.

Devido a isso, o diretor, ao ver que os alunos enfrentariam dificuldades quanto aos conteúdos ministrados na nova instituição, passou a adotar, a partir de 1977, o mesmo currículo e programa de formação cristã do Seminário paulistano. Com isso, a partir do referido ano, decidiu-se também ofertar todas as séries de ensino no próprio Seminário, recebendo assim a denominação “Escola de Primeiro Grau Seminário Santo Antônio”, como relata Knob (1988, p. 430).

Em 1977, a equipe formadora também sofreu alterações, conforme se pode verificar nesse trecho:

[...] no lugar de Frei Olivério Finger vieram os Freis Nilton Decker e Frei João Pflanzler. Faziam ainda parte da comunidade franciscana os Freis Simeão Soares da Silva, Frei Norberto Rihm e os vigários da paróquia, Frei Everardo Kremper e Frei Reinaldo Schäfer. No decorrer dos anos diversos professores leigos foram contratados: Laudelino Lindenberg, Wanda Hinekawa, Antonieta Bellé, Ludovico Adami, Neiva Barbosa Espíndola, Sirley Doerzbacher, Maria Inês Pires e outros. Em outubro de 1977, Frei Olivério retornou ao

seminário e Frei Simeão foi transferido para Niterói (KNOB, 1988, p. 430).

Observa-se no fragmento o nome de Sirley Doerzbacher, uma das autoras da obra *Rio Brillhante*: sua terra, sua gente, a qual foi usada como suporte referencial para esta dissertação. À época, Doerzbacher atuava como professora leiga da instituição.

Em 24 de fevereiro de 1980, o Diretor Frei Maurílio Schelbauer se despediu do Seminário Santo Antônio. A gestão de Schelbauer foi de cinco anos (1975-1980). Na sequência, assumiu a diretoria da instituição o Pe. Frei Flaviano Oecksler, que ficou apenas no ano letivo de 1980. Em seu lugar, assumiu a partir de 1981, o Pe. Frei Ari Praxedes do Amaral.

No ano de 1982 dois acontecimentos merecem atenção. O primeiro deles diz respeito ao momento em que, com a construção do Seminário em Rondonópolis, decidiu-se pelo não envio de alunos, os quais optassem por prosseguir seus estudos, para a cidade de Agudos. No lugar, esses alunos seriam enviados à Rondonópolis, a fim de cursar o 2º grau. O segundo fato é que em 23 de março de 1982 a Escola de 1.º Grau Seminário Sto. Antônio de Rio Brillhante, através dos esforços do Frei Ari, foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação.

A partir de 1983, assumiu a direção do Seminário o Pe. Frei Sebastião Assis de Figueiredo, pois foram transferidos os Frei Ari e Olivério. A partir de 1984, puderam contar com as colaborações de Frei Nilton, Pe. Frei Mário Luiz Tagliari e Pe. Frei Arno Heck, que era mestre postulante. Todavia, este último permaneceu pouco tempo em Rio Brillhante, pois foi transferido para Rondonópolis.

Ainda neste ano, o Seminário iniciou a experiência de funcionar também na modalidade de “externato”.

Em 1986 chegou à Rio Brillhante o Pe. Frei Luiz Iakovacz, que veio substituir o Frei Mário, o qual foi transferido. Neste ano, ainda há registro de que o Frei Valmir dos Santos fez estágio nessa instituição e, posteriormente, em 1987, o estudante Frei Damião dos Santos.

3.3.2. Secretaria, tesouraria e biblioteca

O Regimento Interno determinava que o cargo de Secretário devia ser exercido por pessoa devidamente registrada na Diretoria de Ensino Secundário e nomeada pelo

Diretor do estabelecimento. Sua função era atender todo o serviço de escrituração, arquivo, fichário e correspondência do estabelecimento.

Segundo o artigo 52 do Regimento, competia ao Secretário as seguintes atribuições: a) organizar o serviço da secretaria, de modo a concentrar toda a escrituração escolar do estabelecimento de ensino; b) organizar o arquivo, de forma a assegurar a preservação dos documentos escolares e a poder atender prontamente a qualquer pedido de informação ou esclarecimento do interessado, do Diretor, ou das autoridades competentes; c) superintender e fiscalizar os serviços da secretaria distribuindo os trabalhos entre os auxiliares; d) redigir e subscrever os editais de chamada para exames e matrículas publicados por ordem do Diretor; e) trazer em dia a coleção de leis, regulamentos, instruções, portarias, circulares e despachos que dizem respeito às atividades do estabelecimento; f) escriturar os livros, fichas e demais documentos que se referem às notas e média dos alunos do estabelecimento, efetuando na época legal, os cálculos de apuração de resultado; g) lavrar e subscrever atas e termos referentes a exames, provas e resultados dos trabalhos escolares; exercer as demais atribuições que lhe forem da competência.

Cabia ao cargo de tesoureiro todo o serviço de escrituração do movimento econômico e financeiro do estabelecimento. A escrituração contábil devia obedecer às normas gerais da contabilidade por partidas dobradas e se regia conforme as disposições legais vigentes. O Regimento Interno da Instituição previa, segundo o Art. 54, as funções gerais do tesoureiro: a) superintender e fiscalizar o serviço da tesouraria; b) ter sob sua guarda os valores e documentos inerentes a tesouraria; c) escriturar, em partidas dobradas, os livros contábeis; d) apresentar no fim do ano financeiro, o balanço do ativo e passivo; f) apresentar respectiva demonstração de lucros e perdas; g) corresponder-se com as autoridades do fisco Federal, Estadual e Municipal; h) fiscalizar o pagamento de impostos e taxas a que estejam sujeitas as atividades do estabelecimento; i) escriturar os livros do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio referentes a professores e funcionários; j) escriturar as folhas de pagamento do pessoal, obedecendo aos preceitos legais, quanto ao recolhimento de contribuições aos institutos de Previdência; k) efetuar todos os pagamentos e arquivando cuidadosamente os respectivos comprovantes; l) receber toda e qualquer espécie de receita havida pelo estabelecimento.

Ainda conforme o Regimento Interno, o Colégio dispunha de uma biblioteca especializada para seu uso sob responsabilidade direta do bibliotecário, ao qual estavam submetidos funcionários destinados aos serviços da Biblioteca e do material didático. A

retirada de livros e de objetos por parte dos alunos e dos professores dependia das indicações de regulamento da biblioteca e do material didático. Qualquer inobservância aos preceitos regulamentares da Biblioteca e do material didático implicava no cancelamento do seu uso.

Quanto aos serviços de escrituração, organização e guarda dos arquivos da Instituição o Regimento, era reservado norma específica para esse fim no Art. 78, no qual constituem o arquivo do estabelecimento, relativo: a) a documentação dos alunos; b) aos livros e modelos oficiais exigidos pela legislação em vigor; c) ao documentário referente ao movimento econômico e financeiro de Estabelecimento. Além disso, integravam o arquivo do estabelecimento alguns elementos auxiliares de escrituração, tais como: a) ponto para professores e auxiliares; b) diários de classe; c) cadernetas de tesouraria para recibo de pagamentos das contribuições dos alunos; d) livro de registro de penas disciplinares impostas aos alunos.

Quanto aos bens patrimoniais do estabelecimento, o Regimento previa o seguinte, no Art. 79: “Constituem patrimônio de Estabelecimento: a) as instalações, material de ensino, móveis e tudo o mais que guarneça sua sede; b) os bens adquiridos; c) o produto de suas rendas”.

Um ponto importante para o estabelecimento e entendimento das finanças da instituição constava no Art. 80 do Regimento Interno:

As rendas do estabelecimento, que deverão ser arrecadadas de conformidade com as disposições em vigor, serão provenientes: a) de anuidades escolares; b) de taxas e emolumentos de expedição de segundas vias, diplomas, certidões, requerimentos e atestados; de auxílios e de subvenções.

O Art. 81 do Regimento estabelecia que o patrimônio do estabelecimento era de propriedade da entidade mantenedora.

3.3.3 Corpo Docente

Para entender o quadro docente do Seminário é preciso retomar as informações sobre sua trajetória de funcionamento. Conforme já referido na Introdução desta dissertação, o Seminário/escola de Rio Brilhante foi marcado por duas fases: uma primeira fase, que vai de 1959 a 1972. Entre os anos de 1972 e 1974 o Seminário sofreu breve interrupção, considerando a falta de pessoal qualificado para dirigi-lo e a ausência

da “promoção vocacional”, principal sentido da Ordem na região. A segunda fase da instituição data de 1975 a 1994 e, daí em diante, entrou na fase final do processo de esgotamento, enquanto Seminário.

Para além dos problemas administrativos ocorridos no âmbito da Missão, com destaque para a década de 1970, permanecia a falta de professores para atender às demandas educacionais do Seminário. Esses fatores determinaram a necessidade de a Igreja estabelecer parceria com o poder público Estadual.

Para efeitos administrativos, o último diretor, antes do fechamento do Seminário, havia acertado autorização para contratação e funcionamento da instituição, junto ao Conselho Estadual de Educação. Assim, no ano de 1975, ocorreu a reabertura do Seminário de Rio Brillhante, com novas energias por parte da Missão:

Considerando a faixa etária dos membros dessa Custódia, sentiu-se a necessidade de renovar as forças no quadro de seu pessoal, por elementos novos. Em vista disso, e para garantir e para garantir a continuidade das obras que tantos sacrifícios custaram aos pioneiros da missão, e já que a Província Mater de Fulda não mais forneceria elementos humanos para Mato Grosso, achou-se conveniente a reabertura do seminário (LIVRO DE CRÔNICA, 1975-1988, fl.1).

O corpo docente seguiu com base nos termos da legislação vigente, previsto no Regimento Interno, elaborado desde início de 1970. Quanto à remuneração, os Arts. 56 e 57 do Regimento Interno asseguravam remuneração condigna aos membros do corpo docente, em conformidade com a legislação vigente e o que foi estabelecido entre esses e a direção do estabelecimento. Os honorários do corpo docente deviam ser pagos mensalmente após a entrega das notas dos alunos.

No entanto, um trecho do Livro de Tombo (fl. 103), referente ao ano de 1980, revelou as preocupações com a carência de recursos para pagamento de professores “leigos” ligados ao Seminário:

Logo no dia 07, houve reunião de planejamento de professores. O corpo Docente se fez presente para este encontro. E neste ano o grupo continua o mesmo. Até há uma idéia de procurar mais religiosos ou religiosas para esse trabalho e diminuir um pouco a folha de pagamento, que gira em torno dos 600 mil cruzeiros. Cada professor ganha atualmente 710,00 aula. Inclusive salários de 4 meses de férias. Está fogo! Frei Sebastião também assumiu Educação para o Lar, iniciação à retórica e uma aula de religião no ginásio por mês em cada classe. Sem dizer que ele é um bom professor de Português (LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl.103).

Constava no discurso regimental a estabilidade dos professores, desde que esses mostrassem “capacidade normal de trabalho e absoluta idoneidade moral”.

Firmava-se um contrato de locação de serviço entre professores e estabelecimento, via Direção, com objetivo de salvaguardar o docente e para garantir ao Colégio ensino eficiente.

Quanto aos deveres docentes, o Regimento Interno determinava os seguintes pontos a cumprir: a) ministrar as aulas em conformidade com a distribuição feita pelo Diretor no horário estabelecido, estando presentes no educandário pelo menos cinco minutos antes das aulas e só se retirando depois do fim dessas; b) prevenir em tempo as faltas que se vejam forçados; c) zelar pela disciplina geral do estabelecimento, em cooperação com o Diretor, velando, particularmente, pela disciplina de sua classe, pela educação moral, religiosa e cívica de seus alunos; d) executar na íntegra os programas das disciplinas, em conformidade com as diretrizes metodológicas próprias, organizando planos de desenvolvimento da matéria e preparando convenientemente as suas aulas; e) verificar a presença dos alunos em aula, realizando o respectivo registro no Diário de Classe, bem como, o da matéria lecionada e das notas mensais, resultante do aproveitamento de cada aluno; f) fazer a entrega à Secretaria do Estabelecimento até o dia treze de cada mês, do Diário de Classe com as competentes anotações atualizadas até o último dia do mês vencido; g) entregar corrigidas todas as provas dos alunos do Colégio, no prazo máximo de sete dias após a realização dessas; h) escolher os livros didáticos a serem adotados para o ensino, dando prévio conhecimento à Direção do Colégio e submetendo-se à aprovação; i) impedir a entrada e a saída do aluno depois de iniciada e antes do término da aula, a não ser por determinação superior; j) comunicar a Direção, conforme o caso, os nomes dos alunos que não acompanham o curso, bem como, os nomes daqueles que prejudicam a boa marcha dos trabalhos de classe; k) comparecer às solenidades do estabelecimento, bem como, às reuniões do corpo docente, convocados pelo Diretor, atendendo e pondo em prática as solicitações deste;

Um exemplo claro sobre o cumprimento dos deveres, envolvendo participação de formação e reunião, constava do Livro de Crônicas, ano de 1983:

No dia 7 de fevereiro, realizou-se a reunião de planejamento com todos os professores. Havia gente nova: Frei Mário, Professor José Antônio da Silva e frei João Jorge, que não dava aulas anteriormente e agora assume algumas aulas de música em lugar de frei Nilton. Na reunião tratamos de assuntos pertinentes à escola e à forma de

conduzirmos a educação no ano de 1984, especialmente em vista da realidade nova: abertura também externato. Um assunto a ser bem considerado. Quem planeja bem, pode executar bem!

Os dias que sucederam a estes da reunião de professores foram marcados por intenso trabalho de preparar bem o ambiente para a chegada dos alunos. Quem não gosta de encontrar sua casa bem arrumadinha, convidativa? A professora Rosa Bortolone também se despediu do grupo porque seu marido foi transferido para Itaquiraí, no sul do estado (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl.131).

Além de um rol extenso de deveres, cabia ao docente:

a) colaborar com a Direção do Estabelecimento, na organização e na execução dos trabalhos complementares de caráter cívico, cultural ou recreativo; b) Estabelecer com os alunos um regime de ativa e constante colaboração; c) ter sempre em mira que a preparação intelectual dos alunos deverá visar antes a segurança do que a extensão dos conhecimentos; d) conduzir os alunos não apenas a aquisição de conhecimentos, mas à maturidade de espírito pela formação do hábito e da capacidade do pensamento e do raciocínio; e) levar ao conhecimento da Diretoria o que tiver notado de anormal dentro ou fora do estabelecimento, bem como o que possa interessar sobre qualquer aspecto, principalmente moral e intelectual; f) receber com dignidade as autoridades; g) exhibir, quando solicitado, seu certificado de registro de Professor e a carteira profissional (IDEM).

Com base no Regimento Interno, era vedado ao professor:

a) Dar conhecimento aos alunos das listas organizadas dos pontos para provas e exames; b) Ditar lições constantes dos compêndios, bem como notas relativas a pontos dos programas; c) ocupar-se durante a aula, de assuntos alheios à matéria; d) *servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses religiosos ou nacionais, ou para insuflar clara ou disfarçadamente atitudes de indisciplina, agitação e desonestidade*; lecionar, particularmente, em aulas remuneradas ou não, individualmente ou em grupos, alunas de suas turmas; e) uso de meios injuriosos ou violentos, no trato com os alunos; f) procedimento incompatível com o bom nome do estabelecimento; g) falta de respeito devido ao Diretor, demais autoridades do ensino, colegas e funcionários do Estabelecimento; h) de um modo geral infringir qualquer das disposições explícitas deste regimento (REGIMENTO INTERNO, 1970. Grifo nosso).

O professor que incorresse nas faltas elencadas no Regimento ficava sujeito à advertência do Diretor e, tendo reincidência, poderia ser exonerado do corpo docente, com rescisão do contrato de trabalho, respeitados os dispositivos legais que regulamentam a matéria.

O Seminário Sto. Antônio atendia cerca de 85 alunos, envolvendo, de forma dominante, os Seminaristas da Missão Franciscana; os meninos oriundos da Diocese de Dourados e circunvizinhas, além de meninos de outras Congregações Religiosas.

Nos primeiros anos pós-reabertura, o atendimento aos alunos era feito nas dependências da Escola Estadual “Fernando Correa Costa” de Rio Brilhante, com abertura de vagas apenas para discentes do primeiro grau, da 5^o à 8^o séries. Isto se explica pela necessidade de melhoramentos nas dependências do Seminário e pela otimização da escassa mão-de-obra destinada ao atendimento dos Seminaristas. Há relatos ainda de que esses receberam em casa (no Seminário) aulas supletivas de certas matérias voltadas para formação humano-cristã.

No ano de 1976 o Livro de Crônicas trazia registros de alguns melhoramentos nas dependências do Seminário. Conseguiu-se no referido ano que a 5^a e a 6^a séries passassem a ter aulas no Seminário, funcionando no período vespertino, conforme registros do Livro de Crônicas (1975-1987):

O funcionamento do Seminário vem ocorrendo normalmente. A 5^a e a 6^a série recebem suas aulas no próprio seminário, fato este que vai dando maior tranquilidade à direção do estabelecimento no que diz respeito ao aproveitamento dos seminaristas em relação ao que acontecia no ano anterior. Não podíamos concordar com o funcionamento precário do Colégio Estadual Fernando Correa – notava-se mínimo aproveitamento por parte dos alunos. Neste ano, parece-nos haver sinal de melhora. Os alunos da 7^a e 8^a séries, que ainda frequentam o Colégio Estadual, afirmam existir mais capricho, mais ordem, e mais assiduidade por parte dos professores do estabelecimento (Livro de Crônicas 1975-1987, fl. 3).

Com esse novo contexto, verificou-se a contratação de 3 professores externos, ou seja, da comunidade, sendo eles: Laudelino Limbert, Wanda Talarico Minekava e Antonieta G. Bellé Rocha. Para efetivação desses contratos, o Seminário recebeu visita de Luís Antônio Álvares, Delegado Regional de Ensino, e de Vandira Stranieri, responsável pelo serviço de Administração Escolar.

No ano de 1977 permanecia ainda a preocupação com o corpo de professores, dada a dificuldade de conseguir bons professores para atender a contento as quatro séries (de 5^a a 8^a séries). No entanto, o Seminário tomou a decisão de manter as quatro séries com suas aulas neste local. Isto significa dizer que os alunos não estudariam mais fora daquele lugar ou, em outras palavras, não estudariam no colégio estadual. A partir desse momento, estabeleceu-se novos contatos, inclusive em Dourados, com os Irmãos Maristas.

No referido ano, o professor Laudelino Limbert deixou de lecionar para ocupar novas demandas na comunidade. A professora Vanda assumiu aulas de inglês na 6^a, 7^a e

8ª séries. Também assumiu aulas de português nesta última turma. Infelizmente, no 2ª semestre do mesmo ano, este professor saiu do corpo docente do Seminário. A professora Antonieta, de forma, comprometeu-se com aulas de geografia na 5ª e 6ª séries e Educação Moral e Cívica (EMC) na 7ª série; Organização Social e Política do Brasil (OSPB) na 8ª série. A professora Maria Inês Peres assumiu história e educação artística em todas as séries. O professor Jacir Brunetto assumiu matemática em todas as séries. O Frei João assumiu religião na 5ª, 6ª e 7ª séries; geografia na 7ª e 8ª séries e técnicas agrícolas na 5ª e 6ª séries. Frei Maurílio ficou responsável pelas aulas de português na 5ª, 6ª e 7ª séries; religião na 8ª série; educação para o lar na 5ª e 6ª séries; e canto em todas as séries. Consta nas Crônicas que havia muito entrosamento entre os professores, isso graças às origens sulinas que tinham em comum.

As Crônicas (fl.9) revelam que os professores leigos eram da cidade de Rio Brilhante. Isto era visto de forma positiva, pois era considerado menos oneroso e menos dificultoso, considerando os contratos das leis trabalhistas em vigor.

| QUADRO 7- CORPO DOCENTE DO SEMINÁRIO SANTO ANTÔNIO DE RIO BRILHANTE (1976-1988) | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|--|
| <i>CORPO DOCENTE</i> | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 | 1983 | 1984 | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 | |
| Neiva Barbosa Espindola (matemática) | | | | | | | | | | | | | | |
| Sirley Doerzbacher (ciências, inglês, programa de saúde, português) | | | | | | | | | | | | | | |
| Maria Inês Artacho Peres (educação artística, história, desenho) | | | | | | | | | | | | | | |
| Ludovico Adami (inglês) | | | | | | | | | | | | | | |
| Rosa Maria Bortolone Medeiros (ciências, inglês, matemática) | | | | | | | | | | | | | | |
| Céres Moraes (história, educação moral e cívica) | | | | | | | | | | | | | | |
| Maria Aparecida Muniz de Antoni (desenho, educação artística, caligrafia, trabalho em madeira) | | | | | | | | | | | | | | |
| Edi Hübner Borelli (matemática, educação moral e cívica, atividades de escritório) | | | | | | | | | | | | | | |
| Laudelino Limberger (matemática, técnicas agrícolas) | | | | | | | | | | | | | | |
| Antonieta G. Bellé Rocha (ciências, programa de saúde, história, geografia, EMC, OSPB) | | | | | | | | | | | | | | |
| Wanda Talarico Minekava (inglês, português) | | | | | | | | | | | | | | |
| Jacir Brunetto (matemática) | | | | | | | | | | | | | | |
| Suely Brasil (ciências, programa da saúde) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei João Pflanzler (geografia, trabalho em madeira, horticultura; Ciências Físicas e Biológicas (C. F. B)) | | | | | | | | | | | | | | |
| Valdemir Contiero (educação física, matemática, programa de saúde, desenho) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Nilton Decker (ensino religioso, educação artística, música, educação para o lar, orientação educacional) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Olivério Finger (trabalho em madeira) | | | | | | | | | | | | | | |
| Zoraide Flores do Nascimento (história, EMC, OSPB, atividades de escritório, geografia) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Sebastião Assis de Figueiredo (língua portuguesa, EMC, OSPB, atividades de escritório, orientação educacional) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Arno Heck (religião, Bíblia) | | | | | | | | | | | | | | |
| José Antônio da Silva (educação física) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Mario Luiz Tagliari (matemática, música, desenho, Bíblia, religião, orientação educacional) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei João Jorge Ribeiro (música) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Norberto Rihm (trabalho em madeira) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Valmir José dos Santos (programa de saúde) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Luiz Iakojacz (música, Bíblia, religião, atividades de escritório, organização social e política do Brasil) | | | | | | | | | | | | | | |
| Neide Yumiko Tamura (matemática, desenho) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Damião dos Santos (história, programa de saúde, ciências físicas e biológicas) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Aluísio Alves Pereira Júnior (ciências físicas e biológicas, música, geografia, ensino religioso, atividades de escritório, OSPB) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Alvino Francisco de Souza (ensino religioso, fruticultura, horticultura) | | | | | | | | | | | | | | |
| Frei Francisco Augusto Orth (língua portuguesa, educação moral e cívica, geografia) | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Livros de Ponto do Corpo Docente (1976 a 1988).

No ano de 1979, o corpo docente havia mudado bastante. Neste ano, deixaram o Seminário a professora Antonieta G. Bellé Rocha e o professor Jaci Brunetto.

O Quadro 7 revela a diversidade de disciplinas atribuídas para os docentes. Vieram compor o quadro docente, as professoras Neiva Barbosa Espíndola e Sirley Doerzbacher, para as áreas de matemática e ciências, respectivamente. A professora Maria Inês e o Frei Ludovico Adami Adam seguiram no Seminário (Cf. LIVRO DE TOMBO, vol.1, fl. 32).

No ano de 1980 ocorreram novas mudanças. Embora a professora Sirley Doerzbacher tenha permanecido no quadro docente do Seminário, ainda ministrando outra matéria, esta substituiu o Frei Maurílio, nas aulas de português. As aulas de ciências e inglês teriam ficado com a Profa. Rosa Maria Bortoloni. Como substituta da professora Maria Inês, ficou Céres Morais, nas aulas de história. As aulas de desenho, por sua vez, ficaram por conta de Maria Aparecida de Antoni. Frei Nilton, além das aulas de música, Religião e EMC, assumiu o programa de saúde e práticas para o lar; Frei João, com as aulas de geografia. Frei Olivério, com OSPB. Frei Flaviano com matemática (Cf. LIVRO DE CRÔNICAS, 1977-1988, fl.47).

3.3.4 Corpo Discente

Para regulamentar o funcionamento do Seminário, os Franciscanos estabeleceram um conjunto de regras rígidas voltadas para os Seminaristas. Em primeiro lugar, para fazer parte do corpo discente da instituição, os meninos deviam estar regularmente matriculados nos cursos previstos no Regimento (Admissão e Ginasial).

Cabia, ao menino matriculado no internato, no ato da matrícula ou de sua renovação, a aquisição de peças do enxoval, exigido pela Direção. Estas peças deviam ser devidamente marcadas com o número de matrícula e apresentadas à rouparia, na época do início das aulas.

Os alunos com pagamentos em dia tinham o direito de frequentar as aulas discriminadas no horário e, além de obter assistência constante da Diretoria, podiam inscrever-se nos exames, quando satisfeitas as exigências das leis do ensino.

Com base no Regimento Interno, entre os principais deveres, pode-se elencar os seguintes procedimentos concernentes aos alunos: a) acatar a autoridade na pessoa de seus depositários, quer seja Diretor, professores ou funcionários do estabelecimento; b)

tratar com urbanidade os colegas; c) apresentar-se decentemente trajados e com asseio; d) serem assíduos e pontuais nos trabalhos escolares e aplicar a máxima diligência no aproveitamento do ensino ministrado; e) ocupar na classe o lugar que for designado, ficando responsável pela respectiva carteira; f) possuir o material escolar exigido, conservando-o em perfeita ordem; g) levantar-se em classe à entrada e à saída do professor, do Diretor, de autoridades de ensino ou visitantes; h) pautar-se pela pontualidade e assiduidade, não só no comparecimento às aulas, como no cumprimento dos demais deveres; i) colaborar com a Direção do estabelecimento na conservação do próprio imobiliário, e de todo o material de uso coletivo; j) responder imediata e pecuniariamente, pelos estragos no edifício ou no mobiliário, assim como por qualquer prejuízo causado aos colegas ou ao Colégio; k) apresentar em termos respeitosos as suas reclamações, que serão atendidas, quando justas; l) devolver, no devido tempo, os livros que retirarem da biblioteca para consulta; m) respeitar a orientação religiosa do estabelecimento abstendo-se de atos ou de manifestações de menosprezo; n) respeitar as proibições e determinações expressas neste regimento; o) comportar-se na vida pública, de acordo com os pontos vigentes no Colégio; p) zelar pelo bom nome do estabelecimento.

Além do conjunto de regras estabelecidas, o Regimento vedava os seguintes pontos aos alunos: a) ler durante as aulas qualquer assunto estranho a elas; b) ler ou estudar durante o recreio; c) ter consigo, além dos livros e cadernos escolares, outros impressos, gravuras, escritos de qualquer gênero, impróprios à sua instrução e aos bons costumes; d) usar armas, rádios e qualquer outro objeto raro ou perigoso; utilizar-se de livros ou de quaisquer objetos alheios, sem consentimento dos donos; e) levar para as aulas ou ao estudo quaisquer objetos alheios a elas; f) erguer-se com ruído propositado ou excessivo a entrada ou saída do professor; g) sair de seu lugar, no refeitório, no estudo, antes do sinal próprio ou sem permissão da autoridade competente; h) retirar-se de sala de aula sem permissão do professor ou substituto; i) conservar-se nas salas de aula durante o recreio; j) retirar-se do Colégio sem a permissão do responsável ou vagar pelas imediações das aulas; k) perturbar o silêncio onde fosse exigido; l) causar dano aos colegas ou instalações do Colégio; m) fumar, jogar ou tomar bebidas alcoólicas, sem licença especial do Diretor; n) comer e beber fora de hora; o) ocupar-se com trabalhos estranhos às atividades escolares, não permitidas pelo Diretor; p) organizar rifas, coletas ou subscrições bem como tomar parte nelas; q) promover manifestações

coletivas ou delas participar, salvo quando convidado pela própria Direção do Colégio ou por ela autorizado; r) formar grupo ou provocar algazarra nas imediações do Colégio.

O não cumprimento de seus deveres pelos alunos os deixavam sujeitos às seguintes penalidades, aplicadas exclusivamente pela Diretoria: a) admoestação simples em aula pelo professor; b) repreensão reservada, oral ou escrita, pelo Diretor; c) exclusão da aula ordenada pelo professor; d) supressão de boas notas de procedimento e de aplicação; e) suspensão; f) cancelamento de matrícula. O Regulamento previa também o cancelamento da matrícula para aqueles que cometessem: a) ofensa contra a moralidade, mesmo com conversas e maneiras indecorosas; b) insubordinação incorrigível ou falta grave de respeito.

Apesar da rigidez do Regimento Interno do Seminário de Rio Brilhante e do rigor disciplinar com que os Frades Franciscanos dirigiam a instituição, não raro, havia registros de ocorrências de rompimento deliberado dos laços de hierarquia no interior do convento. O Livro de Tombo (fl. 101) traz alguns registros de momentos em que a instituição recorreu ao Regimento Interno para resolver problemas de indisciplina e rebeldias. Para tanto, no final do 1º semestre de 1979, os dirigentes da instituição lançaram mão de penalidades que extrapolaram as regras previstas no Regimento, expulsando os ditos malfeitores:

Nada melhor do que uma missão cumprida. Após quatro meses de carinho, amor e dedicação total aos 93 alunos deste estabelecimento.

Tudo correu normalmente. Sentindo, é claro, a difícil tarefa de orientar esta garotada. Tanto assim que chegamos a expulsar dois meninos no dia 19 de junho e um terceiro aconselhou-se a ficar em casa já no período de férias. Terminamos assim o primeiro semestre com 90 alunos. A entrega dos boletins foi feita solenemente no dia 28 de junho, fazendo-se a leitura pública do cabeçalho. No dia seguinte, a casa ficou silenciosa. Dos freis, ninguém resolveu sair daqui. Ficamos juntos o mês todo, cuidando da casa, passeando, rezando na alegria do Senhor (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl.38).

Observe-se que “cancelamento de matrícula” significava o mesmo que “expulsão”, como forma de punição. Vejamos uma ocorrência do dia 30 de outubro de 1982:

A primeira ação deste dia foi a “expulsão” de quatro seminaristas. após muitas saídas sem licença, muita orientação, perdão e paciência, ontem em vez de irem à missa, foram passear e visitar suas amadas. E durante a reunião dos freis, telefonavam para elas. A paciência se

esgotou e arrumaram a mala na hora. Um tal de José Humberto ainda teve a ousadia de tirar e quebrar um fusível da TV, para deixar um prejuízo aos padres. Ele mesmo contou isto aos alunos e quebrou o fusível na frente dos outros três na rodoviária. Isto ficamos sabendo. Os outros 3: Claudio, Maurício e Rogério. Este último ainda distribuiu uma porção de revistas pornográficas para na 5ª série, para se vingar. Os vigários e os pais ficaram sabendo de tudo isto. Foi muito desagradável (LIVRO DE CRÔNICA, 1975-1988, fl. 101)

O Regimento previa penalidades envolvendo cancelamento de matrícula e a de suspensão com perda de provas ou exames que podiam ser aplicadas após a verificação da culpabilidade do aluno por uma comissão de três membros, presidida pelo Diretor.

No Art. 72 consta que a inadimplência e morosidade injustificável no pagamento eram também motivos suficientes para a restituição do aluno à família.

A despeito dos artigos e cláusulas destinadas às penalidades para as faltas dos alunos, havia no Regimento previsões para distinções e premiações. Eram consideradas distinções o procedimento de elogio verbal perante a classe, sobretudo quando se tratava de trabalhos dignos de louvor e mérito. Fazia-se, então, menção honrosa conferida no ato solene de encerramento escolar.

Como prêmios, a Instituição promovia excursão da classe, passeios, viagens. A entrega de livros formativos em ato solene da conclusão dos cursos aos alunos era também uma forma de elevar a autoestima e estimular o aproveitamento escolar. Havia premiação por constância e perseverança aos concluintes do ciclo ginásial, sobretudo ao aluno que tivesse realizado os estudos no estabelecimento. Havia, de forma constante, a entrega de troféus e medalhas aos vencedores das competições esportivas programadas em ocasiões festivas do estabelecimento.

3.3.4.1. Procedência

Segundo o Livro de Crônicas (fl. 4 e 9), competia às paróquias fornecer “a matéria prima” para o Seminário, isto é, meninos escolhidos, com algum sinal de vocação, filhos de “boas famílias”, as quais eram harmoniosas de espírito cristão. Para a missão de buscar esses meninos, destinava-se não só um procurador vocacional para a região, mas o envolvimento de todos os confrades da região, através uma campanha ou pastoral vocacional intensa e imediata. Recorria-se a inúmeras estratégias para atrair meninos para formação sacerdotal e religiosa.

Observa-se na narrativa do Livro de Crônicas (fl.9) a satisfação dos Frades Franciscanos com o retorno dos alunos na 4ª feira de cinzas (23/2/1977):

Imagem! 4ª feira de cinzas! Grande dia! Dia de vida, de movimento. A passadeira voltou ao viveiro. Os alunos voltaram das férias. À noite do dia 23 de fevereiro, a casa estava cheia. Novos e velhos se entreolhando, reconhecendo o novo ambiente. Previstos estavam 90; porém, ao todo apareceram 87; todos dispostos – uns para continuar; outros para começar a vida de seminário (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl.9).

Para a cidade de Rio Brillante se dirigiam meninos dos mais distintos lugares do sul de Mato Grosso. No ano de 1997, vieram 87 alunos: da Diocese de Campo Grande vieram 12; de Rondonópolis veio 1, de Corumbá 1 e de Dourados 73 (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl.9).

Era comum a Direção do Seminário aproveitar o início do ano para estabelecer contatos, através de cartas com vigários de diversas paróquias afim de alcançar o número certo de meninos a serem matriculados: “Na lista, completamos o número de 90 candidatos. Da parte dos vigários houve mais propostas, quer dizer, se o prédio comportasse maior número, poderíamos ter aceitado além de 90 candidatos” (IDEM).

Consta, portanto, no Livro de Crônicas que a procedência dos meninos era das mais diversas. Eles não vinham apenas das paróquias franciscanas, ao contrário, o número de meninos vindos da Ordem não era muito animador. O fragmento da narrativa do Livro de Tombo (fl. 19), expresso na Tabela 1, consta os números e a procedência dos meninos seminaristas ingressos no ano de 1978 :

Entre os novatos, constavam 32 alunos, sendo 1 na 8ª Série, 9 na 6ª Série, 4 na 7ª Série e 18 na 5ª Série.

TABELA 1- Procedência dos seminaristas de Rio Brilhante por Paróquia/1978

| Municípios/Distritos | Número de alunos |
|--------------------------|------------------|
| Dourados | 14 |
| Vila Formosa | 1 |
| Macaúba | 1 |
| Vila São Pedro | 4 |
| Itahum | 1 |
| Bataguaçu | 10 |
| Mundo Novo | 4 |
| Projeto Sete Quedas | 2 |
| Paróquia de Anaurilândia | 7 |
| Campograndenses | 5 |
| Fátima do Sul | 1 |
| Itaporã | 8 |
| Paróquia de Caarapó | 10 |
| Paróquia de Eldorado | 5 |
| Ponta Porã | 1 |
| Grupo de Bataiporã | 5 |
| Rondonópolis | 4 |
| Total | 83 |

Fonte: Livro de Crônicas do Seminário Franciscano de Rio Brilhante, fl. 38.

Era frequente a promoção vocacional e, conseqüentemente, a busca de alunos para fazer parte do “colégio dos padres”. Fazia-se constantemente, sobretudo nas missas e palestras, pregações sobre vocação, seminário, responsabilidade dos pais quanto ao crescimento vocacional:

Frei Nilton fez uma palestra com todo o técnico da Escola do Planalto (em Caarapó). Reuniram-se 120 jovens mais ou menos. O assunto: Vocação Cristã e a importância do leito dentro da Igreja e dentro do

mundo. Frei Olivério ficou mais dois dias e foi par visitar as escolas, incentivando a garotada para a vida sacerdotal. Estamos satisfeitos, pois temos, de Caarapó, uns 15 seminaristas. Alguns em Agudos e outros em Rio Brilhante (LIVRO DE CRÔNICA, 1975-1988, fl. 98).

No mês vocacional (agosto) ocorriam inúmeros eventos no sentido de conquistar alunos para o Seminário. Pregação, cantos, animações, orações e palestras se constituíam nas principais atividades promovidas pela pastoral vocacional. Falava-se da vocação do padre, vocação do pai (dias dos pais), vocação do religioso e vocação do leigo. Era um conjunto de ações com objetivo de incentivar a participação da comunidade na causa.

FIGURA 38: Encontro de Promotores Vocacionais da diocese, 1979.



FONTE: Livro de Crônicas do Seminário de Rio Brilhante, 1975-1988, fl. 33.

A Figura 38 é o registro do evento de estudos, de explicitação e trabalhos em grupo realizado por Promotores Vocacionais por ocasião da Visitação Canônica na região, em 25 de março de 1979. Nesse episódio, dez paróquias marcaram sua presença, contando com 27 pessoas, entre religiosos e leigos. Frei Olivério e Frei Nilton representaram o Seminário de Rio Brilhante.

Os números de alunos ingressantes são mais evidentes nos Livros “Semanários de Classe”, nos quais é possível identificar nomes de alunos, data de nascimento e ano de ingresso no Seminário. Como exemplo, tomou-se a lista de alunos da 1ª série, no ano de 1971:

QUADRO 8 - LISTA DE NOME DE ALUNOS, 1ª SÉRIE, INGRESSANTES NO SEMINÁRIO (1970/1971)

HISTÓRICO ESCOLAR - 1ª SÉRIE - SEMINÁRIO FRANCISCANO - RIO BRILHANTE

Diário de Classe: Ir. Marilda

| | Nome do Aluno | Nascimento | Entrada | Anotações |
|----|--------------------------------------|-------------------|----------------|------------------|
| 1 | Américo Coelho de Souza | 03/06/1959 | 27/02/1971 | - |
| 2 | Adair Pereira Nantes | 13/09/1959 | 27/02/1971 | - |
| 3 | Bartolameu Bezerra da Silva | 24/08/1957 | 27/02/1971 | - |
| 4 | Carlos Larlan | 17/01/1958 | 27/02/1971 | - |
| 5 | Carlos Roberto de Oliveira | 04/07/1959 | 27/02/1971 | - |
| 6 | Carlos Mendonça Lares | 05/03/1959 | 27/02/1971 | - |
| 7 | Carlos Godoy | 13/11/1957 | 20/02/1970 | - |
| 8 | Francisco da Silva Borges | 04/10/1960 | 13/02/1970 | - |
| 9 | Fátima Aparecida Borges | 02/03/1957 | 13/02/1970 | - |
| 10 | Gilberto Nogueira | 16/05/1958 | 27/02/1971 | - |
| 11 | Heleno Celso da Silva | 17/08/1957 | 21/02/1970 | - |
| 12 | Henrique Rodrigues Greffe | 15/06/1955 | 27/02/1971 | - |
| 13 | Jânio Pereira Padilha | 07/10/1959 | 27/02/1971 | - |
| 14 | José Aquino Correa | 30/10/1958 | 27/02/1971 | - |
| 15 | José Barbosa de Oliveira | 18/09/1955 | 14/02/1970 | - |
| 16 | João Bosco Oliveira | 02/05/1959 | 28/02/1971 | - |
| 17 | João Batista da Silva | 23/06/1957 | 27/02/1971 | - |
| 18 | Lúdio Barbosa Rezende | 25/11/1958 | 14/02/1970 | - |
| 19 | Moises Alves Farias | | | Transferido |
| 20 | Moacir J. Guilherme Battistatt | 23/05/1955 | 14/02/1970 | - |
| 21 | Milton Barbosa | 25/10/1960 | 27/02/1971 | - |
| 22 | Moacir Araújo Estácio | 26/12/1954 | 20/02/1970 | - |
| 23 | Nelson José Naressi | 27/03/1959 | 27/02/1971 | - |
| 24 | Pedro Sergio Lima Ortale | 21/01/1960 | 27/02/1971 | - |
| 25 | Paulo Roberto da Silva Dourado | 06/03/1959 | 14/02/1970 | - |
| 26 | Reinério Guimarães de Campos | 04/10/1959 | 14/02/1970 | - |
| 27 | Rodrigues Trindade Correa | 03/08/1960 | 14/02/1970 | - |
| 28 | Tadeu Potiguarra da R.Porfirio Filho | 20/06/1957 | 01/08/1970 | - |

Fonte: Livro “Semanário de Classe”, 1ª série, 1970.

Em 1971, o 1º ano contava com 28 alunos matriculados, dos quais, 27 eram do sexo masculino e 1 era do sexo feminino. Fato este inquietante, haja vista que o Seminário era uma instituição voltada para a educação de meninos. Cabe investigação a respeito. Os alunos tinham idades variantes entre 11 e 17 anos. Os alunos do 1º ano haviam ingressado no Seminário entre os anos de 1970 e 1971, entre os meses de fevereiro e agosto. Ao final do ano letivo não observamos nenhum aluno “demitido”, termo esse utilizado para designar o aluno que era expulso do Seminário. Somente 1 aluno foi transferido. Assim, ao final do ano letivo, o 1º ano contava com 27 alunos.

Em 7 de julho de 1980, o Frei Flaviano iniciou seu curso em Dourados, no qual todos os Diretores das escolas permaneceram 11 dias para estudos sobre administração escolar. Era momento de reflexão e avaliação sobre os rumos do Seminário, enquanto instituição religiosa e educacional.

No Livro de Crônicas (fl.54) há registros dos mestres Missionários sobre a forma como entendiam as falhas em alguns momentos de funcionamento da instituição: “Muita coisa foi feita errada nos anos anteriores, devido ao não conhecimento das leis. Agora novo trabalho deverá ser feito, incluindo regimento escolar, oficialização do Curso, plantas e fotos do estabelecimento, etc.”. Este foi um momento especial, pois o Seminário, além de buscar mudanças gradativas em sua relação com o poder público, passou a realizar registros pontuais sobre a trajetória e memórias (escritas e visuais) da instituição.

Para finalizar este recorte sobre o corpo discente do Seminário, buscou-se no Regimento Interno as formas de participação sociocultural desses no dia-a-dia interno. Observou-se que os meninos podiam participar de associações organizadas dentro do estabelecimento, envolvendo cruzada eucarística, centros de juventude católica, congregações marianas. Além disso, havia espaço escotismo, grêmio literário/científico/estudantil.

CAPÍTULO IV

O SEMINÁRIO FRANCISCANO DE RIO BRILHANTE: edificações e vivências cotidianas

Desde o começo, os Franciscanos da Turíngia, vendo a situação de pobreza, falta de escola, de doença entre o povo das suas paróquias, empenharam-se em dar assistência escolar e social. [...] Nas paróquias que os Franciscanos assumiam, o povo tinha maior interesse, não tanto na assistência religiosa, mas na esperança de ser servido com um bom colégio (KNOB, 1988, p. 117).

Neste capítulo, almejou-se abordar a implantação material do Seminário Santo Antônio em Rio Brillhante, o seu cotidiano, bem como, a sua missão social e relações imbricadas pelos Missionários Franciscanos no município, em busca continuar a compreensão quanto a identidade histórica desta instituição.

A abordagem idealizada foi possível através de um cruzamento de dados obtidos por meio dos documentos institucionais cedidos pela Ordem Franciscana, através do pároco da Igreja Matriz de Rio Brillhante, Frei Aguinaldo Santana, que forneceu o Livro de Tombo volume I e III da instituição religiosa, e o Custódio, Guardião da Fraternidade e Vigário Paroquial da Igreja São Francisco de Assis em Campo Grande/MS, Frei Roberto Miguel do Nascimento O.F.M.. Este, de forma gentil e singular, deu acesso ao acervo documental do Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante, bem como, viabilizou o diálogo com o Frei Hugo Lang, um dos principais construtores do Seminário; o Frei Norberto Rhim e o Frei Miguel Loffler, antigos professores no estabelecimento; além do Frei Aluísio Alves Pereira Júnior, que foi estudante da referida instituição, único fruto sacerdotal que se teve contato.

Buscar esta identidade, visto que a instituição não funciona mais como Seminário, é uma atividade complexa. No entanto, apoiada em Magalhães (1999), buscou-se definir categorias de análise que pudessem dar conta desta representatividade, que são: pretende-se, em um primeiro momento, mencionar sobre a localização e construção física da instituição, a qual recebeu parques subsídios governamentais, resumidos no empréstimo de maquinário, esporadicamente, nesta obra audaciosa para a época, com recursos das “esmolas” angariadas na Alemanha. Para este objetivo, é explorada a planta arquitetônica da construção, sendo realizada, portanto, uma descrição do prédio que servia de internato para os meninos da região da Grande Dourados, com o respaldo também do acervo de fotos angariados com a pesquisa, bem como, aquele efetuado pela pesquisadora, justamente com este objetivo de análise.

Se ambicionou, assim, expor a forma como se deu a implementação do espaço físico escolar, abordando os desafios, conquistas e possíveis contradições, no que tange a temática. Como suporte teórico metodológico nesta esfera, recorreu-se a Antonio Viñao (2005), que aponta:

[...] a construção do espaço como lugar [...] é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. [...]. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, [...] (VIÑAO, 2005, p.17).

Sabe-se que a ocupação deste espaço se deu por meio de alunos, professores e outros agentes escolares. Portanto, a descrição seguinte é feita através de informações encontradas nos relatórios diversos do Seminário Santo Antônio, permitindo desvelar detalhes sobre o material escolar, as práticas diárias, os materiais didáticos (livros, cadernos, carteiras, lousa), corpo docente e orientação pedagógica.

No capítulo presente foi realizada uma reflexão e descrição do cotidiano escolar dos Seminaristas, ou seja, os saberes e fazeres no Seminário, analisando comportamentos, condutas, práticas cotidianas concernentes a forma de ensinar. Muitas evidências aparecem nos relatórios docentes da instituição e na crônica do Seminário, que elucidam acerca dos anos de 1975 a 1988.

Reside nessas determinações um fator, também importante, que é a racionalização do uso do tempo. Relatórios e os discursos dos entrevistados dão também uma ideia do dia-a-dia nesta instituição escolar. Todo este material foi contraposto aos depoimentos coletados durante a pesquisa, para que se tivesse uma dimensão mais fidedigna possível deste cotidiano.

4.1. O prédio do Seminário Franciscano de Rio Brillhante

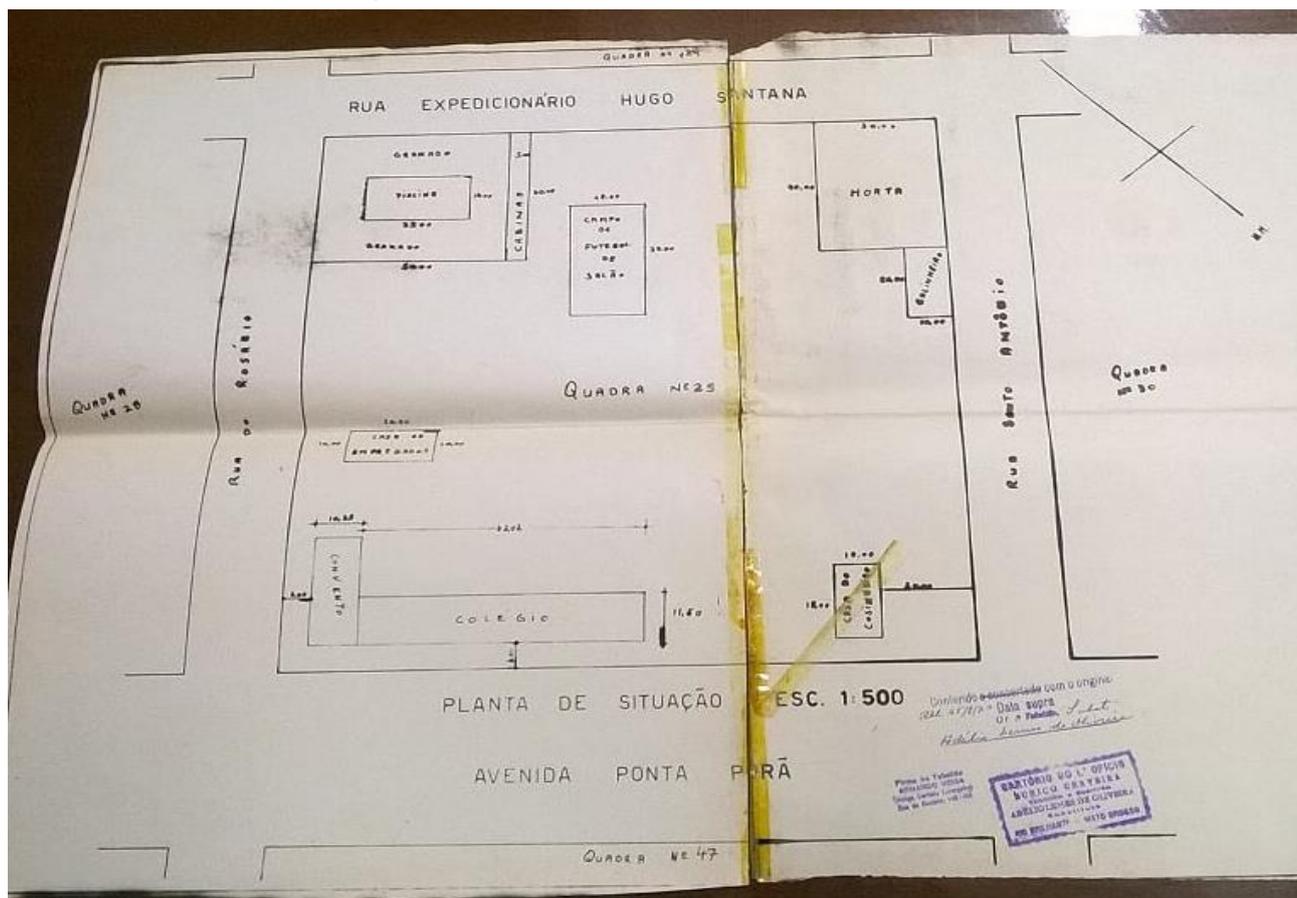
O prédio do Seminário Santo Antônio fica na área central de Rio Brillhante, a poucos metros da Igreja Matriz. Ocupa uma quadra inteira. Na época de registro da planta, a sua frente era na Rua do Rosário, à esquerda da Avenida Ponta Porã, atrás a Rua Santo Antônio e à direita da Rua Expedicionário Hugo Santana, como é possível ver na Figura 39, mais adiante.

No dia 19/08/1970 a planta dessa instituição obteve registro oficial, em um conjunto documental encontrado que mais parecia um “dossiê” responsável por registrar a estrutura física da instituição. Isto porque o documento contava com uma espécie de planta geral e outra detalhada da parte inferior, uma planta baixa das salas e dependências do Seminário, bem como, fotos da utilização destas pelos Seminaristas, somados ao registro de Knob (1988, p. 425), que cita “Em 1962, por ocasião da visita do Pe. Provincial, Frei Beda Schmitt, foi aprovado o projeto e a planta de um novo prédio com capacidade para 100 alunos”.

Esse conjunto de indícios induz a uma planta original, a qual nos foi dado acesso, que foi utilizada para construção e ampliação física do Seminário, conforme registro oficial no início da década de 1970.

Consta escrito à caneta na planta: “Confere com original, 19-8-70, Rio Brilhante, assinatura e abaixo 1º Tabelião”. Carimbado ao lado está: “Cartório do 1º Ofício, Eurico Cerveira, Tabelião e Escrivão, Adélio Lemes de Oliveira, substituto, Rio Brilhante – Mato Grosso”.

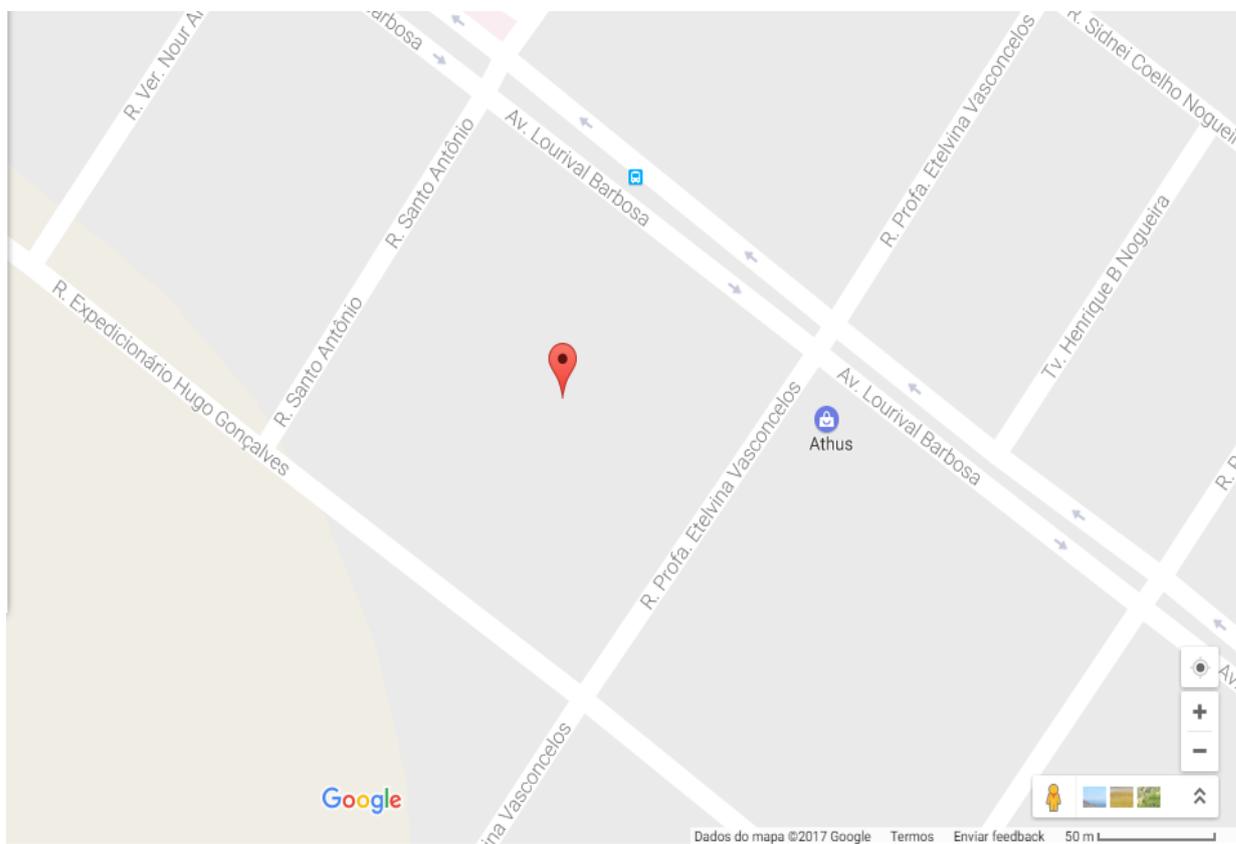
Figura 39: Planta baixa do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Planta do arquivo “Rio Brilhante”, localizado na Paróquia São Francisco, Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

No entanto, atualmente, as ruas que cerceiam o Seminário alteraram nomenclatura, são elas: a frente está na Rua Professora Etelvina Vasconcelos, de número 629; à esquerda, Avenida Lourival Barbosa; atrás, permanece a Rua Santo Antônio e à direita, Rua Expedicionário Hugo Gonçalves, como pode ser visualizado no mapa abaixo:

Figura 40: Localização contemporânea do Seminário Santo Antônio (Atualmente Fazenda Esperança).

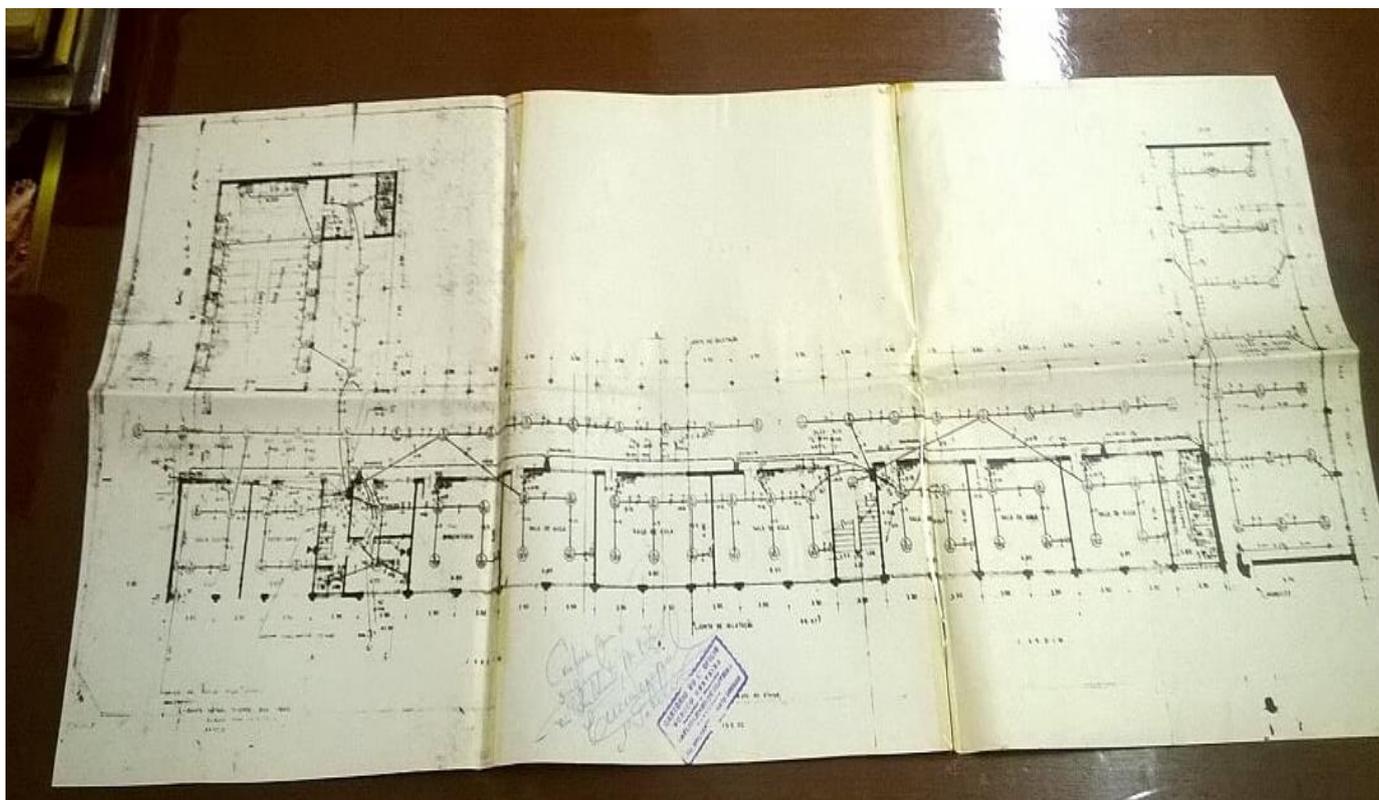


Fonte: Google Maps, janeiro/2017.

A construção do Seminário ocorreu de setembro de 1959 a junho de 1968. Uma curiosidade é que consta na planta que a horta está instalada dentro do Seminário. Todavia, assim como hoje, existem relatos orais de que há muitos anos a horta ficava em outro terreno, aos fundos da lateral direita da instituição, na Rua Expedicionário Hugo Gonçalves. O que leva a acreditar que havia duas dependências para horticultura: uma pequena, dentro da instituição educacional; e outra maior, possivelmente, para provimento dos Seminaristas.

Na Figura 41, logo abaixo, está uma planta detalhada que conta com particularidades das dependências do prédio do Seminário Santo Antônio:

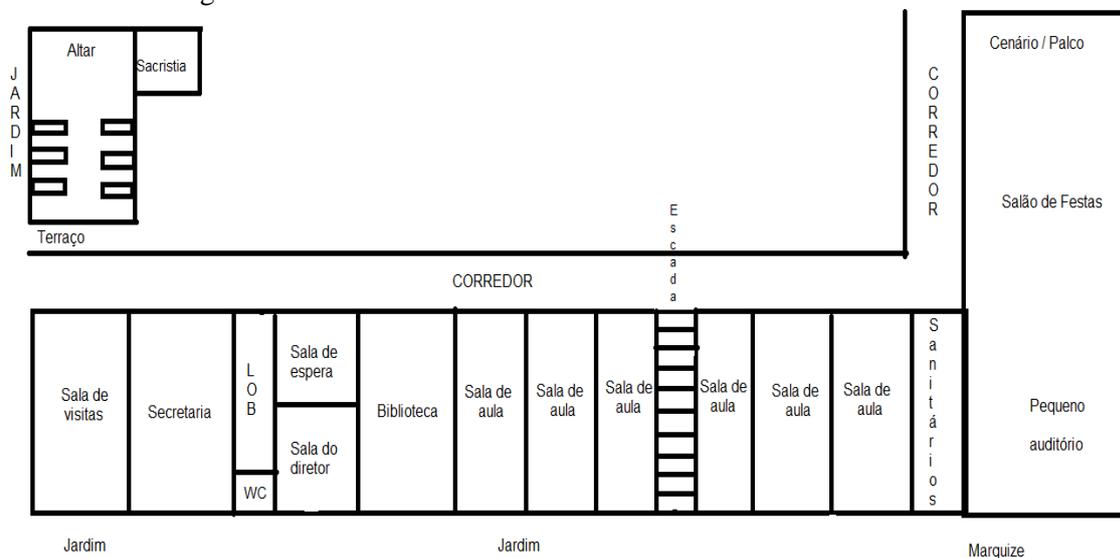
Figura 41: Planta detalhada do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Planta do arquivo “Rio Brillhante” da Paróquia São Francisco de Campo Grande, MS. Acervo iconográfico de Valdez, 2017.

Entretanto, pela ilegibilidade causada pelo advir dos anos, abaixo, na Figura 42, há um esquema simples, porém legível, que denota uma noção mais nítida da disposição das dependências:

Figura 42: Desenho da Planta detalhada do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Construído pela autora (VALDEZ, 2017).

A construção liderada pelos Freis Proto Schurr, Teodardo Leitz, Fridolino Hasenfratz, Everardo Kremper e, por fim, a Hugo Lang, conforme Knob (1988, p. 425), teve início no dia 1º de setembro de 1959 com recursos alemães.

O formato da instituição lembra um “L”. De acordo com Gonçalves (2012), a arquitetura escolar passa por três principais momentos distintos, contudo, para esta dissertação cabe saber os dois primeiros. Inicialmente, ocorre o que a autora chama de “arquitetura clássica” quanto aos prédios escolares. Houve na história da Educação uma transição, na qual o ato de lecionar deixou de ser nas casas alugadas e de professores e passou a “possuir” lugar específico, “sai” da vida cotidiana e “ganha” lugar próprio. A necessidade de se construir prédios exclusivos para promover a educação, todavia, “nasce” com acentuada preocupação estética. Gonçalves (2012) assinala:

A emergência da arquitetura escolar separa e distingue a escola de outros edifícios, conferindo-lhe estatuto próprio como espaço social, possível de ser identificada visualmente como a expressão material da intervenção dos poderes públicos na educação (GONÇALVES, 2012, p. 27).

Viñao Frago (2006, p.48) reforça dizendo que os prédios escolares remetiam a “[...] templos patrióticos e do saber, signo e símbolo do interesse de ditos poderes pela educação”. Assim, a arquitetura dos prédios escolares a serem construídos recebiam especial atenção.

A arquitetura escolar pode, então, ser considerada como potencializadora, no sentido de transmissão de concepções e conceitos. Entendamos:

A arquitetura, como um dos elementos da estrutura que materializa a cultura escolar, é, assim, ao mesmo tempo, fonte e objeto de estudo. Como fonte, permite-nos ler outros aspectos da cultura escolar e concepções pedagógicas e arquitetônicas que mobilizaram as ações políticas de momentos históricos diferentes. Como objeto, permite refletir sobre as relações entre pedagogia e arquitetura (GONÇALVES, 2012, p. 29).

Ou seja, mais que “mera” construção para abrigo dos educandos, há nos prédios construídos a “impressão” de dogmas, estereótipos, jogos políticos, de poder, aspectos culturais, concepções, relações, há história e vários vieses de olhares e análises. Gonçalves (2012, p.30) afirma que a construção do prédio escolar passa a ser “[...] uma referência na paisagem urbana e um símbolo do Estado, da Nação”. Ou ainda, de forma a tentar ousar ampliar, pode-se dizer: da Igreja igualmente. Ao concluir a obra do

Seminário Santo Antônio, Knob (1988, p.426) registra: “Dava a impressão de um trabalho bem-feito, sólido e agradável [...] acabamento primoroso [...]”.

O Seminário não era uma mera obra arquitetônica, foi o primeiro Seminário Franciscano construído através dos Freis oriundos da Turíngia. Esta estrutura, refletia, assim como hoje, imponência e magnitude, obra grandiosa que não passa despercebida, de fato. Utilizando os dizeres de Gonçalves (2012), é uma referência na paisagem urbana de Rio Brilhante, símbolo de extensão, que não deixa de imprimir o capital econômico e, conseqüentemente, o campo de poder²⁴ da Igreja Católica, utilizando aqui as premissas de Bourdieu (2007).

4.1.1. Arquitetura escolar: história e poder

Assim, a organização material da arquitetura escolar reflete dominação e poder. Como conjectura desta premissa, as primeiras escolas a serem construídas, de acordo com Gonçalves (2012), até a década de 1930, marcada pelo espírito científico e ideal positivista, eram:

[...] construídas sob os princípios da razão nacionalista, possuía uma organização espacial que se caracterizava também por um pátio central quadrado, ao redor do qual se distribuam as salas de aula, à moda do claustro das ordens religiosas. Essa ordem distributiva, voltada para dentro, com pátio interno, circundado por varandas que faziam a circulação entre os ambientes, frequentemente simétricos, não era casual. Estão presentes, nesta disposição arquitetônica, as ideias de unidade, harmonia e disciplina que correspondiam a um modelo ideal: espaço contínuo, homogêneo, mensurável, ordenado de maneira que cada elemento dessa estrutura encontrasse seus *locus naturalis*, colaborando assim para a unidade e a integridade do todo, apesar da diversidade de suas partes (GONÇALVES, 2012, p. 38. Grifo da autora).

Gonçalves (2012) afirma ainda que as escolas com fachadas neoclássicas, utilizavam o pátio como meio para separar a escola da rua, onde os alunos estavam “separados dos malefícios do mundo”, como se fosse o espaço, uma transição entre uma cultura e outra. O pátio permitia igualmente o maior controle de alunos e professores (as), a concentração dos educandos no centro da escola facilitava, além do domínio, a

²⁴ Para maior compreensão, recomenda-se a leitura do livro *A economia das trocas simbólicas*, de Pierre Bourdieu (2007).

participação em eventos coletivos, tais como o cantar do hino e o hasteamento da bandeira nacional.

Por volta de 1930 até meados da década de 1960, o advento do escolanovismo se reflete nas obras arquitetônicas escolares, época esta em que o Seminário foi erigido. Sobre isso, Gonçalves (2012) aponta:

Na arquitetura escolar mantém-se a tipologia arquitetônica com um pátio distribuidor de salas, mesmo que a “simplicidade” científica passe a ser retórica nos projetos. Àquele projeto arquitetônico inicial se agregaram novos espaços, além das salas de aula: sala da direção, gabinete dentário, cozinha, pátio de educação física; e a arquitetura vai, assim, revelando o valor que cada uma destas novidades vai ganhando no cenário educativo. Na arquitetura dessas construções encontramos as marcas do estilo arquitetônico chamado “modernista”, de caráter internacionalista: as grandes fachadas distribuídas uniformemente e as amplas janelas de vidro que passam a caracterizar a arquitetura escolar, permitem uma visão “para fora”, revelando uma pedagogia que defendia uma educação aberta para a sociedade, ao contrário daquela que supunha isolar os alunos do mundo social corrompido (GONÇALVES, 2012, p.34).

Este conjunto característico dos novos prédios escolares fica muito nítido em ambas as plantas anteriormente demonstradas (Figura 39 e 41). Como mencionado, a estrutura física lembra o formato de um “L”, distribuindo as salas de aulas, biblioteca, sala do diretor, sala de espera, secretaria, banheiros, sala de espera, *lob* e salão para pequenos eventos. No interior da estrutura está o corredor, que perpassa toda construção e, no centro, o pátio. Ou seja, trata-se de uma típica edificação dos tempos em que fora iniciada suas obras.

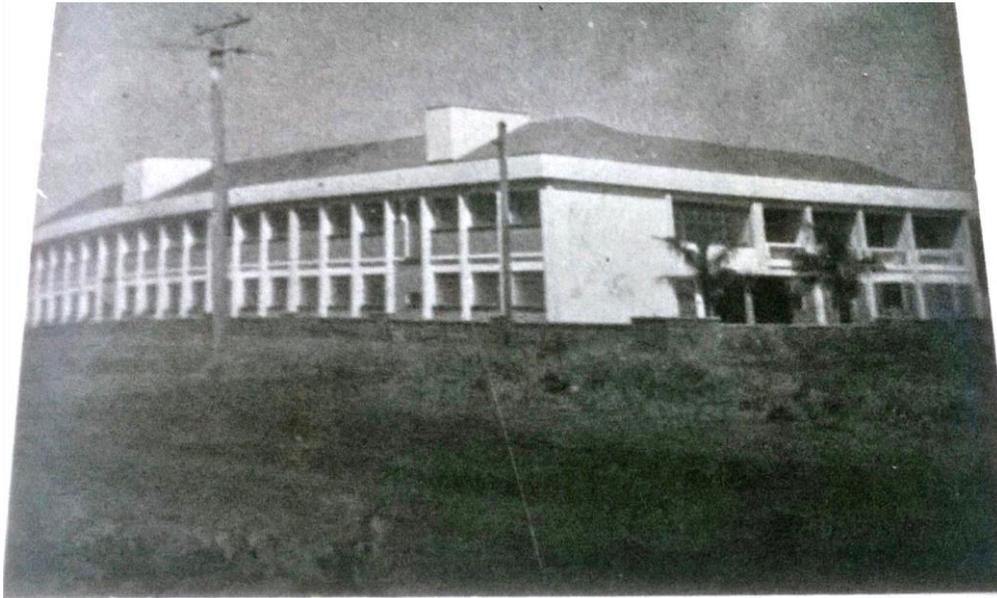
Seguem abaixo algumas fotos, com o intuito de melhor contemplar as características expostas no parágrafo anterior (Figuras 43; 44; 45):

Figura 43: Construção do Seminário Santo Antônio. Década de 1960.



Fonte: Acervo pessoal. Tibiriçá, 2017.

Figura 44: Prédio do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Pedro Knob (1988, p. 425).

Figura 45: “Colégio Santo Antônio”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brillante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

As figuras acima confirmam a influência escolanovista na arquitetura do Seminário. O prédio em formato de “L”, simetricamente construído, e visivelmente com janelas grandes para o bom arejamento, visto também que havia acentuada preocupação sanitária nesta época. Os muros baixos junto às janelas dão realmente a impressão de não haver separação “com o mundo lá fora”. No piso inferior, ficavam as dependências já mencionadas anteriormente. Nas dependências da parte superior ficavam os quartos dos Seminaristas e dos Freis que ali moravam, bem como, banheiros e uma sala comum que conta com uma espécie de aquário artificial feito de concreto e azulejos, além da extensa sacada na parte interna que dá visibilidade ao pátio, capela e demais dependências do Seminário.

Quanto à organização na parte superior, o Frei Bernardo Dettling, em depoimento, menciona:

[...] É, em cima tinha quatro (4) dormitórios, quatro (4) dormitórios com uma capacidade de vinte (20), cada um de vinte (20), foi o frei Hugo que também fez as camas, que fez as mesas [...], uma mesinha de cabeceira pra cada um. Então... tinha quatro (4) dormitórios no segundo piso em cima, cada um com capacidade de vinte (20) ou oitenta (80), tinha lavatório, tinha rouparia e tudo, foi tudo bem organizado, as sala de aulas foram embaixo, no primeiro piso, tínhamos uma biblioteca, boa biblioteca.

Quando indagado sobre as dependências dos Freis, Frei Bernardo respondeu:

[...] eles moravam lá na frente, mas também no segundo piso, foi separado. Isso foi ainda em construção quando eu cheguei, foi ainda em meio a construção, antigamente, tinha lá uma casa separada onde tem hoje a capela, tinha uma pequena casa, simples e lá moravam os padres, mas aquele depois tiramos e os padres ficaram no novo prédio lá.

Quando o Frei Bernardo cita que “eles moravam lá na frente”, diz respeito de quando ainda existia o primeiro convento franciscano de Rio Brilhante, que foi demolido para dar lugar à construção da Capela do Seminário, ainda existente.

4.2. Compartimentos interiores: praticidade e funcionalidade

Outra característica acentuada da época em que o Seminário foi construído, refere-se às dependências inovadoras do prédio:

Consolida-se a concepção dos métodos de ensino pela experimentação ou pela vivência. Por isso, orienta-se que os futuros prédios escolares devem conter espaços necessários para o desenvolvimento de um ensino que não aceita mais “o exclusivista sistema livresco, com seu alvo de mira posto na palavra impressa”. Deve a escola ser uma “oficina do mundo” e deverá o prédio escolar reservar o espaço e oportunidade para que os alunos possam “reconstruir por si mesmo a história, o governo, o comércio e o meio ambiente de outros povos” (GONÇALVES, 2012, p. 44).

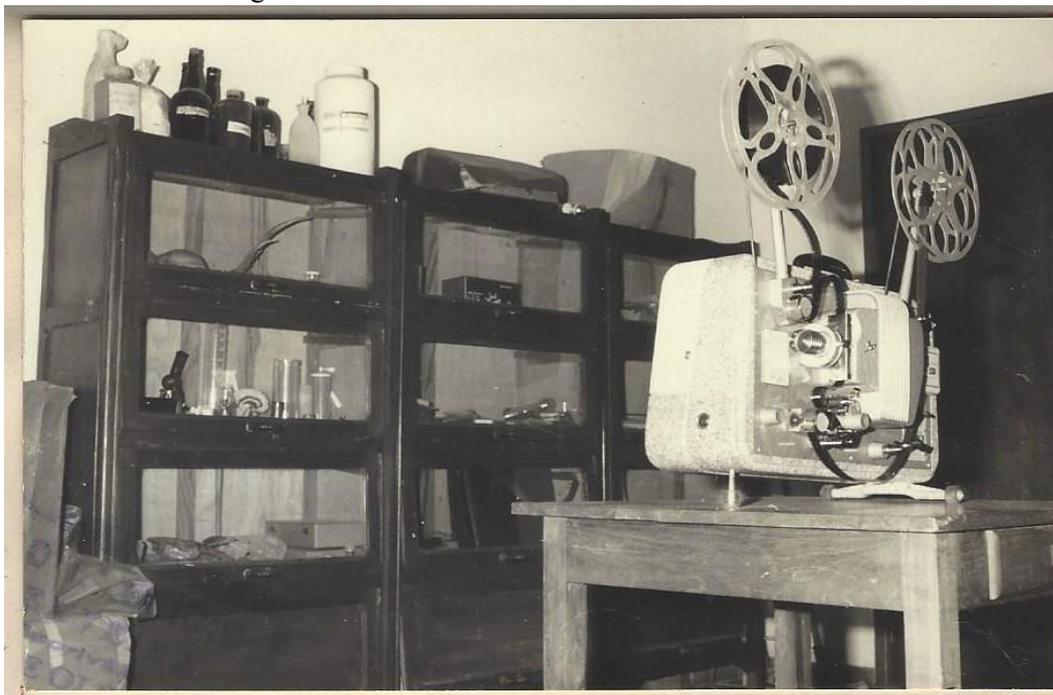
Seguindo esta premissa, o Seminário tinha vários espaços que possibilitavam aos Seminaristas a ampliação e vivência de práticas diferentes. São elas: sala de ciências, laboratório, farmácia, sala de trabalhos manuais, biblioteca, enfermaria, sala de recreio e horta. A seguir, as Figuras 46 a 52 mostram cada dependência referida:

Figura 46: “Sala de Ciências”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brillhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 47: “Laboratório”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 48: “Farmácia”. Foto autenticada em 24/08/1970.



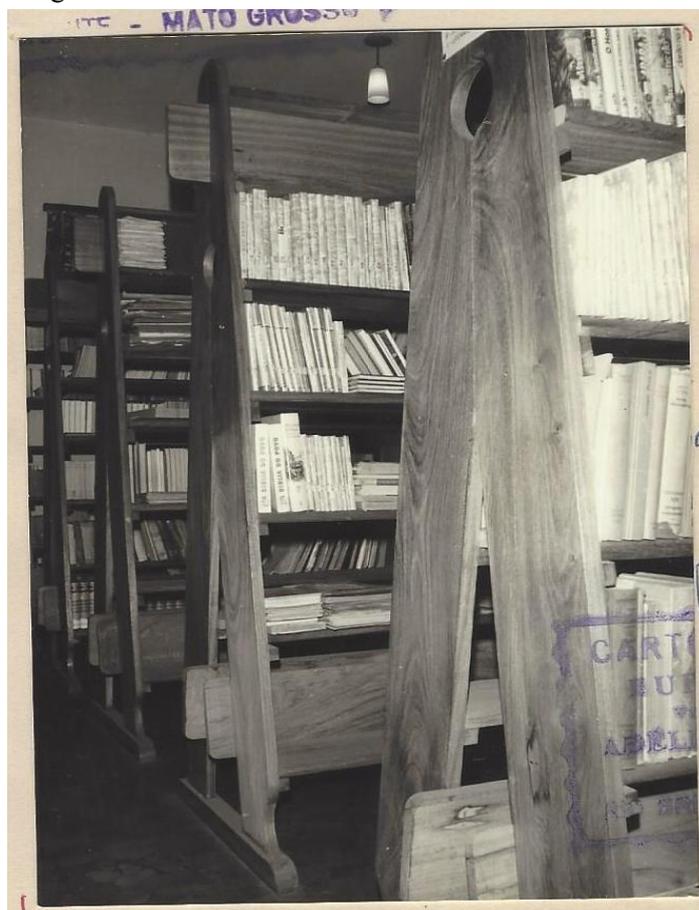
Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 49: “Sala de Trabalhos manuais”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 50: “Biblioteca”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 51: “Enfermaria”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS

Figura 52: “Sala de recreio”. Foto autenticada em 24/08/1970.

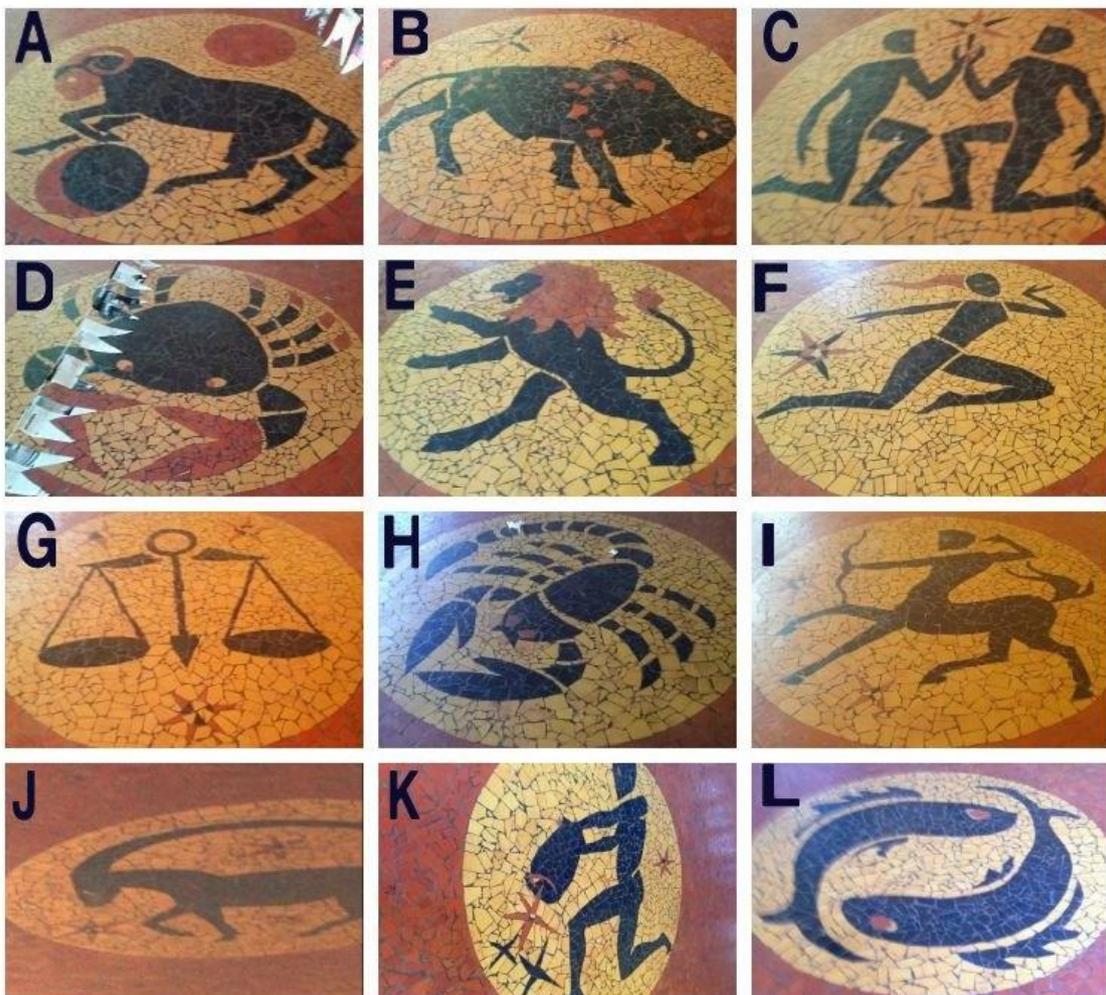


Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

As Figuras (46 a 52) esboçadas acima são oriundas do Arquivo denominado “Rio Brilhante”, resguardado na Paróquia São Francisco de Campo Grande, MS. Elas compõem uma espécie de “dossiê” sobre a instituição, arquivo este outrora mencionado. Tais fotos mostram os seminaristas nas mais variadas dependências do local. As legendas encontram-se entre aspas, pois fora o título que os próprios Franciscanos, autores do conjunto documental, assim nomearam.

Ao se deter ao espaço interno, chama a atenção de qualquer observador a dimensão dos compartimentos. Ao se adentrar as portas do Seminário, além da grandiosa estrutura, área total da instituição e imensas janelas (com cerca de 2,5 m cada), há desenhos em mosaicos no piso. São doze figuras no total, distribuídas simetricamente em linha reta no corredor principal do prédio. Cada figura ali encontrada está abaixo disposta na Figura 53:

Figura 53: Mosaicos no chão do Seminário Santo Antônio.

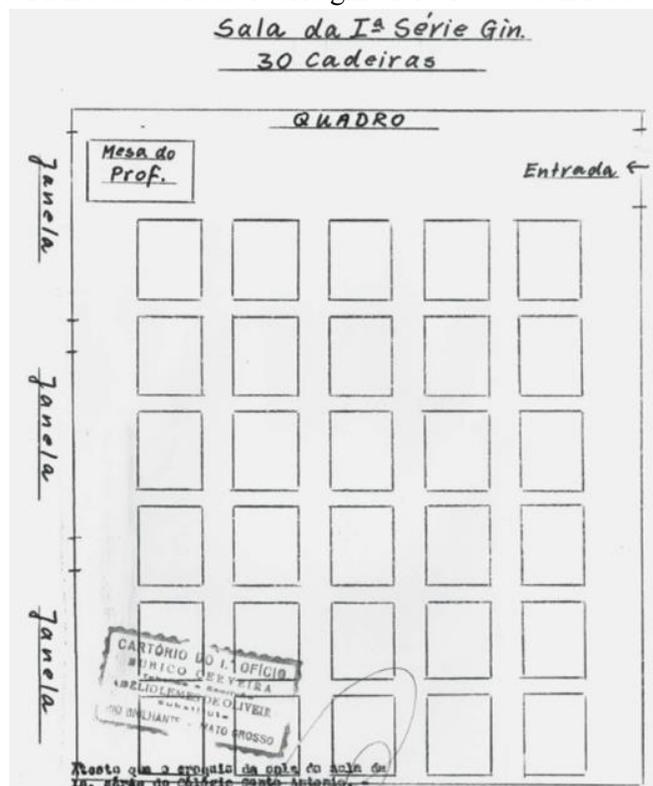


Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

Os mosaicos feitos de cacos de cerâmica (piso) na finalização da construção do Seminário são de cores vermelha, preta e amarela. Segundo conversa informal com os internos da atual Fazenda Esperança, as imagens representam as doze constelações, são elas, em conformidade com a Figura 53: (A) Constelação de Áries (o carneiro); (B) Constelação de Taurus (o touro); (C) Constelação de Gemini (os gêmeos); (D) Constelação de Câncer (o caranguejo); (E) Constelação de Leo (o leão maior); (F) Constelação de Virgo (a virgem); (G) Constelação de Libra (a balança); (H) Constelação de Scorpius (o escorpião); (I) Constelação de Sagittarius (o sargitário ou arqueiro, o centauro dos mitos gregos); (J) Constelação de Capricornus (o capricórnio, a cabra do mar); (K) Constelação de Aquarius (o aquário) e, por fim, (L) Constelação de Pisces (os peixes).

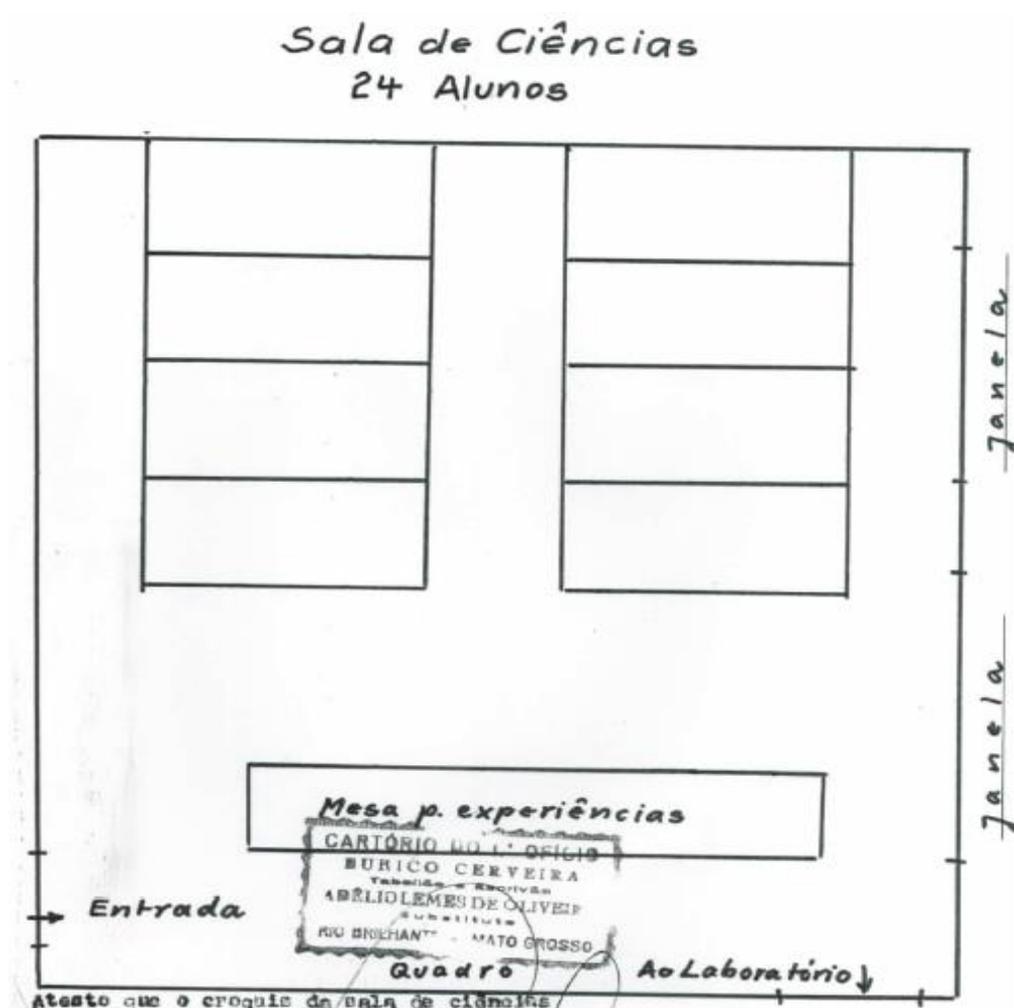
É ainda disponibilizado, quanto ao interior do Seminário Santo Antônio, no conjunto documental sobre a instituição, um arquivo encontrado na Paróquia São Francisco de Campo Grande – MS; uma planta baixa das salas de aulas e da sala de ciências. Vejamos:

Figura 54: Planta da “Sala da Iª série gin.”. Foto autenticada em 19/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brillante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 55: Planta da “Sala de Ciências”. Foto autenticada em 19/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brillhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

A Figura 54 mostra o esquema de disposição das salas de aula. Todas possuíam a mesma tipologia. Comportavam 30 cadeiras, contavam com três janelas de 2,5 m cada, as quais davam visibilidade à Avenida Lourival Barbosa (atualmente assim denominada); a mesa do professor(a) que ficava na direção da porta (esta, por sua vez, ficava na frente da lousa). Já a Sala de Ciências, comportava 24 alunos e tinha suas janelas com visibilidade para o interior do Seminário, possuía oito mesas para os alunos, além de uma mesa maior que servia para os experimentos. Logo na entrada, já se localizava a lousa, do lado direito, na mesma direção em que havia uma porta que dava acesso ao laboratório da instituição.

A seguir, estão as fotos das dependências interiores da sala de aula:

Figura 56: “Sala da I série ginásial”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis. Campo Grande/MS.

Figura 57: Antiga sala de aula do Seminário Santo Antônio.



Fonte: Acervo iconográfico de Valdez, 2016.

A Figura 56 é exatamente a mesma concebida na planta (Figura 54), que dá representatividade ao desenho. Os móveis eram todos de madeira, a mesa dos alunos era dupla, embora algumas fotos dão conta que também haviam mesas individuais. À direita da lousa ficava a porta de entrada/saída.

A Figura 57 é uma foto atual das dependências outrora ocupada pelos Seminaristas. A Revista da Educação (1937, p.152), citada por Gonçalves (2012, p.45), menciona que as novas escolas construídas, orientadas por premissas escolanovistas, deviam seguir as recomendações técnico-construtivas, que incidiam nos aspectos pedagógicos, tais como: “[...] recomendava a extinção em definitivo dos tablados que ainda sobreviviam em diversos países”. Neste âmbito, o Seminário permanecia com resquícios da arquitetura tradicional. Como se observa nas fotos, as salas possuíam tablados de concreto que deixavam, ainda que pouco, os professores elevados, representando uma hierarquia em sala. A esse respeito, Bourdieu (2007) escreve:

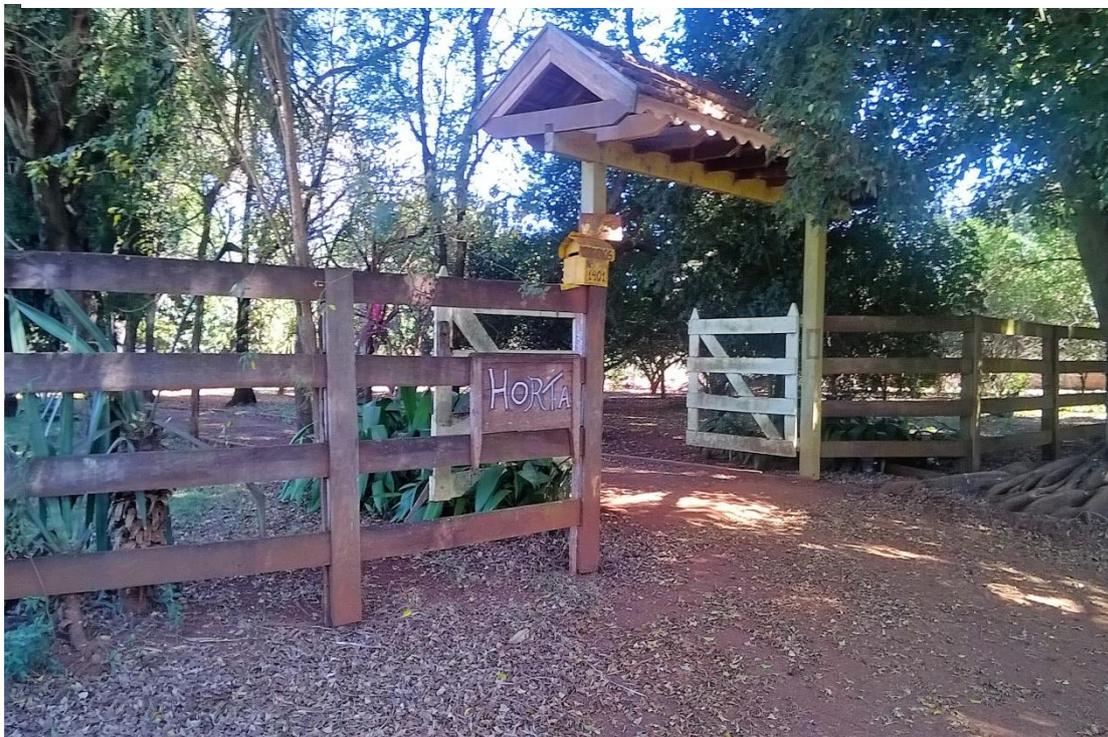
[...] Assim como o sacerdote em sua condição de funcionário de uma Igreja, o professor está investido de uma autoridade institucional (autoridade pedagógica) a qual, diversamente do profeta ou do criador intelectual, dispensa-o de fundar sua autoridade por sua própria conta, uma vez que em qualquer ocasião e a qualquer momento sua prédica dirige-se a um público já convertido ao valor de sua mensagem [...] (BOURDIEU, 2007, p. 253).

Não há dúvidas de que a disciplina era primordialmente prezada no Seminário, todavia, o tablado construído deixava nítida a autoridade presente na pessoa do professor. Os alunos, conforme Bourdieu (2007), era “um público convertido”, neste caso, pois as premissas, ainda que físico-estruturais, deixam clara a mensagem de prelado.

Assim, ainda que o Seminário Santo Antônio tenha sido construído em um “novo tempo” da arquitetura escolar, de forma a sofrer influências do Movimento da Escola Nova e da Ditadura Militar, apresentava, como típico da segunda fase das edificações educacionais, conforme Gonçalves (2012, p.44), “[...] princípios da arquitetura clássica”.

4.3. Área externa: trabalho e lazer

Figura 58: Entrada da horta pertencente ao Seminário Santo Antônio, atualmente sob os cuidados da Fazenda Esperança.



Fonte: Acervo iconográfico Valdez (2016).

A Figura 58 é oriunda de arquivo pessoal, na qual consta a entrada da horta do Seminário Santo Antônio (atualmente sob responsabilidade da Fazenda Esperança). A horta fica localizada na Rua Expedicionário Hugo Gonçalves, quase de frente ao Seminário, na chamada Chácara Santa Terezinha. Nela, cria-se os animais da instituição franciscana, além de possuir também um curral para as vacas leiteiras. A horta “maior”, de provimento dos Seminaristas, bem como os animais, ficavam fora das dependências do Seminário, no entanto, a planta arquitetônica ilustrada outrora aponta que existia uma horta “menor” dentro da instituição educacional. Sobre esta inovação no ensino, o Frei Bernardo Dettling mencionou:

[...] depois do almoço tinha um tempo livre, e sempre uma tarde, depois a tarde [...] tinha esporte, tempo livre e uma parte foi na horta. Nós fizemos uma horta de verduras, de legumes bem grande, tudo... tudo cresceu bem, mas a terra foi tão dura e no começo tínhamos mesmo que soltar a terra, abrir a terra com picareta, porque com enxada não pegou, pá não pegou, com picareta ... [...] então depois tudo cresceu, fizemos também grupos de trabalho, serviço leve. Os

seminaristas gostavam, semeamos verduras, couve-flor, cebolas, cenouras e tudo isto, então transplantamos. O frei Hugo colocou água, agora tínhamos uma horta muito bonita, mas os meninos não eram acostumados a comer verduras, salada, alface, tudo. Um me falou: “Frei, não somos vacas! Né... Não comemos isso!” [...] não estavam acostumados, então, na aula de biologia eu expliquei que vitaminas têm nas verduras que vitaminas têm na cenoura, no couve-flor e na cebola, e expliquei para que servem as vitaminas no corpo, que eles dão força e saúde e então quando os meninos ouviram isso eles começaram a comer, porque todos queriam ficar fortes, queriam ficar forte. Isso foi bonito, né?.

O depoimento revela que esta horta foi fonte de suprimento e trabalho para os Seminaristas, pois os Freis os envolviam em todas as atividades possíveis. Plantavam os mais variados legumes e hortaliças, todavia, os alunos não eram habituados a se alimentarem de tais mantimentos, o que levou os Freis a prepararem uma aula sobre a temática explicando a importância desses para a saúde.

Prosseguindo com as considerações do espaço nesta época, sob premissas do Movimento da Escola Nova, Gonçalves (2012) ainda aponta:

[...] A introdução das práticas de educação física, não apenas nas escolas, mas nas praças e ruas, com a construção de muitos centros esportivos, destinava-se a constituição de uma nacionalidade forte e disciplinada, de um povo forte e saudável, de uma raça brasileira, com inspiração na Itália e Alemanha. Os campos e pátios de educação física entram na arquitetura escolar para ajudar a construir esse “tipo brasileiro”, no físico e na mente (GONÇALVES, 2012, p.47).

O Seminário Santo Antônio também dispunha desse espaço para prática de educação física. A prática de futebol era corriqueira e valorizada entre os Franciscanos, um dos principais meios de entretenimento da ocasião, discorrida no Livro de Crônicas (1975-1988) e nos relatos de jornais circulantes. Em depoimento público ao Jornal *Dourados News*, José Tibiriçá recorda:

O seminário tinha um time de futebol que era imbatível na época (**entre 1964 e 1967**), cuja seleção juvenil da cidade, apenas conseguiu empatar conosco por 3 x 3 uma vez, ainda com a inclusão de dois bons jogadores da cidade, Noercio (diabo loiro) e o Zé Galinha para completar o time, nosso técnico era o frei Norberto, que vive hoje em Rondonópolis-MT. [...] Em 1966 ali chegou Frei Bernardo Detling que além de professor, dirigia os trabalhos administrativos e gostava de umas peladas de futebol, cujos padres jogavam de batina.

Conforme trecho, José Tibiriçá relata que não só os Seminaristas jogavam, mas também os Freis. O Frei Norberto, do qual o depoente faz referência, vive atualmente na Paróquia São Francisco de Campo Grande - MS.

Abaixo, a Figura 59 mostra o campo de futebol do Seminário:

Figura 59: “Colégio Santo Antônio e seus campos de futebol”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brilhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

Figura 60: Seminarista rumo a mais uma partida de futebol, entre 1964 e 1967.



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

Na Figura 59 mostra que o Seminário Santo Antônio contava com dois campos de futebol, devido a extenso tamanho da propriedade. A Figura 60, por sua vez, registra um momento em que, possivelmente, os meninos do Seminário estavam partindo rumo a mais um jogo de futebol, em traslado realizado na Kombi da instituição. Os arquivos de propriedade de José Tibiriçá, datam entre o ano de 1964 e 1967.

Havia também uma piscina nas dependências do Seminário Santo Antônio, construída entre janeiro de 1960 a junho de 1970. Tratava-se de uma inovação, na época:

Figura 61: “Piscina do Colégio”. Foto autenticada em 24/08/1970.



Fonte: Acervo documental “Rio Brillhante”. Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

A construção do campo de futebol e da piscina no Seminário Santo Antônio, feita a partir de setembro de 1959, exprime que foi erigida uma instituição educacional à frente do seu tempo. No que tange a região do sul de Mato Grosso, pode-se dizer que esta obra simbolizava certo “progresso” na cidade.

Sobre a construção da piscina, o Frei Bernardo comenta:

[...] pois é, esse foi também, eu tinha ideia de uma piscina também, ajudei o bem-feitor a ajudar, na Alemanha, então, mas tínhamos também resistência né, mas esses frades velhos, esses freis velhos, eles não gostavam muito assim, né? Um me disse, eu me lembro bem: __ Para que uma piscina? Que é isto? Toda vida eu lavei minha bunda no córrego, no rio.

[...] Mas a piscina não é para lavar a bunda né, é para esporte, para saúde, né. Então o frei Hugo ele construiu com sua turma esta piscina, muito bom!

De fato, o depoimento acima confirma uma tendência a partir de 1964, com o advento do regime militar, que é a valorização dos esportes, da educação física nas escolas, a fim de preparar um tipo físico mais aparelhado para os serviços militares. A obra do Seminário Santo Antônio contava com espaços suficientes e de bom nível para esta função. Havia também expressivamente a valorização do esporte nas aulas, como bem é registrado ao longo dos Semanários e Livro de Crônicas (1975-1988).

Sobre esta questão, contamos ainda com a colaboração do Frei Bernardo:

[...] então tínhamos também bastante esporte, tínhamos uma boa equipe de futebol, jogamos até contra colégios aqui em Dourados. Que foi muito bonito, fizemos já naquele tempo atletismo, não só futebol, atletismo, salto a distância, salto a altura, jogamos o disco, jogamos aquele dardo. E que foi com disciplinas que os meninos não conheciam antes

Nas reflexões de Gonçalves (2012, p. 42), é possível denotar que, através destas dinâmicas, tanto na arquitetura escolar quanto nas práticas pedagógicas “[...] A educação era, mais uma vez, apresentada como a alavanca que ergueria o país à condição de “nação”.

Fato de suma importância é que, a estrutura em “L” das escolas tinha por função proporcionar uma facilidade para possível ampliação do prédio, mesmo que ulterior, como foi no caso do Seminário. Embora as plantas aqui apresentadas (Figura 39 e 41) não especifiquem o espaço superior do prédio, onde se localizavam os quartos dos Seminaristas e dos Freis ali residentes, sabe-se que esta estrutura existe, bem como, em visita realizada nas dependências da atual Fazenda Esperança, pode-se notar que a construção é bem maior do que a presente na planta disponível na pesquisa.

Por fim, a estrutura, na verdade, possui formato de “U”. Ficando, atualmente, disponibilizado nesta nova ala a cozinha e a fábrica de pães, entre outras dependências.

A Figura 62, abaixo, mostra uma visão vertical das atuais conexões da instituição:

Figura 62: Visão vertical da Fazenda Esperança, antigo Seminário Santo Antônio.



Fonte: Google Maps, 2017.

É possível ver na figura 62 os dois campos de futebol, o extenso pátio que é bastante arborizado; a capela, localizada à esquerda da entrada da instituição; a piscina do Seminário, bem como, seu atual formato estrutural. A ala direita e o fundo desta, o pequeno salão de eventos, consta na planta outrora apresentada. Já a extensão desta área, incluindo o novo pavilhão, localizado no lado esquerdo, não está na planta disponibilizada. Não há, igualmente, informações quanto à área total do Seminário, tão pouco da área construída. Todavia, com um recurso da *web*, é possível calcular a distância de imagens via satélite, ainda que de forma genérica, podendo dar, assim, uma melhor noção da área que estamos tratando aqui.

Ao que tudo indica, o quarteirão que o Seminário ocupa é um quadrado perfeito, a soma do seu lado direito e fundos, como mostra na Figura 62, tem resultado de 322 metros aproximadamente, o que resulta em uma área total de $160 \times 160 \text{ m}^2$.

Ressalta-se, entretanto, que não são medidas oficiais, pois qualquer informação deste mérito ainda não foi localizada em nenhuma obra memorialística, bibliográfica ou oficial.

4. 4. Rotinas seminaristas: Trabalho, disciplina e lazer

Com o cruzamento de informações contidas no Livro de Crônicas (1975-1988) e os depoimentos coletados, foi possível compreender como se constituía a rotina seminarista no Seminário Santo Antônio de Rio Brilhante.

A instituição funcionou na maior parte de sua história com regime de internato. Assim, os meninos iam para suas casas apenas na época das férias e feriados religiosos especiais, como semana santa. Tibiriçá (Depoimento, 2017)²⁵ aponta como começava o dia: “[...] É, a gente, pela parte da manhã...Nós íamos à missa, aí tomávamos o café da manhã e íamos às aulas”. Frei Bernardo (Depoimento, 2016) complementa, genericamente, como prosseguia o dia:

[...] então tinha as aulas de mais ou menos das 7:30 até as 11:30, então tinha um tempinho livre, então tinha o almoço e depois, depois do almoço tinha um tempo livre né, e sempre uma tarde, depois a tarde [...] tinha esporte, tempo livre e uma parte foi na horta.

De acordo com o horário “Distribuição de aulas” de 1968, Figura 36, é possível confirmar que as aulas iniciavam às 7h e 30 min.; havia um intervalo das 9h e 30 min. às 10h. Depois, as aulas seguiam até às 11h e 20 min.. Cada aula tinha tempo de quarenta minutos, sendo lecionadas três aulas antes do intervalo e duas após. Esta rotina era seguida de segunda-feira a sábado.

Frei Aluísio (Depoimento, 2017)²⁶ dá riqueza de detalhes:

[...] Eu não lembro que hora que a gente levantava, mas tinha a oração da manhã, o café, depois as aulas. As aulas eram de manhã e aí na parte da tarde tinha o trabalho. Aliás, tinha estudo, trabalho e lazer. O lazer consistia no futebol basicamente, e piscina também, esporte, piscina no horário do banho, [...] boa parte do tempo era trabalhos e estudo. [...] No começo da tarde tinha estudo, depois trabalho e ao final do dia tinha missa e a noite tinha estudo de novo, depois a gente

²⁵ Depoimento concedido por José Tibiriçá em 19/02/2017 às 8:42, em sua residência, Dourados/MS.

²⁶ Depoimento concedido por Frei Aluísio Alves em 25/02/2017 às 11:04, na sala de visitas da Paróquia São Francisco de Assis, Campo Grande/MS.

apreciava a televisão e depois a oração da noite (DEPOIMENTO FREI ALUÍSIO, 25/02/2017).

Observa-se, portanto, que as aulas se concentravam no período matutino, antecedidas pela missa matinal. Após o almoço, os alunos tinham tempo livre, o qual era preenchido com as mais variadas atividades, intercaladas, conforme horário das aulas, com Educação Física e canto orfeônico; além das atividades de lazer, conforme depoimentos, que poderiam ser desenvolvidas a exemplo do jogo futebol, a execução de tarefas escolares e de trabalho.

O trabalho que os Seminaristas executavam era variado, poderia ser ligado à horta, à limpeza e à manutenção do Seminário, bem como, no auxílio à construção da instituição.

[...] Frei Simeão é muito organizado. Trabalha, numa constância exemplar, dentro do seu horário. Os frutos estão à vista de todos - produção de verdura em abundância para o seminário, para a comunidade de Campo Grande, e para vender. Seminaristas dão sua mãozinha ao Frei Simeão, nas horas de trabalho, visitam-no de vez em quando; ele, por sua vez, sempre tem uma palavrinha amiga. Horta constitui uma aula contínua! (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, fl. 4).

A horta, muito bem cuidada, rendia boa produção para o sustento alimentar dos Seminaristas, que, por vezes, ajudavam o Frei Simeão na horticultura. Nota-se também que os alimentos serviam igualmente como fonte econômica, de provimento da instituição. Frei Bernardo relata como tudo começou:

[...] Então depois tudo cresceu né, fizemos também grupos de trabalho, serviço leve né. Os seminaristas gostavam, semeamos verduras [...] então transplantamos, o frei Hugo colocou água, agora tínhamos uma horta muito bonita.

Tibiriçá fala sobre as várias atividades realizadas no Seminário:

[...] Trabalho nosso qual que era lá? Era limpar o pátio, passar pano, né? [...] Encerar, a gente estudava e praticava esporte, né? Nós tínhamos uma banda de música, né? E essa banda de música, ela se apresentava em várias regiões aqui, né? [...] Eu devo muito aos Frades Franciscanos, aquilo que eu sou hoje, eu estudei sete anos lá, gratuitamente, praticamente, porque a gente trabalhava, né? Na construção do seminário, porque aconteceu o seguinte: Tinha a parte velha, aí começaram a fazer a construção do seminário que é hoje [...] Então o Frei Hugo, que deve estar com seus 80 anos, ele mora na igreja São Francisco, ele era mestre de obras, ele era irmão leigo,

como chamava antigamente, então ele era o construtor da obra e nós íamos com ele de caminhão nas olarias, carregava os tijolos, né? E ele carregava, descarregava, e era um passeio pra gente. A gente fazia com gosto [...].

Cruzando as informações, o trabalho que competia aos Seminaristas se resumiam em ajudar na obra do Seminário, auxiliar no plantio e nos cuidados com a horta, além de fazer limpeza/manutenção do local. Conforme Tibiriçá, os alunos faziam estas atividades com prazer, encarando, muitas vezes, o transporte de materiais, por exemplo, como um passeio.

O lazer se constituía, basicamente, em apresentações com a Banda do Seminário, piqueniques, churrascos, jogos, presença nas festas religiosas e o tão comentado em todos os depoimentos e ao longo do Livro de Crônicas (1975-1988), jogo de futebol.

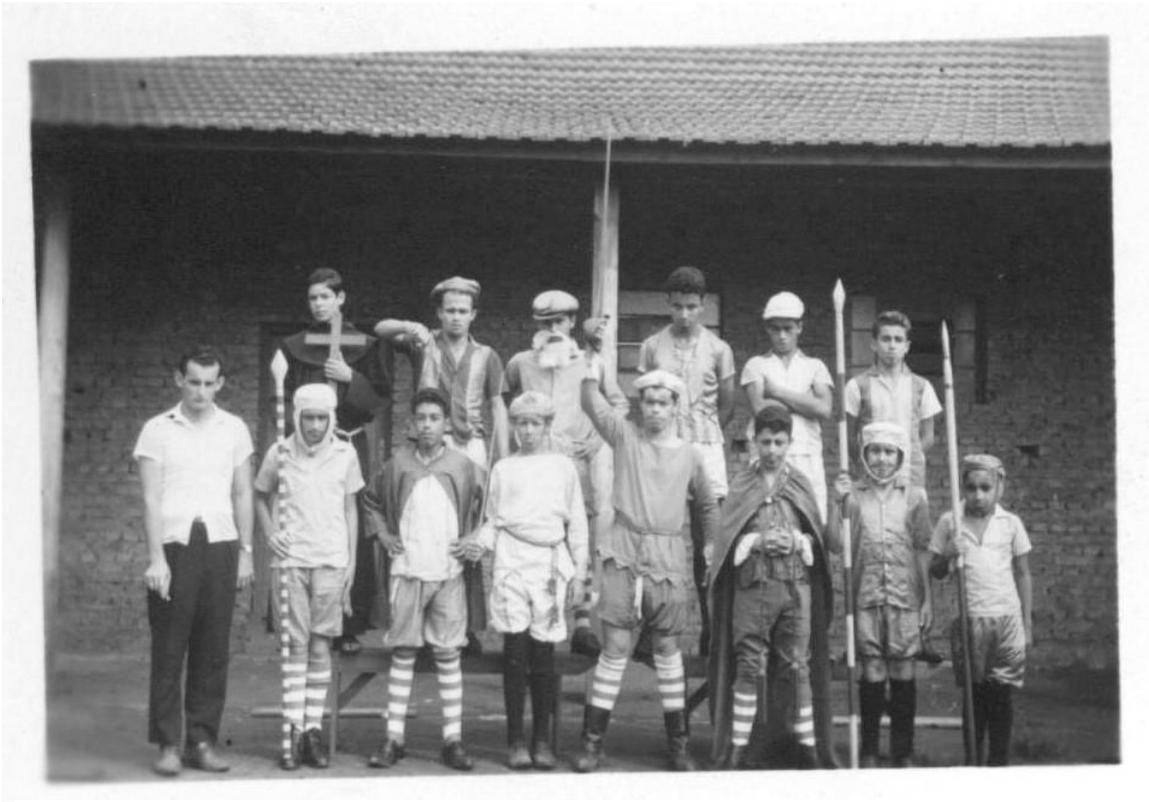
As atividades envolvendo cultura se tornavam, muitas vezes, notícia de jornal, como foi apresentado no primeiro capítulo. Em geral, foram noticiadas apresentações de teatro, música, jogos de futebol e de basquete, como dissertado outrora.

Figura 63: Alunos da Banda do Seminário Santo Antônio (entre os anos de 1964 e 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

Figura 64: Alunos do Seminário Santo Antônio caracterizados para apresentação teatral (entre os anos de 1964 e 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

O lazer também envolvia passeios, piqueniques, jogos e banhos no rio:

O feriado do nosso querido padroeiro Santo Antônio, nos possibilitou um dia diferente. Foi um passeio na fazenda do Sr. Henrique, a 42 quilômetros daqui. O Sr. Osvaldo, membro do MFC da cidade, levou toda a garotada com o seu caminhão. Toda a comunidade aproveitou esta saída. Até as cozinheiras. Somente o Frei João que não foi.

O dia foi realmente diferente. Até o meio dia estivemos á vontade. Depois veio um churrasco delicioso, oferecido pelo dono da fazenda. Frei Norberto já foi lá no dia anterior para ajudar na preparação das coisas.

Na parte da tarde tivemos algumas competições, gincana, etc. Os vencedores da corrida de saco, do ovo, da agulha, do encher a garrafa coma boca, etc, ganharam prêmios. Todos se divertiram mesmo. Não foi só um simples passeio. Mas, um encontro fraterno.

Na volta, toda garotada ainda tomou um banho num rio, que ficava perto da fazenda. Foi um “delírio”. Chegamos em casa às 17,30 hs. Tudo foi bem e o dia não podia ser melhor. Aliás, foi o primeiro passeio deste ano.

A quem nos possibilitou este dia alegre, fica o nosso muito obrigado (LIVRO DE CRÔNICAS, 1975-1988, p. 21).

Nos documentos angariados para subsidiar esta dissertação foram encontrados alguns registros de momentos como este acima narrado:

Figura 65: Alunos do Seminário Santo Antônio jogando (entre os anos de 1964 e 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

Figura 66: Alunos do Seminário Santo Antônio tomando banho de rio (entre os anos de 1964 a 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

Figura 67: Alunos do Seminário Santo Antônio em um piquenique (entre os anos de 1964 a 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

Figura 68: Alunos do Seminário Santo Antônio em um passeio numa fazenda circunvizinha (entre os anos de 1964 e 1967).



Fonte: Arquivo iconográfico de Tibiriçá, 2017.

O arquivo iconográfico de Tibiriçá é uma rica fonte de registro do cotidiano do

Com a reprografia deste documentário foi possível disponibilizar nesta dissertação fotos que dão dimensão mais real do que outrora era apenas figurativo na mente ao ler as Crônicas ou ao ouvir depoimentos. As legendas das figuras foram orientadas pelo próprio documentário.

Vale ressaltar que durante todo o Livro de Crônicas (1975-1988) foi, por vezes, narrado que frequentemente os Freis e/ou os Seminaristas eram convidados para “churrascos”. Este convite ocorria sempre que havia um evento de interesse do dono da fazenda, como batizados, casamentos, bodas, etc., ou ainda, quando a Igreja tinha interesse em levar os meninos para um momento diferenciado de lazer. Foi compreendido destas narrativas que esta ação era, na verdade, uma manutenção de vínculos, certamente, com os donos das fazendas e suas famílias, respectivamente, a fim de manter estreitas as relações, de forma a ampliar e/ou conservar o capital social dos Freis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Irmão Sol, Irmã Lua

Doce é sentir como em meu coração
Agora humildemente está nascendo amor...
Doce é entender que não sou mais só,
Mas que eu sou parte de uma imensa vida
Que generosa resplandece em torno de mim...
Presente Dele, do seu imenso amor!

Deu-nos o céu e as estrelas claras
Irmão Sol e Irmã Lua
A mãe terra com frutos, campos e flores
O fogo, o vento, o ar e água pura
Fonte de vida para suas criaturas
Presente Dele, do seu imenso amor,
Presente Dele, do seu imenso amor!

Fratello Sole Sorella Luna,
Claudio Baglioni.

Desde o início desta investigação almejou-se contribuir para o avanço dos estudos dedicados ao campo da Educação no Brasil, com destaque para a expansão do ensino no sul de Mato Grosso, através do avanço dos Franciscanos na região da Grande Dourados. Dessa ambição, foi eleito o Seminário Santo Antônio de Rio Brillhante como objeto de pesquisa. Ancorada nos relatos memorialísticos, nos pressupostos teóricos de Michel de Certeau (1982), Le Goff (1990), Chartier (2002), Justino Magalhães (2004) e Bourdieu (2007), dentre outros. E, a partir das fontes históricas, especialmente, os Semanários de Classe, o Livro de Crônicas (1975-1988), o Regimento Interno, as “memórias visuais”, os depoimentos orais, os Livros de Tombo da Paróquia Divino Espírito Santo (II volume); foi possível realizar esta pesquisa no viés da História Cultural e observar as relações desta dinâmica entre a cidade e a instituição educacional.

Se apreende a partir deste trabalho de pesquisa que o caráter funcional do Seminário católico/franciscano Santo Antônio se assentava nos seguintes preceitos básicos das áreas humanas e religiosas: esporte e lazer, ensino, trabalho e práticas comunitárias cotidianas, as quais estavam pautadas nos princípios da Ordem Franciscana, como a fraternidade e o cultivo espiritual.

Foi possível entrever que se tratou de um árduo investimento alemão na “Região de Missões”, que percebeu a educação como *locus* privilegiado, de forma a vislumbrar a atuação e extensão Franciscana, definindo um círculo de atendimento específico, cuja ação não visou apenas o exercício educacional, mas também o atendimento da chamada “promoção vocacional”.

Assim, a partir do caminho trilhado, pôde-se identificar parte das relações de sentido e de força que se manifestaram na diáspora franciscana. Grande foi o esforço dos Missionários em promover a ação educacional em prol dos objetivos da Igreja. Todavia, por mais esmeros que fossem os esforços dos religiosos, eles não alcançaram o objetivo para o qual foram edificados. Isto fica se evidencia, por exemplo, quando se recobra dados tais como o fato de haver relatos de apenas dois Seminaristas que decidiram pela vida celibatária.

No entanto, há de se enfatizar que o Seminário se destacou enquanto instituição educacional, ao ofertar uma disseminação qualitativa do ensino-aprendizagem no interior do Mato Grosso/Mato Grosso do Sul entre as décadas de 1960 e 1990. Dessa forma, se por um lado o Seminário se viu diante das limitações, no que tange ao estímulo e cultivo de sacerdotes nativos, isto não ocorreu diante da perspectiva da Escola/Colégio Santo Antônio de Rio Brillhante.

Ao contrário disso, ele obteve sucesso e serviu de referência regional ao proporcionar uma qualidade educacional à frente de seu tempo na época em que se assentou no município, o qual era considerado um lugarejo, caracterizado pelo latifúndio, como apontou o viajante Desidério Simplício, em 1959, ao narrar sua passagem por Rio Brilhante, no Jornal *O Progresso*.

Foi o Seminário/Escola uma boa alternativa para os pais, em sua maioria, humildes agricultores residentes nas colônias agrícolas; em ofertar uma educação diferente das “escolas do mato”, conforme denominou o Frei Miguel, ao se referir às pouquíssimas escolas rurais existentes naquele tempo.

O número de possibilidades para o aluno prosseguir seus estudos após aprovação no exame admissional era parco na região, como bem narrou José Tibiriçá em depoimento, destacando-se o Seminário/Escola como uma possibilidade peculiar para os filhos de lavradores, que não tinham, à época, em sua maioria, a compreensão dos objetivos de um Seminário.

Se por um lado a Igreja subsidiava uma educação de qualidade, a fim de estimular a “promoção vocacional”, por outro, como o Frei Aluísio bem frisou em conversa, os pais buscavam uma educação de qualidade sem se prender a este objetivo, que se resumia no pensamento de muitos, como nada mais do que “estudar no colégio dos padres”. Não havia, portanto, o vislumbre de “meu filho, padre!”, mas sim, “meu filho, estudado!”, genericamente narrando.

O Seminário Santo Antônio, de fato, mandou bom número de alunos à Agudos - São Paulo, para concluir o denominado 2º Grau e se decidir pela vida celibatária. No entanto, foi nesta fase que alguns Seminaristas optaram por continuar e outros desistiram de prosseguir. Ou seja, para estes últimos, o Seminário franciscano de Rio Brilhante foi lugar de passagem.

Mediante as várias fontes encontradas e aqui exploradas, fica nítido que os Frades tinham consciência desta possibilidade, da desistência após Agudos, todavia tinham esperanças mais convictas quanto ao número de sacerdotes a serem formados. Entretanto, isto não ocorreu, mas também não cessou os esforços dos Freis em promover uma educação de qualidade no sul de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, haja vista que se controverteram e resistiram quanto foi possível para o não fechamento do Seminário. Mesmo em meio aos muitos anos de investimento, de “semeadura”, de percalços pela falta de professorado, de limitações administrativas, entraves econômicos

e, por vezes, indisciplina, os Freis se mostraram insistentes em constituir e manter a instituição educacional.

Em si, a educação era responsabilidade do governo, porém, destacaram-se os Franciscanos ao instalar quantas escolas fossem possíveis na “Terra de Missões” e não apenas pela “formação de padres”, nem pelo evangelismo puramente – objetivo este da diáspora. Como se vê, uma Ordem com seus mais de oitocentos anos, também se mostrou interessada em apoiar o ensino e a formação educacional. Não é uma visão romantizada, mas uma visão ponderada, mediante aos fatos.

Continua o Seminário Santo Antônio vivo através da ação sócio educacional da atual Fazenda Esperança, a qual igualmente presta um serviço que poderia ser delegado apenas ao Estado, mas que, no entanto, destacam-se novamente os Franciscanos nos cuidados com o povo que “lhes foram confiados”, pautados nas premissas franciscanas, tais como amor ao próximo, humildade e fraternidade.

As muitas indagações no início desta pesquisa foram, em sua maioria, respondidas. Contudo, tem-se a ciência de há muitas lacunas a serem preenchidas. Há ainda inúmeras possibilidades de exploração e aprofundamento desta temática, em especial, no que diz respeito à atuação franciscana no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Mostra-se importante, por exemplo, uma investigação sobre a presença feminina no Seminário, um estudo aprofundado sobre a história da educação em Rio Brillante, originando-se, possivelmente, um levantamento das escolas que outrora, ali existiram. Seria igualmente rico, analisar/registrar as falas e memórias de ex-professores e ex-alunos que por ali passaram, dentre outras inúmeras possibilidades de pesquisas futuras. Fica também a indagação de onde estão, se é que existem, os documentos oficiais a partir de 1989 até 1994, os quais dão conta dos anos finais desta história e trajetória.

Está presente, portanto, diversos pontos de partida para novas pesquisas ou quiçá o prosseguimento desta. Contudo, ressalva-se que os aportes documentais angariados, bem como, o acervo iconográfico oficial e depoimentos coletados, serão futura e brevemente disponibilizados no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME), da Faculdade de Educação (FAED), na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), para que se tenha um acesso mais rápido aos documentos que deram respaldo a esta pesquisa, possibilitando tantas outras novas a partir desses.

Nesta perspectiva, entende-se que este trabalho contribuiu para os esforços que tem sido realizado na área da História da Educação no que diz respeito a registrar as

muitas histórias de variadas instituições educacionais, tendo em vista que estes empenhos são mais laboriosos quando consideramos as peculiaridades do nosso Estado, que são: a divisão de Mato Grosso em 1977 e a localização geográfica próxima à Bolívia e ao Paraguai.

Fica registrado, desse modo, o esforço de colaboração, mesmo com tantas limitações no caminho percorrido, o que deixa uma sensação de serem poucos os dois anos empregados para elucidar e narrar a inédita história do Seminário assentado na “Pequena Cativante”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mário Monteiro de. *Episódios históricos da formação geográfica do Brasil: fixação das raias com o Uruguai e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1951.

AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: A Igreja Católica na Região de Dourados (1943 – 1971)*. Dissertação de Mestrado. Dourados, MS: FCH/UFGD, 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mal uso dos arquivos. In: *Fontes Históricas*. Carla Bassanezi Pinsky (org.). 2.ed., 1ª impressão. Ed. Contexto. São Paulo, 2008.

BADIA, D.D.; CARVALHO, J. C. de P. A escola de Grenoble e a culturálise de grupos. In: SILVA, M. da.; VALDEMARIN, V.T. *Pesquisa em Educação: métodos e modos de fazer*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Publicações Europa/América, 1983.

BOURDIEU, P. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. A escola conservadora. In: BOURDIEU, P. *Escritos de Educação*. NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1998. p. 39-64.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. KERN, Daniela de; TEIXEIRA, Guilherme J. F. (Trad.). São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. *Una invitación a La sociología reflexiva*. Buenos Aires: Editores Argentina S.A., 2005.

BRAZIL, M. do C.; FURTADO, A. C. Instituições escolares em Mato Grosso do Sul: primeiros apontamentos sobre a produção historiográfica nos séculos XX e XXI. In: COSTA, C. J. ; MELO, J. J. P. e FABIANO, L. H. (Orgs.). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados, MS: UFGD, 2010. p. 283-310.

BRAZIL, Maria do Carmo; MANCINI, Ana Paula Gomes. História das instituições formadoras de professores na fronteira Brasil-Paraguai. O caso de Dourados, Mato Grosso (Uno) 1940-1970. *Revista Educação, teoria e prática*. Rio Claro, v. 15, n.1, p. 1-26, jan./abr. 2012.

BRAZIL, M. C.; PEREIRA, J. H. V. Mãos Talentosas: reflexões sobre cinema e educação na biografia histórica de Ben Carson. In: SAULOÉBER, Társo de Souza; CARVALHO, Carlos Henrique de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza (Org.). *Cinema e Ensino de História da Educação*. 1º ed. Campinas: Alínea, 2013, p. 183-210.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)*. Dourados, MS: UFGD, 2010, p.89-92.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARRATO, J.F. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

CERTEAU, M. *A escrita da História*. MENEZES, Maria de Lourdes (Trad.). 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre as práticas e representações*. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

_____. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. p. 17.

CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CREMONESE-ADAMO, Camila. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo sul de Mato Grosso*. Dourados, MS: UFGD, 2010.

ERNANDES, Mercolis Alexandre. *A construção da identidade douradense: (1920 a 1990)*. Dourados, MS : UFGD, 2009.

FACHOLLI, Cleunice Batista; DOERZBACHER, Sirley. *Rio Brillhante – sua terra, sua gente: diretrizes básicas para o estudo de História e Geografia, 3ª série, 1º grau*. Rio Brillhante, Cascavel: Assoeste, 1991.

FARIA FILHO, L. M. de.; VIDAL, D. G. História da Educação no Brasil: a constituição do campo (1880 – 1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº. 45, p. 37-70, jul. 2003.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79, agosto, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J. C.; GATTI JR., D. (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: EDUFU, 2002, p. 3-24.

_____. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In.: ARAÚJO, José Carlos S.; GATTI JÚNIOR; Décio (Orgs.). *Novos temas em história da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 3-24.

_____. História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas. *Revista Educação em Questão*. Natal, v. 28, n. 14, p. 172-191, jan./jun. 2007.

GATTI JUNIOR, Décio; PESSANHA, E. C. História da Educação, Instituições e Cultura Escolar: conceitos, categorias e materiais históricos. In: GATTI JR., D.; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.). *História da Educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas/SP: Autores Associados. Uberlândia/MG: Editora da Universidade Federal de Uberlândia. 2005, p. 71-90.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. (1ª edição 1961).

HALL, Stuart. *Da Diáspora*. São Paulo: EDUSP, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, E. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. 1.ed. CAVALCANTE, Celina Cardim (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 6- 23.

IGLESIAS, Tania Conceição. *A experiência educativa da Ordem Franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial*. 2010. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2010.

JORGE, Emílio Ogaya. PREFÁCIO. In: FACHOLLI, Cleunice Batista; DOERZBACHER, Sirley. *Rio Brilhante – sua terra, sua gente: diretrizes básicas para o estudo de História e Geografia, 3ª série, 1º grau*. Rio Brilhante, Cascavel: Assoeste, 1991.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas/SP: Autores Associados, no.1, jan.jun.2001, p. 9-43.

JUNIOR, Jaime Ribeiro de Santana. Formação territorial da região da Grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva. *Geografia* - v. 00, n. 0, jan./jun. 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/2367/3300>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

KHOURY, Yara Aun. Apresentação. In: _____. Projeto História campo/cidade. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1999.

KOSSOY, Boris. Fotografia e Memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org). *O Fotográfico*. São Paulo: Hucitec, CNPQ, 1998.

KNOB, Frei Pedro. *A Missão Franciscana do Mato Grosso*. Campo Grande-MS: Loyola, 1988.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

_____. *Por amor às cidades* – São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 28.

LUCA, T. R. de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Tecendo Nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

MANCINI, A. P. G.; BRAZIL, M. do C. Notas historiográficas sobre instituições escolares do sul de Mato Grosso: (1940-1970). *Revista Educação e Fronteiras On-Line*. Dourados/MS, v.3, n.9, p.73-93, mai./ago. 2013.

MACIEL-LIMA, Sandra Mara; RASIA, José Miguel. *As imagens não falam...* Saúde e Sociedade. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 42-51, mar. 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2007.

MARIN, J. R. Diásporas, identidades e traduções culturais dos Franciscanos alemães em Mato Grosso. In: MARIN, J. R. (Org.). *Religiões e identidades*. Dourados, MS: UFGD, 2012. p. 103-130.

MICHAELIS. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 2016. (Versão online).

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. n.10, jul/dez, 2005, p.75-99.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória Fotográfica de Dourados*. Campo Grande, MS: UFMS, Centro Universitário de Dourados, 1990.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *HISTEDBR-20anos*, de UNICAMP, São Paulo. In: II Colóquio sobre Pesquisa de Instituições Escolares UNINOVE, São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Paolo_Nosella_artigo.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas, SP: Alínea, 2009.

_____. *Schola mater: a antiga escola normal de São Carlos 1911 – 1933*. São Carlos, SP: EdUFSCar, 1996.

NÓVOA, A. (Coord.). Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. *As organizações escolares em análise*. Lisboa: D. Quixote, 1992, p. 15 – 41.

_____. Imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs).

Educação em revista: a imprensa periódica e a História da Educação. São Paulo: Editora Escrituras, 1997.

OLIVEIRA, L. H. M. M.; GATTI JR., D. História das Instituições Educativas: um novo olhar historiográfico. *Cadernos de História da Educação*. v.1., n.1, jan./dez. 2002, p.73-76.

PEREIRA, Aline Cerutti. *Representações franciscanas: o padroeiro reformador na paróquia São Francisco de Assis em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (1950-1980)*. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD, Dourados.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma Outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, n. 29, 1995.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução Metodológica*. vol.1. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. (1ª. ed. 1949).

ROMANELLI, Otaíza O. *História da Educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1997.

ROMANI, G. L. *Igreja e pastorais sociais: a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário na Diocese de Dourados (1971-2000)*. 2003. 154 f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados, 2003.

SANTOS, Antônio Cesar de Almeida. *Fontes Oraís: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Paraná: UFP, 2008.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação*. nº. 4. Uberlândia, MG: Jan./Dez., 2005. EDUFU.

SOUZA, Roney Salina. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em Dourados (1910-1980)*. Dourados, MS: UFGD, 2007. 207 p.

TANURI, L.M. A historiografia da educação brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-graduação. In: MONARCHA, C. (Org.). *História da educação Brasileira: Formação do Campo*. 2ª ed. revista e ampliada. IJUÍ: UNIJUÍ, 2005, p. 227-250.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, campo, estratégia: Uma leitura de Bourdieu. *Cadernos Ceru*. série 2, n.9, 1998, p. 46.

VALDEMARIN, V.T. A construção do objeto de pesquisa. In: SILVA, M. da.; VALDEMARIN, V.T. *Pesquisa em Educação: métodos e modos de fazer*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VALENTIM, Reinaldo Antônio. *Movimentos Sociais e educação: análise histórica sobre o processo de implantação da Lei 10.639/03 em MS- (1996/2006)*. Dourados, MS: UFGD, 2012.

VIDAL, Diana G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. IN: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: autores Associados, 2005a. Apoio: UNESP/FCLAR, p. 3-30.

_____. Diana Gonçalves. *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, no final do século XIX)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005b.

VIEIRA, Carlos Eduardo; GONDRA, José Gonçalves. Mapas da produção em história da educação. In: GONDRA, José Gonçalves (Org). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VIÑAO, Antonio. Espaços, usos e funções; a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTTA, Maucus Levy (Org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

ZOTTI, S. A. (2006). Organização do ensino primário no Brasil: uma leitura da história do currículo oficial in: CD-ROM *Navegando pela história da educação brasileira*/Jose Claudiney Lombardi, Demerval Saviani e Maria Izabel Moura Nascimento (orgs.). Campinas/SP:Graf: FE. HISTEDBR.

Depoimentos

DETTLING, Bernardo. *Depoimento* (Julh. 2016). Entrevistadora: Fanny Valdez. Dourados – MS, 2016.

LANG, Hugo. *Depoimento* (Fev. 2016). Entrevistadora: Fanny Valdez. Campo Grande – MS, 2016.

LÖFFLER, Miguel. *Depoimento* (Fev. 2016). Entrevistadora: Fanny Valdez. Campo Grande – MS, 2016.

PEREIRA JÚNIOR, Aluísio Alves. *Depoimento* (Fev. 2016). Entrevistadora: Fanny Valdez. Campo Grande – MS, 2016.

TIBIRIÇÁ, José. *Depoimento* (Fev. 2016). Entrevistadora: Fanny Valdez. Dourados – MS, 2016.

Impressos

ESTATUTO do Colégio Santo Antônio de Rio Brillhante. MATO GROSSO. Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. 04 de janeiro de 1971. Mato Grosso. p. 9-10.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 19 de setembro de 1964.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 20 de junho de 1970.

JORNAL. *O Progresso*. Dourados, 27 de fevereiro de 1971.

Documentos Oficiais

BRASIL. Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971b. *Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. Decreto-Lei nº 8.529 de 2 de janeiro de 1946. *Lei Orgânica do Ensino Primário*. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>>. Acesso em: 17 set. 2016.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: *Documenta nº 1*, Rio de Janeiro, mar.1962a. Acesso em: 17 set. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

_____. *Lei nº 716/90 de 10 de outubro de 1990*. Altera denominação de Escolas Municipais e extensões das mesmas e dá outras providências, revogando expressamente a Lei nº 501, de 7 de agosto de 1984. Disponível em: <<http://www.camarariobrilhante.ms.gov.br/arquivos/TrabalhosLegislativos/1568.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. *Lei nº 810/92 de 11 de março de 1992*. Altera a redação do artigo 2º, inciso I e artigo 4º, letra B, da Lei nº 716, de 10 de outubro de 1990. Disponível em: <<http://www.camarariobrilhante.ms.gov.br/arquivos/TrabalhosLegislativos/1271.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

Sites

A FAZENDA da Esperança Santo Antônio. Guaratinguetá. Fazenda da Esperança Notícias. 13 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://fazenda.org.br/blog/?p=2637>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

ANTONIONI, Adamo. Fazenda da Esperança completa 15 anos em Rio Brilhante (MS). 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3wzt-Bw5o8E>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

CÂMARA presta homenagem a Fazenda Esperança e a seu fundador. Rio Brilhante, Mato Grosso do Sul. Jornal Estilo News. 12 de agosto de 2014. Disponível em: <<http://www.estilonews.com.br/noticia/5890/camara-presta-homenagem-a-fazenda-da-esperanca-e-a-seu-fundador.html>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2015. *Características gerais de Rio Brilhante / Mato Grosso do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/municipio/500720>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

CRONOLOGIA Franciscana. São Paulo: Província da Imaculada Conceição do Brasil: 2016. Disponível em: < http://www.franciscanos.org.br/?page_id=820 >. Acesso em: 20 mar. 2015.

FREI Bernardo Detling meu professor. DOURADOS. Jornal Dourados News. 01 de julho de 2011. Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.douradosnews.com.br/especiais/opiniaofrei-bernardo-detling-meu-professor-por-jose-tibirica>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

HISTÓRICO. *Escola Estadual Etalvío Pereira Martins*. Disponível em: < <https://docs.google.com/document/d/1maEMxhplt8Mcu-ssvZ3qu51v8vBM11MuDcDfBbZfbwY/preview> >. Acesso em: 10 jan. 2017.

IDENTIDADE MARISTA. Rede Marista – Portal Institucional. Disponível em: < <http://maristas.org.br/sobre-a-rede-marista/identidade-marista> >. Acesso em: 14 set. 2016.

LIVRO TOMBO. Secretaria De Estado da Cultura (Paraná): Coordenação do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

PREFEITO Foroni quer escrever a história de Rio Brilhante. DOURADOS. Jornal O Progresso. 18 de março de 2014. Mato Grosso do Sul. Disponível em: < <http://www.progresso.com.br/cidades/prefeito-foroni-quer-escrever-a-historia-de-rio-brilhante>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTOS E ÍCONES CATÓLICOS. Cruz Terra Santa. Disponível em: < <http://www.cruzterrasanta.com.br/significado-e-simbolismo-de-santo-antonio-de-padua/285/103/#c> >. Acesso em: 21 out. 2016.

Crônicas, memórias, produções literárias, viagens

RIO BRILHANTE. Livro de Tombo da Paróquia de Entre Rios/Rio Brilhante de 1938-1982. 1º vol, 293 páginas.

_____. Livro de Crônicas 1977-1988. 100 páginas.